UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

JULLYANA LOPES LUPORINI BARBOSA DE SOUZA

Entre a Revolução e a Contra Revolução: O posicionamento da burguesia industrial paulista frente o governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1932.

São Paulo/SP
Setembro de 2018

JULLYANA LOPES LUPORINI BARBOSA DE SOUZA

Entre a Revolução e a Contra Revolução: O posicionamento da burguesia industrial paulista frente o governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1932.

Dissertação entregue ao Programa de Pós-graduação em História Econômica, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, como requisito para aquisição grau de mestra.

Orientador: Lincoln Ferreira Secco

São Paulo/SP
Setembro de 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L965e Luporini, Jullyana
 Entre a Revolução e a Contra Revolução: O
 posicionamento da burguesia industrial paulista
 frente o Governo Vargas de 1930 a 1932. / Jullyana
 Luporini ; orientador Lincoln Ferreira Secco . - São
 Paulo, 2018.
 205 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
 História Econômica.

 1. Burguesia Industrial. 2. Desenvolvimento
 Industrial. 3. Revolução de 1930. 4. Leis
 Trabalhistas. 5. Século XX . I. Secco , Lincoln
 Ferreira, orient. II. Título.

Nome: LUPORINI, Jullyana

Título: Entre a Revolução e a Contra Revolução: O posicionamento da burguesia industrial paulista frente o governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1932.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestra em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À memória de minha mãe, Evelize Aparecida Lopes Barbosa.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Lincoln Secco pela orientação e à CAPES pela concessão da bolsa sem a qual essa pesquisa seria impossível de ser realizada. Aos colegas e professores do programa de História Econômica e em especial as trabalhadoras e trabalhadores da Universidade de São Paulo.

Aos professores de Marisa Midori Deaecto e Armando Boito Jr pelas considerações e sugestões na banca de qualificação.

Aos colegas do grupo de estudos GMARX pelas discussões frutíferas e pelas boas risadas na Máfia em especial à Vivian Nani Aires que revelou ser além de competente historiadora, uma amiga querida, solidária com quem tenho a sorte de dividir o cotidiano.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que me mostra dia após dia a necessidade e a beleza de lutar, e principalmente, qual o sentido da produção do conhecimento: a transformação radical da nossa realidade. Em especial, aos companheiros Meire Barreto e Camilo Alvarez com o qual compartilho a desafiadora tarefa do Arquivo e da Memória do MST.

Aos amigos e amigas, que, de alguma maneira, foram importantes e me incentivaram nessa tortuosa jornada: à Liz Natali, pelos cafés reconfortantes nos intervalos da biblioteca, ao Eujácio Roberto Silveira pela troca de ideias e pelo incentivo, a Isa Senna pelo companheirismo de sempre, ao Paulo Marcelo Leite, parceiro dos perrengues da vida, que me deu condições materiais de realizar a pesquisa, a Júlia Tibiriçá, e ao Marcos Vieira de Queiroz, amigo querido, que não só fez o trabalho de revisão mas mostrou-se um leitor atento e curioso desta dissertação e ao Ícaro, melhor presente que uma amizade de longa data pode proporcionar.

Ao meu querido Tiago Manggini, sempre solidário e paciente com os meus dilemas e exitações.

As funcionárias e funcionários da biblioteca Octávio Ianni e um agradecimento especial a Valdinéia e a Neiva, sempre prestativas e dispostas a colaborar na busca da documentação.

Por fim, agradeço a minha mãe, Evelize Aparecida (in memorian) que me ensinou que, assim como na história, na vida a neutralidade nunca foi uma opção. Creio que escolhi, graças a ela, a estar do lado certo da história.

Forma-se assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia capitalista dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem dúvida, realizar as revoluções econômicas, que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia "fazem a história". Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo.

(Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*: Ensaios de interpretação sociológica.)

O rapaz teve um daqueles seus acessos de serenidade que o tornavam impenetrável e querido.

Se nós não estivermos lá , eles fazem uma republica. Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude. Expliquei-me bem?

(*O Leopardo*, Tomasi di Lampedusa)

Resumo

As três primeiras décadas do século XX representaram uma importante transformação no panorama brasileiro. O modelo agroexportador que priorizou por séculos a exportação de gêneros agrícolas e teve como principal produto nas últimas décadas o café, deu seus primeiros sinais de esgotamento ao mesmo tempo em que a industrialização ia aos poucos ganhando espaço como alternativa econômica no país. A jovem República Oligárquica também dava sinais de contradição com o surgimento de grupos sociais insatisfeitos com a falta de participação política e a piora nos níveis de vida nos grandes centros urbanos. É em meio a esse contexto de crise que surgiu o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, fundado em 1928, com o intuito de representar as demandas do empresariado industrial paulista. Buscamos em nossa pesquisa, investigar as origens dessa fração de classe, a organização de suas demandas e seu posicionamento político. Para isso, nos debruçaremos principalmente no posicionamento do CIESP frente a dois eventos políticos: a Revolução de 1930 e o levante paulista de 1932.

Palavras-Chave: Burguesia Industrial; Desenvolvimento Industrial; Revolução de 1930; Leis Trabalhistas; Século XX.

Abstract

The first three decades of the twentieth century represented an important transformation for the Brazilian outlook. The agroexporter model, which prioritized for centuries the exportation of agricultural products, had in coffee its main product for the past decades and shown its first signs of exhaustion, at the same time as the industrialization process bit by bit gained centrality as an economic alternative for the country. The young oligarchic republic also displayed signs of contradiction in regards to the uprising of social groups insatisfied with the lack of political participation and with the decreasing quality of life in the large urban centers. In such context the Center of Industries of the State of Sao Paulo emerged, founded in 1928, carrying out the goal of representing the claims of Sao Paulo's industrial business community. We search, in this research, to investigate the origins of this class fraction and the organization of their interests and political positioning. Therefore, we shall look specially into the institution positioning in relation to two political events: the 1930 Revolution and the 1932 uprising in Sao Paulo.

Keywords: Industrial bourgeoisie; Industrial Development; Revolution of 1930; Worklaws; twentieth century;

Sumário

INTRODUÇÃO	11
Capítulo I – A conjuntura de decadência do modelo agroexportador de desenvolvimento e a revolução de 1930	
1. A importância do complexo agroexportador na economia brasileira: a ascensão e o declínio do café.....	12
2. A construção da hegemonia paulista e o impacto da crise cafeeira no cenário político.....	15
3. A ação dos grupos sociais na Primeira República.....	17
3.1. <u>O Exército</u>	18
3.2. <u>As camadas médias urbanas</u>	20
3.3. <u>O proletariado urbano</u>	22
4. A crise política da República Oligárquica.....	25
4.1. <u>O Tenentismo como antessala da crise política</u>	26
4.2. <u>Os últimos anos da República Velha e o acirramento das tensões no seio da fração oligárquica</u>	28
5. O debate historiográfico sobre a revolução de trinta.....	33
Capítulo II – O nascimento e a consolidação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	
1. São Paulo: o processo civilizador, o café e a indústria.....	54
2. O comércio importador e a internacionalização da economia.....	61
3. A presença estrangeira no empresariado paulista.....	68
4. O empresariado autóctone e sua origem rural.....	79
5. A ofensiva industrial na política e na sociedade.....	84
6. O surgimento do CIESP.....	94
7. As primeiras reivindicações: a questão social e o trabalho nas fábricas.....	99

8. As tarifas alfandegárias e a tributação das sociedades anônimas.....	109
9. O CIESP e as eleições para 1930: a tomada de posição.....	110
10. O balanço do ano para a entidade: as vitórias parciais.....	114
11. A busca pela consolidação como entidade: o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e a atuação frente à Convenção Pan-Americana, à Lei de Férias e ao Código dos Menores.....	117
12. Os impactos da crise do mercado mundial no Brasil.....	125
 Capítulo III – Revolução e Contra Revolução: O posicionamento político do CIESP de 1930 a 1932	
1. As disputas pelo poder: conflitos no cenário político brasileiro, as eleições para o CIESP e o posicionamento do Centro diante da revolução de 1930.....	129
2. A vitória da Aliança Liberal: aproximações do empresariado industrial paulista com o novo governo.....	135
3. Uma adaptação inconveniente: o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e as novas diretrizes do Governo Provisório.....	140
4. O ensaio corporativista de Vargas: Estado, trabalhadores, empresários e a legislação social.....	145
5. Pela lei e pela ordem: São Paulo e os conflitos com o Governo Provisório.....	153
6. A tática de neutralidade da FIESP e os avanços na construção de uma via de comunicação entre os empresários paulistas e o governo.....	154
7. 1932: A Guerra Paulista: a Formação da Frente Única e as tensões políticas entre a oligarquia e o tenentismo.....	160
8. Pelos Soldados de São Paulo: a mobilização industrial dirigida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.....	166
9. A derrota militar e a vitória política: consequências do levante de 32.....	172
 CONCLUSÃO.....	 177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	180
ANEXOS.....	193

INTRODUÇÃO

Buscamos, no estudo apresentado, compreender a forma de atuação política da burguesia industrial paulista organizada no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), fundado em 1928. Para além das articulações e opções políticas, estudaremos as especificidades da formação dessa fração da burguesia industrial bem como sua organização e a sistematização de seus interesses através de seu principal organismo de classe.

Para isso, nos debruçamos na análise das circulares do CIESP durante o período de 1929 a 1932. As circulares são documentos de caráter interno produzidas em todos os níveis de repartições burocráticas e administrativas e, no caso analisado, foi o principal meio de comunicação oficial entre a diretoria do Centro e seus sócios, sendo um material extremamente relevante por conter discussões, informes, esclarecimentos e posições defendidas pela entidade. Esses documentos foram doados para a Unicamp pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e encontram-se disponíveis para consulta na biblioteca Octavio Ianni, no Instituto de Filosofia e Ciências Humans da Unicamp.

A escolha de analisar o empresariado industrial paulista não nos parece aleatória, pois está articulada à constituição de um processo de desenvolvimento industrial e urbano ocorrido em todo o Brasil, mas que se concentrou, sobretudo, em São Paulo. A importância política do estado bem como seu processo de desenvolvimento econômico de transição de uma economia agroexportadora pautada no café também serão objetos de estudo que auxiliarão na compreensão do desenvolvimento industrial e da constituição da fração da burguesia industrial brasileira, especificamente do empresariado industrial paulista. Os processos políticos e sociais que marcaram o período estudado (1920 a 1932) também serão peça fundamentais para compreensão das movimentações políticas e ideológicas desse grupo e sua forma de atuação frente o Estado e à sociedade civil.

Capítulo I – A conjuntura de decadência do modelo agroexportador de desenvolvimento e a revolução de 1930

1. A importância do complexo agroexportador na economia brasileira: a ascensão e o declínio do café

O alvorecer do século XX apresentou novos paradigmas para a economia brasileira. A lavoura cafeeira, que desde a década de setenta do século anterior era considerada o centro motor do capitalismo brasileiro¹, começou a apresentar um ritmo de crescimento mais despassado – um sintoma das primeiras crises que acompanharia a atividade agroexportadora nas primeiras décadas do novo século. O café, produto que ganhou grande importância na sociedade industrial europeia e norte-americana, também ganhou especial importância para a economia brasileira, pois representava a reintegração do Brasil no comércio internacional ² após sucessivas perdas no setor exportador.

A aposta na plantação de rubiácea mostrou-se acertada: no quarto decênio do século XIX, o café já era responsável por mais da metade das inversões comerciais do país, reorientando a economia e a política brasileira. O Brasil continuou reafirmando a sua herança colonial como produtor de matérias-primas para a exportação, mas com algumas diferenças fundamentais constituídas pela autonomia adquirida com o fim do exclusivo colonial, garantindo a formação de uma classe social que possuía o controle da terra, da força de trabalho e do excedente econômico³.

De fato, a importância da complexo agroexportador cafeeiro ultrapassou a esfera de suas lavouras e desenvolveu uma complexa rede de comercialização, investimentos e especulação financeira, gerando um sistema comercial avançado formado por casas comerciais e casas bancárias⁴. As vantagens adquiridas com a introdução do trabalho assalariado e a possibilidade de investimentos em outros setores da economia possibilitaram a entrada do Brasil de vez na moderna economia capitalista, reorientando a política monetária em favorecimento do setor agroexportador fundamentado na

¹ SILVA, Sergio. *A Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1971, p. 18.

² FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

³ OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*[S.l: s.n.], 1997, p. 396.

⁴ PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: SP, Editora da Unicamp, 1994, p. 37.

produção cafeeira. A formação de uma estrutura financeira que fosse condizente com as aspirações econômicas desse gênero de exportação interferiu diretamente na orientação política assumida pela fração de classe que representava o setor agroexportador, conceituado, aqui, como fração do grande capital cafeeiro⁵.

A Constituição de 1891 foi uma prova cabal da íntima relação dos interesses econômicos com a orientação política pós-Império. A adoção do modelo federalista de autonomia dos estados previa a gerência dos impostos sobre exportação, imóveis rurais e urbanos e a transmissão de propriedade pelo Estado, o que não só garantia a acumulação das receitas como também gerava influência política através do domínio local. Essas vantagens beneficiaram, especialmente, o estado paulista. Com a adoção do federalismo, São Paulo contraiu empréstimos externos e apostou em uma política de subsídios à imigração, indispensável para a sustentação da cafeicultura.

A liderança do estado na plantação do grão aliada a uma política de subsídio refletiu substancialmente em seu crescimento. São Paulo passou por uma grande expansão, não apenas no setor econômico, mas também no setor populacional e territorial decorrente da produção cafeeira⁶ no final do século XIX. Além disso, o eleitorado paulista ocupava a posição de segundo lugar em tamanho atrás, apenas de Minas Gerais, tornando-o assim um estado decisivo do ponto de vista eleitoral. Como bem observado por Joseph Love⁷, um eleitorado elevado em uma população nacional de menos de 6% de votantes resumia-se em uma política de atendimento exclusivo dos interesses das elites locais. No caso da elite paulista, fundamentados na representação política do Partido Republicano Paulista, os interesses eram direcionados à sustentação da lavoura cafeeira através da garantia de empréstimos estrangeiros para financiamento das safras e o controle da política monetária e da taxa de câmbio.⁸

⁵ Segundo Renato M. PERISSINOTTO, a conceitualização é necessária na medida que soluciona equívocos a respeito da própria caracterização da economia agroexportadora e a fração de classe que a representa. A chamada fração do grande capital cafeeiro era ligada ao capital mercantil, na medida que, apesar de seu capital ter como origem a produção agrícola, expandiu seus negócios para atividades comerciais e de caráter especulatório. Seria essa, a camada superior da burguesia cafeeira. A fração de classe do médio capital cafeeiro seria representada por indivíduos circunscritos a produção da lavoura, ou seja, ao capital produtivo agrícola, pertencentes a camada inferior da burguesia cafeeira. PERISSINOTTO, Renato. M. *Ibdem*. 1994, p. 44.

⁶ PATARRA, Neide, L. Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil: O Período Pós-30. In: FAUSTO. Boris. *História da Civilização Brasileira: o Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo, DIFEL: 1984, p. 252.

⁷ LOVE, Joseph. Autonomia e Independência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO. Boris. *História da Civilização Brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1977, p.55.

⁸ LOVE, Joseph. *Ibdem*. 1977, p. 53.

O poderio político e econômico de São Paulo também influenciou na escolha de parcerias com outros estados, principalmente em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. As vantagens das possíveis parcerias não significaram a ausência de conflitos, mas demonstraram que o estado paulista conseguiu garantir a manutenção de seus interesses através de uma rede de alianças comerciais e políticas.

A influência da produção cafeeira e da lógica da economia agroexportadora foi decisiva para o crescimento do mercado de trabalho, o desenvolvimento territorial, a expansão da economia monetária, a ampliação de uma rede de serviços para a orientação da política brasileira pós-Imperial. A notoriedade de tal empreendimento era sentida através das sucessivas políticas de valorização do café aplicadas em momentos de queda do lucro do produto. Tais medidas demonstravam que os vultuosos empréstimos e medidas de incentivo ao complexo agroexportador não só eram “permitidas” mas orientavam a política econômica do final do Império e de todo o período republicano, demonstrando que a aposta no café como produto de exportação valia todos os esforços empreendidos para a garantia de sua continuidade.

Isso não significava uma adoção incondicional às políticas de proteção ao café, como demonstrado pelo Convênio de Taubaté, adotado em 1906, e custeado pelo estado de São Paulo após várias reticências do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do próprio governo Federal para aprová-lo no Congresso ⁹. A negociação consistiu em um empréstimo inicial do banco *Brasilianische Bank für Deutschland* no valor de um milhão de libras esterlinas seguido por empréstimos de dois milhões de J. Henry Schönder e de mais um milhão do *National Bank* de Nova York. Sendo insuficiente os empréstimos, o governo paulista conseguiu adiamento de 80% do valor das sacas com as casas de importações. A medida audaciosa obteve êxito e animou as frações de classe ligadas não só à atividade agroexportadora como também aos investidores estrangeiros que forneciam novos empréstimos em valores cada vez maiores.

Mas a onda de otimismo foi interrompida com uma nova crise no início do segundo decênio decorrente da Primeira Guerra Mundial. Dessa vez, o Governo Federal emprestou cento e dez mil contos a São Paulo para sanar o preocupante aumento dos estoques que foram de um a sete milhões de sacas apenas no ano de 1917¹⁰. A política de defesa do café começou a revelar um problema de ordem estrutural na economia. Ao

⁹ NETO, Delfim. O Problema do Café no Brasil. In: PELÁEZ, Carlos Manuel (Coord). *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973, p. 84.

¹⁰ CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: DIFEL, 1972, p. 46.

manipular os preços do produto para manter a margem de lucro elevada, a inversão sobre o café era constantemente estimulada e gerava um aumento da oferta incapaz de acompanhar a demanda. O problema do descompasso e da acumulação de estoques garantiu uma solução imediata, mas acarretou uma bola de neve que trouxe consequências em um futuro não tão distante.

Em 1921, o aumento dos cafezais, devido às boas condições climáticas; a diminuição do consumo do produto e a manutenção do preço em alta, originou uma nova crise de superprodução e exigiu novas medidas de proteção à safra. Dessa vez, além do empréstimo no valor de nove milhões de libras esterlinas, medidas de controle foram tomadas com mais rigidez pelo Governo Federal através da compra e da limitação das sacas na entrada dos portos do Rio de Janeiro e Santos¹¹.

Em 1929, a situação continuou alarmante. O estímulo às inversões fez com que as plantações continuassem crescendo, mas, com a crise mundial do crash da bolsa de Nova York, o empréstimo para a retenção dos estoques foi negado, resultando em uma nítida queda do preço do produto. A consequência foi sentida pelos fazendeiros de café por meio de perdas econômicas, seguidas em alguns casos de falência, desvalorização cambial e retração do capital estrangeiro decorrente da dívida externa.

2 A construção da hegemonia paulista e o impacto da crise cafeeira no cenário político

A liderança política e econômica de São Paulo, durante o período republicano, só pode ser entendida através de sua relação com a regionalização decorrente da especialização da atividade agroexportadora. A concentração do complexo setor cafeeiro em São Paulo colocou os outros estados da Federação em uma posição pouco privilegiada economicamente, garantindo-se através da sustentação do mercado interno ou apostando em gêneros de exportação não tão rentáveis como o açúcar gerado nos decadentes banguês e a produção do cacau e da borracha. A concentração produtiva do café e a divisão política marcada pela forte tendência à regionalização com o modelo federalista garantiu o domínio da fração de classe ligada ao grande capital agroexportador cafeeiro, alijando os outros estados do poder econômico. Dessa forma, a

¹¹ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1972, p. 110.

fração da burguesia agroexportadora ganhou característica regional, sendo que a hegemonia produtiva se concentrava na região paulista.¹²

Durante o Império, São Paulo viu na defesa da autonomia das províncias uma possibilidade de avanço em relação a seus objetivos econômicos e políticos sem a interferência da Monarquia. A província despontava economicamente conquistando a liderança na rede de transportes e escoamento da produção cafeeira, que começou a acentuar-se na região. Mas, se o domínio econômico se apresentava como uma evolução natural, a hegemonia política devia ser conquistada através da autonomia dos estados.

Assim, conquistada a República, os paulistas, representantes do grande capital cafeeiro, entraram em campanha contra as aspirações centralistas e intervencionistas do Marechal Deodoro da Fonseca. A garantia de domínio político só seria possível com a entrada de Campos Sales e a adoção da política dos governadores que garantiu estabilidade, autonomia regional e o apoio do Executivo em troca do apoio incondicional das oligarquias nos candidatos do governo federal.

O modelo garantiu a hegemonia da fração de classe do grande capital cafeeiro representado pela oligarquia do oeste paulista e a defesa de uma política de valorização da produção cafeeira. Contudo, é necessário pontuar que, apesar de favorecer diretamente essa fração, a aposta em uma política econômica agroexportadora era entendida como opção que garantia a estabilidade financeira do país através de entradas de divisas que garantissem uma balança comercial positiva.

Ou seja, ao reduzir a política cafeeira a uma mera imposição paulista para o país, perde-se o entendimento da influência do complexo agroexportador para os cofres nacionais assim como do lugar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho. O impacto da economia cafeeira na balança comercial do Brasil foi tamanho que permitiu a burguesia do grande capital agroexportador transformar seus interesses particulares em interesses gerais através da defesa incontestável do modelo agroexportador como atividade definidora do país¹³.

Consequentemente, a dimensão da economia cafeeira e seu defluxo, decorrentes da desvalorização do produto, trouxeram conflitos à configuração política do regime republicano. Esses conflitos foram encabeçados pelas dissidências das frações de classe representadas pelas oligarquias regionais que, sentindo-se alijadas da economia nacional,

¹² PERISSINOTTO, Renato M. *Ibidem*. 1994, p. 92.

¹³ PERISSINOTTO, Renato M. *Ibidem*. 1994, p. 94.

romperam com a oligarquia paulista. Em 1921, as dissidências estavam explicitadas com a formação de duas chapas presidenciais para o ano seguinte. O Rio Grande do Sul, a Bahia, o Estado do Rio de Janeiro e Pernambuco apoiaram a candidatura de Nilo Peçanha, enquanto São Paulo e Minas Gerais apoiaram Arthur Bernardes. A formação dessas duas chapas evidenciava o processo de gradual rompimento do establishment político comandado pela fração representante do grande capital cafeeiro e pelo aparecimento de cisões no seio das oligarquias regionais marginalizadas no complexo agroexportador. Um forte indício de que a crise econômica afetava diretamente a hegemonia política do estado de São Paulo.

3. A ação dos grupos sociais na Primeira República

Ao discorrer sobre os diversos grupos sociais urbanos que tiveram participação decisiva nos acontecimentos da Primeira República, é necessário fazer algumas observações para evitar possíveis erros de análise. O intuito de separar os grupos aqui levantados (exército; camadas médias; operariado urbano) serve-nos como um recurso metodológico necessário para elucidar sua participação nos desdobramentos que desencadearam, entre outros acontecimentos, a chamada Revolução de 1930.

A convivência e compartilhamento de experiências no espaço urbano não nos permite estudar a atuação desses setores sem levar em consideração o constante intercâmbio, as confluências de visões e a circulação destes. Ou seja, longe de buscar entender uma atuação atomizada, buscamos interpretar as difusas atuações e influências mútuas possíveis nesta nova configuração marcada por um novo regime político e uma nova configuração espacial com o aparecimento dos grandes centros urbanos.

A historiadora Emília Viotti da Costa elucidou essas percepções que envolviam as transformações econômicas e sociais que delinearam a passagem do Império à República no país. Para ela, as bases dessas transformações foram explicadas por quatro fatores: A transição do trabalho escravo para o livre; a instalação da rede ferroviária, que serviu de estimulante a formação de um mercado interno; o sistema de crédito; e as tentativas de industrialização ¹⁴. Estes elementos foram essenciais no processo de urbanização e criação de uma nova dinâmica social.

¹⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 251.

Apesar da conservação das estruturas agrárias, inclusive as velhas relações sociais baseadas no clientelismo, no paternalismo e na troca de favores, o desenvolvimento urbano concentrado nas grandes capitais produziu novas formas de sociabilidade e mobilidade social que possibilitaram uma nova percepção desses grupos sociais urbanos diante dos acontecimentos:

A intensa circulação social existente dificulta a caracterização dos grupos que compunham a sociedade brasileira, mas nem por isso se pode desconhecer a existência de camadas urbanas cujo o comportamento se diferencia das demais e cujo os valores já não são exatamente os das camadas senhoriais. O comportamento daqueles grupos diante de problemas tais como a Abolição, a eleição direta e, finalmente, a República revela o caráter novo de sua posição.¹⁵

O surgimento do movimento tenentista expressou de uma maneira exemplar esse caráter novo dos grupos sociais na República. O movimento envolveu setores sociais urbanos difusos que compartilhavam as frustrações diante de um regime que continuou apostando na exclusão da grande maioria da população, conservando, ao mesmo tempo, traços do autoritarismo monárquico e fenômenos políticos novos como o coronelismo, por exemplo.

3.1. O Exército

A presença dos militares no cenário político foi um dos elementos que contribuiu para o aumento das tensões nas prévias eleitorais do ano de 1921. O exército era contrário ao modelo federalista e criticava a incapacidade e a imoralidade dos civis no comando da nação. Entendia que o regime civil era uma degeneração que só poderia ser libertado através do comando disciplinado baseado na ética militar e na moralidade.

No governo de Floriano Peixoto, foi dado o direito ao voto para as escolas militares de ensino superior, acentuando-se a consciência política dos militares e tornando-se a Escola Militar da Praia Vermelha um foco de defesa do militarismo e também do jacobinismo, como descrito por Edgard Carone¹⁶. São sucessivas as revoltas e os casos de violência envolvendo a Escola Militar para com as autoridades civis. Estes tentaram controlar os focos de insubordinação através de mudanças na administração do exército, demissões, transferências e veto ao aumento dos quadros.

¹⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Ibdem*. 1999, p. 466.

¹⁶ CARONE, Edgard. *Ibdem*. 1972, p. 360.

A divisão entre os militares e os políticos civis acentuou-se com a Campanha Civilista de 1911, sentida como uma ofensiva direta contra a interferência militar na vida política do país. A candidatura de Rui Barbosa era um recado claro contra a candidatura do marechal Hermes da Fonseca e provocou um estado de ânimo no debate público da época. O historiador Edgard Carone interpretou o momento como uma aproximação das “cúpulas dirigentes – civis e militares – com as massas populares”¹⁷.

A campanha de Hermes da Fonseca, que não teve apoio de São Paulo e Minas Gerais, mostrou-se mais incendiária do que seu governo. A vitória do marechal não representou as demandas radicalizadas dos militares, apresentando-se ele como mais um fiel representante dos interesses oligárquicos e do situacionismo político¹⁸. O único grande marco deu-se através da campanha das “salvações nacionais”, que permitiu a derrubada de governadores de alguns estados acusados de coronelismo. Contudo, o próprio Hermes da Fonseca apaziguou os ânimos exaltados e tentou controlar os excessos do exército para garantir a governabilidade.

O próximo quadriênio contou com uma certa estabilidade, pois foram poucos casos de insubordinação e de confronto entre militares e civis até a chegada de Epitácio Pessoa à presidência. O presidente nomeou os civis Pandiá Calógeras e Raul Soares para as pastas do Exército e da Marinha, o que causou um grande mal estar no setor militar, fomentando rivalidades até então adormecidas.

Esse mal estar fez-se presente durante todo o mandato de Epitácio Pessoa e afetou a candidatura de seu possível sucessor, Arthur Bernardes, que foi rechaçado pelo setor militar que defendia com entusiasmo a volta do Marechal Hermes da Fonseca para as próximas eleições. O general articulava sua candidatura desde a sua volta da Europa em 1920, mas seria vetada posteriormente, Hermes demonstrou o desejo de tornar-se presidenciável novamente dando declarações públicas que enalteciam o Exército, participando de banquetes e comícios públicos, mas seus esforços foram em vão: seu nome não obteve o apoio necessário para concorrer à presidência.

Independente do êxito dos esforços do Marechal, a sinalização de uma possível candidatura trouxe danos profundos na instável configuração política, que foi agravada com o escândalo das Cartas Falsas publicado no jornal Correio da Manhã. De suposta

¹⁷ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1972, p. 361.

¹⁸ SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.

autoria do candidato Arthur Bernardes, as cartas deferiam impropérios dirigidos a Hermes da Fonseca e ao exército. Mesmo provando posteriormente que as cartas não eram de autoria do candidato, a imagem de Bernardes foi extremamente desgastada, irrompendo em uma série de manifestações populares contra a sua campanha ¹⁹. A situação foi habilmente aproveitada pelo candidato da oposição Nilo Peçanha, que via na desavença uma possível chance de derrotar a chapa São Paulo – Minas Gerais.

Os episódios citados demonstraram o peso do Exército no desenrolar dos acontecimentos políticos da República. As diversas rebeliões atingiam cada vez mais os oficiais inferiores e suboficiais, fato inédito na história republicana do Brasil, fugindo do controle muitas vezes da própria cúpula do Exército, fato que se tornou evidente nas manifestações do tenentismo. Muito dos interesses do baixo oficialato confundia-se com as aspirações das camadas médias da população urbana que começaram a despontar como um elemento estratégico nos acontecimentos da jovem e conflituosa República.

3.2. As camadas médias urbanas

Para Edgard Carone, foi durante a Primeira República que as camadas médias da população urbana sofreram um processo de autonomia e afirmação, o que as tornou cada vez mais conscientes de sua força e necessidades²⁰. As condições nas grandes cidades eram péssimas. A habitação era precária, os gêneros alimentícios estavam sempre em falta ou eram muito caros, a política de câmbio baixo desvalorizava a moeda deixando as camadas populares às minguas, encarecia o custo de vida e diminuía o poder de compra²¹. Apesar de convalescerem dos mesmos problemas, a atuação difusa era uma característica das camadas médias urbanas. A origem social e seus laços com outras frações de classe determinavam sua identificação e sua forma de atuação social.

As camadas médias e altas, ligadas sobretudo à burocracia, desenvolveram um forte sentimento de aversão ao trabalho manual e um apego aos valores do ideário liberal promulgado pelas frações de classe ligadas à aristocracia. Aliás, os laços profundos desses setores das camadas médias com a burguesia, seja por origem familiar, econômica ou ideológica, impossibilitaram um posicionamento crítico contra as

¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 25.

²⁰ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1972, p. 177.

²¹ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1972, p. 97.

oligarquias.²² Sua forma de contestação limitava-se à ligação com os grupos oligárquicos dissidentes e a pautas com valores difusos, clamando por rigidez aos valores republicanos promulgados pela Constituição e pelo fim dos vícios dos costumes político. Porém, inexistia uma demanda concreta que abalasse o cerne da dominação oligárquica sustentada pela fração de classe da elite agroexportadora. Como bem observado por Décio Saes, o fato da proibição do voto do analfabeto não ser discutido entre esse setor era uma demonstração do elitismo reinante e da falta de interesse na ampliação da participação democrática no regime.²³

Já as camadas da classe média baixa recorriam a formas de manifestações muito semelhantes às dos trabalhadores fabris²⁴. Participando de revoltas contra o aumento das carnes, dos preços dos bondes e das locomotivas e do aumento do aluguel, sofriam forte repressão ao reivindicar pautas de teor econômico e organizavam-se em ligas como a Liga de Inquilinos ou mesmo de forma autônoma.

Evidencia-se a dificuldade da delimitação teórica das camadas médias pela sua heterogeneidade relacionada a sua origem e a sua orientação político-ideológica difusa que as impediram de ter coesão e de formular um projeto político autônomo. Sua assimilação momentânea a outros atores sociais demonstrou que, nos momentos de crise, as camadas médias podiam assumir um comportamento de inconformismo ou até mesmo de radicalismo, o que não significaria adesão completa às pautas progressistas, como seria visto alguns anos depois com sua identificação ao Integralismo²⁵.

No entanto, essas características limitadoras não impediram que as camadas médias urbanas participassem da conjuntura do período, transformando-se em um importante instrumento de pressão na política local. A presença, cada vez mais evidente, desse grupo na cena política do período evidenciava a necessidade de uma reconfiguração política em que novos atores sociais não poderiam mais ser meramente ignorados por um modelo republicano altamente restritivo, uma verdadeira “democracia oligárquica”.

O incômodo, por parte das classes patronais, diante da necessidade cada vez mais evidente de uma reconfiguração política foi ampliado com a movimentação do

²² SAES, Décio. *Ibidem*. 1975, p. 66.

²³ SAES, Décio. *Ibidem*. 1975, p. 72.

²⁴ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1972, p.185.

²⁵ CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e Mobilização Popular/Marilena: Chauí e Maria Sylvia de Carvalho Franco* – Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, p. 68.

proletariado. Mas desta vez a organização e a consciência da exploração por parte do operariado produziu um sentimento maior que o desconforto: o temor.

3.3. O proletariado urbano

O que diferenciava o proletariado da camada média baixa era muito mais sua situação social do que econômica²⁶. A constante carestia com o aumento dos preços dos alimentos, os hábitos de consumo e a oferta de uma péssima rede de serviços públicos eram compartilhados por esses dois grupos. Entretanto, a não identificação com o trabalho manual, tido como uma ocupação menos nobre em uma sociedade altamente estamentada e baseada em uma lógica escravocrata, produziu uma visão limitada às demandas e às formas de ação do proletariado urbano que ficou circunscrita a alianças momentâneas ou expressões de simpatias.²⁷

O proletariado diferenciava-se da camada média baixa também por sua organização. Desde o século XIX, os trabalhadores fabris se organizavam em sociedades de socorro mútuo; ligas e corporações beneficentes que serviram como uma espécie de rede de proteção aos trabalhadores proibidos de se organizarem em sindicatos pela Constituição de 1824²⁸.

Com a promulgação da Constituição de 1891, os sindicatos operários ganharam expressão na organização por melhorias nas condições econômicas e de trabalho principalmente em relação à extenuante jornada de trabalho que chegaria a dezesseis horas diárias no começo do século vinte, e o valor pago pelos serviços, que, em momentos de crise econômica, diminuía consideravelmente

A participação política do operariado também se ampliou. Em 1889, formou-se o Círculo Socialista, e em 1901 o Partido Operário no Rio de Janeiro. Em São Paulo, uma das primeiras iniciativas foi a criação do Partido Socialista em 1902, seguido de outros partidos de alcance regional. Contudo, estes partidos tiveram duração efêmera e defendiam um socialismo difuso.

As correntes anarquistas também ganharam forte expressão no operariado através da participação ativa em sindicatos, greves, paralisações e publicações de periódicos que serviam como um instrumento de informação, agitação e propaganda,

²⁶ SAES, Décio. *Ibdem*. 1975, p. 40.

²⁷ SAES, Décio. *Ibdem*. 1975, p. 40.

²⁸ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, p.15.

como O Despertar (1898); O Protesto (1898); A Lanterna (1901); A Folha do Povo (1908); A Plebe (1917) entre outros que tiveram forte impacto no operariado urbano.

A crescente organização do operariado era resultado do aumento da oferta de mão de obra nas fábricas e da incompatibilidade da reprodução dos trabalhadores diante de uma baixa remuneração acompanhada de uma jornada extenuante de trabalho. Além disso, o trabalhador urbano estava exposto à falta de regulamentação e de proteção e era constantemente assediado pela polícia quando buscava reivindicar suas demandas.

Em 1906, o 1º Congresso Operário Brasileiro defendeu como tática a luta econômica como forma de resistência dos trabalhadores, além da desburocratização e a autonomia dos sindicatos, dois anos depois era inaugurada a Confederação Operária Brasileira, que reunia cerca de cinquenta associações em diversas capitais do país²⁹.

Outras inúmeras iniciativas de organização proletária foram experimentadas nas primeiras décadas do novo século. Além de correntes anarquistas, que se subdividiam em diferentes concepções, e os partidos de orientação ideológica vagamente socialista, havia tendências positivistas, cooperativistas e de orientação católica que também expressaram influência na formação da consciência operária³⁰, tema que infelizmente não poderá ser aprofundado em nossa pesquisa.

O despertar de uma consciência classista, com suas mais variadas concepções estratégicas, orientou a ação organizada dos trabalhadores da indústria e de alguns ramos do comércio e dos serviços³¹. Essas ações eram exercidas de diversas formas: sabotagem, boicote, manifestações públicas e principalmente greves que reivindicava melhorias nas condições de trabalho e aumento salarial.

Três anos após a virada do século, a capital federal sofreu os abalos de uma greve de trabalhos têxteis que contou com a participação de mulheres e menores – que compunham parte significativa da mão de obra nesta atividade – exigindo oito horas de jornada, entre outros direitos. A greve foi duramente reprimida, mas originou a Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos, tornando a reivindicação pelas oito horas de trabalho uma pauta central nas greves posteriores como a de 1906, no Rio

²⁹ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1972, p. 206.

³⁰ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Ibidem*. 2000, p. 27.

³¹ Os trabalhadores no Brasil tiveram variados métodos de contestação à ordem vigente, e quando falamos de “trabalhadores” buscamos ampliar seu significado: grupos do campo e da cidade, dentro e fora das fábricas, negros, mestiços e brancos, das mais variadas origens culturais e regionais. Nesse sentido, não buscamos reduzir a condição contestatória do trabalhador a um grupo e forma de ação específico, mas sim fazermos um recorte específico que dialoga diretamente com o objetivo de nosso trabalho de identificar o aparecimento do operariado fabril, fator imprescindível do processo de urbanização e de industrialização de São Paulo, e o reflexo das formas organizadas de lutas na conjuntura política da República.

Grande do Sul, desembocando em São Paulo em 1907 e atingindo diversas regiões do estado.

O parco avanço em relação às pautas era causado pela intensa e brutal repressão a que os grevistas ficavam expostos. Demissões, perseguições e prisões. O cerco ao trabalhador grevista era permanente principalmente após a lei de expulsão sumária de imigrantes em 1907, parte expressiva da mão de obra operária. Com a melhora na articulação repressiva, a política de expulsão de estrangeiros e a deterioração da economia, o ciclo de greves iniciado na década anterior acabou cessando.

As mobilizações operárias ganharam um novo fôlego no segundo decênio do século XX, principalmente entre os anos de 1917 a 1919³², com o crescimento da economia industrial decorrente da 1ª Guerra Mundial. A que ganhou maior adesão de trabalhadores foi a paralisação de 1917, começada na fábrica de cotonifício Crespi em São Paulo, a qual se alastrou como pólvora por diversas cidades do país graças à ação organizada da União dos Operários em Fábricas de Tecidos de São Paulo. A grande greve foi um marco para o movimento operário brasileiro. Tal definição não pode ser considerada exagerada: o movimento galvanizou boa parte do proletariado e colocou as pautas na mesa de negociações do patronato e do governo, obrigando-os a atender parcialmente às reivindicações dos trabalhadores.

Os impactos desta greve e das demais mobilizações dos trabalhadores toca diretamente no objetivo desta pesquisa. Partimos da hipótese que, sentindo-se pressionados diante da crescente mobilização do operariado urbano, a classe patronal e o Governo Federal sentiram a necessidade de se articularem para combater a ascensão do movimento operário.

A vitória parcial da grande greve demonstrou que os métodos de repressão tradicionais eram insuficientes para conter os conflitos da relação capital-trabalho, novos métodos deviam ser utilizados para barrar a ameaça proletária. Alguns representantes dos grupos patronais percebiam essa mudança, Rui Barbosa, por exemplo, começou a considerar as exigências trabalhistas em seus discursos, mas era minoria.

Os anos posteriores foram marcados por greves localizadas e intensa agitação e propaganda dos trabalhadores, principalmente com as notícias da Revolução

³² BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Ibidem*. 2000, p. 49.

Bolchevique na imprensa operária³³. Mas uma nova onda de repressão por parte do governo dificultou a movimentação dos trabalhadores, situação que se somou às crises das correntes dentro do próprio movimento operário.

O desgaste das correntes socialistas e principalmente das correntes anarquistas resultou na composição de um partido que aglutinou as tendências pró-bolchevique e de âmbito nacional. Em 1922, foi criado o Partido Comunista Brasileiro, que no final do ano possuía cerca de duzentos e cinquenta militantes, reunidos em sua maioria na capital federal³⁴. A influência do partido nos primeiros anos foi considerada tímida e ganhou proporção mais robusta apenas a partir de 1925, após o partido oficializar sua entrada na Internacional Comunista e ampliar a sua participação em sindicatos e associações beneficentes.

A fundação de um partido comunista no Brasil foi outro marco imprescindível na história da classe trabalhadora brasileira. Não só pela atuação tática perante às mobilizações, mas também pela sua capacidade de elaboração de uma teoria revolucionária aplicada à realidade brasileira, apesar dos limites de formulação apresentados por alguns dirigentes³⁵. O impacto causado por esta organização pode ser verificado através da ofensiva patronal e por parte do próprio Estado nos anos posteriores. Esta ofensiva, como colocado anteriormente, não dependeu apenas do uso irrestrito da força através da repressão policial, outros métodos seriam postos a serviço do combate à organização dos trabalhadores, como veremos posteriormente.

4 A crise política da República Oligárquica

A República Oligárquica revelou ser uma contradição em termos. Contradição esta escancarada por dois: o dos conflitos advindos da frustração de grupos sociais alijados da participação política em uma sociedade em que a conservação dos laços aristocráticos escravocratas impedia qualquer manifestação contra a ordem; e o conflito dos grupos oligárquicos que buscavam a hegemonia do aparelho burocrático do estado, a fim de promoverem seus interesses pessoais. Além disso, a decadência do modelo agroexportador baseado na economia cafeeira evidenciava mudanças na divisão internacional do trabalho e o surgimento de novas alternativas de crescimento

³³ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Ibidem*. 2000, p. 53.

³⁴ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1972, p. 326.

³⁵ MORAES, João Quartim. A Evolução da Consciência. In: *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007, pp. 54-58.

econômico, como a urbanização e a industrialização, que afetavam diretamente a dinâmica de desenvolvimento do trabalho e das formas de sociabilidade, principalmente nas grandes cidades. Em meio a esse mar de contradições, entre a permanência e a ruptura, fenômenos de caráter políticos-sociais davam o tom da conjuntura de crise do final dos anos vinte no Brasil.

4.1. O Tenentismo como antessala da crise política

Na obra pioneira de Virgínio Santa Rosa³⁶, o tenentismo foi apresentado como um movimento capaz de atender às aspirações da pequena burguesia, descrente do poder político tradicional representado pelas oligarquias rurais, que viram nas manifestações dos jovens tenentes uma alternativa canalizadora dos seus descontentamentos³⁷.

No ano de 1922, a vitória de Arthur Bernardes foi objeto de forte rejeição pelas Forças Armadas. Os casos de insubordinação e de conspiração contra o candidato eleito tiveram como consequência uma onda de transferências e prisões dos militares. Em junho, ainda sobre o governo anterior de Epitácio Pessoa, um incidente envolvendo a prisão de Hermes da Fonseca selou por vez o já frágil establishment político da República. O Marechal, que no momento era reeleito presidente do Clube Militar, não enviou as tropas para conter uma rebelião militar no Recife, contrariando a ordem do presidente. Ao invés disso, Hermes da Fonseca enviou um telegrama em apoio aos oficiais revoltosos. Diante do ato de insubordinação, o polêmico Marechal foi repreendido, preso e o Clube Militar fechado.³⁸

A prisão acentuou o teor conspiratório das Forças Armadas e no dia cinco de junho o conflito foi instaurado. Apenas o Forte de Copacabana, sobre a liderança do capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal, e a Escola Militar entraram no confronto. Os oficiais da alta patente e os políticos da oposição rejeitaram o movimento, que ficou, de fato, sob liderança dos tenentes. A revolta foi rapidamente sufocada pelas forças legalistas e o estado de sítio decretado por trinta dias aprovado pelo Congresso

³⁶ SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*: prefácio de Nelson Werneck Sodré. 3ªed.São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

³⁷ O debate historiográfico sobre o Tenentismo traz algumas divergências envolvendo as aspirações dos tenentes nas primeiras revoltas de 1922-24 e o papel das camadas media. Retomaremos a esse debate neste mesmo capítulo ao tratar da Revolução de 1930.

³⁸ CARONE, Edgard. *A República Velha II: Evolução Política (1889-1930)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 363.

para o Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro, possível de ser estendido para outras localidades.

O episódio fez com que as rusgas entre as facções fossem brevemente esquecidas: Nilo Peçanha, que anteriormente aproveitou-se politicamente da tensão com as Forças Armadas, recuou assim como o político gaúcho Borges de Medeiros, conhecido pela oposição ao governo, que publicou um artigo intitulado Pela Ordem onde condenava o movimento nomeando-o de retrocesso histórico³⁹. No dia quinze de novembro de 1922, Arthur Bernardes finalmente assumiu a presidência. A cerimônia de posse foi transferida de local e o estado de sítio continuou, indicando que a atmosfera de revolta eminente continuava provocando receio na alta casta política.

As consequências das medidas de segurança promulgadas por Eptácio Pessoa, e continuada pelo seu sucessor, afetaram diretamente as Forças Armadas, as camadas médias e o proletariado. A situação serviu como um excelente pretexto para desmanchar qualquer foco de desobediência, agitação ou mera organização desses setores, como o PCB, que foi, pela primeira vez em muitas outras, fechado.

A imprensa também sofreu com a censura e os adversários políticos de Arthur Bernardes foram perseguidos. A postura autoritária do presidente aumentou o clima de conspiração com a intervenção na sucessão dos governadores no Distrito Federal e na Bahia, desobedecendo o princípio da não intervenção nos estados. A atitude foi interpretada como uma afronta por vários grupos que nutriam oposição ao presidente, como o político Nilo Peçanha e o general Isodoro Dias Lopes.⁴⁰ O General serviu como peça central nos levantes posteriores articulando alianças com os políticos da oposição e coordenando projetos de insurreição militar.

Em 1924, estourou uma nova revolta. Desta vez, o foco foi a capital paulista e nomes como João Cabanas, Joaquim Távora e Miguel Costa, todos tenentes, estavam presentes entre os rebeldes que sitiaram a cidade por vinte e três dias. Com a pressão das forças legalistas os rebeldes fugiram para o interior do estado e entraram em conflitos violentos com a tropas do governo. A insurreição estendeu-se para Mato Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Rio Grande do Sul, ganhando contornos ideológicos e pautas próprias de acordo com cada região.

³⁹ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1977, p. 369.

⁴⁰ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1977, p. 382.

A repressão aumentou por parte do governo com prisões arbitrárias a qualquer elemento suspeito de conspirar contra a ordem. A radicalidade das medidas reforçou uma atmosfera de revoltas dos elementos civis e militares em diversos pontos do país sem vinculação orgânica com as sublevações tenentistas. Enquanto isso, para fugir das tropas oficiais, os revoltosos embreados nos rincões do país, sob o comando de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, estruturam uma coluna com o intuito de marchar pelo interior do país para disputar a simpatia da população e formar novos focos revolucionários. A Coluna, que representava a faceta mais radicalizada do tenentismo, foi duramente perseguida e travou um total de cinquenta e três combates no período de 1925 a 1927⁴¹.

4.2. Os últimos anos da República Velha e o acirramento das tensões no seio da fração oligárquica

No Distrito Federal e nas outras capitais, o clima de aparente tranquilidade era garantido pela continuidade do estado de sítio. A candidatura do paulista Washington Luís foi aceita sem maiores entraves, situação contrária a de seu antecessor. A posse, realizada no dia quinze de novembro de 1926, evidenciava a diferença com a do presidente anterior e foi feita em carro aberto e sem muitas proteções.

Washington Luís trouxe algumas fagulhas de esperança para o apaziguamento dos ânimos da época. As medidas iniciais do novo governo corroboraram com as expectativas, pois libertaram vários presos políticos do período e concedeu indulto presidencial para alguns quadros do tenentismo. Entretanto, as primeiras atitudes progressistas limitaram-se a casos individuais. O presidente não concedeu a Lei de Anistia, clamada pela opinião pública, e implantou a Lei Celerada com o intuito de deter os chamados “delitos ideológicos” – reforçado pela Lei de Imprensa anterior – e fechou os clubes militares, sindicatos e outras agremiações.

A Lei Celerada regularizou o estado de sítio e implantou medidas repressivas que impossibilitaram qualquer movimentação política oposicionista, principalmente dos grupos sociais vulneráveis, através de uma rígida política da mordaza. Entretanto, a aparente normalidade escamoteava a oposição ao situacionismo através da formação de ligas e partidos, como o Partido Democrático Paulista, que aglutinou parte da elite dissidente do estado. Também no Rio Grande do Sul surgiu o Partido Libertador em

⁴¹ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1977, p. 398.

1928 e outros partidos regionais de oposição ao situacionismo imposto pela chapa São Paulo-Minas Gerais.

A movimentação expôs, mais uma vez, a cisão das oligarquias regionais com o projeto político da alta burguesia agroexportadora cafeeira e ganhou contornos mais agressivos com a sucessão presidencial para o ano de 1930. Antônio Carlos, da distinta família Andrada, descendente do estadista do Império José Bonifácio, e então governador de Minas Gerais, devia ser o nome natural para a sucessão presidencial pelo acordo São Paulo-Minas, mas o nome do governador paulista Júlio Prestes apareceu como favorito pelo próprio Washington Luís.

Ao romper o acordo, Antônio Carlos sondou a oposição gaúcha sobre uma possível aliança em troca do não apoio à candidatura paulista. Borges de Medeiros, político de longa data, que ocupou o governo do Rio Grande do Sul por cerca de trinta anos, tendeu a aceitar o acordo, mas o então governador do estado, Getúlio Vargas, que anteriormente compôs o Ministério das Finanças, titubeou por um tempo até finalmente aceitar a proposta.

Com a decisão favorável de Vargas, formou-se a Aliança Liberal. Em julho de 1929, após intensas negociações, o nome do paraibano João Pessoa foi fechado para a vice-presidência, completando a chapa de opositora à candidatura de Júlio Prestes e seu vice Vital Soares. A formação da Aliança, apesar de ter sido recebida com surpresa pela ala situacionista, foi fruto de um longo processo de negociações das forças oposicionistas que sempre estiveram presentes na República desde a sua origem. Na plataforma de sua campanha, a Aliança defendeu a ampla liberdade de pensamento, anistia, voto secreto, fim da corrupção e dos vícios político e diminuição do custo de vida, dialogando diretamente com os anseios das camadas médias. Além disso, a Aliança Liberal também defendeu algumas medidas de proteção ao café tentando conquistar uma ala da elite agroexportadora dependente desta política e descontente com as constantes perdas econômicas neste setor.

As principais lideranças do movimento apresentaram uma postura conservadora diante das medidas mais radicais. Foi o caso do próprio Getúlio Vargas, Antônio Carlos e Epitácio Pessoa, políticos que apesar de estarem na oposição eram refratários a qualquer processo que instaurasse um movimento de subversão. Por outro lado, a aglutinação de lideranças mais jovens como Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e João Neves proporcionou ao movimento uma postura radicalizada, principalmente após a

adesão de alguns quadros do tenentismo, como Isidoro Lopes, Miguel Costa e João Alberto.

A aproximação de uma parcela dos tenentes com a Aliança Liberal representou uma cisão no movimento tenentista. Enquanto uma ala aproximava-se das iniciativas legalistas, outro grupo simpatizava com ideais socialistas e comunistas, rejeitando a sondagem dos políticos profissionais representantes da ordem vigente. O caso de Luís Carlos Prestes foi o mais sintomático: exilado na Bolívia desde 1927, o militar foi sondado por Getúlio Vargas, às vésperas das eleições, para um possível apoio ao movimento, no qual rejeitou. Neste período Prestes aproximou-se do comunismo intermediado por Astrojildo Pereira, dirigente do partido, que foi até Bolívia encontrá-lo para entregar obras políticas e mediar um possível contato. Mas foi apenas na Argentina, em 1928, que Prestes aderiu ao comunismo, mudou-se para a URSS e filiou-se ao Partido Comunista do Brasil em 1934⁴².

As divergências em relação às estratégias defendidas pelas alas dos tenentes representaram um marco para a história política do Brasil: o apoio dos tenentes ao legalismo foi vital para o sucesso da empreitada que culminou na derrubada da República Oligárquica, assim como os desbandos à esquerda representados pelo Cavaleiro da Esperança, assim chamado Luís Carlos Prestes, que participou ativamente das movimentações posteriores como um dos dirigentes principais do PCB.

Assim, como em 1924, os acontecimentos fugiram do controle de seus articuladores com a junção dos tenentes na Aliança Liberal. Dada a vitória do candidato Júlio Prestes à presidência, os boatos sobre uma possível manipulação das urnas incendiaram a conjuntura política do período e foram responsáveis por desencadear uma série de acontecimentos que traçaram o fim da frágil estabilidade da República Oligárquica.

Após o fim das eleições, Washington Luís executou um plano de retaliação aos estados que compuseram a Aliança Liberal, com exceção do Rio Grande do Sul, assegurado por um acordo secreto conhecido como Missão Paim Filho. Já Paraíba e Minas Gerais sofreram sanções do Executivo e boa parte de seus deputados tiveram seus mandatos cassados.

⁴² SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes: análises e depoimentos*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d]. p. 87.

O teor da política de retaliação do presidente foi aplicada à Paraíba de forma exemplar. O governador João Pessoa, ex-candidato a vice-presidente na chapa derrotada, teve que enfrentar desavenças políticas em seu estado sem o apoio das forças federais na resolução do conflito. A oposição conseguiu fundar sem maiores dificuldades o Estado Independente da Princesa, uma cisão do estado da Paraíba comandada por forças opositoras. O presidente sinalizou, através deste episódio, que os acontecimentos anteriores não seriam facilmente perdoados e que os estados envolvidos na conspiração seriam duramente penalizados.

No dia vinte e cinco de julho de 1930, o assassinato de João Pessoa tornou-se um fato político decisivo no desenrolar dos acontecimentos. A morte do governador da Paraíba não tinha ligação direta com a Aliança Liberal, mas foi o suficiente para ser usada como estopim que deu origem a uma crise na passagem sucessória do governo. No enterro de João Pessoa, sepultado no Rio de Janeiro, o clima conspiratório predominou. As negociações que estavam esfriadas voltaram com força total devido aos acontecimentos recentes. Uma complexa rede de conspiradores foi gestada durante o processo, articulando Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e Mato Grosso e o Nordeste sob comando do tenente Juarez Távora. O apoio de Borges de Medeiros, conseguido apenas em agosto, tornou-se central para o sucesso da conspiração, já que graças ao político foi travado contatos com generais do Exército.

No dia três de outubro, estourou a revolta. Começou por Porto Alegre, com o assalto das unidades militares da capital, e em seguida se estendeu para Santa Catarina e Paraná. Após a tomada de Belo Horizonte, o Nordeste foi facilmente rendido, assim como o Espírito Santo, que apoiou o movimento. Os focos de resistência foram no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e no Pará, estados importantes que foram decisivos para a insurreição. Enquanto o confronto militar se desenrolava, as articulações de gabinetes ganharam importância na queda de Washington Luís. Refratários em um primeiro momento, a alta patente do Exército manteve-se legalista, principalmente em São Paulo e Minas Gerais. Foi só a partir de conversas com um grupo de generais articulado por Lindolfo Collor, que foi desenvolvido o plano de renúncia do então presidente.

No dia vinte e quatro do mês de outubro, foi formada uma Junta Governativa com nomes do Exército e da Marinha, que bombardeou o Palácio do Catete com o objetivo de prender o presidente. Em menos de um mês, o presidente Washington Luís, conhecido por sua rigidez moral contra seus opositores, foi deposto. Mas a eficácia da

estratégia militar dos conspiradores foi apenas um aspecto de um complexo quadro que explicava a deposição do presidente e inaugurou uma nova fase na política brasileira.

Além da crise econômica mundial, a defesa do café não apareceu nos horizontes da política econômica do presidente paulista. Apostando em uma política de austeridade econômica, Washington Luís abandonou a política de proteção ao café negando as emissões para o produto e a moratória. O político rejeitou as medidas cristalizadas até então por seus antecessores, pois acreditava que a baixa do preço no exterior poderia solucionar a enorme crise no qual estava inserida a produção cafeeira e não via motivos para apostar em soluções emergenciais⁴³. O remédio amargo não agradou São Paulo: a desvalorização do produto era algo inaceitável para os fazendeiros do café e gerou descontentamento e protestos por parte das associações rurais, principalmente no Congresso de Lavradores de dezembro de 1929, em que o presidente foi duramente criticado.

A crise política revelou problemas de ordem econômica e social além das desavenças entre as frações regionais descontentes com a hegemonia do capital cafeeiro. A cisão de Minas com São Paulo, além do impasse na sucessão, evidenciou o descontentamento do estado, que sempre ficou a reboco das aspirações financeiras da economia agroexportadora.

A aliança entre São Paulo e Minas Gerais estava garantida com a condição que a autonomia política do estado mineiro fosse mantida. A importância mineira era de caráter político e não econômico, já que a produção cafeeira era muito menos pujante do que em São Paulo⁴⁴, e com a tirada de Antônio Carlos do pleito eleitoral e outras medidas de Washington Luís que desagradaram o estado mineiro a aliança foi rompida.

Os conflitos no interior das classes dominantes, entre o setor agroexportador e o setor voltado para a economia interna, aliados à insatisfação das camadas médias e do operariado e o aparecimento do movimento tenentista, greves operárias e conspirações ao longo de todo território brasileiro desestabilizaram de vez a hegemonia do grande capital agroexportador cafeeiro no comando do Governo Federal. No dia quinze de novembro de 1930, Getúlio Vargas foi empossado como chefe do governo provisório do país. A nova composição política do Brasil possuía a sua frente um membro da oligarquia gaúcha e a figura indigesta de tenentes vistos ao longo das décadas como

⁴³ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: História e Historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 98.

⁴⁴ PERISSINOTTO, Renato. M. *Ibidem*. 1994, pp. 207-211.

responsáveis por suscitar a anarquia e a desordem. A sucessão dos acontecimentos demonstrou, mais uma vez, a impossibilidade de controlar os fatos, inaugurando-se ao atropelo um novo capítulo da história brasileira. Os personagens envolvidos na vitoriosa insurreição expressaram uma complexa rede de negociações, recuos e radicalidade ao sabor dos acontecimentos.

Mas, apesar de relevante, as tramas que envolveram esses complexos personagens demonstraram apenas uma faceta da explicação do acontecimento. Quem de fato apoiou a chamada Revolução de trinta? Quais as frações de classe envolvidas neste processo? Houve de fato uma ruptura com o funcionamento da forma de fazer política de até então? Como isso refletiu nas classes subalternas? Em nosso trabalho, especificamente, a pergunta cabal envolve o grau de participação da fração de classe da burguesia industrial, houve de fato uma participação deste grupo no desenrolar do processo?

Todas essas questões são fruto de um intenso debate na historiografia que suscitou discussões sobre o modelo de revolução brasileira e sobre o protagonismo das classes sociais através da revolução de trinta à luz de narrativas e interpretações próprias para o entendimento da sociedade brasileira, bem como a consagração de certas interpretações hegemônicas sobre o acontecimento.

5. O debate historiográfico sobre a revolução de trinta

Segundo o historiador Edgar de Decca no prefácio da quinta edição de sua obra, as análises da revolução de trinta representaram uma identificação entre sujeito e objeto que influenciou diretamente posturas assumidas pela historiografia e pela memória do acontecimento⁴⁵. Revolução burguesa, militarismo, participação popular, ascensão do industrialismo frente à decadência do modelo agrarista figuravam entre as principais discussões reinantes quando se elaborava o entendimento do real significado de trinta, sendo difícil fugir das próprias aspirações e dos debates presentes na época quando essas elaborações eram forjadas.

As primeiras elaborações sobre o tema começaram a surgir em um período muito próximo aos acontecimentos através de obras de teor memorialístico, relatos e análises políticas sobre os fatos. *O Sentido do Tenentismo*, de Vírgilio Santa Rosa, debruçou na

⁴⁵ DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 o silêncio dos vencidos*: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 18.

busca da essência do movimento tenentista e sua relação com a pequena burguesia urbana. A obra pioneira, como já citada em páginas anteriores, estabeleceu a relação intrínseca do movimento com as aspirações da pequena burguesia, que para Santa Rosa era um grupo desorganizado e sem espírito associativo, mas que progressivamente conscientizou-se do arcaísmo do sistema político vigente.

O tenentismo representou as aspirações da pequena burguesia que pressionou os políticos liberais em direção às mudanças, mas que logo teve sua força apaziguada com os rumos do governo provisório e com as forças das oligarquias rurais. Otimista, Santa Rosa viu na experiência tenentista um processo pedagógico da pequena burguesia, que criou raízes para a conscientização política frente aos desmandos das velhas oligarquias agrárias ⁴⁶. A visão de Santa Rosa tornou-se central para o entendimento não só do fenômeno do tenentismo mas também da própria revolução de trinta, inaugurando uma percepção que colocou os setores urbanos, em especial as camadas médias, como protagonista dos acontecimentos que desencadearam o fim do domínio político das oligarquias rurais.

A Aliança Liberal, para o autor, foi um elemento de acômodo às aspirações pela via eleitoral, o remanso acolhedor para todos os descontentamentos⁴⁷, mas que voltou ao status quo passado o momento oportuno de revolta. Cabe a pergunta: foi a pequena burguesia, representada pelo tenentismo, que se utilizou dos mecanismos de instabilidade política e de cisão das facções regionais ou o contrário? A Aliança Liberal foi que instrumentalizou a revolta das camadas médias? Para o autor, refratário a Getúlio Vargas, a quem chamava de ditador, a primeira opção era mais assertiva mesmo ressaltando o caráter contraditório do processo e a força das oligarquias rurais.

O caráter popular do movimento foi esboçado nessa obra que expressou uma das primeiras reflexões sobre o assunto ainda sob os auspícios do governo provisório. Trinta significou não uma revolução mas um processo de desenvolvimento de uma consciência moderna em detrimento das elites agroexportadoras e plutocráticas, tendo, portanto, um sentido evolutivo encabeçado por forças populares que foram despertadas pelo movimento dos tenentes.

⁴⁶ “Assim, o nosso liberalismo-democrático tende a perecer por inanição. Os sulcos demagógicos abertos nas populações urbanas, pelos verbos dos nossos tribunos liberais, lentamente se apagarão. Debalde a imprensa partidária, manejada pelos interesses plutocráticos, forceja espalhar a confusão. O mal-entendido é passageiro. O tenentismo, dentro em breve, reconquistará as multidões. Senão como governo como oposição.” In: SANTA ROSA, Virgínio. *Ibidem*. 1976, p. 110.

⁴⁷ SANTA ROSA, Virgínio. *Ibidem*. 1976, p. 51.

Outra importante obra, gestada no calor dos acontecimentos, foi a de Octávio Brandão, membro do Partido Comunista Brasileiro. O comunista formulou suas primeiras impressões sobre o levante de julho de 1924, mandando três meses após o incidente um relatório endereçado a Internacional Comunista sob título de “Dois episódios sob a guerra de classes no Brasil”, que foi transformado, dois anos depois, no clássico *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil* sob o pseudônimo de Fritz Mayer⁴⁸.

A tese, escrita anteriormente ao desfecho de trinta, revelou aspectos basilares para o entendimento da sucessão de revoltas na década de vinte e serviu de referência para elaborações posteriores. Para Brandão, a explicação para as sublevações precisava passar pelo entendimento de uma luta constante entre o capitalismo agrário semi-feudal e o capitalismo industrial moderno que produzia contradições expressas em momentos de crise.

A revolta tenentista foi a expressão dessa contradição na República. A pequena burguesia indiretamente estava ao lado da burguesia industrial e contra os representantes da aristocracia agrária semi-feudal ao mesmo tempo que os conflitos explicitavam os interesses imperialistas do capital inglês, que apoiou os legalistas, e o norte-americano os revoltosos⁴⁹. Estrategicamente, era possível, na análise de Brandão, que o proletariado disputasse a pequena-burguesia transformando a revolta em uma revolução permanente⁵⁰. A análise do comunista alagoano apresentou erros metodológicos para a disposição de um ensaio marxista-leninista. A confusão, fragmentação de conceitos e uma supervalorização do elemento imperialista apontava para a própria formação intelectual de Brandão atrelada a uma perspectiva de fundo positivista, segundo Marcos del Roio⁵¹. As primeiras elaborações dos comunistas brasileiros fugiam, muitas vezes,

⁴⁸ LACERDA, C. Felipe. Octávio Brandão e as Matrizes Intelectuais do Comunismo no Brasil. 2017. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.148 *mimeo*.

⁴⁹ II Congresso do PCB. (Secção Brasileira da Internacional Comunista). Theses e Resoluções, Rio de Janeiro, 1925, p. 4. AEL-Unicamp. In: LACERDA, C. Felipe. *Ibidem*. 2017.

⁵⁰ “Lutemos por impedir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal.” BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil.-1924*. São Paulo: A. Garibaldi, 2006, p 133.

⁵¹ DEL ROIO, Marcos. “Octávio Brandão nas Origens do Marxismo no Brasil”. *Crítica Marxista*, nº 18. 2004, pp. 115-132.

da análise do materialismo dialético e careciam de leituras de obras marxistas, produzindo elaborações que muitas vezes se chocavam com a do *Komitern*.

As formulações de Octávio Brandão serviram de subsídio para as teses políticas do II Congresso do PCB, realizado em maio de 1925, estabelecendo as linhas políticas do jovem partido. A aliança do proletariado, principalmente com a pequena burguesia e taticamente com a burguesia industrial, reforçava o tom de dualismo entre o poder da aristocracia agrária versus a burguesia urbana presente em *Agrarismo e Industrialismo*. Urgia derrotar as oligarquias situacionistas e os interesses imperialistas britânicos.

Para isso, a formação de uma Frente Ampla foi defendida diante da conjuntura. A longo prazo defendeu-se a necessidade de construção de uma aliança com a pequena burguesia, atentando-se aos desvios e ao proselitismo típico desse grupo social. Essas formulações resultaram na construção do Bloco Operário Camponês [BOC] em 1927, de caráter eleitoral, que obteve algumas vitórias a nível local em 1928, mas foi dissolvido em 1930, devido sua parca representatividade a nível estadual e federal⁵². Pode-se dizer que Agrarismo e Industrialismo cumpriu a tarefa não só de análise da insurreição de 1924, apontando seu caráter pequeno-burguês e a necessidade de aliança programática com esse grupo social, como orientou as formulações do PCB.

No III Congresso do partido em 1928, muitas das elaborações foram “corrigidas” por incursões de Paulo Paiva de Lacerda como delegado do VI Congresso Mundial da Internacional Comunista. O papel da pequena burguesia foi diminuído e foi descartado o apoio da burguesia industrial. A revolução deveria ter caráter democrático burguesa e de libertação nacional⁵³. O rechaço a linha apresentada por Octávio Brandão representou o alinhamento do jovem partido com o *Komitern*, que apostou, as vésperas da Revolução, numa política de obreirismo, classe contra classe e derrota do social-fascismo. Os esforços do proletariado na América Latina deveriam ser voltados para a destruição do imperialismo e a constituição de conselhos operários, recusando ficar a reboque de outras classes⁵⁴.

Astrogildo Pereira, que endossou o ensaio de seu companheiro de partido, também foi acusado, como Brandão, de desvios pequeno-burgueses. Quando escreveu sobre o acontecimento de trinta, Astrogildo, que já estava alinhado as teses pecebistas, apostou qno evento como uma contra revolução preventiva. Isso porque, para o

⁵² CARONE, Edgard. *Ibdem*. 1972, p. 337.

⁵³ CARONE, Edgard. *Ibdem*. 1972, p. 123.

⁵⁴ PERISSINOTTO, Renato. M. *Ibdem*. 1994, p. 95.

comunista, os eventos anteriores, de 1922 e 1924, caminhavam em direção a uma revolução democrática burguesa que desembocaria, enfim, em uma revolução proletária⁵⁵. Prevendo a situação, a própria burguesia tomou as rédeas do movimento e fez alianças com os setores mais atrasados do país, rompendo com as frações progressistas. O resultado foi um golpe que usou da demagogia contras as classes populares com o objetivo de deter o avanço rumo à revolução, de modo que a chamada revolução de trinta representou apenas a continuidade: um velho regime como vestes de um novo.

Essa tese, contendo o paradigma de revolução e o alinhamento de Astrogildo com a Internacional Comunista, ainda conservou traços das interpretações anteriores, principalmente a de Brandão, acerca dos levantes tenentistas de 1922 e 1924. Mas a interpretação endossou a postura de neutralidade do partido comunista diante do levante. Mesmo com as mudanças nas orientações do pecebismo, as duas obras, em especial a de Octávio Brandão, foram consideradas pioneiras na análise dos problemas sociais do Brasil através de uma ótica marxista, e as elaborações dos comunistas inspiraram formulações posteriores da inteligência do partido nas décadas seguintes.

O marxismo no Brasil, oscilando entre o mimetismo e as vacilações teóricas nas primeiras décadas, começou a assumir contornos próprios no final da década de quarenta e cinquenta⁵⁶ representado por uma renovação nas formulações teóricas de alguns de seus militantes. Nelson Werneck Sodré representou um papel fundamental nessa nova composição ao ter se debruçado sobre a análise dos aspectos da formação social do Brasil e seu desenvolvimento.

O militar e comunista não estava sozinho, pois fez parte do espírito de uma época disposta a interpretar as especificidades da formação brasileira. Suas formulações evidenciavam o atraso originado pelo latifúndio e pelo imperialismo que atrofiavam o mercado interno e causavam conflitos de interesses para a burguesia interna. O Brasil vivia no campo uma situação comparada ao modo de produção feudal dominado por relações de vassalagem e servidão. A contradição fundamental entre Nação e Imperialismo e seus representantes internos exigia a necessidade de compor forças com todas as frações de classe prejudicadas pelo capital externo, tornando necessária uma

⁵⁵ PEREIRA, Astrogildo. *Campo de Batalha (Novembro de 1933 - Maio 1934)*. Ensaios históricos e políticos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

⁵⁶ MORAES, João Quartim. *Ibidem*. 2007, p. 75.

aliança em torno da burguesia⁵⁷, do proletariado e das camadas rurais para derrotar as forças do imperialismo e do arcaísmo feudal.

Para Werneck Sodré, o avanço das forças produtivas só seria possível através da substituição das velhas relações de produção por novas e mais adequadas ao desenvolvimento do país e às necessidades do povo. Isso não significava o fim das contradições, mas, segundo as próprias palavras do autor, a superação por outra “recebendo tratamento adequado a fase histórica”⁵⁸, aceitando um horizonte nacional democrático com o intuito de acumular forças para a superação do capitalismo. O embate em trinta foi decorrente desse processo de crescentes contradições entre o capital externo e os interesses nacionais que refletia a inquietação, principalmente por parte das camadas médias urbanas dirigidas pela ala dos tenentes, e que abriria uma nova fase no processo de desenvolvimento da sociedade nacional.

A revolução burguesa, para Sodré, não se efetivou em trinta, mas foi a partir desse processo de insurreição da periferia para o centro que se abriu uma nova fase na composição das forças progressistas nacionais. Para o autor de *Formação Histórica do Brasil*, o acontecimento explicitou as contradições existentes entre a elite agroexportadora com a burguesia industrial e as classes exploradas. Mais uma vez, ressaltou-se a importância da participação das camadas médias, que, para Sodré, tiveram franco desenvolvimento desde do período colonial, ao contrário da classe operária ainda débil. A não assimilação desse último elemento possibilitou que esse processo insurrecional, iniciado com os levantes tenentistas, fosse desestruturado pela articulação das forças dominantes e pela ascensão do fascismo e de ideologias de caráter autoritário que culminaram na ascensão do Estado Novo sete anos depois.⁵⁹

A análise de Nelson Werneck Sodré convergia com as resoluções do PCB da década de cinquenta, que mudaram substancialmente com a nova conjuntura. O partido,

⁵⁷A composição da burguesia para Werneck Sodré é bastante heterôgenea, refletindo nas possibilidades de contraposição ao capital estrangeiro: “Em relação ao imperialismo, a maioria da burguesia, dele sofre e tem seus interesses prejudicados, mas elementos tanto da alta como da média burguesia a eles se associam. Seu setor mais dinâmico é o industrial, que disputa ao imperialismo o mercado interno e a outros grupos o roçamento cambial. Sua limitação esta na debilidade econômica que apresenta. Pertence a esta classe ainda a pequena burguesia urbana composta pelos pequenos empresários, intelectuais, artesãos, funcionários, empregados e militares profissionais, classe que começou a surgir ainda na época colonial e que cresce com o desenvolvimento capitalista de fraca concentração de capitais que é o nosso” SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 270

⁵⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Ibidem*. 1973, p. 272.

⁵⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Ibidem*. 1973, p. 223.

segundo o historiador João Quartim de Moraes⁶⁰, abandonou a linha esquerdista desde o IV Congresso em 1954, aproximando-se dos setores do trabalhismo e adotando um programa de reformas nacionalmente democráticas. Entretanto, as divergências criadas por essa linha política eram sentidas no interior da própria organização. Caio Prado Júnior, filiado desde 1931, era crítico à análise do partido, principalmente no que condizia às alianças de classes e às análises do passado brasileiro⁶¹. É importante salientar de antemão que o historiador marxista não foi um especialista sobre os acontecimentos de trinta, pois se detinha às pesquisas sobre o período colonial, o que o blindava de certo modo de confrontos diretos com o PCB⁶².

Contudo, a concepção que o historiador partilhava em relação à natureza da revolução brasileira, a crítica a tese dualista assim como a de um meio agrário feudal revelavam uma nova abordagem que foi aos poucos transparecendo em suas primeiras publicações para assumir crítica aberta em *A Revolução Brasileira*, publicada em 1966, dois anos depois do Golpe Militar de 1964, que colocou um ponto final nas esperanças de aliança tática com a burguesia nacional alimentada pela esquerda comunista.

O historiador descartava a análise dual entre arcaísmo agrário e modernização industrial para o entendimento do atraso brasileiro e a teoria de independência nacional como pressuposto de desenvolvimento⁶³. Caio Prado rejeitava a estratégia defendida por seu próprio partido, a de uma aliança tática com setores progressistas da elite brasileira, assim como negava a defesa de um programa nacional-democrático, classificando como insuficientes essas análises teóricas da esquerda brasileira:

Foram sem dúvida essas insuficiências teóricas que tornaram possível encaixar o mesquinho embate de facções, que agitava o cenário político brasileiro, em teorias descalçadas sobre modelos estranhos e completamente alheados da realidade do país, e com isso assemelhando aquela luta a grandes e profundos acontecimentos revolucionários: nada menos que conflitos decisivos de classes e categorias sociais que diziam a respeito à própria estrutura econômica e social do país. Uma revolução agrária, antifeudal, antiimperialista...Que não se tratava de nada disso, verificou-se amargamente quando uma simples passeata militar bastou para deitar por terra a aventura e dispersar sem maior esforço os iludidos pseudo-revolucionários.⁶⁴

⁶⁰ MORAES, João Quartim. *Ibidem*. 2007, p. 75.

⁶¹ SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Jr: o sentido da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 49.

⁶² SECCO, Lincoln Ferreira. *Ibidem*. 2008, p. 104.

⁶³ SECCO, Lincoln Ferreira. *Ibidem*. 2008, p. 110.

⁶⁴ PRADO, Caio Jr. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 27.

As duras palavras de Caio Prado para o modelo pecebista eram condizentes com as transformações de uma época de efervescência político-cultural ao mesmo tempo em que o golpe de estado de 1964 tornou as críticas ao modelo de revolução democrática burguesa extremamente pertinentes. O ambiente criou um terreno propício para novas interpretações da sociedade nacional, a estrutura de Estado, as possibilidades de organização das classes sociais e outros aspectos que tentavam responder o fracasso da democracia brasileira, encerrada através de um golpe militar com amplo apoio da burguesia brasileira e outros setores da sociedade civil. A crítica dentro do PCB (Caio Prado Jr. nunca desligou-se da organização) era apenas uma entre as novas elaborações construídas dentro dos mais diversos campos da intelectualidade brasileira, que renovava as discussões sobre as interpretações sobre trinta.

O surgimento do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955 pelo governo de Café Filho, representou um importante avanço nas contribuições epistemológicas sobre o Brasil através de uma perspectiva focada no nacional desenvolvimentismo. O Instituto aglutinou diferentes posições sobre o modelo de desenvolvimento que deveria ser assumido no país. Em um primeiro momento, mais especificamente na década de cinquenta, as análises do ISEB pendiam para um conteúdo mais autoritário e, em um segundo momento, na década de sessenta, leituras de caráter progressistas começaram a ganhar espaço no instituto. A pluralidade de análises era percebida pelo corpo intelectual que compunha a iniciativa que contava com nomes de Roberto Campos, Alberto Guerreiro Ramos, Vieira Pinto, que aderiu ao integralismo no passado, e até mesmo o do próprio comunista Nelson Werneck Sodré.

Apesar da pluralidade de pensamento, o confronto do ISEB com a visão hegemônica do marxismo orientado pelo PCB constitui um ponto em comum nas reflexões dos isebianos atrelado a uma noção de engajamento intelectual ⁶⁵. Hélio Jaguaribe representou as aspirações do ISEB, tornando-se um dos mais relevantes nomes da instituição. Presente desde a fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o sociólogo defendia que até a década de trinta a economia brasileira fora pautada por um modelo semi-colonial que criou, paralelamente ao mercado exportador, um tímido mercado interno, assim como foi pautada por camadas sociais,

⁶⁵ TOLEDO, C.N. Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. In: MORAES, João Quartim (Org). *História do marxismo no Brasil: teorias interpretações*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007.

principalmente ligadas ao que o autor nomeia de pequena burguesia, interessada no desenvolvimento nacional.

O crescimento dessas camadas sociais não foi acompanhado pelo desenvolvimento de políticas que pudessem satisfazê-las, fazendo com que estas vissem no Exército, igualmente insatisfeito com a falta de prestígio, a possibilidade de realizar seus desejos de participação política. Com a República, o Exército enxergou a possibilidade de controlar politicamente o Estado Brasileiro, combatendo a dominação da burguesia agrária, principalmente através do florianismo. Mas faltou aos militares o jacobinismo necessário para promover mudanças profunda. A derrota das Forças Armadas com a presidência de Prudente de Moraes significou o declínio das aspirações da pequena-burguesia e da dominação total da burguesia agrária.

A década de trinta, para o autor, foi uma segunda tentativa da pequena-burguesia de rompimento com o poder agrário, mas com o único objetivo de conquistar o Estado sem intenções que ultrapassem os mecanismos jurídico-políticos de sua hegemonia, ou seja, a pequena-burguesia falhava em criar um projeto alternativo de país por estar preocupada em consolidar seus próprios interesses. O significado da chamada revolução de trinta para Hélio Jaguaribe foi sintetizado nas palavras de Marcos V. Pansardi – “mais como uma inflexão da estrutura econômico-social do que pela revolução em si”⁶⁶ – e possibilitou a ascensão da burguesia industrial como articuladora de um projeto político-econômico baseado na substituição de importação.

A pequena-burguesia, centrada em seus interesses, não conseguiu aliar o povo (trabalhadores urbanos e rurais) nem mesmo a burguesia industrial na consolidação de um projeto genuinamente nacional, cabendo a esta última categoria social a consolidação de uma diretriz industrialista mesmo sem o auxílio do Estado, conforme interpretação do autor. Hélio Jaguaribe considerava a burguesia industrial como a única capaz de comandar um projeto de desenvolvimento nacional através do que chamou de uma “via nacional capitalista” apoiada nas camadas populares e na figura de um líder. A análise de Jaguaribe distanciava-se das demais apresentadas, evidenciando o papel da burguesia industrial, que, mesmo não tendo participação tática no movimento de trinta, tornou-se ator principal na passagem de uma economia semi-colonial para uma economia de transição.

⁶⁶ PANSARDI, Marcos V. Da Revolução Burguesa à Modernização Conservadora: A Revolução de 1930 vista pelos historiadores. 2002. 224p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

Ao contrário de seu colega de ISEB, Guerreiro Ramos possuía outra visão sobre a importância dos setores das camadas médias no evento e creditava a elas a mudança essencial na constituição da sociedade brasileira ao romperem com as estruturas do poder oligárquico, inaugurando assim um novo ciclo da sociedade brasileira, representado pela estruturação do Estado e pela diferenciação ideológica das frações de classe⁶⁷. Apesar das diferentes formulações sobre o acontecimento por parte desses dois intelectuais isebianos, a crença no desenvolvimentismo e a crítica à ortodoxia presente nas elaborações da esquerda hegemônica tornaram-se pontos em comum. Segundo essa nova interpretação, o dualismo presente na sociedade brasileira poderia ser superado apenas através de uma política de industrialização capaz de criar uma economia nacional intermediada por um Estado forte sob a liderança da burguesia industrial, única fração de classe capaz de conduzir o projeto desenvolvimentista.

Outro importante locus da discussão e controvérsia das teorias sobre a realidade brasileira se deu na Universidade de São Paulo. O cientista social Florestan Fernandes, formado na universidade, selou sua trajetória através do antagonismo à tese do desenvolvimento nacional capitaneado por uma burguesia nacional supostamente progressista. Para o sociólogo, a condição de periferia do capitalismo e a dependência externa eram marcas que definiam a trajetória do desenvolvimento do país e a formação de sua burguesia, que se mostrou incapaz de conciliar os interesses nacionais por sua condição de sócio-menor do capital estrangeiro. Pela condição de dependência e subalternidade, a revolução burguesa no país assumiu uma perspectiva diferente das dos países europeus e fez com que os processos de transição de regimes fossem realizados através da acomodação de interesses e não pelo conflito e quebra da ordem.

Além desta característica intrínseca, a revolução burguesa na periferia do capitalismo representava, para Florestan Fernandes, não um acontecimento factual, mas, ao contrário, um processo lento e gradual de acomodação do desenvolvimento capitalista a uma ordem social competitiva através da dominação da burguesia autóctone. A assimilação foi feita através da adequação de uma estrutura jurídico-política capaz de atender aos interesses do capital monopolista, garantindo à burguesia o domínio e a capacidade de evitar qualquer sublevação que ameaçasse a manutenção da ordem interna. A revolução burguesa brasileira apresentava-se necessária para a garantia dos próprios privilégios da elite senhorial, que precisava ser remodelada para atender

⁶⁷ PANSARDI, Marcos V. *Ibidem*. 2002, p. 124.

aos interesses externos, apresentando nenhum interesse no rompimento com as formas de dominação arcaicas.

Florestan chamou a atenção para o caráter elitista das transições de regimes na história brasileira, transição do período colonial para a independência, fato essencial para o autor, já que esse acontecimento significou a constituição de um extrato sociopolítico burguês, e deste para o regime republicano, marcado pela recomposição do poder político das elites. A crise do poder oligárquico não representou um colapso, mas o início da recomposição das elites para a adequação à modernidade, que teria, para o autor, caráter conservador.⁶⁸

O episódio que transformou Getúlio Vargas em chefe do governo provisório e colocou fim à hegemonia do Partido Republicano Paulista representou para Florestan um fato dentro deste lento e gradual processo de revolução burguesa à brasileira. Entretanto, isso não deve ser interpretado como uma análise de desmerecimento ao acontecimento pelo sociólogo: a participação das camadas populares tiveram sua importância nas agitações do período, mas não foram o cerne do acontecimento que teve como objetivo a criação de um Estado Intervencionista capaz de atender às demandas da modernização conservadora. Florestan Fernandes interpretou o acontecimento de maneira pessimista, um rearranjo pelo alto produzido por uma aliança entre os senhores-cidadãos contra o restante das camadas populares despojadas de qualquer possibilidade de participação ativa no extrato jurídico-político.

A crítica ao dualismo e ao populismo orientavam as análises uspianas da década de sessenta, produzindo diversos trabalhos que relativizaram a participação popular em processos de mudanças institucionais, como é o caso de trinta. Francisco Weffort formulou uma contribuição importante na análise do fenômeno do populismo ao demonstrar que o fim da República Oligárquica representou o nascimento de uma configuração política orientada para a formação de um Estado de Compromisso diante à perda da hegemonia das elites agrárias e à crescente pressão popular. Paradoxalmente, a formação do Estado de Compromisso também representou a formação de um Estado de Massas através da ascensão das camadas populares que garantiu o equilíbrio do novo governo, que precisava atender aos interesses, por vezes inconciliáveis, dos diversos grupos sociais.

⁶⁸ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2011, p 203.

A consolidação deste Estado de Compromisso só foi possível através da participação das camadas populares urbanas, inclusive do proletariado, na formação de um acordo tácito com as frações da classe dominante. Sob essa perspectiva, a manipulação através da figura de Vargas, que se confundia com a do próprio Estado, representava a tônica da participação popular orientada de cima para baixo, e que se transformou em instrumento de constante pressão para a governabilidade⁶⁹. A revolução de trinta significou a passagem de uma democracia restrita para uma democracia ampliada⁷⁰ que manteve os instrumentos de dominação do antigo regime. A aparente anomalia era explicada, segundo o autor, pela situação de crise de hegemonia na qual o velho estado oligárquico estava envolvido, impossibilitando de sustentar-se apenas através do atendimento aos interesses da elite oligárquica.

Seguindo a crítica uspiana, o trabalho de Boris Fausto sobre o assunto contribuiu de maneira fundamental para a revisão da historiografia envolvendo o acontecimento. Boris Fausto foi além da crítica à visão dualista da sociedade e relativizou a participação da burguesia industrial e das próprias camadas médias no processo. Para o autor de *A Revolução de 1930: Historiografia e História*, a tese amplamente aceita sobre o acontecimento era de que a burguesia industrial foi o condutor do acontecimento por ser a principal força que saiu beneficiada pós trinta. Essa tese foi afirmada inclusive por intelectuais críticos ao modelo dualista, como André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini⁷¹.

Boris Fausto reafirmou, através das fontes da época, o papel dependente da indústria para com o complexo agroexportador, que inclusive apoiou o candidato da situação, Júlio Prestes. Após a implantação do governo provisório, de acordo com Boris Fausto, a burguesia industrial não ofereceu resistência ao novo governo, o que nunca representou o apoio à Aliança Liberal e à revolução. O comportamento de neutralidade da burguesia industrial até 1932 revelou a carência de um programa unitário desta fração de classe para a realização de seus interesses, acomodando-se às estreitas possibilidades do mercado para a obtenção de seus lucros sem apresentar características desenvolvimentistas. Mas ao contrário condicionada por uma atitude, denominada pelo

⁶⁹ WEFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 70-71.

⁷⁰ PANSARDI, Marcos V. *Ibidem*. 2002, p.132.

⁷¹ FAUSTO, Boris. *Ibidem*. 1970, p. 19.

autor, como malthusiana, na década de vinte e trinta, que expressava a adaptação a conjuntura mais favorável.⁷²

Do mesmo modo, a Aliança Liberal não apresentava um programa de desenvolvimento industrial consistente. Algumas de suas lideranças mantinham um comportamento refratário ao industrialismo. e os próprios primeiros anos do governo provisório apresentaram uma político-econômica vacilante em defesa dos interesses da indústria. Boris Fausto relativizou também a importância dada às camadas médias no evento. Começando pelo tenentismo, o autor classificou o movimento como difuso, elitista, autoritário e que tinha como eixo central o ataque às oligarquias por um viés jurídico-político, relativizando o caráter do movimento como portador da ideologia das classes médias. Por seu caráter elitista e autoritário, a relação do tenentismo para com as camadas populares não era de representação, mas de substituição no processo político, alijando-a do direito ao voto e ao sufrágio universal. O historiador desmistificou a visão consolidada, como o pioneiro trabalho de Virgílio Santa Rosa, sobre a associação direta do movimento tenentista com a pequena burguesia.

Em linhas gerais, *Revolução de 1930: Historiografia e Historia* estabeleceu diversos pontos de diálogo com a produção acadêmica da década de sessenta e setenta crítica às teses dualista e desenvolvimentista. Ao tratar da derrubada das oligarquias, Boris Fausto assimilou o modelo de subdesenvolvimento e dependência externa na formação social e tratou da relação de complementariedade entre as regiões marginalizadas em função dos novos centros urbanos, usando conceitos como satelitização em cadeia, presentes na análise de Andrew Gunder Frank.

Referências a Francisco Weffort também foram bastantes presentes na análise da crise das oligarquias e da formação de um estado de compromisso em trinta. Para Fausto, a derrubada da elite cafeeira do poder teve como consequência o solapamento de uma organização produtiva que refletiu contradições no interior das classes dominantes. Seguindo o modelo de satelitização interna, essas contradições ganharam forma através de dissensões regionais agravadas com a crescente pressão das camadas médias e do proletariado urbano.

A ascensão de Getúlio Vargas ao lado do Exército e dos tenentes, que foram perdendo influência ao longo do processo, representou uma remodelação de um Estado capaz de assumir a governabilidade diante da incapacidade de qualquer classe assumir a

⁷² FAUSTO, Boris. *Ibidem*. 1970, p. 46.

hegemonia do processo. A característica que o Estado assumiu após a queda de Washington Luís atendeu aos interesses dessa nova configuração: centralizador, racionalizador e intervencionista no campo econômico – o que favoreceu a longo prazo a produção industrial – e também político ao agregar através da cooptação os setores médios urbanos e o proletariado na vida política da nação por meio da CLT e de outros benefícios.

Para Boris Fausto, a ruptura ocasionada pela Aliança Liberal não significou uma mudança na configuração do poder, já que as classes dominantes conseguiram conservar seus interesses graças à remodelação forjada do Estado por meio da cooptação dos elementos ameaçadores, ou seja, das classes subalternas. O que usualmente chamou-se de revolução de trinta, para o autor, não passou de uma nova composição das elites a fim de conservar seus interesses em meio a uma crise política que estava transformando-se em crise social.

O conceito de hegemonia, presentes na obra de Francisco Weffort e de Boris Fausto, referenciou uma nova contribuição ao debate da revolução brasileira e indiretamente sobre o real significado do movimento de trinta na historiografia. Esse debate foi enriquecido com a contribuição das leituras de Antonio Gramsci no Brasil. A contribuição gramsciana veio em meio a um processo de revisão e flexibilização da teoria marxista saída do âmbito restrito do Partido Comunista Brasileiro, principalmente na década de setenta e oitenta, processo aliado a uma nova conjuntura inaugurada com a ascensão do eurocomunismo, dos movimentos sociais e partidos de esquerda que se distanciavam do espectro marxista-lenista ⁷³, causando um impacto profundo nas interpretações da realidade brasileira.

Outro conceito que também apareceu nas leituras de Gramsci sobre o *rissorgimento* italiano foi o de Revolução Passiva. O termo extrapolou a análise local e serviu de base para as novas interpretações acerca da formação do Estado-Nação e da constituição da revolução burguesa no Brasil, assim como do caráter antipopular dos processos de ruptura política ao longo da história do país. Para Werneck Vianna, o conceito de revolução passiva auxiliava no entendimento da realidade política brasileira. Analisando a implantação da legislação trabalhista no Brasil, o autor chamou a atenção para os rearranjos das elites em momentos de crise política e de reordenação do sistema

⁷³ COUTINHO, Carlos N. O Gramsci no Brasil: recepção e usos In: MORAES, João Quartim (Org). *História do marxismo no Brasil: teorias interpretações*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2007, p. 162.

produtivo. A década de trinta representava, para o autor, a consolidação da revolução burguesa no Brasil por meio de uma revolução pelo alto, a qual teve como objetivo criar um Estado capaz de responder aos interesses de uma nova configuração política, econômica e social.

A Primeira República foi marcada pelo pacto do liberalismo excludente ⁷⁴ e privilegiador através da instrumentalização do Estado pela elite agroexportadora. Essa elite caracterizava-se pela incapacidade de liderar um processo modernizador mesmo que autoritário ou conservador devido a sua política exclusivista e de concessão nula a outros grupos sociais. Coube à fração agrária não exportadora, ao tomar o Estado, a liderança do processo através de uma aliança com outros setores sociais aliados da participação política brasileira. Formou-se uma composição heterogênea por parte desses grupos com o interesse de disputar o aparelho do Estado através da Aliança Liberal e romper com os entraves que impossibilitavam a constituição de uma modernização conservadora no país.

A ascensão dessa fração não exportadora no poder teve consequências maiores do que uma simples troca de oligarquia podia ocasionar. A forma como o Estado seria composto e a sua função sofreram profundas transformações. Também influenciado pelas leituras de *18 Brumário de Luis Bonaparte* e de *A Guerra Civil em França*⁷⁵ de Karl Marx, Werneck Vianna chamou a atenção para um processo de complexidade do aparato do Estado derivado da autonomização que atendeu aos diversos interesses que surgiram em meio a uma nova ordem social do sistema produtivo brasileiro. O autor de *Liberalismo e Sindicato no Brasil* analisou com maior atenção o papel da Aliança Liberal e a das camadas médias nos acontecimentos do que o historiador Boris Fausto, que viu nesses grupos apenas uma coligação de oligarquias dissidentes desejosas de pressionar a burguesia paulista para obtenção de concessões e que, após assumir o governo, continuou a atendendo aos interesses da política cafeeira⁷⁶.

Para Vianna, a constituição da Aliança Liberal merecia ser valorizada como um dos fatores que explicou a transformação do Estado em trinta. Este Estado necessitou ser transformado para realizar reformas econômicas e políticas que beneficiaram a burguesia industrial, mesmo que indiretamente, através de uma política de modernização agrária ligada ao setor urbano-industrial e de aquecimento do mercado

⁷⁴ VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 131.

⁷⁵ VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 116.

⁷⁶ FAUSTO, Boris. *Ibidem*. 1970, p.96.

interno. Essas transformações deram forma a um Estado do tipo corporativo que foi bem-sucedido na missão de controlar os conflitos e os interesses difusos das frações de classe recém-ingressas na vida política brasileira e das frações das classes dominantes impossibilitadas de exercer a hegemonia. Após trinta, este Estado assumiu a postura de autonomização política⁷⁷ por meio da domesticação da sociedade civil e da repressão, mas ganhou feições universalistas ao conduzir as frações de classe antagônicas para um pacto nacional. Assim, as frações de classe que representavam perigo de insurreição, trabalhadores e frações das camadas médias, foram cooptadas através de canais de participação controlados e manipulados por esse Estado Benefactor:

Ao remover o Estado Liberal, a coligação aliancista cria as bases para promover “de cima” o desenvolvimento das atividades do conjunto das classes dominantes, em moldes especificamente burgueses (...) Elimina-se ou rebaixa-se a livre movimentação dos grupos sociais na sociedade civil. Em relação as camadas médias urbanas, a política se completa com a cooptação, operada a partir do recrutamento para as funções públicas que o Estado alarga bem além de suas necessidades. A legislação sindical, ao invés de procurar cortar o passo da crescente organização dos assalariados, buscara orientá-la para dentro do aparato estatal.⁷⁸

As mudanças operadas na passagem da década de vinte para trinta completou a revolução burguesa brasileira. Estas não foram orientadas por uma fração de classe ou um grupo social dirigente, mas sim pela incapacidade hegemônica dos grupos diante da nova situação. Assim, o que possibilitou a reestruturação do sistema produtivo foi, em última instância, a incapacidade hegemônica das frações de classe e a transformação de um Estado Liberal que atendesse aos interesses individuais de uma só fração de classe em um Estado Corporativo comprometido com um projeto de modernização industrial.

Continuando com as influências gramscianas, Carlos Nelson Coutinho foi um dos mais entusiastas do legado de Gramsci e de sua aplicabilidade no Brasil. Escrevendo em meio a transição do processo de redemocratização brasileira, Coutinho interessou-se pelas discussões sobre a possibilidade de uma democracia com base socialista e de caráter popular no Brasil⁷⁹. A conquista da democracia continuava sendo, na visão do autor, decisiva para a sociedade brasileira. A impossibilidade dessa

⁷⁷ VIANNA, Luis Werneck. *Ibidem*. 1978, p.157.

⁷⁸ VIANNA, Luis Werneck. *Ibidem*. 1999.

⁷⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo, Ciencias Humanas, 1980.

conquista dava-se pelo alijamento das massas populares no processo de participação da vida nacional, que era um processo de modernização pela via prussiana na qual o Brasil estava inserido. Para Coutinho, a história brasileira podia ser contada como uma série de revoluções pelo alto que serviam para reacomodar as elites dominantes. No caso de trinta, a “rearrumação”⁸⁰ foi do bloco de poder através da cooptação de alguns setores urbanos e favorecendo a ascensão de frações de classe da burguesia ligada ao mercado interno. Com a tomada do poder, as classes populares continuaram marginalizadas e excluídas da vida política brasileira, adotando, nas palavras do autor, um “subversivismo elementar” manifestado principalmente no *putsch* de 1935, que serviu de pretexto para a implantação do Estado Novo em 1937, finalizando o processo de revolução-restauração começado sete anos antes⁸¹.

A análise de Coutinho chamou a atenção para o fortalecimento do Estado e a ascensão do capitalismo monopolista no Brasil possibilitado pelo modelo de revolução anti-jacobina e pelo alto. A semelhança de interpretação de Coutinho com a de Werneck Vianna chamava à atenção, sendo que o primeiro referenciava-se a Vianna na sua obra⁸². Ambos os autores destacaram a orientação modernizante do Estado através de uma nova relação com as camadas populares com a intenção de conter seu potencial radicalizador. A capacidade de conciliação de interesses foi central no entendimento de como se deu o processo de revolução pelo alto, traço intrínseco do processo da revolução burguesa brasileira.

Somando-se ao conjunto de revisões sobre trinta para a historiografia, surgiram trabalhos que visaram reinterpretar a participação popular na vida política brasileira. Essas novas leituras foram influenciadas pela assimilação de autores como E.P.Thompson e Eric Hobsbawn, que visaram entender as movimentações das frações das classes populares partindo de uma análise baseada em aspectos sociais e culturais na formação de sua identidade por meio de aspectos associativos, tradições e criação de discursos, buscando resgatar a formação da classe trabalhadora como um fenômeno histórico.

A análise do fenômeno do trabalhismo em Ângela de Castro Gomes expôs essa preocupação ao fugir das explicações cânones da relação entre os trabalhadores e os

⁸⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *Ibidem*. 1984, p. 37.

⁸¹ As categorias de Gramsci e a realidade brasileira, p. 103-128, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Organização e tradução: Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira.

⁸² *Ibidem*. p. 110

líderes carismáticos, central na análise do populismo presente em Francisco Weffort, buscando destacar o protagonismo da classe trabalhadora como sujeito político na promoção de seus interesses, principalmente na consolidação do Estado Vargasista. Em *A Invenção do Trabalhismo*, a autora chamou a atenção para a análise da constituição da classe trabalhadora brasileira através de seu estreito nexos com a vida política do país e com as tradições culturais forjadas na experiência dos trabalhadores brasileiros na primeira república⁸³, as quais seriam desenvolvidas através da criação de uma ética do trabalho baseado na solidariedade e na organização inspirada pelo modelo europeu.

A República Oligárquica Liberal, refratária à tentativa de extensão política dos trabalhadores nos moldes formais, alimentou um perigoso processo de autonomia organizativa fortemente identitária por parte da classe operária que não podia recorrer ao Estado. Com o fim da República e a ascensão do governo provisório, os trabalhadores teriam sua cidadania garantida pela mediação do Estado, que se utilizou das experiências e simbologias operárias para a criação de uma narrativa coletiva que abarcasse não mais o conflito, mas sim a conciliação, o que a autora nomeou como pacto entre Estado e classe trabalhadora.

“Buscar outras abordagens” constituiu o cerne da nova historiografia crítica, principalmente resgatar a relação entre a produção intelectual e os trabalhadores. Diante disso, o questionamento sob a concepção de história produzida por especialistas tal qual a produção de discursos em meio a esse processo tornou-se central para o ofício da crítica como apontado por Edgard de Decca. Em meio à análise do significado da produção e do local dos discursos hegemônicos produzidos pela historiografia, o historiador recorreu ao marco de trinta, que ficou sacralizado como divisor na história política brasileira. Ao questionar essa revisão, de Decca analisou o preenchimento desse acontecimento com inúmeros conceitos que tiveram como objetivo preencher uma lacuna de um discurso que serviu à classe dominante, aos vencedores.

A memória histórica consolidada e fomentada pela historiografia colocou trinta como uma nova etapa da evolução brasileira ocultando a luta de classes e o papel dos trabalhadores durante as primeiras décadas do século vinte, segundo Edgard de Decca. O acontecimento e seu significado como marco resultou na consolidação da hegemonia do projeto industrial para o Brasil e na aniquilação das movimentações da classe

⁸³ GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Editora Vértice, 1988, p. 325.

trabalhadora que estavam sendo ensaiadas desde os primeiros anos da República, tendo como ponto final o insucesso do Bloco Operário Camponês em 1928⁸⁴.

Outra abordagem que frisou o protagonismo dos trabalhadores encontra-se na tese de Cláudio V. Cavalcanti, *As Lutas e os Sonhos: um estudo sobre os trabalhadores de São Paulo nos anos 30*. A participação popular foi analisada como um instrumento de pressão sobre a Aliança Liberal para com a oligarquia situacionista. Cláudio Cavalcanti rejeitou a concepção de uma classe trabalhadora restrita a atuação em partidos e sindicatos e buscou formas alternativa de manifestações políticas e culturais dos grupos subalternos, analisando a reação desses grupos aos acontecimentos políticos, especialmente no processo insurreição em trinta.

Colocando os trabalhadores como atores essenciais diante deste acontecimento em Lutas e Sonhos projetos políticos alternativos da classe trabalhadora, bastante heterogênea, na visão do autor, pôde ser vislumbrado. A radicalização foi o esteio para a promoção dos direitos trabalhistas e para a ampliação da cidadania, e o processo revolucionário que resultou na ditadura do Estado Novo, de acordo com Cavalcanti, não foi traçado de antemão, mas sim foi resultado de escolhas de grupos sociais receosos do processo de radicalização das camadas populares⁸⁵.

Fechando nosso breve debate bibliográfico, contamos com a obra de Vavy Pacheco Borges, que se debruçou sobre o significado do tenentismo sob o ponto de vista histórico. Na introdução de sua obra, a autora deixou explícito o incômodo pelo modo que o fenômeno do tenentismo era explicado através de categorias prontas e não como um fato histórico em si⁸⁶. A oposição entre oligarquias e tenentismo, o que a autora considerou como uma categoria construída a posteriori, era insuficiente para a compreensão histórica dos acontecimentos. A análise da historiadora parte de um caminho contrário realizado até então. A pesquisa buscou priorizar a investigação sobre a cunhagem do termo tenentismo e de seu significado histórico. Tal interpretação possuía semelhança com as problemáticas trazidas por Edgard de Decca acerca do significado de trinta e partiu também da discussão da produção da memória e do discurso sobre as narrativas criadas em torno do tenentismo.

⁸⁴ DECCA, Edgar Salvadori de. *Ibidem*. 2004, p. 91.

⁸⁵ CAVALCANTI, C. A de Vasconcellos. *As Lutas e o Sonhos: Um estudo sobre os trabalhadores de São Paulo nos anos 30*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1996, p. 272.

⁸⁶ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e a Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 20.

A tentativa de síntese do balanço bibliográfico sobre a produção da revolução de outubro revelou a extrapolação de seu significado como fato histórico. Isso porque, como vimos ao longo da exposição, a narrativa orquestrada no entendimento de trinta apontou para debates políticos e disputas de projetos que abarcavam diversas interpretações sobre o processo iniciado com o evento.

Em nossa leitura, a capacidade de pontuar trinta como um marco na história política brasileira não deve ser menosprezada, apesar de entendermos o desconforto e o resguardo por parte de alguns autores ao nomeá-la como revolução. Corroboramos com a leitura de Boris Fausto diante da reacomodação das oligarquias regionais que buscavam consolidar seus interesses na formação da Aliança Liberal, assim como os conchavos políticos acertados sob o regime provisório. A não participação da burguesia industrial, presente também na análise de Fausto, nos parece acertada e possível de ser provada, inclusive em documentos utilizados em nossa pesquisa.

Porém, ao chamar atenção para os mecanismos políticos das oligarquias e sua recomposição através da Aliança Liberal, Boris Fausto anulou a participação de outros grupos sociais durante o processo. Essa leitura, em nossa concepção, deu pouca visibilidade à fermentação social provocada pelas camadas médias e pelos trabalhadores urbanos, limitando o entendimento da complexidade dos posicionamentos assumidos pelo empresariado industrial e as transformações econômicas orientadas pelo modelo agroexportador. Em suma, ao deter-se sobre os fatos, Boris Fausto perdeu de vista a processualidade.

A análise de Werneck Vianna nos parece mais apropriada, inclusive no diálogo com a pesquisa aqui apresentada. Ao conceber a crise de 1929 como precipitadora da dissolução do liberalismo, Vianna estabeleceu o surgimento de um Estado Corporativo capaz de articular as demandas das várias frações de classe, inclusive como mediador e representante da relação entre o patronato e os trabalhadores.

A revolução pelo alto não significou apenas uma reacomodação dos interesses oligárquicos. Entretanto, uma mudança substancial na forma de organização do Estado e da sociedade civil, impactando fortemente diversos setores da vida econômica, social e política da Nação, podendo assim ser associada à própria política econômica industrial nos anos subsequentes e ao vínculo das camadas médias e baixas com fenômenos como o populismo e o trabalhismo, por exemplo.

Ao ressaltar essas características, Werneck Vianna não pretendeu construir uma análise idealizada da chamada revolução de trinta, nem tão pouco valorizar os sujeitos políticos no evento, pelo contrário, chamou a atenção a um processo envolto por transformações estruturais pelas quais o país precisava adaptar-se diante da divisão internacional do trabalho.

A respeito da participação dos grupos sociais, Carlos Nelson Coutinho também teceu algumas considerações a respeito, principalmente acerca da complexidade da estrutura social assumida no início do século vinte através da formação de sindicatos operários, das reivindicações das camadas médias e do crescente número de revoltas e greves, indicando o início da formação de uma sociedade civil.

A reação das elites diante da pressão jacobinista dos de baixo foi a revolução pelo alto utilizando-se da cooptação dos grupos dissidentes. O autoritarismo do processo aparentemente minou o desenvolvimento da sociedade civil, mas criou pressupostos que influenciaram no processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira. A maneira que a revolução brasileira manifestou-se na análise de Coutinho assemelha-se ao conceito de contra-revolução-preventiva nas palavras de Florestan Fernandes, que também servirá de interlocutor em nosso trabalho.

É necessário ressaltar que o atrelamento as interpretações aqui citadas não exime as possíveis críticas e diálogo com outras leituras ao longo de nossa pesquisa.

O posicionamento em relação a esse longo debate nos serviu para tecer considerações acerca das relações estabelecidas entre o Estado e a burguesia industrial paulista, tema de nossa dissertação, mas não há o intuito de assumir uma postura refratária às contribuições de outras leituras. Inclusive nas que apontam a defasagem da participação das camadas populares no processo histórico, crítica pertinente nos trabalhos dos anos noventa, que visava rever a posição elitista das análises acerca não só de trinta, mas de toda a história brasileira que invisibilizava a contribuição das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

Capítulo II – O nascimento e a consolidação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

1. São Paulo: o processo civilizador, o café e a indústria

A expansão da atividade cafeeira engendrou condições substanciais para o desenvolvimento da atividade industrial, que se beneficiou, neste primeiro momento, de uma série de elementos que estimulou a aplicação do capital monetário em capital industrial ⁸⁷. Essas condições fizeram-se sentir principalmente em São Paulo. De província isolada e considerada região inóspita durante o período colonial e imperial, a região foi a principal afetada pela economia cafeeira. Tendo função principal como economia de subsistência nos primeiros séculos, São Paulo experimentou um certo desenvolvimento econômico ganhando função de entreposto comercial e de comunicação de diversas regiões do país. Com a descoberta de ouro nas Geraes, a capitania de São Paulo teve influência significativa com as monções, que interligavam diversas regiões do circuito aurífero.

Essas atividades atribuiriam à capitania um lugar marginal no epicentro do desenvolvimento econômico, mas contribuíram para um lento e gradual processo de desenvolvimento da região. Em 1822, a vila de São Paulo tornou-se capital da província transformando-se em sede da burocracia providencial e contando com certa influência política na região. A Faculdade de Direito foi fundada apenas seis anos depois deste processo, contribuindo para a relevância político-cultural e dando impulso para atividades do setor de serviços e do comércio na cidade, que contava com iluminação a gás no final da década de quarenta do mesmo século, anterior ao boom do café.⁸⁸

A introdução da cultura cafeeira provocou a transformação necessária para o desenvolvimento regional, mas não de forma milagrosa. Como adverte Paul Singer⁸⁹, a condição de maior estado exportador de café só foi adquirida com a ligação ferroviária entre São Paulo a Santos e a concentração da maior parte da produção na zona central, principalmente em direção à região noroeste, alta paulista e alta sorocabana. Como

⁸⁷ MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 100.

⁸⁸ SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1997, p. 27.

⁸⁹ SINGER, Paul. *Ibidem*. 1997, p. 29.

consequência, o porto de Santos desbancou o porto fluminense no escoamento do grão, tornando São Paulo o maior exportador do produto chefe da economia nacional.

Os efeitos de tal configuração puderam ser sentidos com o aumento territorial e também com o aumento populacional: enquanto em 1836 a população do estado contava com o inexpressivo número de 284.012 habitantes, no ano de 1890 esse número passou para 1.584.753. O crescimento demográfico na capital foi ainda mais surpreendente, passando de 25.471 habitantes para 240.000 habitantes entre o período de 1836 a 1890, atingindo um crescimento de 71%⁹⁰.

A vinda da mão de obra imigrante também influenciou o dinamismo demográfico de São Paulo, mas não só: recém-chegados na capital, os imigrantes estimularam a criação de um mercado de trabalho e auxiliaram a expansão da faixa de consumidores, condicionante necessário para o desenvolvimento de uma economia de mercado. A expansão da faixa de consumidores ⁹¹ criou novas necessidades de abastecimento que não podiam ser satisfeitas apenas com a importação de produtos importados. A produção local mostrou-se mais do que um desejo para os futuros empreendedores, mas uma necessidade para os próprios proprietários de terras. A satisfação das necessidades materiais, contudo, dependia de um pré-requisito fundamental: o desenvolvimento de uma economia monetária. De acordo com Warren Dean⁹², até a implantação da economia cafeeira os proprietários de terras de São Paulo tinham pouca necessidade de realizar trocas em dinheiro vivo, mas eram autossuficientes na produção para o seu consumo. Tudo era plantado e consumido em suas terras, e o que faltava podia ser trocado por outros alimentos igualmente produzidos em caráter de subsistência, ou seja, era uma economia baseada na autossuficiência.

Com o mercado de exportação pagando em dinheiro, consequentemente, aumentou-se o capital monetário circulante, o que permitiu a abertura de novos bancos e resultou em algumas iniciativas empreendedoras, como fabriquetas de tecido na província, ainda na década de setenta do século XIX, as quais serviam para a confecção de tecidos para vestimenta dos escravos. O estímulo monetário transformou as relações de troca: a mão de obra imigrante era paga em espécie, a terra adquiriu um valor

⁹⁰ CARONE, Edgard. *A evolução industrial de São Paulo (1880-1930)*. São Paulo: Editora Senac, 2001, pp.54

⁹¹ MARTINS, José de Souza. *Empresário e Empresa na biografia do Conde Matarazzo*. Rio de Janeiro, Monografias do ICS., 1967, p. 65.

⁹² DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: DIFEL, [s/d], pp. 11.

monetário fixo e os próprios cafeicultores diversificaram seus negócios com investimentos em outras atividades, especulando, guardando seus investimentos em bancos que não paravam de multiplicar-se, desenvolvendo assim em São Paulo um mercado de capitais⁹³.

Além das casas bancárias, estrangeiras em sua maioria, o estímulo monetário afetou a criação de casas de câmbio e casas de importação, dando uma nova roupagem a vida econômica da capital. O investimento em obras de infraestrutura também foi determinante para completar o quadro de mudança estrutural que afetou os rumos da industrialização da região: o investimento em infraestrutura, como a criação de portos e estradas de ferro, representou mais uma política de auxílio à economia cafeeira, que apresentava rápida ascensão.

A construção das linhas D. Pedro II, que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo em 1852, e E.F Santos-Jundiaí em 1867, inauguraram as primeiras iniciativas por parte do Império. Entretanto, a partir do final do século, a maioria das estradas de ferro foram construídas com investimentos privados dos fazendeiros, como o caso das ferrovias Mogiana, Paulista e Bragantina. Segundo levantamento de Edgard Carone, de 1867, data de inauguração do trecho Santos – São Paulo – Jundiaí, até 1890, foram inaugurados mais de trinta e dois trechos de ferrovias no estado⁹⁴.

A melhoria dos portos também se tornou um imperativo para a expansão da economia cafeeira por meio do investimento na construção do Porto de Santos sob iniciativa da Companhia Docas dos Santos em 1888. Essas transformações representavam apenas uma parcela de um processo de mudanças que atingiu outras áreas dos serviços públicos, principalmente na Capital, com o investimento em melhorias no serviço de águas e esgotos, pavimentação, expansão da iluminação pública, criação da primeira usina hidrelétrica e circulação de bondes.⁹⁵

O impacto do crescimento e da complexificação do capital influenciou a expansão de indústrias do ramo alimentício, bebidas, vestimentas, calçados, tijolos – produtos de baixo valor agregado e de importação cara. Outra influência significativa do café na produção manufatureira encontrou-se na produção de sacaria para comercializar

⁹³ SINGER, Paul. *Ibdem*. 1997, p. 31.

⁹⁴ CARONE, Edgard. *Ibdem*. 2001, pp. 29-30.

⁹⁵ SINGER, Paul. *Ibdem*. 1997, p.39.

o produto no exterior, demandando a expansão de indústrias têxteis no estado de São Paulo.

O número e os tipos dos estabelecimentos industriais carecem de dados antes de 1900, como salientado por diversos especialistas no tema. Um dos primeiros levantamentos encontra-se na obra de Bandeira Júnior, que catalogou os estabelecimentos industriais em São Paulo. A obra, publicada em 1901, traz uma listagem de mais de cem estabelecimentos, indicando informações a respeito de sua data de fundação, número de funcionários, informações sobre maquinaria e a produção realizada no ano⁹⁶. Na introdução do estudo, é salientado o grande número de tendas de sapataria, tinturaria, fundição e outras atividades artesanais que funcionavam ao fundo de estabelecimentos comerciais ou mesmo de moradias. Iniciativas de pequeno porte que, segundo o autor, não podiam ser profissionalizadas pelo alto custo dos aluguéis e outras despesas elevadas, o que impossibilitava a formalização dessas iniciativas. O levantamento dos estabelecimentos apresentados pelo autor pode ser resumido na tabela a seguir:

Tabela 1– Estabelecimentos Industriais no Estado de São Paulo 1901 (BANDEIRA JÚNIOR, 1907)

Estabelecimentos industriais	Quantidade
Textêis	21
Móveis e Marcenaria	10
Vidros e Cristaleria	3
Bebidas	5
São e Graxa	1
Tipografias	5
Óleos	1
Luvas	1
Papel	1
Importação	1
Calçados	5
Produtos agrícolas e pesticidas	2
Instrumentos Musicais	2
Gêneros Alimentícios	10

⁹⁶ BANDEIRA JÚNIOR, Antonio Francisco. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*/estudo de Antonio Francisco Bandeira Júnior. São Paulo: Typo do Diário Oficial, 1901, xxix, p. 227.

Chapéus	6
Marmoraria/Tijolos/Cimento/Olarias	5
Canos de Chumbo/Siderurgia	2
Pregos	1
Engenhos (moagem; trituração; refinamento)	5
Fundição/Oficina Mecânica/Funilaria	7
Floricultura	1
Produtos Químicos e Farmacêutico	4
Depósitos	1
Colchões e Almofadas	1
Velas	1
Fogões	2
Fotografia	1
Carros	1
Pólvora/Fósforos	2
Confecções	7
Vassouras	1
Objetos de óptica	2
Quadros e Molduras	1
Brinquedos e Souvenires	1
Cola e Cortume	5
Doces	4
Produtos Antisépticos	1

Fonte: BANDEIRA JÚNIOR, Antonio Francisco. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*/estudo de Antonio Francisco Bandeira Júnior. São Paulo: Typ do Diario Official, 1901, xxix, p. 227.

As informações contidas na tabela evidenciavam a preponderância do ramo têxtil em São Paulo, seguido pela fabricação de gêneros alimentícios e pela produção de móveis e serviços de mercearia, encontrando desde a fabricação de móveis de madeira a materiais feitos de vime que eram importados da Índia via Inglaterra para abastecer o consumo de móveis refinados. Também chama atenção o número de engenhos destinados a trituração, moagem e refinamento de produtos como açúcar, sal, café e outros grãos; seguido por indústrias de material de construção e outros produtos, como brinquedos, doces, objetos de óptica etc – sendo estes últimos de número reduzido.

Os dados apresentados por Bandeira Júnior indiciam dados sobre os primeiros passos da indústria paulista, caracterizada pela preponderância da produção de artigos de primeira necessidade e de baixo índice técnico. O número dos estabelecimentos,

apesar de parques, demonstrava a existência de um mercado capaz de absorver essa produção, inclusive na profusão de pequenas manufaturas de fundo de quintal, as quais são ressaltadas pelo autor, reforçando a falta de estímulo à profissionalização dos negócios.

Faltava realmente estímulo à abertura de manufaturas no estado de São Paulo? A infraestrutura urbana, o crédito proporcionado pelo mercado agroexportador, a necessidade de investimento e de sustentação de um mercado de consumo cada vez mais latente abriram espaço para iniciativas industriais, contudo com pouco investimento direto do Estado, dificultando iniciativas que não contavam com uma alta disponibilidade de investimentos.

Os fatores explicitados acima demonstraram que a abertura desses primeiros estabelecimentos de caráter industrial, que Warren Dean nomeou como fase rudimentar da industrialização ⁹⁷, foi consequência indireta das necessidades de sustentação do processo de urbanização e da disponibilidade de um mercado consumidor desenvolvido no período. Em meio a tantas transformações econômicas, os hábitos e o cotidiano dos paulistas, principalmente dos residentes na capital, foram completamente afetados. Começando pelos próprios proprietários de terras, que começaram a trocar o microuniverso de suas fazendas por elegantes chácaras que ficavam localizadas nos bairros de Campos Elísios, Higienópolis e Paulista.

Mais do que uma realocação espacial, a mudança representou uma revolução de hábitos da fração de classe do grande capital cafeeiro. A necessidade de estabelecer-se no meio urbano revelou uma nova forma de fazer negócios, na qual a comercialização foi tão ou mais importante que a produção⁹⁸, pois exigia acompanhamento constante dos negócios realizados na capital. Essa necessidade foi, portanto, a distinção cabal entre a camada superior da burguesia cafeeira e a inferior da burguesia cafeeira, restrita ao ambiente e às formas tradicionais de acumulação de capital através do capital exclusivamente agrícola.

Em companhia desses homens de negócios vieram suas respectivas famílias e toda sorte de agregados e funcionários domésticos que ajudaram a aquecer a rede de comércio da capital. Uma nova fatia do mercado surgiu com a procura constante por

⁹⁷ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 14.

⁹⁸ SINGER, Paul. *Ibidem*. 1997, p. 96.

artigos de luxo e importados, impulsionando a abertura de diversas lojas de *toilette* e de outros artigos finos concentrados principalmente na rua Direita da cidade⁹⁹.

O Triângulo, região formada pelas ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento¹⁰⁰, tornou-se o coração comercial e financeiro da cidade, estimulando a socialização da cidade com a abertura de cafés, bares e teatros. O cosmopolitismo típico das grandes cidades da Europa gradativamente tomou conta da paisagem de São Paulo. Se o Rio de Janeiro representou o espírito de um “cosmopolitismo desvairado”¹⁰¹, mimetizando a estética europeia em seus edifícios marcados pela *art-nouveau*, a capital paulista produziu, ao seu modo, uma cidade que virou o centro das negociações e inovações financeiras, ascendendo já na virada do século como capital financeira e comercial do país.

Foi no processo de adequação à condição de urbe europeia que a cidade arrastou, de maneira impiedosa, qualquer traço considerado incivilizado ou de apego à vida rural, tão presente até então na formação de seu povoado. As reformas foram sentidas na própria configuração das ruas – não só asfaltadas, mas agora alargadas para suportar tamanha circulação de mercadorias e de pessoas. A reforma da Praça da Sé em 1911¹⁰² é também reflexo desse processo. Edifícios residenciais e mesmo igrejas, como a da Igreja de São Pedro, foram demolidos para comportar as novas exigências da cidade. Entretanto, não foi só a paisagem da cidade sofreu intensas modificações. O poder municipal tentava controlar cada vez mais a disposição do comércio e dos prestadores de serviço nas ruas do centro, estabelecendo uma série de normas que os distinguíssem dos trabalhadores informais – prática considerada ilegal. As casas de carnes, por exemplo, foram afastadas da região central, assim como verdurarias e fábricas de alimento, sobressaindo-se os artigos mais finos para essa região¹⁰³.

O controle social foi outra marca da nova São Paulo. Não foi só o comércio e os negócios financeiros que se expandiram na virada do século, mas também a população pobre que vivia ao redor da região central da cidade. A capital era constituída de mestiços, negros e imigrantes recém-chegados, que viviam do outro lado da Várzea do Carmo, em bairros como Bexiga – de predominância negra – ou em casarões

⁹⁹ DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

¹⁰⁰ DEAECTO, Marisa Midori. *Ibidem*. 2002, p. 18.

¹⁰¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 25.

¹⁰² DEAECTO, Marisa Midori. *Ibidem*. 2002, p. 155.

¹⁰³ DEAECTO, Marisa Midori. *Ibidem*. 2002.

abandonados do velho centro¹⁰⁴. O fenômeno da desapropriação foi uma constante no projeto de reforma da cidade, principalmente para as populações da região da Sé e do Anhangabaú, deslocadas para regiões cada vez mais afastadas¹⁰⁵.

O higienismo racista foi outro elemento revelador de uma política sistemática de repressão à circulação desses agentes nas regiões centrais, os quais sofriam os mais diversos tipos de assédio por parte das autoridades. A presença negra e mestiça representava uma chaga social ao projeto civilizador da urbe paulistana, mais do que a presença imigrante, o que não significava que estes não sofressem com a atmosfera xenofóbica – ocorre que os primeiros seriam preteridos no mercado de trabalho, por exemplo. Expulsos de suas moradias, sofrendo perseguição policial e taxados como portadores de degenerações físicas, mentais e de caráter, endossado pelo eugenismo científico, ao trabalhador negro, mestiço e mulatos restaram poucas chances de ascensão social ou mesmo de encontrar seu lugar dentro do mercado de trabalho formal. A maioria era empregada em serviços domésticos, no comércio ambulante, viviam de jornada ou sobreviviam de mendicância.

A nova identidade brasileira, ou melhor, paulista, devia ser essencialmente cosmopolita e não comportava destoantes personagens na paisagem de uma cidade que precisava apresentar-se como higiênica, branca, racional, próspera e principalmente moderna¹⁰⁶. O preço que se pagava por tamanhas inovações foi creditado na conta da população pauperizada, que respondeu a esse processo tornando a capital o palco das tensões sociais que foram vivenciadas durante todo o período republicano.

2. O comércio importador e a internacionalização da economia

Em meio às abundantes transformações vivenciadas durante o fim do século XIX e início do XX, na cidade de São Paulo, a disponibilidade de um mercado ávido pelo consumo de mercadorias foi creditada, conjuntamente com o café, como uma das principais pontes estabelecidas entre a economia brasileira e o comércio internacional. Enquanto o grão garantia as inversões para o exterior, o comércio importador garantia a circulação das mercadorias estrangeiras no país. Tal como o setor agroexportador, o

¹⁰⁴ ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro), *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17, Rio de Janeiro, 1989, pp. 29-41.

¹⁰⁵ SANTOS, Carlos J. Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: são paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

¹⁰⁶ SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 390.

setor importador assumiu um caráter estratégico no desenvolvimento industrial brasileiro. As mercadorias vinham geralmente da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Estados Unidos e em menor número da Itália, Portugal e da vizinha Argentina¹⁰⁷. As casas comerciais de origem estrangeira começaram a aumentar a partir da década de sessenta do século XIX, e encontraram na capital paulista frutífero local para a expansão dos seus negócios.

O aquecimento do mercado de consumo transformou São Paulo em uma importante fatia do mercado internacional não apenas de bens de consumo duráveis e não duráveis, mas também de bens de capital. A diversidade das mercadorias importadas revelava aspectos fundamentais do modo de funcionamento da economia brasileira na virada do século. Um desses aspectos foi a incontestável presença do capital internacional nas finanças brasileiras. Não só através de casas bancárias, casas de exportação, empréstimos e prestação de serviços urbanos como a Companhia Light & Power, o ramo comercial significou mais uma linha de ligação direta do Brasil com a economia de mercado internacional, possibilitando o escoamento das manufaturas para o mercado consumidor nas periferias.

A presença do capital internacional no ramo comercial estava orientada com os interesses da economia agroexportadora, constituindo um ramo estratégico no desenvolvimento desta última. Em uma sociedade que tinha como objetivo exportar, a importação de produtos manufaturados garantia a remessa de capital estrangeiro através do controle do mercado de consumo ¹⁰⁸. Não é à toa que muitas das firmas importadoras contaram com a presença de membros da fração do grande capital cafeeiro.

A diversidade de bens importados revelava as necessidades do amplo mercado consumidor, que possuía as mais variadas demandas. Não só importando produtos finos, oriundos principalmente da França, a importação de tecidos “menos nobres” como juta, algodão, linho, lã e sacaria abundariam no porto de Santos vindos em sua maioria da Inglaterra. A importação de têxteis ganhou participação significativa nas remessas comerciais da economia britânica, que encontrou no Brasil um ativo mercado consumidor. Os produtos alimentícios também representaram uma importante fatia assim como produtos farmacêuticos, vestuários, armas e munições¹⁰⁹.

¹⁰⁷ DEAECTO, Marisa Midori. *Ibdem*. 2002, p. 42.

¹⁰⁸ PERISSINOTTO, Renato. M. *Ibdem*. 1994, p. 149.

¹⁰⁹ DEAECTO, Marisa Midori. *Ibdem*. 2002, pp. 46-48.

As informações tecidas até aqui nos levam a um terceiro aspecto relevante em nossa pesquisa: a relação estabelecida entre o mercado importador e a indústria. A importação de produtos ingleses, principalmente têxteis e alimentícios, não concorreu com a produção nacional, que, como demonstrado nos dados de Bandeira Júnior, foi o carro-chefe da indústria local?

Os dados sobre a exportação da Grã-Bretanha para o Brasil demonstraram que a importação de artigos têxteis e bens alimentícios continuaram fazendo parte da pauta de importação pelo menos do período que vai do último decênio do século XIX ao segundo decênio do XX. Os produtos têxteis, por exemplo, em geral, tiveram sua participação reduzida: de 1890-1894, os tecidos de algodão, lã, linhos, sedas, jutas e sacarias respondiam em libras esterlinas o montante de 19.030.874 milhões. No período de 1905 a 1909, esse montante diminuiu para 14.761.078 milhões¹¹⁰. Contudo, a queda geral, ainda que não muito acentuada, não afetou todos os têxteis: juta e sacarias tiveram seu potencial de exportação no quadro geral aumentado, passando de 1,77% para 5,24% no quadro de exportações gerais no período analisado. Os linhos também sofreriam um pequeno aumento, de 1,39% para 1,63% no quadro geral. Mesmo os bens alimentícios, exportados pela Grã-Bretanha, não sofreram uma queda brutal: o montante de 375.507 libras esterlinas, em 1890 a 1894, passou em 1905 a 1909 para o valor geral de 338.411 libras esterlinas, passando de 0,92% no quadro de exportações para 0,82% apenas.

A movimentação dos produtos têxteis e alimentares revelou que a fatia do mercado consumidor, inclusive o popular, não foi superado pela indústria local no segundo decênio do novo século. Os estabelecimentos industriais eram insuficientes para abastecer a demanda local crescente com a urbanização e o crescimento demográfico, sendo necessária a importação de produtos que já eram produzidos no país, inclusive de produtos pioneiros nas manufaturas brasileiras, como jutas e sacarias.

Já os bens de capital foram incentivados pela isenção de tarifas para importação. Tal medida foi uma, entre outras, que timidamente investiu no desenvolvimento da indústria nacional, além do incentivo à vinda de profissionais estrangeiros¹¹¹. Importados da Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos, que paulatinamente conquistavam cada vez mais espaço no comércio nacional, os bens de capital eram

¹¹⁰ DEAECTO, Marisa Midori. *Ibdem.* 2002, p. 50.

¹¹¹ DEAECTO, Marisa Midori. *Ibdem.* 2002, p. 37.

necessários para o abastecimento das indústrias tanto na composição das maquinarias quanto na composição energética e na produção das manufaturas.

Os dados aqui apresentados refletiram a movimentação do comércio importador na dinâmica de expansão da economia capitalista no Brasil, aquecida com a expansão do comércio agroexportador. A junção de uma economia monetária, a expansão demográfica nos grandes centros urbanos e o desenvolvimento de uma rede de crédito foram complementadas com a expansão do capital estrangeiro que encontrou ambiente fértil para seu total desenvolvimento.

Conclui-se, sem exagero, que o comércio importador foi um aparato fundamental da indústria brasileira, especificamente a paulista. Assim como atividade agroexportadora cafeeira, o comércio importador dinamizou as relações econômicas e semeou um terreno propenso para a abertura dos primeiros estabelecimentos industriais, auxiliando-os e complementando-os em suas deficiências.

Podemos notar essa relação de maneira mais eficiente quando analisamos o percurso dos primeiros importadores que estabeleceram negócios no Brasil. Geralmente de origem estrangeira, os importadores obtinham uma notável rede de crédito oferecido aos fazendeiros, da fração inferior da burguesia cafeeira, e aos industriais iniciantes¹¹². As vantagens desse ramo de negócios eram numerosas: o conhecimento do mercado, inclusive dos canais de distribuição e as oscilações dos direitos aduaneiros fizeram com que os importadores alcançassem um patamar de relevância no mercado.

Pela natureza de seus negócios, a maioria das operações deviam ser realizadas em terras brasileiras, isso porque a atividade importadora não terminava com a simples operação comercial realizada na venda. Por exemplo, na importação de maquinarias, o importador devia acompanhar a instalação ou mesmo completá-la com artigos que não eram vantajosos de serem importados (pregos, caldeira, acetileno)¹¹³. Esse detalhe não era irrelevante. Ao acompanhar o destino da mercadoria vendida, não apenas no âmbito da circulação mas prestando suporte técnico, acompanhando o processo de montagem etc, o importador obtinha domínio sobre o processo de produção associado às vantagens de conhecimento de mercado. Essa espécie de negociante, principalmente em São Paulo, começou alçar voos para as atividades industriais.

¹¹² DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 28.

¹¹³ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 26.

Foi o caso, por exemplo, de estrangeiros da estirpe de Francisco Matarazzo, Alexandre Siciliano e Nami Jaffet, entre outros industriais, os quais inauguraram seus negócios no ramo da importação. Não foi mero acaso que, no levantamento de Bandeira Júnior, a Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, pertencente a Alexandre Siciliano, fosse catalogada em meio às iniciativas industriais do estado.

A história de vida de Siciliano demarcou a íntima relação do empresário com múltiplos empreendimentos. Vindo da Calábria, na Itália, fixou-se em 1865 na cidade de Piracicaba, interior de São Paulo, onde trabalhou no armazém do irmão mais velho. Em 1887, após vender o armazém, transferiu-se para a capital e abriu dois empreendimentos: o Banco Ítalo-Brasileiro e a Companhia Mecânica Importadora de São Paulo, ilustrando o papel de credor e sua relação com a indústria, respectivamente.

O empreendimento de Siciliano tinha múltiplas funções: além de importar carvão mineral, ferro-gusa, arame farpado, tubos pretos e galvanizados, cimento, telhas de zinco, tijolos refratários, entre outros produtos, o estabelecimento possuía oficinas para executar reparos em acabamentos finos para empreendimentos da cidade, como os candelabros dos Jardins do Teatro Municipal de São Paulo, e oferecia instrumentos para completar ferramentas e máquinas para as indústrias. Além do serviço de importação e reparos, a Companhia de Alexandre Siciliano contava com um setor produtivo próprio. Localizada no bairro da Água Branca, a fábrica era destinada à produção de cerâmica para materiais de saneamento urbano. Em outra sede produzia-se laminação de ferro e aço para ser fornecido às estradas de ferro. A Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo talvez seja a que melhor representou a multiplicidade de atividades decorridas do comércio. Comportando os mais variados ramos de negócios, a produção de cerâmicas e a laminação de ferro e aço não impediram que o imigrante italiano continuasse com seus empreendimentos no ramo de importação, das finanças e prestando assistência a maquinarias e outros produtos. A produção de Siciliano orientou-se para empreendimentos de grande porte. Atencioso à expansão urbana, investiu em negócios que estivessem atrelados com empreendimento de melhorias das vias de comunicação e embelezamento da cidade. Seu tino para negócios facilitou a abertura de filiais no Rio de Janeiro, Londres e Gênova¹¹⁴.

Com uma trajetória mais modesta, Francisco Matarazzo iniciou suas atividades em terras brasileiras fornecendo banha de porco importada dos Estados Unidos. Nascido

¹¹⁴ CARONE, Edgard. *Ibdem*. 2001, p. 132.

em Castelabate, província de Salerno, ao contrário de seu compatriota Alexandre Siciliano, chegou no Brasil em 1881, com idade amadurecida e acompanhado de seus dois filhos e sua esposa. Estabeleceu-se em Sorocaba, interior paulista, e abriu uma casa comercial no ano seguinte. Logo percebeu a possibilidade de investimento na produção local da banha e adquiriu a matéria-prima pessoalmente na região rural de Itapetininga. Matarazzo também aventurou-se no comércio rural e trabalhou com tropa de carga através da venda e compra de matérias-primas de fazendeiros da região¹¹⁵.

Em 1890, transferiu-se para São Paulo e abriu com seus dois irmãos a Sociedade Matarazzo e Irmãos, garantindo a maioria na quota nominal¹¹⁶. Apenas um ano mais tarde, desfez o negócio com os irmãos e fundou uma sociedade anônima, a Companhia Matarazzo. O empreendimento tinha como finalidade não só a fabricação de banha mas também sua venda, compra e refinamento. Também era vendido e comprado toucinho, fumo e outras mercadorias do interior paulista e também do Rio Grande do Sul. .

Dez anos mais tarde, outro empreendimento foi aberto por Matarazzo: moinhos para o refinamento de trigo, que era até então importado dos Estados Unidos. Com uma conjuntura desfavorável à importação no governo Campos Sales e com a guerra hispano-americana dificultando a compra do produto, o empreendimento foi sustentando por meio do financiamento de um banco inglês para a compra dos moinhos. Após a compra, o investimento na produção expandiu para a fabricação de tecidos, ramo metalúrgico e extração de óleo de caroço de algodão.

Francisco Matarazzo continuou ampliando seus empreendimentos financeiros participando da fundação de dois bancos, o Banco Commerciale Italiano di São Paulo e o Banco Italiano del Brasile, com a participação de outros empresários italianos, como Giuseppe Puglisi e Egídio Pinotti Gamba. Na década de dez e vinte, Francisco Matarazzo expandiu seus empreendimentos e ampliou as atividades já existentes, estabelecendo monopólios na produção de raíom e óleo de caroço de algodão. Com a diversidade de suas atividades, seria errôneo conceber Matarazzo apenas como um industrial, definição que o mesmo ponderava em suas declarações.¹¹⁷

Os irmãos Giuseppe e Nicola Puglisi Carbone, naturais da Sicília, vinham de uma forte tradição familiar de negociantes. Emigraram para a Argentina, no final do

¹¹⁵ MARTINS, José de Sousa. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo da sociologia do desenvolvimento*. 2 ed. São Paulo, HUCITEC, 1973, p. 19.

¹¹⁶ MARTINS, José de Sousa. *Ibidem*. 1973, p. 22.

¹¹⁷ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 39.

século, e iniciaram um vantajoso empreendimento de importação de vinhos de sua terra natal. Instalaram-se no Brasil em 1890, e, em pouco tempo, abriram estabelecimentos industriais como a Companhia Cerâmica de Vila Prudente, a Companhia Paulista de Alimentação, a Companhia de Imóveis de Construção, O Grande Moinho de Arroz, entre outros investimentos, inclusive na produção de açúcar na região com a fazenda Monte Alegre, responsável por produzir anualmente de cinquenta a setenta mil sacas do produto.¹¹⁸

O investimento em outros empreendimentos, em especial no comércio de importação, não é uma particularidade italiana. A família libanesa Jafet iniciou seus empreendimentos com a abertura de uma pequena loja na Rua Vinte e Cinco de Março vendendo produtos de armarinhos e tecidos importados. Apenas em 1912, com capital acumulado suficiente, inaugurou-se a fábrica Fiação, Tecelagem, Estamparia Ypiranga Jafet, que fabricava tecidos de chita, brins e lenços.¹¹⁹ Da mesma maneira, os Klabins iniciaram seus negócios através da venda de papel importado antes de assumirem a fabricação própria de papéis e celuloses e tornaram-se, posteriormente, os maiores produtores do ramo.

Esses eram alguns exemplos de empreendedores que atuavam em atividades industriais e atividades comerciais, especificamente do ramo importador, em São Paulo. Considerado um ramo mais seguro a longo prazo, a importação exigia um montante de capital inferior ao de um estabelecimento industrial dispendia. A deficiência da produção manufatureira interna também amenizava uma possível disputa entre o mercado importador e as atividades industriais, criando entre esses dois ramos uma relação associativa que perdurou por algum tempo. Mesmo após assumir a gestão das fábricas, a maioria dos empresários não abandonaram o ramo da importação, beneficiando-se dessa dupla função por meio da compra sem intermediação do mercado atacadista de matérias primas e acessórios para as manufaturas, das conexões com o mercado exterior e das vantagens na taxa dos direitos aduaneiros, revestidas em lucro na venda do produto final¹²⁰.

Se, em um primeiro momento, os possíveis conflitos ficaram diluídos diante da debilidade do ramo industrial, a longo prazo essa situação começou a apresentar

¹¹⁸ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 2001, p. 181

¹¹⁹ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 2001, p. 178.

¹²⁰ DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, p. 3.

mudanças. O conflito principal era a respeito da tarifa aduaneira adotada pela tributação federal. Como será visto posteriormente, o crescimento da atividade industrial e os desentendimentos com parte do setor comercial levou uma parcela do empresariado paulista a sair da Associação Comercial de São Paulo para fundar o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo em 1928.

3. A presença estrangeira no empresariado paulista

O fator estrangeiro na composição do comércio importador era um aspecto relevante em nosso entendimento, pois um número relevante de imigrantes compunha esse setor de negócios para depois entrar no setor industrial. Um aspecto revelador da predominância do capital estrangeiro no comércio nacional, mas que também influenciou a composição e a trajetória do empresariado paulista. Ao desprezar esse fator desconsideraríamos uma parcela atuante do desenvolvimento industrial brasileiro.

O imigrante na composição do empresariado industrial realmente foi bastante significativo. Segundo Bresser-Pereira¹²¹, cerca de 84% dos empresários de São Paulo, constituidores de estabelecimentos industriais, tinham origem estrangeira ou eram filhos e netos de famílias que vieram ao Brasil com o intuito de fazer negócios. O empresariado italiano liderava o levantamento com 34,8%, sucedido por brasileiros que representavam cerca de 15,7%, seguido por alemães e austríacos com 12,8%, oriundos do Oriente Médio (libaneses, sírios, armênios) com 9,8% e outras nacionalidades que representava o restante da porcentagem¹²².

A presença do fator imigrante provocou outras considerações pertinentes no debate da composição da burguesia industrial brasileira relativa à origem econômica desses imigrantes e a sua constituição como classe social no Brasil. Seguindo as investigações de Bresser-Pereira, metade do empresariado industrial composto por imigrantes descendia do que autor chamava da classe média-média e da classe média-

¹²¹ Na amostragem, Bresser-Pereira definiu duzentas e cinquenta e sete empresas localizadas na região de São Paulo, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André, estratificando o universo em dois grupos: o de empresas de cem a quinhentos empregados e o de quinhentos ou mais empregados. O conceito operacional utilizado pelo pesquisador foi de empresariado no sentido schumpeteriano do termo, ou seja, aquele que além de dirigir promoveu inovações e reorganizou os fatores de produção da empresa, tendo como objetivo mapear as origens do empresário que engendrou o que o autor chama de “revolução industrial brasileira” ocorrida principalmente na década de trinta do século vinte.

¹²² BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Origens étnicas e sociais do empresariado paulista. *Revista de Administração de Empresas*, 4 (11) junho, 1964, pp. 83-103.

inferior, enquanto os de origem brasileira correspondiam as classes alta-superior e média-superior, representando apenas 11,7% do total do empresariado.

Para Warren Dean, os imigrantes que constituíram negócios no Brasil tinham origem na pequena burguesia, chegando em sua maioria com um capital acumulado para investimento. Segundo dados biográficos, os estrangeiros que constituíram negócios em São Paulo já moravam em cidades, possuíam instrução técnica e pertenciam a famílias de classe média. Por certo, exceções existiram. Houve casos de indivíduos que vieram ao país para trabalhar como operários ou mascates e conseguiram investir em seus negócios como o caso de Victor Nothmann, alemão que iniciou sua empreitada como mascate e tornou-se proprietário de uma das maiores casas atacadistas de tecidos de São Paulo.¹²³

Apesar de algumas divergências quanto a sua origem econômica¹²⁴, podemos afirmar que o imigrante-empresário partilhava de uma trajetória diversa de seus compatriotas que se estabeleceram como trabalhadores das lavouras e como operários fabris. A diferenciação social nos parece um trunfo quando analisamos a ascensão social dessa parcela do empresariado do ramo das indústrias e do comércio, aspecto importante de ser ressaltado.

Florestan Fernandes elucidou a diferenciação social do imigrante, ultrapassando a análise meramente econômica – o que não significou em hipótese alguma descartá-la. Para o sociólogo a suplantação do imigrante, dada pela condição histórica e pela realidade econômica e social do Brasil, estabeleceu uma racionalidade adaptativa que o impediu de construir vínculos que não fossem imediatistas e baseados na busca pela ascensão econômica individual. Em outras palavras, o imigrante vislumbrou no continente americano a possibilidade de pecúlio fácil que garantiria a ascensão social em sua terra de origem. Para Florestan, essas características eram definidoras do tipo de imigrante negociador que mimetizou a figura do colonizador português, pois tinha como objetivo principal a acumulação de riquezas através da espoliação. Sua forma de sociabilidade garantiu a manutenção desse objetivo: impedidos de participar dos mecanismos de ascensão social comuns às elites nativas, os estrangeiros fechavam-se

¹²³ MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo* (de comunidade à metrópole). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 240.

¹²⁴ Enquanto Bresser-Pereira salientaria a origem de classe média e baixa dos imigrantes empresários, Warren Dean sustentaria a natureza pequeno-burguesa dos mesmos. Uma terceira via, distinta das duas anteriores, seria de Richard Morse, chamando a atenção para a origem modesta dos imigrantes bem sucedidos e ressaltando sua capacidade individual de ascender em meio às possibilidades econômicas.

em suas comunidades, transgredindo as normas e condutas comuns ao patrimonialismo e às relações servis tipicamente coloniais.

A rejeição de tais normas garantiu a esse tipo social a busca por crescimento monetário através de outras formas de trabalho não valorizadas em uma sociedade com ranços escravocratas – o trabalho manual, por exemplo. O imigrante assumiu um comportamento condizente para com uma economia de mercado em expansão, aumentou o seu domínio econômico e conquistou uma mobilidade social capaz de assegurar um papel de importância relativa na sociedade brasileira. Todavia, as mesmas características que dinamizaram o estabelecimento das relações capitalistas em uma sociedade marcada por uma estrutura social colonial promoveram também a sua limitação. Isso porque, ao orientar-se pelo pragmatismo e pela busca da ascensão monetária a curto prazo, essa parcela de imigrantes dedicados aos negócios necessitou estabelecer relações com as elites, assimilando a mesma ideologia conservadora e os padrões de dominação tipicamente senhoriais.¹²⁵ Acomodando-se a um cálculo puramente econômico, a conservação de uma sociedade estamentada e de pouca mobilidade social garantiu o acesso previsível às estruturas de poder brasileiro refletido na aproximação com figuras políticas de prestígio, por exemplo.

A trajetória de alguns empresários ilustra esse tipo social de imigrante formulado por Florestan Fernandes. A narrativa de Francisco Matarazzo¹²⁶ foi um exemplo cabal da não adequação às normas morais e à conduta das elites, o qual se aventurando em trabalhos de pouco prestígio social como vendedor de banha de porco e tropeiro, vendendo e comprando de tudo o que estaria ao seu alcance pelo interior paulista. O caráter restritivo à ampliação dos negócios fora do círculo familiar foi outra característica, citada pelo sociólogo, que refletiu na autoproteção do empresário imigrante na perpetuação dos seus negócios. Passado de pai para filho, de irmão mais velho para o mais novo, e envolvendo toda sorte de parentela, o empresário perpetuou

¹²⁵ FERNANDES, Florestan. *Ibidem*. 2011, p. 16.

¹²⁶ Em *Conde Matarazzo: O empresário e a empresa* José de Souza Martins pontuou as diversas versões acerca da chegada do empresário no Brasil. O próprio empresário ora ocultava a sua origem nobre italiana, ora a reivindicava. A versão de imigrante pobre recém-chegado no país de “mãos vazias” estimulava a ideologia laboral e de sucesso do self-man. Matarazzo gostava de reforçar a imagem de operário número um dizendo, inclusive, que era o primeiro a chegar e o último a sair de suas fábricas. Ao mesmo tempo, a história de prestígio social de sua família era estimulada e muitas vezes servia para evocação sua origem “nobre” perante o restante dos imigrantes italianos. O que nos interessa aqui é o estímulo a entrada do imigrante na ordem social competitiva através da narrativa em que o esforço individual foi promovido visto as dificuldades de inserção social no meio aristocrático. MARTINS, José de Souza. *Ibidem*. 1973, p. 66.

uma forma de sociabilidade restrita às suas origens e à sua esfera doméstica. É o caso de negócios como os das famílias Jafet e Kablin, entre tantas outras, que mantiveram a direção de seus negócios sob comando da esfera familiar¹²⁷.

Entretanto, a esfera doméstica da gestão dos empreendimentos não inviabilizou a construção de relações com membros da aristocracia paulista, principalmente com nomes da alta burocracia, políticos e famílias de prestígio social, herdeiras de títulos de nobreza, e que pertenciam, sobretudo, à fração do grande capital cafeeiro.

A aliança através do casamento¹²⁸ assumiu a forma mais simbólica da relação entre imigrantes abastados e famílias tradicionais de São Paulo, ganhando, em algumas situações, caráter anedótico e crivado no imaginário social por décadas. Alexandre Siciliano, por exemplo, se casou aos vinte e um anos com Laura Augusta de Mello Coelho, filha do fazendeiro e coronel João Frutuoso Coelho. Ainda sem ser o poderoso proprietário da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, os indícios¹²⁹ de que a família de sua esposa financiou seus empreendimentos insinuavam a íntima relação de bons negócios com as uniões afetivas.

O matrimônio, aqui visto como instrumento de ascensão social e econômica, não beneficiava apenas jovens empresários ambiciosos. As famílias paulistanas da alta burguesia cafeeira viam, muitas vezes, no casamento com imigrantes bem-sucedidos financeiramente, possibilidades de ampliação de seus recursos econômicos e participação nos vantajosos empreendimentos. Foi uma via de mão dupla, onde o prestígio e a influência social era trocado por ganhos financeiros proporcionados por essa exitosa parcela de imigrantes.

Amália Ferreira, filha de Olímpio Candido Ferreira, respeitado fazendeiro do interior paulista, casou-se com Andrea Matarazzo, segundo filho do Conde Matarazzo. Um casamento que demonstrou a união consolidada da nobreza oligárquica com a plutocracia imigrante. Dona Amália, assim conhecida, destacava-se na sociedade paulista como co-fundadora da Liga das Senhoras Católicas e da Fundação Loyola e ganhou, graças à origem do marido, o título de condessa e a medalha Stella della

¹²⁷ MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros & Empreendedores: A saga do desenvolvimento no Brasil*, v.1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

¹²⁸ Segundo Mortara em 1920, 55,4% dos noivos italianos se casaram com brasileiras e, em 1927, tal cifra passaria a 62,2%. MORTARA, 1950, pp. 328 *apud* CARELLI, Mario. *Carcamano e Comendadores: os italianos de São Paulo: da realidade à ficção*. São Paulo: Ática, 1985, p. 71.

¹²⁹ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 83.

Solidarietà Italiana ¹³⁰ . Outras parcerias bem-sucedidas foram reconhecidas na alta sociedade paulistana. Fábio da Silva Prado, representante de uma das famílias mais prestigiosas da alta burguesia cafeeira, desposou a filha de Rodolfo Crespi, que passou a atender pelo nome de Renata Crespi da Silva Prado. Fábio Prado, que foi prefeito da cidade de São Paulo durante o ano de 1935, e teve fundamental importância na cena cultural, artística e intelectual da cidade, assumiu após o matrimônio a presidência da Cotonício Rodolfo Crespi S.A.

Os casos de casamentos contraídos como ferramenta de ascensão social ou econômica, dependendo do caso, eram numerosos nas primeiras décadas do novo século e foram perpetuados por um longo período como uma prática social comum nos altos estamentos, mas sendo mais raros nos imigrantes de primeira geração, com algumas exceções, como o caso dos pais de Jorge Street e de Roberto Simonsen, já que os homens geralmente migravam para o Brasil com famílias constituídas. Entretanto, o casamento não seria a única forma de ascensão social procurada por essa parcela minoritária dos imigrantes. A criação de redes de interesses foi construída através de contatos com figuras ilustres, participação como sócios em clubes da aristocracia paulistana e atuação contínua no financiamento de obras de caridade e outros patrocínios que geravam visibilidade.

Além do exemplo da frenética atuação social de Amélia Ferreira Matarazzo, dona Zina Puglisi, de origem italiana e esposa de Nicola Puglisi da Companhia Puglisi S/A, dedicou sua intensa vida social na promoção de banquetes e sarais em sua suntuosa residência na rua Santa Magdalena, onde recebeu diversas personalidades artísticas e do mundo político.¹³¹ Esses eventos foram, na maioria das vezes, elaborados por mulheres que dedicaram boa parte de suas vidas aos afazeres sociais e à promoção de suas famílias nos círculos de prestígio. Tal atuação demonstrava algumas possibilidades de circulação fora do âmbito doméstico, mas, ao mesmo tempo, a destinação de tais tarefas refletiu a continuidade da divisão sexual na qual o único acesso permitido ao gênero feminino na esfera pública era secundarizado. Cumprindo o papel de anfitriã ou promotora de eventos, a mulher da alta sociedade cultivava um cenário perfeito para a atuação de seu real protagonista: seu marido em busca de bons contatos que pudessem

¹³⁰ Quem é quem no Brasil, Biografias Contemporâneas. São Paulo, Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, 1951.

¹³¹ Quem é quem no Brasil, Biografias Contemporâneas. São Paulo, Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, 1953, p 487.

servir na política, nos negócios ou como uma espécie de valorização positiva perante a sociedade.

Houve alguns casos, nesse restrito universo das cerimônias da alta sociedade, que possibilitaram a produção de algumas frestas de liberdade na vida destas mulheres. A atuação no espaço público, longe das vistas de seus maridos, gerou uma circulação um pouco mais autônoma e gerou até mesmo uma busca por satisfação individual. Contudo, a sufocante atmosfera patriarcal e conservadora impediu que a maioria das esposas, filhas, irmãs dos membros da alta sociedade paulistana usufruíssem das vantagens de uma vida pública sem estar acompanhada de figuras masculinas.

Os clubes e associações esportivas também foram espaços disputados pelos paulistas e imigrantes estrangeiros em busca de ascensão e reconhecimento social. Não era à toa que ser associado a clubes como o Jockey, Automóvel Club, Iate Club Paulistano, Rotary, entre outros, tornou-se um símbolo de reconhecimento e de participação ativa na fina-flor da sociedade paulista. Os eventos esportivos, as festas, os banquetes e demais eventos promovidos nos clubes tornaram-se um espaço vital para a sociabilidade dos membros da elite paulista. As possibilidades de encontrar casamentos, negócios ou mesmo prestígio e reconhecimento social eram bastante certas, o que explicava a procura dessas associações pelas parcelas da elite.

Por tantas razões, não era difícil encontrar membros das famílias imigrantes prósperas na lista de sócios desses espaços, onde a demarcação social era tão explícita. Andrea Matarazzo foi sócio do Jockey e do Club Comercial, títulos expostos com orgulho pela família. Nicola Puglisi além do Jockey foi um dos seletos membros da Sociedade Hípica Paulista. Entretanto, a participação de membros imigrantes nos clubes da alta sociedade não foi algo facilmente aceito. Pelo menos até 1918, a proibição de imigrantes, principalmente nos clubes São Paulo, Jockey e Automóvel, foi constante. Mesmo após aceitação deliberada de famílias de imigrantes ricos, a reticência com o elemento estrangeiro e a conservação das raízes paulistas eram sentidas na composição de sua diretoria, majoritariamente composta por nomes de tradicionais famílias de origem paulista.¹³² Essa situação revelou a dimensão do preconceito com o elemento imigrante, que afetava não só o operário e o lavrador maltrapilho, mas contaminava, dadas as devidas proporções, o imigrante bem-sucedido.

¹³² Quem é quem no Brasil, Biografias Contemporâneas. São Paulo, Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, 1953, p. 85.

A relutância de aceitar o elemento estrangeiro expunha diversas nuances da vida social paulista. Warren Dean desprendeu algumas páginas em *A Industrialização de São Paulo* para descrever a relação por vezes conflituosa entre a aristocracia paulista representada pela alta burguesia cafeeira e os industriais imigrantes. Para o autor, a repulsa e o medo da plutocracia imigrante trouxeram para a aristocracia paulista ressentida um senso de diferenciação por meio do apego aos seus títulos e símbolos de distinção social. Ao mesmo tempo, a ascensão vertical do imigrante, através do poder econômico, criou a necessidade da participação nos círculos sociais de prestígio, acirrando os conflitos e as manifestações xenófobas. Partindo desta análise, Dean conclui que o alto número de alianças celebradas entre os membros da aristocracia e empresários imigrantes, principalmente com o matrimônio, foi um indício de que o pragmatismo financeiro planava sob todas os preconceitos de origem.

Se aceitamos essa afirmação, ainda não desenvolvemos todo o problema. Se, de fato, houve a possibilidade de superação através do dinheiro, partimos do pressuposto que o preconceito de origem foi um dado que marcou a relação da aristocracia paulista com os empresários imigrantes, tornando-se um fator a ser considerado quando analisamos a trajetória destes últimos. Os relatos de uma aristocracia ensimesmada, pouca aberta ao elemento estrangeiro e conservadora de seus símbolos de distinção social¹³³ demonstrou que a presença imigrante, quando não era repelida, só podia ser tolerada quando as condições econômicas se tornaram vantajosas o suficiente. A assimilação de certos comportamentos sociais também foi tida como uma prerrogativa e explicava, parcialmente, a necessidade constante de atuação na alta sociedade para qualquer família imigrante de prestígio.

Isso representou um “abandono” das tradições da terra natal, tão caras na explicação do comportamento do imigrante, segundo o modelo traçado por Florestan Fernandes? Na nossa interpretação, não. Segundo Florestan, a adequação às normas de conduta serviu como um cálculo pragmático para a obtenção de vantagens e o estabelecimento de parcerias, sendo, portanto, um processo natural de consolidação das famílias imigrantes no Brasil.

José de Souza Martins ponderava que a busca por ascensão social era ocasionada muito mais como uma forma de diferenciação do restante dos imigrantes comuns do que

¹³³ SILVEIRA, Joel. *Grã-Finos em São Paulo e outras notícias do Brasil*. São Paulo: Ind Grafica Cruzeiro, 1945.

um desejo de igualar-se à aristocracia nativa. Usando como exemplo o próprio Conde Matarazzo, objeto de seu estudo, o autor concluiu que apesar das boas relações estabelecidas ao longo dos anos pelo empresário não houve uma preocupação excessiva em se igualar aos membros da aristocracia paulista, já que o mesmo a considerava inferior ao seu padrão.¹³⁴

Segundo os dois autores, a integração do imigrante constituiu um cálculo racional diante de uma situação que exigiu um grau mínimo de interação social desejada para a ampliação de seus negócios. A adequação às normas de conduta, principalmente na esfera da socialização, foi um passo importante para a concretização desse objetivo.

Essa tentativa gradual de integração social era sentida de forma conflituosa pelos paulistas, em especial pela aristocracia. O receio da substituição, devido à riqueza conquistada por alguns estrangeiros, tornou-se uma ameaça legítima diante do cenário de transformações que o estado e a capital viviam. Mario Carelli observou, de forma perspicaz, que a reação preconceituosa para com o imigrante italiano derivava da tomada de consciência de que a vinda dos emigrados correspondia a um momento de mutação radical que São Paulo vivia com a transformação de estruturas econômicas, culturais e de diferenciação social ¹³⁵ . Essas transformações radicais por certo preocupavam os paulistas, em especial aqueles que dependiam dessas velhas estruturas para a sua sustentação social.

Alguns relatos da época ilustram essa espécie de consciência formulada pelos paulistas. Antônio Carneiro Leão, mais conhecido por sua atuação na área pedagógica, escreveu, na década de vinte, um pequeno ensaio sobre São Paulo onde as referências à presença estrangeira eram constantes. Evocando logo de início a descendência intrépida do bandeirantismo, Carneiro Leão assimilava o crescimento vertiginoso do estado graças à tradição e força de seu povo, denominando a capital do estado como a “cidade mais harmoniosa do Brasil” ¹³⁶ . A presença dos estrangeiros foi imposta pela dependência de braços para o trabalho que uma cidade em rápida expansão exigia. Elogiando também o espírito do povo italiano, ao contrário das “raças amarelas”, caracterizada pelo autor como orgulhosa e avessa à integração social, o sucesso da civilização paulista era encontrado na dosagem certa entre o trabalho e o esforço dos

¹³⁴ MARTINS, José de Sousa. *Ibdem*. 1973, p. 120.

¹³⁵ CARELLI, Mario. *Ibdem*. 1985, p. 24.

¹³⁶ LEÃO, Antonio Carneiro. *São Paulo em 1920*. Rio de Janeiro, Anuario Americano, 1920, p. 9.

imigrantes europeus de um lado e o espírito de liderança e a audácia dos paulistas de outro.

O empenho em salientar o espírito de decisão e o peso da tradição bandeirante era acompanhado com o elogio ao homem público paulista, que mesclava a audácia realizadora, a inteligência e a honestidade no cumprimento de seus deveres¹³⁷. Do outro lado, o fator imigrante, em particular o italiano, era elogiado pela sua capacidade de trabalho e cooperação desde de que estivesse disposto a aceitar os valores morais e sociais que regiam essa sociedade. A integração foi uma estratégia defendida por Antônio Carneiro Leão, orientada principalmente através da educação básica e universal, mas essa integração deveria ser realizada de forma vertical e com a natural liderança do elemento autóctone, único possível de promover a harmonia e o desenvolvimento do estado.

Os pressupostos desenvolvidos na obra de Carneiro Leão denotavam o incômodo que a figura estrangeira impunha à sociedade paulista. Enfatizando a importância braçal da contribuição imigrante em contraposição ao trabalho intelectual induzido pelo espírito de liderança paulista, quais as reais intenções que estavam sendo demarcadas na sociedade da época por meio dessa mensagem? Alguns trechos deixam explícita essa ênfase:

O capital e a intelligencia, sendo, na sua generalidade, nacionaes, têm preservado o Estado do domínio estrangeiro e da dissimulação. Certamente há muito capital e muita intelligencia estrangeiras, mas a força e o prestígio brasileiros são perfeitamente dominadores.¹³⁸

Carneiro Leão reforçava ainda mais a divisão de tarefas entre imigrantes e pátrios quando tratava da real liderança nos empreendimentos do estado:

Ainda hoje, nome de seus políticos, a maioria dos seus industriais são descendentes do antigo typo brasileiro. O imigrante é o braço, a mão de obra, o elemento trabalhador de que necessitamos para a extracção e o desdobramentos das nossas riquezas.¹³⁹

O excerto anterior chama mais a atenção pela ênfase da origem nacional, ou melhor, paulista, do empresariado do que pela falta de dados que poderia garantir essa obscura informação. A necessidade de pontuar o elemento autóctone, particularmente na

¹³⁷ LEÃO. Carneiro. *Ibidem*. 1920, p. 29.

¹³⁸ LEÃO. Carneiro. *Ibidem*. 1920, p. 34.

¹³⁹ CARELLI, Mario. *Ibidem*. 1985, p. 34.

liderança de empreendimentos nitidamente compostos por uma alta porcentagem de imigrantes, revelava a necessidade de afirmar a liderança no processo de acumulação de riquezas do estado.

Por parte do imigrante, a racionalidade adaptativa também demonstrou seus próprios limites. Por exemplo, o número de imigrantes naturalizados era bastante baixo. Segundo o censo de 1920¹⁴⁰, apenas 6.441 dos 444.374 estrangeiros em São Paulo e no Rio de Janeiro buscavam se naturalizar brasileiros, o caso mais emblemático dessa recusa foi o de Alexandre Siciliano.¹⁴¹ A renúncia à naturalização brasileira indicava a conservação dos laços dos estrangeiros com a mãe-pátria. No caso dos italianos, a situação chegava a ser ainda mais complexa: a então recente unificação da Itália trouxe ao Brasil piemonteses, calabreses, napolitanos, venezianos, ou seja, imigrantes que se identificavam sobretudo com a sua comunidade local.

A celebração do ideal de *italinità* foi forjado muito mais como uma necessidade diante da expatriação, bem como os laços de solidariedade criados entre os povos das diferentes províncias ao desembarcarem em terras estrangeiras. No entanto, os traços culturais, a religiosidade católica, o dialeto, o apego à família, que extrapolava o sentido de família nuclear, o hábito do associativismo foram marcas compartilhadas pelos imigrantes vindos da península itálica e que seriam concebidas genericamente como parte do modo de vida dos italianos.¹⁴²

Assim, da mesma forma que se forjava o mito do paulista descendente do intrépido e destemido bandeirante, criava-se, em meio a esse processo de expatriação, a imagem de um povo italiano unívoco que compartilhava valores do esforço individual e da ética do trabalho. O “fazer a América” era possível e comprovado por meio de uma combinação em que a sorte, a oportunidade e o esforço individual poderiam ser recompensados, a exemplo de histórias, algumas vezes meticulosamente forjadas, dos italianos endinheirados que moravam em palacetes de luxo na Avenida Paulista.

A chamada solidariedade entre os povos patrícios também era forjada para matizar conflitos inconciliáveis. Contava-se que Conde Matarazzo tentou reverter uma greve na fábrica Mariângela apelando para a solidariedade regional de seus operários provenientes das províncias de Vêneto e Bari, mandando um encarregado geral da

¹⁴⁰ CARELLI, Mario. *Ibidem*. 1985, p. 45.

¹⁴¹ CARONE, Edgard. Nas origens do capitalismo industrial: o caso de Alexandre Siciliano (1860-1923) *apud* CARELLI, Mario. *Ibidem*. 1985, p. 45.

¹⁴² CARELLI, Mario. *Ibidem*. 1985, pp. 50-62.

região para negociar diretamente com os grevistas. O apelo a uma nacionalidade forjada também motivou os funcionários da Cotonício Crespi a exigirem o fim do fundo pró-pátria, contribuição dos trabalhadores em apoio à Itália na Primeira Guerra Mundial. Essa, acompanhada de outras exigências, deram início a grande greve de 1917 em São Paulo.¹⁴³ Esses dois acontecimentos são reveladores dos limites da solidariedade estrangeira. A conservação, e mesmo a exaltação, dos laços com a pátria de origem não foram suficientes para romper os interesses inconciliáveis de classe. Para os operários, de origem estrangeira ou não, os Crespis, os Puglisis, o Conde Matarazzo, os Kablins foram, acima de tudo, patrões. Da mesma forma, as greves e reivindicações trabalhistas foram tratadas de forma intransigente pela grande maioria do empresariado estrangeiro.¹⁴⁴

A posição dos patrões estrangeiros diante das exigências dos trabalhadores revelava a orientação política assumida no Brasil, já que o empresariado imigrante assumiu uma postura de cautela e defesa de seus interesses com perspicácia. Abstendo-se de confrontos diretos com o Partido Republicano Paulista, a maioria destes empresários assumiram uma postura de neutralidade diante de questões que não eram de seus interesses diretos, pelo menos até as três primeiras décadas do século vinte. Esse cálculo pragmático não impediu que alguns empresários assumissem publicamente suas preferências políticas. Era notória a fervorosa relação do Conde Matarazzo com o fascismo¹⁴⁵ por meio de declarações públicas de apoio e doações ao governo de Mussolini. A dedicação e fidelidade ao regime foram recompensadas: além de títulos, o empresário foi agraciado pela presença do Duce em duas situações em que foram discutidas as relações de trabalho dos imigrantes italianos no Brasil. Em decorrência da morte de Francisco Matarazzo, a família recebeu as condolências do ditador italiano, o que demonstrava a importância do apoio do Conde a causa fascista.¹⁴⁶ Rodolfo Crespi também era conhecido por suas inclinações fascistas, filiando-se inclusive ao Partido Nacional Fascista. O governo italiano agraciou-o com a Ordem do Trabalho e deu-lhe o título de Comendador da Coroa da Itália. Crespi exigiu que quando morresse fosse

¹⁴³ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1977, p. 193.

¹⁴⁴ Veremos posteriormente a posição do empresariado para com as reivindicações trabalhistas em São Paulo.

¹⁴⁵ MARTINS, José de Sousa. *Ibidem*. 1973.

¹⁴⁶ Apesar da franca admiração de Francisco Matarazzo o empresário evitou ligações com o Partido Fascista no Brasil. Quando o partido procurou-o buscando apoio, o Conde respondeu que era contrário “a qualquer campanha fascista ou agitação de qualquer natureza no Brasil”. DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo* (1889-1845). São Paulo, DIFEL, s/d pp. 185.

enterrado com o uniforme fascista e destinou parte da sua herança para o Duce.¹⁴⁷ Contudo, de forma geral, a postura do empresariado imigrante pôde ser resumida pela conservação de valores morais da burguesia e pela neutralidade diante de questões políticas que não convergiam com seus interesses. Isso explicava, em alguns sentidos, seu apoio e ligação com membros do PRP (Partido Republicano Paulista) e o receio com novas forças políticas que abalava a estrutura social.¹⁴⁸

Diante dessas considerações, percebemos a dificuldade quando buscamos compreender o comportamento político-social do empresariado estrangeiro no Brasil. A atuação plástica, principalmente com a fração do grande capital cafeeiro, representada pela aristocracia paulista, demonstrava que esses estrangeiros buscavam integrar-se aos círculos de prestígio social, mesmo sendo objetos de reações xenófobas. Entretanto, essa integração apresentava pontos de divergência com o modelo de integração dirigida pelo elemento autóctone, proposto por Carneiro Leão. O vínculo com sua comunidade local era expressa pelas constantes remessas enviadas ao exterior por parte destes empresários¹⁴⁹, que mantinham relações afetivas e negócios em seus países. O desejo do retorno pairava sobre o imaginário desses estrangeiros, que buscavam perpetuar as relações com seus países e com a comunidade imigrante¹⁵⁰.

4. O empresariado autóctone e sua origem rural

Após analisarmos a influência do empresariado estrangeiro, vamos nos deter acerca da influência do empresariado autóctone na composição da fração de classe da burguesia industrial. Apesar de minoritária, como visto no estudo da origem étnica de Bresser-Pereira, o fator nacional influenciou na composição dessa fração de classe.

As origens do empresariado industrial paulista remetem a uma longa linhagem de proprietários de fazendas que vivenciaram uma substancial transformação na economia capitalista com a introdução da lavoura cafeeira no oeste de São Paulo. Essas transformações foram responsáveis por uma verdadeira revolução na forma de investimento e nos padrões de riqueza desses proprietários. O estudo dos inventários, realizado por Zélia Cardoso de Mello, revelou essas características. Em *Metaformoses*

¹⁴⁷ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p.186.

¹⁴⁸ Aprofundaremos o posicionamento político da burguesia industrial paulista como um todo no capítulo seguinte.

¹⁴⁹ DEAN, Warren. Remessas de dinheiro dos imigrantes italianos no Brasil, Argentina, Uruguai e Estados Unidos da América (1884-1914) pp. 231-237 *apud* CARELLI, Mario. *Ibidem*. 1985, p. 63.

¹⁵⁰ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], pp. 182-183.

da Riqueza, a autora analisou as mudanças no padrão de investimentos de proprietários entre 1845 a 1895. As conclusões foram reveladoras: principalmente após a década de setenta, o ativo escravo sofreu uma forte desvalorização fazendo com que os investimentos fossem aplicados em outras fontes de riqueza, principalmente imóveis e ações¹⁵¹.

Essa mudança de orientação indicou novos padrões condizentes com as aspirações de uma economia exportadora capitalista moderna e com o surgimento de uma nova fração de classe em ascensão que estava interessada em diversificar e ampliar seus investimentos. Representada pelos proprietários rurais, essa fração tinha como origem de sua riqueza as atividades agrícolas – em sua grande maioria oriunda do café –, mas, gradativamente, ampliaram e diversificaram seus investimentos e fontes de renda. Ativos oriundos de aluguéis (de propriedades rurais e urbanas), dividendos, juros e aplicações em diversos empreendimentos financeiros eram expressos nos inventários dos proprietários paulistas. Também chamava a atenção o grande número de ações em empresas de obras públicas e empreendimentos industriais.

Assim, no inventário de Fernão de Souza Queirós, filho do Barão de Limeira, constava além dos mais de mil alqueires de terra, ações da Companhia Paulista, do Banco Comércio e Indústria e da Mojiana. A viúva de Antônio Augusto Monteiro, Maria Teresa Monteiro de Barros, herdou casas e terrenos em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro; fazendas em Limeira e Santa Rita do Passa Quatro; apólices da Fábrica de Tecidos Petropolitana; Companhia Balneario; Banco Comércio e Indústria; Banco de São Paulo e Companhia Paulista, além de dividendos e participação na sociedade Prado Chaves & Cia.¹⁵² Veríssimo da Silva Prado, filho do Barão de Iguape, ostentava ações na Companhia Paulista e na Mojiana, além de apólices da dívida pública que se somavam com os quatrocentos alqueires de terra e os mais de novecentos mil pés de cafés na contagem de sua fortuna¹⁵³. Seu sobrinho, Antonio da Silva Prado, tornou-se diretor e presidente da Companhia Paulista e foi responsável pelas primeiras fábricas que produziam garrafas, couro e carne congelada ainda durante o Império, período em

¹⁵¹ MELLO, Zelia Maria Cardoso. *Metaformoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895* (Contribuição ao Estudo da Passagem da Economia Mercantil-Escravista à Economia Exportadora Capitalista). São Paulo: Editora Hucitec, 1990, p. 31.

¹⁵² MELLO, Zelia Maria Cardoso. *Ibidem*, 1990, p. 134.

¹⁵³ MELLO, Zelia Maria Cardoso. *Ibidem*, 1990, p. 133.

que ocupou o cargo de ministro, tornando-se, durante a República, prefeito de São Paulo.¹⁵⁴

A família Prado, de modo geral, merece alguns parágrafos à parte devido a sua importância econômica na região paulista bem como a suas iniciativas empreendedoras. Patrocinadora de diversos empreendimentos na Paulistânia, os descendentes do Barão de Iguape tiveram importante participação na promoção dos negócios do café aproveitando-se da sua influência e contatos políticos, sendo responsáveis pela promoção da imigração através de associações que investiam na vinda de estrangeiros para o país.

A aposta na política de imigração articulava-se com a manutenção do cultivo de café, atividade primordial dos Prado. A produção das fazendas Santa Veridiana, Campo Alto, Santa Cruz e São Martinho tornou a família uma das principais no ramo da cafeicultura do país. Por certo, a diversidade de empreendimentos serviu para a ampliação de sua fortuna, embora a atividade agrícola continuasse sendo o principal eixo dos negócios, proporcionando prestígio e ascensão política durante o Segundo Império.¹⁵⁵ Com o regime republicano, a família Prado presenciou um declínio na prosperidade de suas fazendas, dedicando-se a outros empreendimentos. Durante o novo governo, foi criado pelo Comendador Antônio Prado o Banco de Comércio e Indústria de São Paulo. A Companhia Prado Chaves, assim como o Cortume Água Branca e a Vidraria Santa Marina, apesar de serem criadas durante o Império, sofreram rápida expansão com a República.¹⁵⁶

Outra família que teve notória influência na história de São Paulo e que dedicou parte de seus negócios ao ramo industrial foi a Álvares Penteado. O patriarca, Antônio Álvares Leite Penteado, filho de paulistas da alta estirpe, João Correa Penteado e Maria Higina Álvares Penteado, baronesa de Ibitinga, soube aproveitar as oportunidades do café investindo em outros ramos de atividades. O fazendeiro percebeu a alta demanda por tecidos e possibilidade de fácil investimento e iniciou seus negócios no ramo da indústria têxtil com a fábrica Álvares Penteado, tornando-se um dos maiores conglomerados de tecido da região.¹⁵⁷ Ao industrial, Bandeira Júnior dedicou

¹⁵⁴ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 53.

¹⁵⁵ LEVI, Darrell. E. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977, p. 184.

¹⁵⁶ LEVI, Darrell. E. *Ibidem*. 1977, pp. 248-259.

¹⁵⁷ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 48.

homenagem no seu estudo sob as indústrias de São Paulo, conclamando ao mesmo o título de “apóstolo da industrialização do país”.¹⁵⁸

Através da compilação realizada por Bandeira Júnior, foi possível mapear, além das fábricas, os proprietários de tais empreendimentos. Assim, o estado de São Paulo, em 1901, possuía proprietários de fábricas de origem suíça, italiana, francesa, alemã, judeus alsacianos e também um expressivo número de brasileiros à frente das atividades. Era o caso da fábrica de fiação e tecidos Anhaia. Fundada em 1886, compunham os proprietários do estabelecimento o Coronel Antônio Anhaia, Francisco Aguiar de Barros, o Marquês de Itu e o Barão de Tatuí, todos representantes de uma linhagem de paulistas da primeira estirpe que possuíam propriedades agrícolas¹⁵⁹.

Outros empresários industriais projetaram-se através de uma sólida carreira de confiança dos tempos do Império. Era o caso do Coronel Antonio Pivost Rodovalho, fundador da Casa Rodovalho, empresa do ramo de fabricação de carruagens e automóveis. Antes de investir no empreendimento, o coronel Rodovalho assumiu diversos cargos de confiança no Império, como a diretoria da Companhia Estrada de Ferro Ituana, a gerência e tesouraria da caixa filial do Banco do Brasil e a presidência do Banco Comercial, além de assumir a gerência de diversas companhias empresariais. Somado aos cargos administrativos, Rodovalho foi um dos responsáveis pela realização da primeira Exposição Industrial Paulista, fundou a Associação Agrícola em São Paulo e posteriormente foi um dos presidentes da Associação Comercial de São Paulo¹⁶⁰.

A farta atuação em cargos públicos e associações de classe era um indício de como o conhecimento dos meandros burocráticos mais os bons contatos conquistados ao longo da carreira eram diferenciais na atuação do empresariado paulista de origem. Para Warren Dean, a visão totalmente politizada do desenvolvimento econômico¹⁶¹ por partes desses empresários explicava a predileção por negócios concedidos pelo governo estadual por meio de monopólios e altos cargos em concessões públicas, um favoritismo pessoal que poucos imigrantes puderam participar. Por certo, as vantagens em descender de famílias que tinham prestígio e livre trânsito na cena política do Império e posteriormente na República fizeram com que o empresário autóctone estivesse à frente em relação ao imigrante no que concebia a garantia de bons negócios. Entretanto, isso

¹⁵⁸ BANDEIRAJUNIOR, Antonio Francisco. *Ibidem*. 1901, xxix, p. V.

¹⁵⁹ BANDEIRAJUNIOR, Antonio Francisco. *Ibidem*. 1901, xxix, p. VI.

¹⁶⁰ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 2001, p. 151.

¹⁶¹ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 52.

não nos parece o essencial quando analisamos a diferença entre esses dois grupos pertencentes à mesma fração de classe da burguesia industrial.

A relação dos empresários paulistas com o capital agroexportador gerava conflitos de interesses, por vezes inconciliáveis, principalmente quando se tratava de defender uma política econômica pró-industrialista. A diversificação das atividades por parte dos fazendeiros paulistas estava longe de significar uma ruptura com o padrão de acumulação baseado na economia agroexportadora. Pelo contrário, constituiu o próprio objetivo dessa parcela ligada ao grande capital cafeeiro, agora realizado plenamente na medida em que os investimentos ultrapassavam os limites das lavouras, investindo em outros empreendimentos, como indústrias, comércios, obras públicas e investimentos financeiros¹⁶².

Todavia, a ampliação e a diversificação dos investimentos oriundos do grande capital agroexportador apontaram seus próprios limites e os germes de sua própria superação. Um desses limites foi referente ao abandono do caráter acessório da atividade industrial decorrente de seu crescimento, ao mesmo tempo em que os sinais de crise da atividade agroexportadora se tornavam cada vez mais frequentes. Essa situação influenciava diretamente nos ditames da economia governamental e provocava disputas políticas difíceis de serem contornadas.

O gradual acirramento entre o setor industrial e a agroexportador afetou também o posicionamento e a identificação desses homens de negócios. Afinal, industriais, fazendeiros ou comerciantes? Com que de fato esses homens se identificavam? Para Florestan Fernandes, a adaptabilidade do “senhor agrário” para “homens de negócios”¹⁶³ era um sintoma das transformações de uma economia colonial mercantil para uma economia capitalista com bases na acumulação comercial e financeira. A mudança no perfil de investimento, saindo das cercas das fazendas de café, foi acompanhada por uma nova mentalidade racional e meticulosamente voltada para o lucro e menos apegada ao status senhorial. Era o comportamento típico da fração de classe do grande capital cafeeiro.

Para a fração inferior da burguesia cafeeira, aquela que ficou restrita aos negócios da lavoura, restou a conservação de seu status através da influência política local, preservado graças a estrutura do PRP. O fenômeno do coronelismo foi o braço de

¹⁶² SILVA, Sergio. *Ibdem*. 1971, p. 97.

¹⁶³ FERNANDES, Florestan. *Ibdem*. 2011, p. 136.

sustentação dessa elite decadente que via, dia após dia, a perda de sua influência financeira e que, conseqüentemente, gerou reflexos políticos e sociais. Consciente de sua posição marginal e flutuante, apegou-se aos espaços de poder que lhe restava, buscando novos canais de mobilidade social, investindo em cargos de alto prestígio na burocracia estatal para seus filhos ou fazendo alianças com a plutocracia imigrantes por meio de casamentos.

Entretanto, mesmo para a fração superior da burguesia cafeeira, confortável na possibilidade de investimentos em vários ramos de negócios, a atuação empresarial no setor industrial era vista muito mais como uma consequência do que uma atividade que definia sua identificação. No que diz respeito à atuação como empresários do ramo industrial, a adaptabilidade se mostrou mais difícil, já que os laços genealógicos impediam que esses empresários assumissem uma posição aberta em favor da indústria, que, conseqüentemente, trazia desavenças com os interesses da fração de classe do grande capital cafeeiro. Restava-lhes o impasse. Esse grupo, representante do empresariado industrial autóctone, parte integrante da fração de classe da burguesia industrial, assumiu posição vacilante e de menor atuação política diante das aspirações e interesses industriais, de modo que necessitou impor seus interesses de maneira cada vez mais articulada, como veremos a seguir.

5. A ofensiva industrial na política e na sociedade

O desabrochar da indústria brasileira foi acompanhado pela formação de uma consciência de interesses defendidos pela fração de classe da burguesia industrial, a qual, como vimos, apresentava heterogeneidade em suas origens. Durante o final da primeira década e o início da segunda década do século XX, São Paulo ampliou o número de suas indústrias em números reveladores.

Apesar das informações relativas à atividade industrial serem imprecisas e incompletas, os dados expostos por Sérgio Silva em *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria do Brasil* evidenciam a linha ascendente da indústria brasileira. As fontes utilizadas foram referentes ao recenseamento realizado em 1907, pelo Centro Industrial do Brasil e pelo recenseamento do Governo Federal em 1920. Comparando esses dois recenseamentos, ficou claro o nível de crescimento exponencial da atividade industrial. O número de empresas no Brasil, de 1907 a 1920, passou de 3.258 para 13.336 estabelecimentos. Em São Paulo, o número também foi bastante impressionante: de 326

estabelecimentos industriais saltou para 4.145 a quantidade de fábricas no estado. O número de trabalhadores também foi significativo: contando com 149.018 operários em 1907, em 1920, no Brasil, esse número chegou a 275.512.164. O valor da produção em conto de réis também foi outro indício da valorização da atividade em nível nacional. Assim, em 1907, a produção nacional das atividades industriais chegou a cifra de 731.292 mil conto de réis, e em 1920 seu potencial foi aumentado para 2.959.176 mil conto de réis.¹⁶⁵

Outro aspecto destacado, através das análises estatísticas dos censos, foi a posição de liderança paulista na produção industrial brasileira. No segundo censo, a predominância de estabelecimentos industriais concentrados no estado de São Paulo ultrapassou a do Distrito Federal, enquanto no censo de 1907, a liderança era do estado do Rio de Janeiro. Foi possível perceber um processo de concentração industrial na região sudeste, especificamente no estado de São Paulo, que, sozinho, passou a ser responsável por 31,5% da produção industrial brasileira¹⁶⁶. Esse expressivo crescimento industrial brasileiro, particularmente paulista, gerou consequências diretas nas formulações acerca de como essa atividade econômica era interpretada. O aumento de sua importância, em termos de produtividade, que consequentemente resultou em ganhos econômicos, gestou uma consciência da necessidade da defesa dos interesses da indústria de forma autônoma e não mais pautada no seu caráter acessório.

Foi ainda nos últimos decênios do século XIX que os debates acerca da vocação econômica do Brasil começaram a fazer parte da vida política do país. Tais debates apresentavam uma preocupação concreta: qual a política econômica mais adequada a ser adotada e que pudesse garantir a influência do país no mercado mundial? Os direitos aduaneiros vinculavam-se diretamente a essa discussão. O protecionismo alfandegário, medida que favorecia a indústria nascente, era arduamente combatido pelas hostes liberais dos representantes do grande capital agroexportador. Uma das primeiras iniciativas de apoio à atividade industrial datou dos tempos do Império com a implantação da tarifa Alves Branco em 1844, que tributava 30% dos produtos estrangeiros. A medida se mostrou insuficiente para estimular a atividade fabril, mas provocou fortes reações da oposição. Outras medidas foram tentadas, como o projeto de

¹⁶⁴ SILVA, Sergio. *Ibidem*. 1971, p. 78.

¹⁶⁵ SILVA, Sergio. *Ibidem*. 1971, p. 76.

¹⁶⁶ CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*. São Paulo, Editora UNESP, 2007, p. 61.

isenção de direitos aduaneiros para as matérias-primas destinadas às atividades industriais e às emissões por parte do Tesouro para empreendimentos fabris. Sofrendo críticas quase que imediatas, seus opositores insistiam que o projeto onerava o Tesouro, estimulava a inflação e era um atentado ao regime de livre concorrência.¹⁶⁷

Ao passo que algumas poucas iniciativas eram direcionadas para a atividade industrial no país, a oposição tornava-se mais forte e organizada. Uma oposição nitidamente liberal associada a uma conjuntura de adaptação da economia brasileira a uma nova organização do mercado mundial defendia a isenção da taxa de produtos importados e a franquia de exportação que favorecia diretamente à fração de classe ligada ao grande capital agroexportador cafeeiro. Entretanto, apesar da ofensiva liberal, a orientação financeira do Segundo Império não seguia uma cartilha rigidamente ligada ao livre mercado, mas, ao contrário, tentava atender às reivindicações dos mais variados setores econômico, tendo um posicionamento que era orientado pelos problemas financeiros mais imediatos. Mesmo assim, a capacidade de estimular as atividades industriais apresentavam-se limitadas devido à debilidade da maquinaria, ao baixo grau de investimento e às condições insuficientes do transporte e da produção de energia.

Em meio a essas tentativas de colocar as atividades industriais no debate econômico do país, surgiu o nome de Antônio Felício dos Santos. Responsável pelo primeiro manifesto industrialista brasileiro que se tem notícia, datado de 1882, Felício dos Santos expunha as benesses proporcionadas pela indústria nacional, como a independência econômica e a possível resolução da questão social através da oferta de emprego para a população desocupada. Utilizando argumentos protecionistas, queixava-se dos desequilíbrios na balança de pagamento marcado por saldos falsos produzidos pelo mercado importador e a fuga de capitais nacionais pelo grande número de empréstimos estrangeiros destinados à alta burguesia cafeeira responsável por produzir uma sucessão de déficits financeiros.¹⁶⁸

Além de Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti também se destacou na defesa pró-industrial ainda sob o regime imperial, atacando o comércio importador e defendendo a atividade industrial como única fonte de riqueza de um país. Defendia um protecionismo ditado às circunstâncias, que respeitasse o estágio geral de cada civilização, e o estímulo estatal para a promoção de empréstimos às iniciativas

¹⁶⁷ LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

¹⁶⁸ LUZ, Nícia Vilela. *Ibidem*. 1975, p. 69.

manufatureiras. A defesa pró-indústria, durante esse período, foi marcada por um teor nacionalista condizente com um momento frágil do já agonizante regime imperial. Com a República, essa primeira geração pró-indústria influenciou diretamente as disputas no novo regime, mas com algumas formulações distintas.

A experiência do Segundo Império demonstrou que apenas a atenção a tarifas alfandegárias e as emissões pelo tesouro não eram suficientes. O desenvolvimento da indústria nacional dependia de outras condições internas como investimentos em infraestrutura. Os acontecimentos da última década do século XIX refletiram de uma maneira positiva na defesa da nascente indústria nacional. A abolição, após muita resistência, foi tida como um mal menor que podia apresentar resultados positivos, colocando o Brasil de vez na marcha do progresso e da civilização. A celebração também suscitava algumas preocupações: o que fazer com a grande massa de ex-escravos e ex-proprietários arruinados com o fim do trabalho servil? Uma das esperanças se voltava para a incipiente atividade fabril. A prosperidade financeira do país, resultado da safra cafeeira e dos investimentos estrangeiros, criou um clima de euforia que contagiou a jovem República¹⁶⁹.

Como resultado, a política de Encilhamento deu o tom para a esperança generalizada. Os bancos promoviam emissões e o número de papéis-moedas circulantes aumentaram expressivamente, estimulando a abertura de companhias e sociedades anônimas que investiam em atividades industriais. A realidade não tardou para acabar com o otimismo financeiro do governo republicano. O Encilhamento mostrou-se desastroso com o aumento da inflação e com a especulação financeira desenfreada, promovendo um caos econômico que atingiu, principalmente, as classes populares. Os estabelecimentos industriais, abertos durante o período, entraram em dificuldade e clamaram pela intervenção do governo federal através de empréstimos, provocando reações não muito amistosas por parte da opinião pública. Os resultados desastrosos reorientaram o apoio governamental ao desenvolvimento industrial no Brasil no que concebe à forma. O receio de alimentar as chamadas indústrias artificiais e a inflação, que se encontrava desenfreada, fez com que os governos posteriores tomassem orientações mais conservadoras em relação aos créditos e benefícios concedidos para a atividade industrial.

¹⁶⁹ LUZ, Nícia Vilela. *Ibidem*, 1975, p. 105.

A política de revogação da taxa ouro, instituída pelo Barão de Lucena, sob o governo de Floriano Peixoto, apresentou-se como um duro golpe na indústria nacional, já que estimulou a importação de produtos estrangeiros. O governo de Campos Sales, numa tentativa de restabelecer as finanças, iniciou uma política de deflação e restrições financeiras. Os danos à atividade industrial só não foram maiores devido à volta da taxa ouro, favorecendo, indiretamente, a concorrência nacional¹⁷⁰.

As oscilações na orientação financeira do país exigiram, por parte dos defensores da indústria nacional, posição sistemática e contundente. A máquina estatal apresentou-se como uma trincheira fundamental neste processo, portanto, ocupar espaços estratégicos no alto escalão da política republicana refletia a capacidade de mediar algumas diretrizes financeiras em favor dos interesses da fração de classe da burguesia industrial. Nomes como Serzedelo de Correia, líder do movimento protecionista de 1895 a 1905, que possuía extensa carreira política na República, Barata Ribeiro, senador de 1900 a 1909, e do deputado João Luiz Alves, que apresentou um projeto de taxação de produtos agropecuários e matérias-primas, foram fiéis representantes das aspirações da bancada industrialista no governo republicano.

Além da atuação sistemática na política institucional, a formação de associações, que representavam os interesses corporativos da atividade industrial, foi outro campo de atuação que expressou as necessidades de defesa sistemática dos interesses do empresariado industrial. Essa movimentação não foi divergente nem aquém da disputa intra-estado, mas estava em plena convergência, trabalhando em auxílio mútuo, na promoção dos interesses corporativos. Em suma, a trincheira institucional aliada com a trincheira corporativa, através de associações de classe, complementavam-se e muitas vezes confundiam-se.

A primeira iniciativa datou ainda do primeiro reinado com a criação da Associação Auxiliadora da Indústria Nacional em 1827. Como bem observa o historiador Edgard Carone, foi esse um fato singular, já que a associação profissional favorável à industrialização nasceu antes de existir uma indústria propriamente dita no país.¹⁷¹ O modelo foi inspirado pela entidade francesa Société D'Encouragement à L'Industrie National e visava à discussão de projetos que envolvessem o avanço das diversas atividades produtoras no país, participando de seu conselho especificamente

¹⁷⁰ CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: DIFEL, 1972, p 80.

¹⁷¹ CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1977(b), p. 6.

políticos e cientistas ligados às ciências naturais¹⁷². A iniciativa da associação, apesar de pioneira, não representou especificamente o setor manufatureiro e o empresariado nacional. Foi apenas em 1882, com a criação da Associação Industrial, que despontaram as primeiras associações diretamente ligadas às aspirações do ramo.

Em 1904, sobre a presidência de Serdezelo Correa, foi criado o Centro de Indústrias do Brasil, uma das iniciativas mais bem-sucedidas da época, chegando a contar com trezentos e trinta e oito membros. O Centro soube utilizar ao seu favor os meandros institucionais na promoção de seus interesses, teve expressiva participação nos mandatos de Rodrigo Alves e Afonso Pena e respaldou projetos de lei do deputado João Luís Alves.¹⁷³

A contraofensiva aos interesses industriais era composta por duas frentes. A dos intelectuais, que defendiam os interesses agraristas, e a institucional, exercida por políticos que pressionavam o Executivo e o Legislativo. Joaquim Murtinho conseguia participar ativamente dessas duas frentes com sucesso. Seu principal argumento contra os incentivos estatais concedidos ao setor industrial era o caráter artificial da nossa produção. O alto custo exigido desestabilizava as finanças nacionais, onerando o consumidor e o produtor agrícola¹⁷⁴. Sua posição anti-industrialista refletiu-se durante seu mandato como Ministro da Fazenda no governo Campos Sales, que tomou medidas desfavoráveis para a indústria nacional.

A maioria das críticas do período concentraram-se sobretudo na necessidade de incentivos governamentais para fomentar a atividade. A maioria da oposição não apresentava contrariedade diante da atividade industrial em si, mas era contra os abusivos incentivos concedidos que pesavam à lavoura e à população que sustentava os caprichos de uma indústria sem resultados.

O estigma de indústria artificial marcou a campanha anti-industrialista por um longo período no Brasil. As críticas endossavam uma imagem negativa da atividade industrial por exigir investimentos por parte do tesouro nacional para resultados poucos eficientes. A vocação do país era a agrária e não deveria ser abandonada em nome de aventuras em outras atividades, diziam seus opositores. Além disso, repousando sob um argumento moralizador, os críticos à industrialização culpabilizavam essa atividade pela

¹⁷² BARRETO, Patrícia Regina Córdova. *Sociedade Auxiliadora Nacional: Oficina de Homens*. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGORE_VISADO.pdf

¹⁷³ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1972, p. 85

¹⁷⁴ LUZ Vilela Nícia. *Ibidem*. 1975, p. 86.

crescente carestia pelas quais as classes populares sofriam em nome de uma busca ilusória de um desenvolvimento nos moldes dos países industrializados.

A questão social era o grande trunfo no debate entre industrialistas versus agraristas. Isso porque o debate sobre a vocação econômica exigia, cada vez mais, a discussão sobre um projeto de desenvolvimento que abarcasse todo o conjunto da sociedade brasileira. Isso se fez muito presente nos argumentos apresentados contra e pró a industrialização. Em alguns casos, de maneira oportunista, de ambas as partes.

Assim, os que defendiam a lavoura como forma primordial de desenvolvimento nacional reclamavam da baixa qualidade e pouca oferta de manufaturados com a taxação de produtos importados causando uma crise de abastecimento. Por outro lado, o estímulo desenfreado à política agroexportadora desestimulava a produção voltada para o abastecimento interno, causando, conseqüentemente, aumento no preço de gêneros alimentícios de primeira necessidade.¹⁷⁵ As disputas de narrativas envolviam concretamente a preocupação com a questão social e a busca por soluções de problemas que ficavam mais latentes na virada no século. O crescimento populacional e urbano desordenado, o fim da escravidão, a imigração, a acentuação de uma camada média e proletária nos centros urbanos eram preocupações típicas de uma sociedade que entrava em uma dinâmica de acumulação nitidamente capitalista¹⁷⁶. O acentuado número de brasileiros sem ocupação atrelado a um crescente cenário de carestia eram umas dessas conseqüências indesejáveis que só podia ser resolvida com a oferta de empregos nas atividades fabris, segundo os defensores da industrialização. Assim, a situação, que poderia originar um estado de ebulição social, podia ser controlada na medida que a atividade industrial tivesse reconhecimento e incentivos suficientes para seu desenvolvimento e pudesse empregar a grande massa de desocupados nos centros urbanos. Foi em meio a essa necessidade de disputa da questão social que emergiu a figura de Jorge Street. O industrial, filho de pai austríaco e mãe brasileira, projetou-se como um notável porta-voz do industrialismo e do protecionismo alfandegário e tornou-se presidente do Centro Industrial do Brasil e do Centro de Fiação e Tecelagens no Brasil na década de vinte.

Alguns pontos distintos separavam a trajetória do industrial Jorge Street e Serdezelo Côrrea, ambos tidos como principais nomes do movimento pró-industrialista

¹⁷⁵ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1972, p. 186.

¹⁷⁶ MELLO, João Manuel Cardoso de. *Ibidem*. 1982, p. 97.

das duas primeiras décadas do século XX. Em relação à política institucional, Street, ao contrário de Serdezelo, não era propenso a seguir carreira por essa via. Foi só na década de trinta que assumiu cargo consultivo no Departamento Nacional do Comércio e Indústria e no Departamento Estadual do Trabalho, dedicando-se a associações patronais e a administração de seus negócios pela Companhia Nacional de Tecidos de Juta, contando com dois estabelecimentos fabris e a vila operária Maria Zélia, que possuía mais de seiscentas casas para os operários de suas fábricas além de creche, escola de ensino básico, escolas profissionais, assistência médica e outros serviços¹⁷⁷.

Como já foi demonstrado pela literatura¹⁷⁸, o puro samaritanismo passava longe dos interesses reais produzidos por essa atitude. Ao colocar os operários sob o controle do patrão, em um território que era a extensão da própria fábrica, controlava-se, além da produtividade, sua reprodução através de rígidas normas morais e comportamentais, como a abstinência ao álcool e o controle dos corpos. Como salientado pelo próprio Jorge Street, a criação das vilas também servia como um impedimento para o pagamento de salários maiores para os operários. Os benefícios, segundo o industrial, eram mais efetivos do que lhes oferecer remuneração mais alta da qual poderia ser gasta em “coisas inúteis”.¹⁷⁹ Era evidente o tom paternalista empregado por Street, pois via o operário como um ser inferior, infantilizado e vulnerável e que dependia da intervenção do empresário até na composição de suas escolhas. Não obstante, para a época, a vila operária era considerada uma ideia arrojada, pois transformava o proprietário da Vila Maria Zélia numa referência no que se concebe à atuação do empresariado na questão social. Somado a esse aspecto, Jorge Street possuía uma personalidade carismática, mas, ao mesmo tempo, combativa na defesa da indústria nacional, tornando-o uma referência na atuação patronal, combatendo sobretudo as críticas ao encarecimento do custo de vida.

Sua postura filantrópica não era uma unanimidade entre os seus colegas empresários, tanto que sofreu progressivamente ostracismo de seus colegas do Centro de Fiação e Tecelagem por ser considerado muito condescendente com seus operários. Porém, mesmo diante destes fatos controversos, era impossível negar que a postura de

¹⁷⁷ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 2001, p. 175.

¹⁷⁸ Ver: LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988; RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil – (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

¹⁷⁹ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 168.

Street representava um marco importante para uma defesa mais abrangente dos interesses industrialistas. Também, deve-se salientar, que tais medidas consideradas filantrópicas articulavam-se com a crescente organização sindical dos operários, visando o controle e disciplina dos trabalhadores por métodos, digamos, menos violentos explicitamente.

Nas décadas de dez e vinte, o Centro Industrial do Brasil conseguiu assumir uma posição significativa no Senado e no Congresso Federal através de uma postura oposicionista à revisão da tarifa aduaneira, de aspiração liberal, barrada diversas vezes graças a pressão dos industriais¹⁸⁰. O industrial Pupo Nogueira, outro importante porta-voz e formulador de políticas em prol do empresariado, escreveu algumas considerações acerca da tarifa aduaneira. O empresário alertava:

Si a comissão do Senado adoptar o critério proteccionista que vem sendo apregoado e aconselhado até pela imprensa officiosa, podemos encontrar na tarifa um precioso elemento de progresso industrial e commercial. Mas sia commissão enveredar pelo livre cambismo a dentro, com a illusoria esperança de baixar o custo das utilidades fomentando a concurrencia estrangeira, então estaremos perdidos.¹⁸¹

Indo além, respondia àqueles que rotulavam de artificial a indústria brasileira:

Mas ha entre nós outras industriais em que tudo é artificial, dirão os economistas de comedia que pullulam entre nós. Quaes são ellas? Qualquer destas industriais, tomadas a esmo no nosso parque industrial, vive com elementos genuinamente nacionaes. Mesmo aquellas que em muito dos seus departamentos dependem do estrangeiro, representam nucleos de industriais profundamente brasileiras, pois no nosso solo abundam todas as materias primas conhecidas (...) E' com esse estranho criterio de dividir as industrias brasileiras em naturaes e artificiaes, sem conhecimento intimo de nenhuma dellas, que se elaborou o projecto de reforma da tarifa alfandegaria brasileira.¹⁸²

A posição em relação à revisão da tarifa revelava uma transformação gradual na orientação de como os interesses industrialistas deveriam ser apresentados. De acordo com Eli Diniz¹⁸³, até a década de vinte, a atuação diante do governo era muito isolada, refletindo uma postura individualista que garantia apenas a solução de problemas

¹⁸⁰ DINIZ, Eli. Empresário. *Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 229.

¹⁸¹ PUPO NOGUEIRA. *Em torno da tarifa aduaneira*. São Paulo, 1931 *apud* CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1977.

¹⁸² PUPO NOGUEIRA, *Ibidem*, 1931.

¹⁸³ DINIZ, Eli. *Ibidem*. 1978, p. 118.

imediatos e o beneficiamento de algumas empresas. Era uma atuação que visava muito mais garantir privilégios individuais, muitas vezes centrando a atuação do empresariado em negociações escusas e troca de favores.

A atuação dentro das organizações corporativas, principalmente a do Centro Industrial do Brasil, remodelou a atuação pró-industrialista. Mais coletiva e visando ações a longo prazo, começava a evidenciar as contradições da atividade industrial com os outros setores, como o setor importador e o agroexportador.

Em 1925, surgiu uma nova proposta de reforma aduaneira. A diferença de atuação do empresariado diante da reformulação mostrou-se imediata: a participação foi muito mais ativa, com ofícios enviados pelo Centro aos senadores, pressionando-os a garantir os interesses industriais e solicitando para a Comissão de Tarifas do Senado a elevação da tarifa para as manufaturas de lã estrangeira.

O empresariado ampliou a suas reivindicações, pedindo em ofício, enviado ao presidente Artur Bernardes, a sustentação de políticas comprometidas com o desenvolvimento industrial, que seriam: elasticidade na concessão do crédito pelas agências bancárias do interior do país, estabilização cambial e mais direitos na proteção da indústria nacional.¹⁸⁴ As demandas ganharam visibilidade na imprensa e no debate econômico do período, acirrando os ânimos de opositores como o do presidente da Liga Agrícola de São Paulo, que publicou um artigo no jornal O Estado de São Paulo citando nominalmente Jorge Street, que na época era membro do Centro Industrial do Brasil, do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem e sócio da Associação Comercial de São Paulo.

O comércio importador foi outro setor que adotou uma posição mais agressiva diante da movimentação dos empresários industriais. Tentando garantir uma posição conciliadora até então com a indústria, aproveitou-se do descontentamento das camadas médias e começou, através de jornais ligados aos seus interesses, uma campanha que associava o alto custo de vida com o aumento da proteção alfandegária.

Os importadores defendiam um protecionismo moderado visando amenizar os interesses industriais. Diziam que, com cautela, era possível estabelecer uma tarifa que protegesse algumas indústrias, mas sem enfraquecer o estímulo da competição necessária para o aperfeiçoamento da produção fabril. A argumentação era sagaz, pois

¹⁸⁴ DINIZ, Eli. *Ibidem*. 1978, p. 230.

não expunha contrariedade com o desenvolvimento industrial, mas exigia parcimônia nos benefícios distribuídos.

Os industriais também evitavam o confronto direto, tanto com o setor importador quanto com o setor agrícola. Entretanto, o recrudescimento das pautas diante de uma conjuntura de disputa mostrou o seu real limite. O episódio final do enredo foi dado em uma disputa interna dentro da Associação Comercial de São Paulo. Tida como uma associação responsável por representar os interesses das frações das classes produtoras, era composta por fazendeiros, comerciantes e industriais, como o próprio Jorge Street. Contudo, desde 1917, o caráter preponderante do comércio importador era evidente, dando o tom dos interesses representados inclusive em órgãos consultivos no governo estadual e federal.

A subalternidade consentida dos industriais na associação durou alguns anos, mas mostrou seu esgotamento nos acontecimentos informados. O resultado foi a apresentação de duas chapas para as eleições do ano de 1928. A chapa oficial, presidida por Horácio Rodrigues, representava os interesses majoritários dos comerciantes, enquanto a dissidente, presidida por Jorge Street, foi formada exclusivamente por industriais. Os interesses partidários também estavam presentes no racha. Era público a relação de Horácio Rodrigues com o Partido Democrático de São Paulo, e de Jorge Street e de outros industriais com o situacionista Partido Republicano Paulista. Houve, novamente, tentativas de abrandar o conflito com a formação de uma terceira chapa de conciliação pela diretoria, mas a tentativa foi malograda com a criação de uma associação que, de fato, pudesse representar seus reais interesses.

6. O surgimento do CIESP

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) inaugurou uma nova fase para o movimento pró-indústria. De acordo com Eli Diniz, com o aparecimento da CIESP “estava encerrada a etapa em que a autoimagem do setor traduzia a percepção que a indústria ocupava uma posição marginal no conjunto das atividades produtivas, desempenhando um papel também marginal na criação de riquezas”.¹⁸⁵ A nova associação apostava no discurso de comprometimento do setor com os interesses coletivos da sociedade brasileira. Assim, deixava-se de lado a atuação individualista que

¹⁸⁵ DINIZ, Eli. *Ibidem*. 1978, p. 238.

acentuou a atuação dos industrialistas nas décadas anteriores para uma organização mais racional e coletiva dos interesses empresariais. A importância do convencimento da opinião pública das vantagens do desenvolvimento industrial inseriu-se nessa gradual transformação.

A direção do CIESP, no ano de 1928, revelou a predominância do fator estrangeiro. Assumiu a presidência o já conhecido Conde Francisco Matarazzo, seguido por Roberto Simonsen na vice-presidência. Com apenas trinta e nove anos, Simonsen despontava não só como empresário do ramo das indústrias, mas também como conhecido por sua vida pública em defesa da indústria nacional, escrevendo diversos ensaios acerca da questão econômica brasileira e em especial sobre os aspectos da industrialização brasileira. No ano em que assumiu a vice-presidência do Centro, escreveu o ensaio “A Orientação Industrial Brasileira”, notabilizando-se como um exímio formulador dos interesses industrialistas.

Seguindo o organograma, o primeiro escalão foi composto por Jorge Street, José Ermínio de Moraes, Horácio Lefer, Antonio Devisate, Carl Adolph von Bülow, Alfried Weiszflog e Plácido Gonçalves Meirelles. Chamava atenção a presença predominante de imigrantes e filhos de imigrantes na organização. Essa preponderância indicava a separação entre a fração de classe da burguesia industrial de origem imigrante com a autóctone? Cabe responder que, como foi demonstrado na investigação de Bresser-Pereira, a quantidade majoritária na composição do empresariado em São Paulo explicava, proporcionalmente, a discrepância. Porém, a ausência de nomes ligados ao empresariado paulista, pertencentes a fração de classe da burguesia industrial de origem autóctone, também chamava atenção. José Ermínio de Moraes era filho de abastados usineiros pernambucanos, e Plácido Gonçalves era proveniente do Rio Grande do Sul, que revela a falta de empresários de famílias paulistas na direção do CIESP.

As distinções entre o empresariado imigrante e o empresariado paulista, já exploradas anteriormente em nosso estudo, por certo interferiu nesta ausência. A origem e a distinção social eram obstáculos que poderiam interferir nos negócios entre esses dois grupos, apesar da gradual tentativa de aproximação de ambas as partes. O estigma da origem estrangeira não deixou incólume nem mesmo um homem de fortunas e títulos como Francisco Matarazzo, que, em razão de seu discurso de abertura das atividades do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, foi descrito, ironicamente, pelo repórter

da Folha da Manhã como “aquelle industrial “paullista”¹⁸⁶ indicando as aspas propositalmente devido a tal incongruência.

Na eleição do CIESP para o ano de 1929-1930¹⁸⁷, a preponderância do elemento imigrante continuou marcando o núcleo dirigente da associação. A eleição, realizada no dia quatro de abril do mesmo ano, deliberou em assembleia geral o mandato de tais sócios para a direção: Conde Francisco Matarazzo e Roberto Simonsen, que continuavam ocupando, respectivamente, a cadeira da presidência e da vice-presidência, seguido por Horácio Lafer, Fábio da Silva Prado, José Ermínio de Moraes e Francisco de Salles Vicente de Azevedo. Os novos sócios chamavam atenção. Fábio Prado adicionou ao Centro o nome faltante ligado à elite paulista. Vale lembrar que Fábio casou-se com a filha de Rodolfo Crespi e assumiu cargos na Cotonício Crespi, indicando a pré-existente ligação desses dois grupos. Francisco Salles Vicente de Azevedo era filho de José Vicente de Azevedo, político paulista dos tempos do Império responsável, pela construção do Viaduto do Chá e da Catedral da Sé.¹⁸⁸

Apesar de mais equilibrado, com nomes de famílias paulistas tradicionais, o CIESP manteve os cargos de destaque sob a predominância estrangeira. A composição majoritariamente imigrante, contudo, não atrapalhou as relações com figuras políticas de grande prestígio, como o então governador do Estado de São Paulo, Júlio Prestes, que esteve presente na cerimônia de inauguração da associação, indicando as boas relações conservadas entre os dirigentes empresariais e os quadros do Partido Republicano Paulista. Esse posicionamento refletiu a capacidade da entidade equilibrar-se em uma conjuntura um tanto quanto complexa: se sinalizava romper com o cordão umbilical, que a aprisionava em um servilismo paralisante, ao mesmo tempo, não podia romper com os laços que a ligava ao governo vigente.

A movimentação política do empresariado paulista indicava uma leitura atenta da conjuntura do período e das frações de classe encarnadas na política institucional brasileira. Possuía relações estreitas com o partido representante do capital agroexportador cafeeiro e compartilhava, até 1928, da mesma associação hegemônica pela burguesia comercial, representada principalmente pelo setor importador. O empresariado apresentava, de maneira cada vez mais explícita, oposição a ambos os

¹⁸⁶ CENTRO DAS INDUSTRIAS DE SÃO PAULO. *Folha da Manhã*. São Paulo, 29 mar. 1928, p. 6.

¹⁸⁷ CIESP. Circular n. 34., de 09/04/1929.

¹⁸⁸ São Paulo (Estado). Assembléia Legislativa. *Legislativo Paulista: Parlamentares, 1835-1998*, Auro Augusto Caliman (coordenador), São Paulo, Imprensa Oficial, 1998. Capítulo Os deputados do Império, página 60 a 62.

setores, embora fosse dependente destes, e muitos dos seus representantes possuíam estreita vinculação com as atividades agrícolas e importadoras.

Nos compete perguntar qual o motivo dos dirigentes do CIESP apostarem em uma relação de proximidade com o PRP, historicamente ligado aos interesses da lavoura, e não ao Partido Democrático de São Paulo, um partido que tentava abalar a hegemonia do partido situacionista, ou mesmo investir na criação de uma agremiação que representasse os interesses da burguesia industrial? Algumas considerações acerca do caráter desta última e da conjuntura política da época revelam alguns indícios. No que concebe a sua formação, como já vimos, a fração de classe da burguesia industrial paulista foi marcada por sua heterogeneidade e pela diversidade de empreendimentos que ofuscava sua identidade como empresária industrial.

Essas duas características são fundamentais. Sendo a maioria migrante, o empresariado industrial encontrava obstáculos a respeito da socialização, principalmente diante de círculos restritos à elite paulistana. As dificuldades, devido à xenofobia, ao preconceito de classe e até mesmo ao receio da ascensão social, impediam que os estrangeiros pudessem exercer atuações mais autônomas no nível social, utilizando-se de sua racionalidade adaptativa para a continuidade de seus negócios, estabelecendo parcerias, assimilando hábitos e costumes da elite aristocrata e sempre evitando confrontos.

No nível partidário, a cidadania estrangeira impunha seu limite. A condição de imigrante impediu a atuação partidária, e o baixo número de estrangeiros que buscavam a naturalização brasileira reforçava essa situação. Tirando as demonstrações públicas proto-fascistas de um Matarazzo ou de um Crespi, a neutralidade e não interferência do empresariado imigrante nas questões políticas foi uma regra até a década de trinta.

No que concebe à diversidade de atividades econômicas, apesar de afetar também a parcela imigrante, ela foi presente sobretudo no empresariado autóctone. Os laços de origem com a lavoura e o apego à figura de proprietário rural criaram uma resistência à identificação com o empresariado industrial. De maneira geral, o sortimento de atividades econômicas dificultou a identificação com um ramo de atividade específica, assim como sua defesa.

Dito isso, entendia-se a posição favorável com o Partido Republicano Paulista. Garantir um trânsito amigável diante da política hegemônica possibilitava benefícios em

curto prazo que favoreciam algumas empresas. Se a estratégia de garantia de interesses individuais sofreu algum tipo de transformação, com uma atuação mais coletiva por parte do empresariado organizado, houve pouca mudança em relação à garantia de relações com figuras bem colocadas na burocracia do Estado que pudesse continuar prestando concessões em assuntos de interesses dos empresários industriais.

Com o Partido Democrático de São Paulo, a situação era distinta. Fundado em 1926, o PD tornou-se uma importante agremiação de oposição ao PRP, contando com ilustres fundadores como o Conselheiro Antonio Prado, Francisco Morato, Prudente de Moraes Netto, Joaquim Sampaio Vidal e Francisco Mesquita. Seu núcleo dirigente foi composto, majoritariamente, por membros ligados a burguesia cafeeira, comerciantes, empresários, alguns membros do alto escalão do funcionalismo público e profissionais liberais bem-sucedidos, particularmente juristas e professores de Direito do Largo São Francisco¹⁸⁹. O partido criticava as oligarquias e o abandono dos ideais tão caros à democracia liberal que teriam desvirtuado os valores da jovem República. A crítica à imoralidade política e à corrupção encarnada, principalmente no sistema eleitoral, eram as ofensivas principais usadas pelo recém-criado partido.

A aproximação com as camadas médias, principalmente com os profissionais liberais, foi uma tática acertada da oposição diante da grande falta de representatividade política desse setor, que sentia os efeitos do enrijecimento orgânico do PRP. O teor reformista concentrava-se sobretudo nas questões políticas e morais e agradava as parcelas das camadas médias, aglutinando médicos, farmacêuticos, comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais nas fileiras do partido¹⁹⁰. Isso não significou, de maneira alguma, que o Partido Democrático de São Paulo fosse considerado um representante legítimo das aspirações das camadas médias. Como demonstrado por Maria Lígia Prado, o partido tinha um programa alinhado às aspirações das classes proprietárias, de caráter conservador e com uma plataforma ideológica liberal centrada em direitos individuais como propriedade, liberdade de expressão e associação e igualdade jurídica¹⁹¹, mas nunca extrapolando seu compromisso de classe. Assim, a pauta da regularização trabalhista ou qualquer reivindicação de caráter popular que pudesse afrontar os interesses das classes proprietárias eram ignoradas.

¹⁸⁹ PRADO, Maria Lígia Coelho. *A Democracia Ilustrada* (O Partido Democrático de São Paulo 1926-1934). São Paulo, Editora Ática, 1986, p. 18.

¹⁹⁰ PRADO, Maria Lígia Coelho. *Ibidem*. 1986, p. 22.

¹⁹¹ PRADO, Maria Lígia Coelho. *Ibidem*. 1986, p. 75.

Apesar da identificação com uma política de base conservadora, o Partido Democrático de São Paulo não angariou os dirigentes do CIESP. O que explicava esse posicionamento? De fato, o programa do PD não apresentava plataforma industrialista, todavia a ausência de um programa comprometido com os interesses industriais também era sentida igualmente no PRP. Alguns indícios estão na aproximação do Partido Democrático de São Paulo com as camadas médias da população, fazendo com que alguns políticos do partido inflassem o discurso antiindustrialista compartilhado por esse setor. Outra explicação apresenta-se na aproximação do PD com figuras do comércio importador, que defendiam uma tarifa não protecionista, e com o Bloco Operário Camponês. Como veremos posteriormente, o lugar de oposição e a entrada do partido na Aliança Liberal selou por vez o afastamento da burguesia industrial do jovem partido.

7. As primeiras reivindicações: a questão social e o trabalho nas fábricas

As reivindicações do empresariado paulista ganharam um novo teor com a fundação do CIESP, tornando-se menos pragmáticas e assumindo um caráter formal. Em 1929, um ano após a fundação do Centro, foram delineadas as primeiras frentes de atuação pelas quais a associação buscava fazer valer suas reivindicações. Neste ano, foram enviadas setenta e nove circulares aos sócios, segundo nosso levantamento, expresso na tabela a seguir:

Tabela 2: Assuntos discutidos nas circulares do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo no ano de 1929

Assunto	Quantidade (contando anexos e cópias)
Alistamento Eleitoral	2
Chamada para Assembleia	2
Código do Menor	21
Convenção Inter-Americana	1
Consulta aos sócios	2
Campanha contra os impostos interestaduais	2
Composição da chapa do CIESP (1929-1930)	1
Declaração do Imposto sobre Renda	4
Greve dos Gráficos	1

Informes de caráter ordinário; convites; consultas e oferecimento de serviços aos associados	10
Imposto sobre capitais e sociedades anônimas	8
Lei de Férias	9
Registro de Marcas e Patentes	4
Registro de Similares	3
Vaga Conselho das Indústrias e do Comércio	2

* Fonte: CIESP, circulares de 1929.

De acordo com a tabela apresentada, o assunto preponderante, no ano de 1929, foi o Código de Menores, seguido pela Lei de Férias, somando trinta circulares exclusivas para tratar a respeito da legislação trabalhista. No dia quinze de janeiro de 1929, uma circular destinada aos sócios convida-os para participar de uma assembleia referente À Lei de Férias, que, de acordo com o documento, provocou difícil situação para os industriais. A assembleia foi chamada para o dia dezessete do mesmo mês, na sede do CIESP, localizada na rua São Bento. Não consta, na documentação consultada, ata da assembleia nem mesmo um parecer sobre as deliberações tiradas nela, entretanto, no dia vinte e um do mesmo mês uma nova circular foi enviada aos sócios.

O novo documento apresentava indagações a respeito da aplicabilidade da Lei de Férias respondidas pelo advogado João Arruda. No total, foram feitas oito perguntas sobre os reflexos da lei e como os proprietários dos estabelecimentos industriais deveriam agir com a nova legislação. Seguindo um modelo de pergunta e resposta, as indagações foram objetivas, sobretudo a respeito de como contabilizar o tempo de férias para o empregado, como computar o período de greve sobre o cálculo e a partir de que prazo o funcionário teria direito de obter o benefício. Chama atenção a oitava e última questão: “Diante do art. 72, § 24, da Constituição o Decreto nº 4982, de 24 de dezembro de 1925, é ou não inconstitucional?”¹⁹²

O parecer, anexado na próxima página da circular, respondia as questões também em formato objetivo. As cadernetas, nas quais seriam computadas o benefício, competia ao próprio trabalhador providenciar. O trabalhador grevista não teria direito ao benefício das férias, já que, pela lei, o caráter ininterrupto da atividade era condição para obter o direito. Outras questões são interpretadas com certa dificuldade pelo advogado, o que demonstrava confusões diante da abrangência que a interpretação da

¹⁹² CIESP. Cópia p. 143, de 21/01/1929.

nova legislação gerava. Na última questão, João Arruda detém mais atenção. Debruça-se sob a legislação francesa e norte-americana para avaliar a legalidade do decreto que instituía a Lei de Férias. Detendo-se em um longo apanhado dos jurisconsultos, o advogado interpretava que o decreto era inconstitucional, alegando que os cidadãos eram livres para o exercício de qualquer profissão, considerando que o benefício dificultaria o exercício da indústria brasileira¹⁹³.

Na sucessão do parecer de João Arruda, seguia cópia de outra consulta jurídica de autoria dos advogados Plínio Barreto e Antônio Mendonça. Endossavam a posição do primeiro advogado a respeito da inconstitucionalidade da lei de 1925, e defendiam a revogação do decreto que estabelecia a Lei de Férias utilizando-se de conceitos como liberdade entre os cidadãos e liberdade de contrato. Para isso, utilizavam como base de sua argumentação a jurisprudência baseada na sentença da Suprema Corte de Illinois e de Nova York, que julgou como inconstitucional a fixação da jornada de oito horas para os trabalhadores das indústrias. O julgamento das cortes norte-americanas baseavam-se no entendimento que tal regulamentação feria o princípio básico da livre negociação entre as partes, ou seja, entre o contratante (patrão) e contratado (operário)¹⁹⁴. A escolha da jurisprudência norte-americana não foi espontânea. O modelo jurídico brasileiro foi diretamente influenciado pela Constituição Norte-Americana, considerada um modelo de democracia liberal a ser seguido no Ocidente.

A ausência do Estado nas mediações do conflito também era um ponto que chama atenção na defesa da peça. As relações de trabalho estabelecidas entre os indivíduos deveriam ser respeitadas, não cabendo ao Estado promover qualquer tipo de intervenção que pudesse pôr em risco a harmonia estabelecida no acordo entre as partes. Em vias da conclusão, os consultados argumentavam que as condições de trabalho no Brasil eram menos penosas do que nos países europeus e nos Estados Unidos, sendo desnecessário a aplicabilidade do Decreto nº 4982. Os maiores prejudicados com a lei, segundo os advogados, seriam os próprios trabalhadores, em razão do desemprego que era uma consequência direta, caso o decreto entrasse em vigor com o fechamento dos estabelecimentos industriais que não conseguiriam arcar com a rígida legislação. Por fim, reiteravam que a questão social só poderia ser resolvida por meio de obras de solidariedade social e não por intermédio da legislação, podendo gerar objetivos

¹⁹³ CIESP. Parecer p. 04, de 28/01/1929.

¹⁹⁴ CIESP. Cópia p. 03; de 17/01/1929.

contrários aos pretendidos, e aconselhavam os empresários lesados pelo decreto buscar indenizações, visto o caráter inconstitucional do mesmo.¹⁹⁵

Os argumentos apresentados por João Arruda, Plínio Barreto e Antônio Mendonça expressavam o posicionamento assumido pelo empresariado paulista diante dos pequenos avanços em relação à proteção social. O direito à liberdade individual e a soberania do contrato estabelecido entre as partes eram peças centrais na defesa, assim como o apelo para sua total anulação por meio do artigo setenta e dois da Constituição Federal, que garantia a defesa do exercício da atividade industrial.

A ferrenha oposição ao decreto era anterior à fundação do CIESP. Desde sua implementação, o decreto foi duramente criticado pelo Centro Industrial do Brasil e pelo Centro de Fiação e Tecelagem de São Paulo, os quais acusavam o projeto de desvirtuar o original, destinado apenas aos trabalhadores do ramo comercial ¹⁹⁶. A pressão dos industriais diante do decreto impossibilitou sua regulamentação, que deveria ser realizada pelo Conselho do Trabalho, fazendo com que a lei, que já tinha sido aprovada pela Câmara dos Deputados, fosse enviada em caráter de prévia ao Congresso para sofrer modificações. A postergação beneficiou o empresariado industrial, que continuou articulando sua anulação, o que explicava a discussão da lei decretada anteriormente à fundação do CIESP.

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo apresentou a mesma postura em relação ao Código de Menores decretado em 1926. Em uma circular¹⁹⁷ direcionada aos sócios, foi anexada uma cópia de um memorando enviado à Câmara dos Deputados através da intermediação do então governador e candidato a presidente Júlio Prestes. O memorando apresentava razões para que o Decreto nº 5083, que regulamentava o trabalho de crianças e adolescentes nas fábricas, fosse revisado pelos deputados. A principal razão do pedido, segundo o CIESP, foi o resultado insatisfatório após a tentativa de implementação do Código de Menores no trabalho fabril e a exigência de carga horária de seis horas que prejudicava os operários que dependiam dos aprendizes. Assim, de acordo com memorando:

O menor tem por missão preparar ou terminar o trabalho do adulto, como já se disse. Nas fábricas de tecido, que é onde elle mais abunda,

¹⁹⁵ CIESP. Cópia. pp. 01-07, 17/01/1929.

¹⁹⁶ GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho*: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 212.

¹⁹⁷ CIESP. Circular nº 42, 15/05/1929.

alimenta e fiscaliza o trabalho de determinadas machinas, aliás tão perfeitas que essa fiscalisação não requer somma apreciavel de trabalho mental (...) Si sommarmos o tempo de trabalho efectivo que o menor dá nos estabelecimentos textis, não chegaremos talvez a 6 horas por dia. - Mas – frizemos bem este ponto – conquanto não gaste energias, é indispensável que o trabalhador fique no seu posto de vigilancia, acudindo em tempo certo ás exigencias do trabalho mechanico.¹⁹⁸

Seguindo a argumentação, o decreto prejudicava diretamente os menores que perderiam os empregos nas fábricas ficando expostos à delinquência juvenil, vagando desocupados pelas ruas. O trabalho mais uma vez seria utilizado como solução à questão social, validando a aversão aos decretos que ameaçariam a estabilidade da economia industrial por meio de desemprego e desordem social.

No caso dos menores, a impossibilidade do Estado garantir a tutela desses jovens através da instrução pública seria um elemento utilizado na argumentação que reforçava a importância da fábrica na formação:

g-) - O aparelhamento da instrucção pública do paiz inteiro é deficiente, por motivos que não vem a pello intoccar. Em São Paulo, cujo esclarecido e patriotico governo faz pelas instrucção publica tudo quanto pode fazer, se não poupando a sacrificios de toda a ordem, existem milhares de menores em idade escolar que ainda não podem receber os benefícios da instrucção. Assim, se o menor for obrigado a deixar a fabrica, não sera possível, acolhe-lo no abrigo que a lei cogita e nem nas escolas, para que não perambule pelas ruas na mais completa e perigosa ociosidade.¹⁹⁹

Mais uma vez, os trabalhadores, principais beneficiados dos decretos citados, eram postos como principais prejudicados da aplicação de leis de caráter social. O desemprego causado pela incapacidade de sustentação das empresas com os decretos aparece como elemento base da narrativa, convertendo o empresariado em um agente tutelar das questões sociais e morais dos seus empregados, e, portanto, no desenvolvimento da nação – transformando o espaço das fábricas em um ambiente moral para a constituição de indivíduos saudáveis e aptos ao mundo do trabalho.

Depois de ressaltar os pontos de divergência da implantação do Código, o documento apresenta um anexo contendo sugestões de reformulação que não prejudicasse os empresários e o operariado. As modificações sugeridas pelo CIESP referem-se À abolição do art. 103 e art. 107 que versavam sob a proibição do trabalho

¹⁹⁸ CIESP. Memorando anexado a circular nº 42, 27/04/1929.

¹⁹⁹ CIESP. Memorando anexado a circular nº 42. 27/04/1929.

de menores de 14 anos e o tempo dedicado ao aprendizado manual, que no código estabelecia no máximo três horas diárias. A modificação de outros artigos era sugerida: no art. 102 era relativizada a não contratação de crianças sem instruções primárias, visto à falta de estabelecimentos de ensino para sanar esse déficit.

O trabalho de menores nas fábricas e a aplicabilidade do decreto de Lei de Férias foram, durante todo o ano de 1929, temas de diversas circulares do CIESP, refletindo o impacto do avanço da legislação de proteção ao trabalho para a burguesia industrial paulista. Nos debates acerca da regulamentação trabalhista, o aporte ideológico da burguesia industrial apareceu de forma substancial: eram refratários às regularizações que promovessem o mínimo de garantias aos trabalhadores fabris. A estratégia diante do Código de Menores diferenciava-se minimamente da Lei de Férias. A questão ganhava sentido moral e dificilmente poderia ser apresentada uma proposta de anulação, já que dizia a respeito do trabalho de crianças nas fábricas, aspecto que sensibilizava na discussão. O empresariado industrial sentia a impossibilidade de reagir explicitamente contra a legislação, por conta disso, a mobilização tinha como objetivo aumentar a tolerância de idade e o limite de horas nas fábricas.

De acordo com Angela de Castro Gomes, a carestia do operariado e dos setores das camadas médias nas primeiras décadas do século vinte acentuou os conflitos de classe e os questionamentos a respeito do caráter da riqueza social gerada pela indústria. Isso porque o discurso anti-industrialista foi assimilado pelas classes populares, preocupando a fração da burguesia industrial. Em meio a essa situação, a contestação dos avanços da legislação do trabalho no Brasil tornou-se delicada. Como se posicionar frente às demandas que ganhavam espaço não só diante dos três poderes mas também no debate público da época, capaz de influenciar os resultados eleitorais em meio a uma conjuntura política de incertezas?

A manifestação da fração da burguesia industrial paulista refletiu um posicionamento contraditório diante do intervencionismo estatal. A mediação do Estado era necessária para garantir os incentivos à atividade industrial, mas, ao mesmo tempo, no que diz respeito à legislação social, a postura do empresariado era restritamente liberal, prezando pela livre negociação entre as partes e o livre exercício da indústria. Postura aparentemente contraditória, mas que definiu a atitude pragmática e estrategicamente calculada do empresariado industrial.

Os debates sobre a legislação social ganharam notoriedade diante das exigências impostas pela sociedade industrial no Ocidente, inicialmente na Europa e nos Estados Unidos. O liberalismo e a livre concorrência começaram a apresentar suas contradições, exigindo um sistema de regulamentação que assegurasse a acumulação de riquezas e a exploração da força de trabalho. A questão social ganhou visibilidade no momento em que o aprofundamento dos conflitos de classe associado a uma necessidade de racionalizar a produção colocaram-se como tarefas essenciais na continuidade e expansão do modo de produção capitalista.

No Brasil, as discussões sobre a legislação social ganharam mais notoriedade durante a Primeira Guerra Mundial, diante do cenário de grandes dificuldades que atingia, principalmente, a população das cidades. Foi durante esse período que o movimento sindical organizado tornou-se um grande tormento para as autoridades civis. Apesar da Constituição Federal de 1891 não possuir menção à proteção destinada ao trabalhador, o Decreto nº 1637, de 05 de janeiro de 1907, instituía a criação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas sem a tutela do Estado²⁰⁰. O decreto beneficiou a organização do proletariado e a exigência por medidas que garantisse proteção ao trabalho nas fábricas. A impopularidade do empresariado industrial, e da atividade industrial como um todo, também era um agravante a ser considerado nessa retrospectiva. A indústria nacional era responsabilizada pelo encarecimento, pela má qualidade e pela crise de abastecimento, exaltando o anti-industrialismo nas camadas populares.

Mesmo diante de tamanha impopularidade, a burguesia industrial paulista posicionou-se de maneira reativa a esses interesses. Porém, a ausência na política institucional e mesmo sua necessária fidelidade diante da máquina do Estado para a obtenção de seus interesses econômicos impediram-na de travar uma batalha em campo aberto com as discussões que aconteciam no Legislativo. Diante da oposição das camadas populares, dos agraristas, de representantes do comércio importador e da necessidade de conservar boas relações com o governo, coube uma postura de oposição à legislação social, mas uma oposição “domesticada”.

O debate em torno da legislação trabalhista iniciou-se em 1917, na Câmara, com o encaminhamento de diversos projetos de autoria do deputado Maurício de Lacerda. Os projetos visavam a regulação de vários aspectos do trabalho nas fábricas, entre eles, a

²⁰⁰ GOMES. Angela de Castro. *Ibidem*. 2014, p. 75.

regulamentação do trabalho de menores; a regulamentação do trabalho feminino; lei de oito horas; estabelecimento de creches nos locais de trabalhos entre outros benefícios.²⁰¹ Para respaldar o cumprimento das regularidades, de autoria do mesmo deputado, o projeto nº 44A de 1917 estabeleceu a criação do Departamento Nacional do Trabalho, que serviria como órgão regulamentador e fiscalizador. A concentração de emendas de projetos de Maurício de Lacerda e outros deputados, principalmente da bancada “trabalhista”²⁰², fez com que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara reunisse em único projeto todas as indicações e projetos de lei sobre a questão do trabalho.

Em outubro do mesmo ano, a Assembleia começou a discutir as propostas do Projeto nº 284 do Código do Trabalho que apresentava alguns recuos dos projetos originais apresentados. A posição da Câmara em relação ao código não foi de oposição, mesmo por parte da bancada paulista. Os deputados integrantes da bancada entendiam que a defesa de uma legislação social era necessária para garantir a paz social e para frear o crescimento agravante das contestações do proletariado no período que atingiam, especialmente o estado.²⁰³

Finalmente, em 1919, a primeira lei de caráter trabalhista foi promulgada no Brasil. O Decreto nº 3724 sobre acidentes de trabalho, fruto da recém-criada Comissão de Legislação Social na Câmara, estabeleceu responsabilidade patronal e reparação, mediante justificativa, de acidentes ocorridos no ambiente de trabalho, não podendo responsabilizar o trabalhador pelo incidente. Após essa primeira conquista, outros projetos foram postos em discussão através da Comissão de Legislação Social: A Lei Eloy Chaves, que estabeleceu fundo de pensão para os ferroviários, em 1923; a Lei de Férias em 1925; e, finalmente, o Código de Menores em 1928.²⁰⁴

Apesar de representar importantes avanços nas discussões sobre o estabelecimento de uma legislação trabalhista no Brasil, o caráter contraditório da promoção dessas leis era evidenciado pelo acirramento da repressão do governo federal sob o operariado, principalmente aos imigrantes ligados às correntes anarco-sindicalistas e comunistas. Havia duas ações, aparentemente contraditórias, do Estado diante das reivindicações do proletariado e do estabelecimento de uma legislação social nas duas primeiras décadas do século vinte no Brasil. Uma que estabelecia a repressão e

²⁰¹ GOMES. Angela de Castro. *Ibdem*. 2014, p. 85.

²⁰² GOMES. Angela de Castro. *Ibdem*. 2014, p. 88.

²⁰³ GOMES. Angela de Castro. *Ibdem*. 2014, p. 107.

²⁰⁴ GOMES. Angela de Castro. *Ibdem*. 2014, pp. 201-215.

o cerco contra os trabalhadores urbanos, e outra que entendia a necessidade de ampliar o debate sobre a questão social, cedendo ao trabalhador algumas garantias no trabalho nas cidades. Essa dupla movimentação evidenciava que, se por um lado, a repressão continuava sendo essencial para a desorganização dos trabalhadores, por outro essa não poderia ser a única forma de deter os avanços diante das insatisfações populares.

Para a fração de classe da burguesia industrial, a legislação trabalhista tocava em questões que envolviam a ameaça na maximização dos lucros obtidos pelo baixíssimo custo do capital variável e a interferência do Estado em assuntos que, na visão da burguesia industrial, competia ao empresário resolver. A fábrica era tida como uma extensão dos domínios privados do industrial. A atitude com o proletariado podia perpassar entre o paternalismo caridoso ou o autoritarismo exigente, mas ambas as atitudes explicitavam uma relação extremamente verticalizada, sinalizando o completo domínio do patrão sobre seus subordinados. A legislação trabalhista era considerada inoportuna, pois adicionava um terceiro elemento na negociação dos conflitos que poderiam ser resolvidos, segundos os empresários, de forma amistosa e privada.

O que fazer diante dessa situação? Através do CIESP, a fração da burguesia industrial assumiu internamente uma postura combativa, principalmente diante do Código de Menores. Saindo em defesa de seus sócios, que poderiam ser multados pelo Juizado de Menores do Estado, o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo contratou um time de advogados para recorrer de possíveis processos que as empresas poderiam sofrer caso não se adequassem às medidas expostas no Decreto nº5083. Os Juízes de Menores, responsáveis por punir possíveis infrações, foram os principais alvos de críticas dos dirigentes da associação no período. O dispêndio com a situação refletiu na profusão de circulares sobre o assunto durante todo o ano de 1929. Alertando os sócios das inspeções seguidas por multas nas fábricas que não cumpriam a legislação, O CIESP contratou os serviços do advogado Plínio Barreto, que aconselhava os sócios a não cederem à pressão da lei e a não pagarem as multas, pedindo para que as sanções fossem enviadas a ele.

A situação parece curiosa e até mesmo inconsequente. Como uma entidade formada por empresários do ramo industrial posicionam-se à margem da lei? Uma das respostas pode ser encontrada diante da crença do empresariado de que a legislação seria reformada brevemente. De fato, mais do que uma esperança, existiam motivos sólidos para acreditar que o código sofresse alterações. Em junho do mesmo ano, o

empresário Ermínio de Moraes viajou até a capital federal para realização de uma reunião com o deputado Artur Lemos, possível relator das modificações do Código de Menores. A reunião, ao que tudo indica, foi bastante exitosa e animou os industriais. Segundo a circular, o dirigente do CIESP “teve longa e amistosa conferência com aquelle parlamentar, o qual conhece perfeitamente a impraticabilidade do Código, sabendo que são perfeitamente justas as reclamações dos industriais”.²⁰⁵ A possibilidade de que o código fosse revisado indicava a estratégia acertada de postergar ao máximo a aplicação do Código de Menores nas fábricas de São Paulo. Assim, após indicar o sucesso da reunião seguido pela “promessa” de revisão, a associação reiterava:

Enquanto o trabalho de revisão prossegue em morosidade inevitável, pois a reforma de uma lei é tarefa forçosamente lenta, este Centro aconselha os seus dignos sócios a não se apartarem da orientação geral, isto é, prosseguirem no trabalho de 8 horas, outorgando procuração ao Centro em caso de multas.²⁰⁶

A possibilidade de que a lei fosse revisada, em favor da burguesia industrial, garantiu o não pagamento da multa e a não aplicação das normas estabelecidas pelo Código. A postergação parece ter sido a diretriz do Centro no trato das questões trabalhistas em avanço no período. Referente à Lei de Férias, a possibilidade da sua anulação também era um horizonte tangível que os dirigentes da associação se apegavam. Assim, diante das orientações do Conselho Nacional do Trabalho a respeito da contabilização das férias dos funcionários, repassado através de uma circular do CIESP, a entidade avisava seus sócios:

Como o Centro esta tratando activamente de pleitear perante o Congresso a revogação da Lei de Férias e o do Código de Menores NA PARTE QUE ABRANGE AS INDÚSTRIAS, aconselha aos seus sócios a responder ao representante do Conselho Nacional do Trabalho que FARÃO EM TEMPO OPORTUNO O REGISTRO DE FICHAS E EM TEMPO OPORTUNO MANDARÃO A RELAÇÃO DO OPERARIADO AO CONSELHO.²⁰⁷

Postergava-se assim as regulamentações necessárias diante da possibilidade que tais leis fossem revistas. A pressão da burguesia industrial com o Legislativo, através da sua influência sobre os deputados, demonstrava que isso era circunstancialmente possível. Em suma, a estratégia diante da questão social era a de internamente estimular os sócios

²⁰⁵ CIESP. Circular n° 56, 09/07/1929.

²⁰⁶ CIESP. Circular n° 56, 09/07/1929.

²⁰⁷ CIESP. Circular n° 58, 22/07/1929.

a contornar ao máximo a aplicabilidade dos decretos, institucionalmente apelar para que as leis fossem revistas e publicamente assegurar que, se aplicadas as leis, a indústria nacional seria prejudicada e, conseqüentemente, geraria desemprego e desordem social.

8. As tarifas alfandegárias e a tributação das sociedades anônimas

Para além das regulamentações em torno do trabalho fabril, a questão tarifária continuou preocupando os dirigentes do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo em 1929. No ano estava em tramitação um novo projeto sobre a questão tarifária no Brasil, exigindo assim uma posição da burguesia industrial diante das mudanças. Em correspondência, o CIESP convidou os sócios interessados para enviarem sugestões acerca da regularização das tarifas²⁰⁸. As propostas, que já estavam sendo estudadas por membros do conselho do Centro, seriam sistematizadas e enviadas ao governo em nome da associação. Não tivemos acesso a fontes que confirmassem a real participação dos sócios do CIESP no envio de suas sugestões, de modo que pudessem confirmar uma tomada de decisões mais democrática diante das pautas privilegiadas pela entidade. Entretanto, em circular enviada menos de um mês depois, de caráter confidencial, foi informado aos sócios a contratação de um “técnico” para reunir as sugestões dos membros e construir um projeto final que contemplasse os interesses do empresariado industrial. O projeto em trâmite, de acordo com a própria circular, era assentado no projeto de 1920, que, segundo o informe:

“altera fundamentalmente a tarifa vigente, pois houve o empenho de baixa geral de taxas. É sobre este projeto, livre cambista, que assenta o nosso trabalho ou, para sermos mais precisos, tomamos do projeto de 1920, que é o que prevalece para as futuras discussões no Parlamento, o que elle tem de aproveitavel, remodelando porem todas suas taxas julgadas insufficientes para á protecção á industrias nacionaes.”²⁰⁹

Finalmente, em outubro do mesmo ano, um novo documento trouxe mais informações da proposta de revisão da tarifa. O anteprojeto, segundo a entidade, seguiu características protecionistas, mas apresentava limitações diante da necessidade de seguir o modelo do projeto de 1920. Prevaleceu o pragmatismo diante da frágil correlação de forças a que estava submetida a fração da burguesia industrial perante o assunto. As deficiências do projeto eram admitidas pelo próprio CIESP, mas este era

²⁰⁸ CIESP. Circular n° 22; 08/02/1929.

²⁰⁹ CIESP. Circular n° 22, 08/02/1929.

calculado como mais eficaz do que apresentar uma proposta ideal que “correria risco de ser rejeitado pelo Parlamento, pois que teria como consequencia irremediavel redução das rendas alfandegarias.”²¹⁰

Além do tema da regularização das tarifas alfandegárias, outra discussão referente À tributação interessava a associação: os impostos sobre sociedades anônimas. A tributação gerou controversas para a parcela do empresariado, principalmente em relação à forma como esse imposto deveria ser cobrado. De acordo com o CIESP, houve um erro na interpretação da legislação que entendeu que fundos de reserva eram parte integrante da parcela do capital fixo, sendo, portanto, cobrado no imposto. Sendo assim, era cobrado um valor indevido do cálculo referente à tributação das sociedades anônimas. A discussão foi intensa e durou alguns meses, fazendo com que o Centro mandasse correspondência ao Secretário da Fazenda sobre a situação. Até a solução do impasse, os dirigentes da associação instruíam o não pagamento da parcela.

Finalmente, no dia sete de junho, o impasse foi solucionado. O tom do informe do CIESP era comemorativo:

Com o maior prazer, communicamos V.S.S que os esforços feito por esse Centro para evitar que o imposto sobre o capital de sociedades anonymas recahisse também sobre suas reservas, foram corados do mais completo exito.²¹¹

É impreciso afirmar que as mudanças foram resultadas exclusivamente de ações do CIESP. A articulação com outras associações, como o Centro de Fiação e Tecelagem e o Centro das Indústrias do Brasil, indicava uma forma de atuação em bloco do empresariado industrial em defesa de seus interesses. Todavia, salienta-se, mais uma vez, a facilidade do empresariado na construção de canais diretos com as vias institucionais de decisão. A elaboração de um projeto de tarifas aduaneiras revelou a condição de participação desse setor nas orientações econômicas no Congresso.

9. O CIESP e as eleições para 1930: a tomada de posição

O tema das eleições apareceu de forma mais retraída nos documentos do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Contudo, sua mensagem deixava claro o posicionamento a ser adotado pela entidade diante da campanha eleitoral para a

²¹⁰ CIESP. Circular n° 74, 18/10/1929.

²¹¹ Ibidem. Circular n° 49, 07/06/1929.

presidência do próximo ano. Sob forma de um manifesto externo, o documento intitulado “Aos Industriais Paulistas” informava o apoio de várias associações de indústrias do estado na candidatura da chapa Júlio Prestes-Vital Soares para as eleições de 1930. O documento apresentava uma característica interessante: a tentativa de apartidarismo em um manifesto político.

Apesar do caráter público do documento, o manifesto dialogava com os empresários industriais paulistas esclarecendo-os sobre a posição das associações diante das eleições. Rejeitando qualquer tipo de filiação ou partidarismo, o documento explicava a seus associados que a tomada de posição diante das eleições era um fato inédito, sendo que até então: “nenhum pleito eleitoral logrou até hoje despertar os interesses das classes produtoras deste Estado, avessas, como são ellas, a competição política.”²¹² A mudança de atitude das classes laborais, segundo o manifesto, era um reflexo do momento que exigia dos industriais “tomar parte no grande movimento de civismo que se inicia, levando seu incondicional apoio aos candidatos que á testa do governo central, continuarão a demonstrar aquele notabilissimo tino administrativo e amor ao bem público”²¹³

A candidatura defendida pelas associações, entre elas o CIESP, era a melhor posição a ser tomada em benefício da indústria nacional com a continuidade da política econômica anterior:

Para as industrias, a victoria da chapa nacional Júlio Prestes – Vital Farias representa a integral execução do programma financeiro do actual Governo da República, a observancia da rigida moralidade administrativa que tem notabilizado aquelle Governo, o amparo a todos quantos, pelo seu trabalho, collaboram na grandeza do nosso paiz; a solução de importantissimos problemas attinentes à vida industrial.²¹⁴

O regionalismo também apareceu como um fator a ser considerado na tomada de defesa da candidatura da chapa situacionista. Júlio Prestes era apresentado como um “paulista ilustre” incapaz de esquecer o compromisso para com o estado. Curiosamente, não houve menção à chapa opositora constituída por Getúlio Vargas e João Pessoa. O tom do manifesto era contido e evitava assumir um caráter ideológico ou dogmático, já que, como frisado no documento, não existia pretensões políticas por parte das

²¹² CIESP. Aos industriais paulistas., 08/08/1929.

²¹³ CIESP. Aos industriais paulistas., 08/08/1929.

²¹⁴ CIESP. Aos industriais paulistas., 08/08/1929.

associações diante do apoio a candidatura de Júlio Prestes à presidência. Assinam o documento além do CIESP, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, o Centro de Comércio e Industrias de Madeiras, o Centro de Industriais de Papelão, o Centro dos Industriais de Papel do Estado de São Paulo, a União dos Fabricantes Nacionais de Papel, a Associação dos Industriais e Comerciantes Graficos e o Centro dos Industriais de Calçados de São Paulo. O manifesto foi assinado e publicado nos jornais em meio à campanha eleitoral.

A proximidade das lideranças industriais paulistas com o candidato Júlio Prestes explicava o apoio à candidatura. Como foi visto, foram vários os momentos em que o político demonstrou uma relação de proximidade e de apoio às demandas dos empresários. O pretendente a sucessor de Washington Luís, escolhido pelo próprio presidente, representava a continuidade de um canal direto de negociação na política institucional. A escolha por Júlio Prestes representava eleger senão apenas um político comprometido com a política industrial, mas também um interlocutor importante no atendimento das propostas do empresariado paulista, vide a mediação do político na entrega do parecer com as propostas de modificação do Código de Menores, a presença do mesmo na inauguração da associação e as relações pessoais estabelecidas com alguns dirigentes do CIESP.

Além disso, ao ser enfatizada a continuação do governo de Washington Luís, a fração da burguesia industrial assumia, implicitamente, que a política econômica adotada pelo então presidente não desagradava por completo as aspirações industrialistas. Algumas políticas adotadas pelo então presidente agradaram, de fato, o setor industrial. Washington Luís instituiu no primeiro ano de seu mandato uma reforma monetária que manteve o câmbio baixo e estabilizado. O plano foi elogiado publicamente por Roberto Simonsen, que viu na medida uma forma de proteção as classes produtoras do país²¹⁵. Em 1929, no auge da crise, decretou a Lei de Incentivo à Indústria Têxtil²¹⁶ e aumentou os impostos sob importação através da Lei Orçamentária n°5659, que tinha como objetivo, segundo o presidente, proteger as indústrias nacionais diante o aumento de estoques decorrente da crise econômica²¹⁷.

²¹⁵ SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial no Brasil e outros estudos*: seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973, pp. 69.

²¹⁶ LUZ, Nícia Vilela. *Ibidem*. 1975, p. 202.

²¹⁷ A ABERTURA DOS TRABALHOS NA ACTUAL LEGISLATURA DO CONGRESSO NACIONAL. *Correio da Manhã*, São Paulo, 04 maio. 1930, p. 07.

Esses acenos foram importantes para a entidade. Se a política financeira do atual governo não era a ideal para as aspirações do empresariado industrial, menos ainda poderia dizer da oposição. O programa apresentado pela Aliança Liberal não apresentava um aparte substancial sobre um plano econômico que beneficiasse a indústria e, como já foi discutido, alguns de seus quadros endossavam o discurso anti-industrialista das camadas populares e bradavam contra as indústrias artificiais que oneravam o custo de vida da população²¹⁸.

Entretanto, a decisão do CIESP de apoiar o PRP e manter relações com políticos tradicionais da política brasileira revelava um cálculo que ultrapassava a questão do alinhamento com a política econômica a ser adotada. Na falta de um partido que representasse os seus interesses, a entidade escolheu as vantagens de apoiar o partido que comandava a máquina burocrática do Estado.

O conservadorismo reinante no Partido Republicano Paulista era outro fator determinante. A desmobilização social e o apagamento das demandas das camadas médias e do proletariado eram o que, em alguma medida, garantia a existência do partido. Apesar de parte de seus deputados cederem a alguns avanços trabalhistas, temerosos diante da desordem eminente, o PRP evitou ao máximo ceder as reivindicações populares. Washington Luís fazia ouvidos moucos diante da “questão social”. Concedeu anistia política após assumir o governo, mas implantou a Lei Celerada deixando claro a intolerância a qualquer ato de insubordinação. A atitude agradou a burguesia industrial diante da atmosfera contestatória do período, sentida, inclusive, no interior de suas fábricas.

O Partido Democrático de São Paulo foi contrário a lei, pois entendia que sua implantação ameaçava o direito à livre manifestação e censurava seu principal veículo de comunicação, o jornal Diário Nacional. O partido também recebeu apoio do recém-criado Bloco Operário Camponês, nas eleições de fevereiro de 1928²¹⁹, posição tática diante de uma nova vitória do Partido Republicano Paulista. As aproximações do jovem partido com os debates da questão social, com o BOC e com parcelas insatisfeitas das camadas médias indicavam que para um partido de oposição ao situacionismo o desafio da ordem estabelecida tornava-se inevitável.

²¹⁸ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 196.

²¹⁹ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 196.

Se o Partido Democrático de São Paulo aticava a desconfiança do CIESP, com a Aliança Liberal a situação agravava-se do ponto de vista da fração da burguesia industrial. A formação da Aliança Liberal representava uma ruptura com a ordem estabelecida, uma conspiração que envolvia diversos atores sociais, entre eles políticos de oligarquias divergentes, camadas médias, tenentes entre outros setores deslocados do cenário político da hegemonia política agroexportadora.

Diante das opções, a candidatura de Júlio Prestes tornou-se a mais coerente a ser defendida pelo CIESP e pelas outras associações industriais. Junto com a divulgação do manifesto, o Centro pedia aos industriais associados que se alistassem no serviço eleitoral do Estado:

Podemos fornecer a cada fabrica, gratuitamente, uma ficha de eleitores, com a respectiva photographia. Uma duplicata ficará no archivo deste Centro e todo o nosso grande corpo eleitoral será mantido por nós depois das eleições de Março, com caráter definitivo e sem subordinação a qualquer corrente política²²⁰

O estímulo ao alistamento eleitoral era o reflexo da preocupação do CIESP e de seus sócios com os rumos políticos das eleições do ano de 1929, apesar de salientar sempre o caráter apolítico da associação de classe.

10. O balanço do ano para a entidade: as vitórias parciais

Da metade do ano até o final de 1929, as circulares do CIESP indicaram algumas vitórias parciais da entidade e tentativas de aproximação em assuntos encabeçados pelo Governo Federal. Em Setembro, foi enviada uma petição endereçada ao Ministro das Relações Exteriores pedindo esclarecimentos sobre a Convenção Geral Inter-Americana de Proteção de Marcas e Proteção Comercial e do Protocolo Interamericano de Marcas de fábrica, ambos assinados em Washington no mesmo ano. Segundo as entidades que assinaram a petição, a mudança sem consulta sobre a questão da proteção das marcas e proteção comercial poderia prejudicar a indústria nacional em benefício das mercadorias estrangeiras. No documento, ficava clara a concepção protecionista diante da impossibilidade de concorrer com uma legislação que beneficiava a livre concorrência e que traria vantagens para a manufatura norte-americana²²¹. Até o final do ano, não

²²⁰ CIESP. Circular s/nº., s.d.

²²¹ CIESP. Petição endereçada ao Ministro das Relações Exteriores., 30/09/1929.

houve mais correspondência a respeito de tal questão. Entretanto, duas notícias foram recebidas com ânimo pelos dirigentes do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. A primeira foi referente à nomeação de Vicente de Paulo Calliez, do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro, como representante do Conselho Superior do Comércio e Indústrias, espaço cobiçado pela fração de classe e recebido com entusiasmo pelo CIESP. A indicação de um nome de “fora” de São Paulo não parece ter desanimado a entidade, que via no Conselho Consultivo um espaço estratégico para a imposição dos interesses industrialistas.

Todavia, a segunda notícia foi o motivo de grande comemoração da entidade, pois dizia a respeito à revisão do Código de Menores pelo vice-presidente da Comissão da Legislação Social da Câmara dos Deputados, Arthur de Souza Lemos. O CIESP felicitou o deputado em telegrama pela iniciativa de modificação do código e reiterou o quanto as mudanças eram necessárias diante da inviabilidade da aplicação da lei para as atividades industriais. O Centro também aproveitou a oportunidade do telegrama para salientar quais as medidas deveriam ser revisadas. De acordo com o CIESP, as questões que deveriam ser revistas eram “as que se referem ao horário do trabalho fabril, diurno e noturno”²²², já que, de acordo com a entidade, as seis horas estabelecidas pelo Código aos menores nas fábricas era impraticável. Mais uma vez, além do argumento econômico de oneração à atividade industrial, o argumento moral era utilizado. Assim, a respeito da implantação da diminuição da jornada, a correspondência citava um caso de uma fábrica no interior de São Paulo que aplicou rigidamente o Código em seu estabelecimento:

Em Taubaté, uma grande empresa local começou desde de algum tempo a observar rigidamente as disposições do Código que abrangem o trabalho do menor. Faz turnos de menores de ambos os sexos, trabalhando 5 horas por dia. Pois bem, naquela cidade, a criminalidade aumentou, como aumentou o meretrício, sendo de notar-se que entre os novos delinquentes e entre as estreantes na prostituição largo coefficiente de antigos operarios daquela empresa, menores de 18 anos.²²³

As consequências, portanto, foram não só de ordem técnica e corporativa mas também de interesse geral da nação. Diante disso, o CIESP questionava as consequências da real aplicabilidade do Código:

²²² CIESP. Cópia da correspondência enviada ao Deputado Arthur de Souza Lemos, 15/06/1929.

²²³ CIESP. Cópia da correspondência enviada ao Deputado Arthur de Souza Lemos, 15/06/1929.

Que poderão fazer as industrias? Despedirão os seus funcionários menores de 18 annos e como sem elles, a sua produção se torna impossível cerrarão suas portas. Digamos que a fallencia industrial do Brasil importará na salvação da raça, na phrase do integro e venerado Juiz de Menores do Distrito Federal. Mas a raça não se salvará pois que, ousamos assignalar ainda uma vez a V. Excia., os menores despedidos das industrias, em numero de mais de 150.000 pequenos trabalhadores, só nesta Capital, não encontraram amparo e proteção junto dos executores da lei, que não tem meios de fazer tarefa de tão grande envergadura.²²⁴

Por fim, o telegrama convidava o nobre deputado a conhecer os estabelecimentos industriais e a perguntar aos operários o que achavam das modificações propostas no Código. Os dirigentes eram enfáticos na resposta que esses iriam lhe dar:

Elle dirá a V. Excia, livremente, com aquella rude franqueza que caracteriza o homem do povo, o que pensa do Código e como encara o futuro dos seus filhos, ameaçados de ficar na mais perigosa inacção si o actual estado das cousas perduras por mais algum tempo.²²⁵

A revisão do Código de Menores teve impacto importante no CIESP. Durante a revisão, o Código ficava suspenso e as vistorias às fábricas anuladas. A tática de postergar as mudanças exigidas pela lei, assim como as multas, mostrara-se adequada diante da situação e com efeito direto aos proprietários das fábricas, livres das imposições consideradas excessivas. A reunião de Ermínio de Moraes, realizada menos de um mês antes do telegrama, evidenciava a acertada tomada de posição da entidade na defesa dos seus interesses. Continuando do lado da ordem, sem alavancar uma ferrenha oposição pública, a burguesia industrial paulista conseguiu manobrar a questão social, sua principal preocupação no período, fechando o ano com balanço positivo, somando as outras pequenas conquistas parciais.

É preciso deixar claro, mais uma vez, a imprecisão de que as conquistas alardeadas pela entidade seja fruto direto apenas de sua movimentação, principalmente pelo pouco tempo de atuação do CIESP. Entretanto, deve-se considerar a atuação anterior de suas lideranças na construção de uma rede de influência que as beneficiavam diretamente. Outro aspecto que chamou atenção é a tentativa de trazer os benefícios conquistados a sua esfera de atuação. Reflexo de uma entidade recém-inaugurada que buscava garantir sua importância como defensora do empresariado paulista.

²²⁴ CIESP. Cópia da correspondência enviada ao Deputado Arthur de Souza Lemos, 15/06/1929, p. 2.

²²⁵ CIESP. Cópia da correspondência enviada ao Deputado Arthur de Souza Lemos, 15/06/1929, p. 2.

Assim, no ano de 1929, o CIESP tentava se consolidar como entidade corporativa da burguesia industrial paulista construindo uma imagem de efetivo instrumento de pressão e organização da classe. Os ganhos proporcionados demonstraram que a escolha política de apoio à permanência da elite agroexportadora e do PRP apresentou-se como melhor estratégia na garantia de seus interesses. Defender a ordem e a conservação do status quo seria o horizonte mais palpável para o empresariado industrial alijado de um partido e de um projeto que representasse diretamente os seus interesses. As discussões sobre a nova legislação trabalhista, fruto da mobilização operária, já expostas no primeiro capítulo, juntamente com a permanência de sindicatos anarquistas e com a fundação do PCB, representavam, aos olhos dos empresários, uma ameaça à ordem e, acima de tudo, aos seus lucros.

11. A busca pela consolidação como entidade: o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e a atuação frente à Convenção Pan-Americana, à Lei de Férias e ao Código dos Menores

A chegada da nova década não apresentou mudanças substanciais para o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Pelo menos nos primeiros meses, os assuntos pendentes do ano anterior continuaram na ordem do dia da associação. A primeira correspondência, datada do dia vinte de janeiro, demonstra essa continuidade. Dirigida ao Ministro das Relações Exteriores, o CIESP e outras associações de industriais pediam a não ratificação da Convenção Pan-Americana sobre marcas de fábrica realizada em Washington no ano anterior. Mais uma vez, os industriais alertavam que a assinatura do acordo poderia prejudicar a produção nacional ao dar prioridade ao registro de marca estrangeira. O tratado era interpretado como um ataque claro ao desenvolvimento industrial brasileiro, pois deixava o produto nacional em desvantagens em meio a um ambiente de insegurança para o empresariado²²⁶, devendo ser anulado para evitar maiores obstáculos para o setor.

As questões trabalhistas também continuavam marcando as correspondências entre os sócios. A querela da aplicação do Código de Menores e da Lei de Férias perpetuava o incômodo da burguesia industrial paulista com a necessidade do

²²⁶ CIESP. Cópia da correspondência enviada ao Ministro das Relações Exteriores 20/01/1930.

cumprimento dos acordos. A primeira circular enviada assumiu um tom de desânimo visto o descumprimento das promessas assumidas no ano anterior.²²⁷

O presidente da Comissão da Legislação Social, Arthur Lemos, cancelou as visitas aos estabelecimentos industriais do estado de São Paulo a fim de verificar as ótimas condições, propagadas pelos dirigentes do CIESP, dos empregados. O desânimo com tal situação era entendido: as tentativas de aproximação com o presidente responsável pela revisão do Código de Menores era uma das táticas principais adotadas pela entidade para a anulação de alguns pontos da lei que prejudicaria o empresariado.

O convite feito pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, se fosse aceito pelo deputado, sinalizaria que o código poderia ser revisto sob a tutela e aprovação do patronato industrial. Como vimos anteriormente, o teor moral da regulamentação do trabalho de crianças e adolescentes em fábricas impedia a total desmoralização da regulamentação pela burguesia industrial, que se contentava em anular apenas alguns pontos do decreto.

Diante desta primeira sinalização negativa, o CIESP adotou como resolução o comparecimento à Justiça Estadual motivado pelo descumprimento do Código do Menor por um estabelecimento industrial em São Paulo. Era a primeira vez que uma situação como essa seria julgada no estado e o Centro esperava ganho de causa. A mensagem que os dirigentes passavam para seus associados era de crença que as medidas punitivas aos industriais seriam anuladas pelo entendimento – por parte da justiça paulista – sobre a necessidade imprescindível do trabalho do menor nas fábricas e pela qualidade dos estabelecimentos fabris que sofreram inspeções. Assim, argumentavam que:

Os peritos, que examinaram a fabrica executada, acharam que as condições hygienicas são excellentes, como excellente é a saúde do seu operariado. Affirmaram que é impossível o trabalho do adulto sem o concurso do menor, sendo também inexequível a formação de duas turmas de menores.²²⁸

Sem esclarecer quais eram os peritos e quais fábricas foram vistoriadas, o Centro apostava, pelo menos a seus sócios, que as medidas jurídicas logo seriam revistas.

²²⁷ CIESP. Circular nº 80, 30/01/1930.

²²⁸ CIESP. Circular nº83, 18/02/1930.

Contavam com, além da boa impressão causada nos peritos, a peça jurídica apresentada pelo advogado Plínio Barreto e que foi enviada aos sócios como exemplo da integral defesa dos interesses dos empresários exercida pela associação. Na peça cita-se logo de imediato as infrações pelas quais estava sendo processado o estabelecimento industrial em questão:

a-) a de não haver cumprido as disposições e os preceitos dos arts.119 e 120 do referido código relativos a afixação, na sala do trabalho dos menores, de avisos referentes aos textos legais concernentes a eles;

b-) a de obrigar operarias, menores de dezoito annos, a trabalharem mais de seis horas por dia. ²²⁹

Partindo das referidas acusações, a defesa foi enfática em relação à afixação de cartazes: citando testemunhas, inclusive os próprios peritos da Justiça Estadual, o réu garantiu que os avisos estavam fixados na entrada de cada sala de trabalho. A defesa concluía que isso não poderia ser interpretado como uma infração, já que a lei não especificava qual o local que o cartaz deveria ser fixado.

A segunda infração era a que dava sustentação à causa segundo o advogado. De acordo com o art. 108 do Código, ficava vedado o trabalho de menores de dezoito anos que excedessem seis horas diárias. Tal medida, segundo as próprias palavras do réu, era “inexequível”²³⁰. A medida, se aplicada, significaria a ruína não só do empresariado industrial, mas da própria “mocidade operaria” ²³¹ e implicava na violação do livre exercício da indústria.

O segundo ponto da peça jurídica destacava o ponto nevrálgico de conflito entre os empresários e Código de Menores, que se referia à diminuição da quantidade de horas dos operários abaixo de menores de dezoito anos nos estabelecimentos industriais por mais de seis horas diárias. A proibição de uma jornada de mais de seis horas nos estabelecimentos industriais foi considerada um exagero – de acordo com a burguesia industrial – de uma legislação que não estava articulada com a realidade brasileira e que, em muitos casos, extrapolava as condições de países mais desenvolvidos que não estabeleciam um padrão invariável de horas para os trabalhos de menores.

²²⁹ CIESP. Cópia anexada ao circular nº83.

²³⁰ CIESP. Cópia anexada ao circular nº83. C.M.3.

²³¹ CIESP. Cópia anexada ao circular nº83. C.M.3.

A lei deveria ser aplicada de acordo com cada caso. Assim, dependendo da função a qual estava relegado o menor, o número de horas poderia ser aplicado previamente assim como a necessidade de pausa para descanso do jovem operário. Caberia, diante dos abusos de tal lei, a parcimônia e serenidade dos tribunais na sua aplicação:

Diante do texto absurdo do Código de Menores, o dever dos tribunais não consiste, evidentemente, em negar-lhe aplicação, mas em applica-lo sem excesso de rigor. Não deverão, por exemplo, applica-lo quando houver prova de que o trabalho, por mais de seis horas, não prejudica de modo algum, a saúde dos menores, e é exigido, pelas condições especiais da indústria que os menores se dedicam.²³²

A defesa apresentava uma estratégia de desqualificação do Código do Menor apelando para a discricionariedade do juiz e para uma aplicação menos rígida do dispositivo legal, utilizando a ideia de proporcionalidade e razoabilidade na aplicação da lei. A jornada maior que seis horas só deveria ser proibida caso houvesse risco à saúde dos menores ou expusesse-os a condições perigosas. Situação, que de acordo com depoimento de testemunhas, não ocorria no estabelecimento industrial do réu.

A impossibilidade do exercício industrial também era um argumento que pesava contra o Código. A atividade industrial dependia do trabalho integral de crianças e adolescentes, ficando a produção prejudicada caso fossem utilizados em turnos reduzidos. A indústria de seda, por exemplo, necessitava do trabalho conjugado de menores com operários adultos, sendo impossível, portanto, utiliza-los apenas seis horas diárias. O depoimento do industrial e um dos dirigentes do CIESP, Ermínio de Moraes, também foi utilizado para defender a impossibilidade da diminuição de horas. Segundo o prestigiado empresário, era impraticável uma jornada menor que oito horas nas indústrias de seda.

A imoralidade reinante a que ficariam expostos os menores também foi um dos pressupostos para a supressão da lei. No caso específico da mão de obra feminina, utilizada na fábrica do réu, a prostituição aparecia como um ameaçador horizonte, caso essas trabalhadoras ficassem longe da disciplina fabril²³³. Ao invés de beneficiar, o Código de Menores prejudicava a coletividade ao atacar o exercício da indústria,

²³² CIESP. Cópia anexada ao circular nº83. C.M.12.

²³³ CIESP. Cópia anexada ao circular nº83. C.M.23.

expondo assim milhares de crianças e adolescentes aos riscos da criminalidade e vadiagem. Uma lei inconsequente ou, como nas ríspidas palavras do advogado Plínio Barreto:

Digamos as cousas com toda a franqueza: o Código de Menores, tal como esta redigido, é, em vários dos seus pontos, uma obra de dementes, ou, se preferirem uma expressão mais branda, de sonhadores. É vestimenta para outro corpo e para um outro clima – para um corpo e para um clima que ainda não se conhecem...²³⁴

No dia onze de março, uma nova circular apresentou o desfecho da situação. O CIESP informou aos seus sócios que, apesar da “peça brilhantíssima, profundamente jurídica, claríssima, trazendo abundancia de dados e factos”²³⁵, não houve vitória do réu sob a multa aplicada pelo juiz da comarca de São Paulo. A sentença, publicada na circular, desmontou os argumentos utilizados pela defesa, começando pela primeira infração da não fixação de cartazes. As testemunhas utilizadas nesse caso, segundo o juiz, eram os próprios empregados do réu que trabalhavam no estabelecimento a mais de dez anos, sendo consideradas “testemunhas suspeitas de interesse por dependerem directamente da parte que a trouxe a juízo”²³⁶. Sobre a acusação de violação do art. 108 do Código, que proibia o emprego de menores de dezoito anos em jornadas por mais de seis horas, a confissão da arbitrariedade por parte do réu serviu para a aplicação da sentença. Segundo o juiz, a contestação da lei em si em nada alterava o julgamento:

O facto é em si, no entanto, simples. Dezoito menores, com menos de dezoito annos de idade, trabalhavam mais de seis horas diarias na Fabrica O art. 108 dispõe que o trabalho desses menores não pode exceder de seis horas por dia, interrompidas por um ou mais repousos, cuja duração não póde ser inferior a uma hora.²³⁷

Como visto, a estratégia de desqualificação da lei não serviu para reverter a aplicação da sentença. Os argumentos apresentados já teriam sido rebatidos em uma outra sentença pronunciada pelo Juizado de Menores do Distrito Federal. Assim, citando o juiz Mello Matos, da comarca do distrito federal, o juiz da comarca de São Paulo pronunciava-se acerca da desqualificação do Código:

²³⁴ CIESP. Cópia anexada ao circular nº83. C.M.25

²³⁵ CIESP. Circular nº 85, 11/03/1930.

²³⁶ CIESP. Circular nº 85, 11/03/1930.

²³⁷ CIESP. Circular nº 85, 11/03/1930. p. 2.

“ A pretensão dos Supplicantes é ilegal, injurídica, injusta, desumana e impratiótica. Illegal: - O Código de Menores determina, expressamente, que o trabalho não pode exceder seis horas por dia; portanto não é lícito permitir-lhe maior duração. Deferir esta pretensão importaria perpetrar o crime de falta de exacção no cumprimento do dever: julgar, ou proceder contra literal disposição da lei. Injurídica: - A iniciativa das leis é função do Poder Legislativo. Ao poder judiciário sempre cumpre executar as leis. Não está na competência da magistratura suspender a execução de uma lei, ainda que por considerá-la má, e esperar do Congresso Nacional a reforma.²³⁸

Além dos argumentos técnicos diante da aplicação do Código, a sentença rebateu os argumentos de ordem moral que defendiam a necessidade do trabalho de crianças e adolescentes nas fábricas:

Injusta: - O menor de dezoito annos, é contracto, em regra, como aprendiz; ganha o trabalho, digo ganha salario de aprendiz, faz, porém, trabalho de operário adulto. Desumana: - É falta de humanidade obrigar a prolongado trabalho organismos débeis e depauperados. Nem si quer a duração do trabalho é graduada pela natureza da occupação profissional, sendo, mais ou menos, curta conforme esta é mais perigosa ou exige mais esforço physico ou intellectual. Em todas as fabricas, ordinariamente, os operários menores trabalham oito horas e frequentemente 10 e 12. Impatriótica: O menor é para o Estado um valor econômico, porque representa a base principal do povoamento do paiz. Para a garantia da Nação, devemos envidar todos os esforços, empregar todos os meios para acautelar a saude e salva a vida dos pequenos empregados como das demais crianças.²³⁹

Os argumentos apresentados evidenciam a crescente preocupação com o trabalho infantil. De fato, o assunto assumiu notoriedade não só como preocupação exclusiva do Estado, mas ganhou contornos expressivos também na sociedade civil. Relatos de acidentes de trabalhos com crianças eram denunciados em jornais, tanto na imprensa operária quanto na imprensa burguesa, a exposição de menores às doenças e à insalubridade causada pelo ambiente das fábricas alarmava médicos e sanitaristas e um número cada vez maior de juristas, pedagogos, políticos se preocupavam com a

²³⁸ CIESP. Circular nº 85, 11/03/1930. p. 2.

²³⁹ CIESP. Circular nº 85, 11/03/1930. p. 2.

proteção da infância e a dissolução da família operária diante de um regime exaustivo de trabalho que prejudicava o desenvolvimento infantil²⁴⁰.

A defesa do trabalho do menor se tornava, com o avanço não só da lei mas também da própria sensibilização e discussão da sociedade, uma tarefa cada vez mais difícil para o empresariado industrial. Pelo menos na sentença publicada, a derrota da burguesia industrial era acachapante e viria acompanhada de uma crítica à atividade industrial:

Reformal-a ou negal-a o cumprimento porque vae encarecer a mao de obra industrial não é possível. Num paiz onde as industrias vivem a sombra de tarifas protecionistas, onde a indústria nacional tudo importa do estrangeiro, é preferível, sem dúvida, que se salve a raça embora se desorganize a indústria.²⁴¹

Uma sentença que expunha a imagem de uma indústria onerosa e artificial, compartilhada por diversas frações de classe, inclusive pelas classes populares, diante de uma decisão que significava o fracasso de uma política de tolerância ao trabalho de menores nas fábricas enfureceu o empresariado industrial paulista. Comentando a sentença, o CIESP afirmava com um misto de estupor e chacota: “Somos o unico paiz no mundo em que a vadiagem salva a raça!”²⁴². Entretanto, a entidade não apresentou desânimo diante da derrota: informou a seus sócios que iria recorrer a sentença e que provaria para a Justiça Estadual que o Código de Menores era um “mal enorme para a sociedade e que aquelle celebrado ‘salve-se a raça embora se desorganize a indústria’ é um simples artifício de rhetorica”²⁴³

A Lei de Férias também continuava sendo um motivo de animosidades no CIESP, o motivo era uma série de inspeções suspeitas nas fábricas do estado de São Paulo. O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo alertou seus sócios para as falsas vistorias realizadas nas fábricas em nome do Conselho Nacional do Trabalho que buscavam extorquir os empresários. Um homem, que se apresentava como Guilherme Carlos de Carvalho, segundo as testemunhas, apresentava-se como inspetor designado do órgão

²⁴⁰ MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Infância, Trabalho e legislação brasileira: o trabalho infantil entre esboços legislativos, medidas dispersas e codificações* (São Paulo, 1891-1934.). 4tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia, Buenos Aires. 2015. Disponível em: <https://www.aacademica.org/4jornadasinfancia/50.pdf>

²⁴¹ CIESP. Circular nº 85, 11/03/1930. p. 3.

²⁴² CIESP. Circular nº 85, 11/03/1930. p. 4.

²⁴³ CIESP. Circular nº 85, 11/03/1930. p. 5.

para fiscalização da aplicação da Lei de Férias nos estabelecimentos industriais do estado. Após constatar irregularidades, o funcionário extorquia dos empresários uma quantia para regularizar a situação dos estabelecimentos diante da lei. As aventuras do falsário se tornaram ainda mais inusitadas por Guilherme Carlos ter se apresentado não só diante dos proprietários dos estabelecimentos industriais, mas também das próprias associações patronais, firmando que iria fazer apenas inspeções para um relatório a ser entregue ao Conselho Nacional do Trabalho. Em depoimento prestado à polícia, várias associações patronais, entre elas o CIESP, apontavam que o suspeito, após realizar as inspeções, cobrava taxas dos proprietários das fábricas com o intuito de providenciar cadernetas e documentos necessários para a regularização do Decreto nº 17.496, conhecido como Lei de Férias²⁴⁴.

A curiosa e inusitada situação evidenciava a dificuldade da aplicação de algumas leis trabalhistas. Diferentemente do Código de Menores, que sofria uma certa pressão do Juizado de Menores, havia uma grande dificuldade de vistoriar a regulamentação nos estabelecimentos industriais. O Decreto nº 17.496 sofreu obstinada oposição da burguesia industrial desde a sua aplicação, recebendo diversos processos de recuo diante da pressão do empresariado para que o projeto fosse revisto.

As circulares sobre o assunto desde o ano anterior mostram a confusão dos padrões sobre como calcular as férias e quais eram os documentos necessários para o trabalhador ter direito ao benefício. Em 1930, as dúvidas continuaram intensas: após o episódio do falsário, foram enviadas diversas circulares do Centro avisando aos associados que as revistas não estavam sendo realizadas no estado de São Paulo e que, antes de tomarem qualquer providência em relação a regulamentação do decreto, os empresários deveriam entrar em contato com a entidade²⁴⁵.

Possivelmente as falsas inspeções provocaram mais confusão no empresariado, mas o CIESP continuava apostando na postergação da aplicação da lei, pois acreditava na sua revisão. Entretanto, na imprensa²⁴⁶ algumas declarações do Conselho Nacional do Trabalho reiteravam que os estabelecimentos industriais e comerciais estavam sendo sistematicamente revistados e multados, o que deve ter gerado uma certa apreensão por parte dos proprietários das fábricas. Apesar do alarde, a historiadora Angela de Castro

²⁴⁴ CIESP. Circular nº 86, 19/04/1930.

²⁴⁵ CIESP. Circular nº 93, 23/05/1930.

²⁴⁶ A LEI de férias. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2 abril. 1930, p. 1.

Gomes analisou que a aplicabilidade da Lei de Férias era aparentemente nula pelos estabelecimentos industriais, sendo de amplo conhecimento das autoridades governamentais o não cumprimento da legislação²⁴⁷.

As leis trabalhistas continuaram ocupando grande parte das correspondências com os sócios no ano de 1930. Código de Menores e Lei de Férias permaneciam encaradas como duas medidas que oneravam os industriais, sendo objeto de contínua preocupação dos dirigentes do Centro. Em correspondência, o CIESP continuava afirmando seu compromisso com a anulação ou revisão das duas medidas:

O Centro não é infenso a qualquer medida que tenha como resultado o amparo aos operários. Mas acha que as duas mais recentes leis sociaes brasileiras – a de férias e o Código de Menores – são anti-sociaes e anti-economicas. Anti-sociaes, porque fomentam a ociosidade e anti-economicas porque causam grande prejuízos ao patronato e ao operariado, não se fallando na desorganização, que provocam, do trabalho industrial.²⁴⁸

Das cinquenta e cinco circulares produzidas pela entidade no ano de 1930, treze eram referentes às leis trabalhistas. Um número menos significativo que o do ano anterior, mas que ainda denota a preocupação da entidade com o assunto.

Outros assuntos continuaram na ordem do dia do Centro, como a preocupação com a reforma do imposto de consumo, que estava tramitando no Congresso Federal. Segundo a entidade, a reforma era mais que necessária, pois o regulamento vigente era “ mal redigido, tão mal redigido que tem sido objecto de numerossimas interpretações, todas ellas com força de lei.”²⁴⁹

12. Os impactos da crise do mercado mundial no Brasil

Além da preocupação de ordem tarifária, os impactos da crise econômica, que continuava a assolar o país, também influenciaram nas discussões do CIESP no ano seguinte do colapso do mercado financeiro internacional. A repercussão da crise de vinte e nove e suas consequências na política financeira do Brasil foi bastante discutida

²⁴⁷ GOMES. Angela de Castro. *Ibidem*. 2014, p. 214.

²⁴⁸ Circular nº95; 12/06/1930.

²⁴⁹ Circular nº87; 11/03/1930.

na literatura econômica. De acordo com a maioria das análises, a crise foi superada com certa rapidez no Brasil em comparação com os vizinhos latino-americanos e com os Estados Unidos²⁵⁰ graças à adoção de uma política anticíclica adotada no país nos anos posteriores.

Independente de uma possível e rápida superação, os impactos da crise mundial no Brasil foram significativos. Os efeitos sobre as frações da burguesia cafeicultora, como se sabe, foram devastadores. O mercado internacional em profunda depressão fez com que o crédito do governo, para sustentar o café, desaparecesse de maneira rápida assim como as reservas em ouro ²⁵¹, o preço do café caiu drasticamente e as consequências políticas não tardaram a chegar: em janeiro de 1930, o Manifesto da Lavoura Paulista denunciou a passividade do governo de Washington Luís diante da situação calamitosa na qual ficou exposto o produto²⁵².

A produção industrial também sofreu as consequências: a indústria brasileira sofreu uma queda de produção de 10% no período de 1929-1930. Nada muito alarmante, se comparado com as atividades agroexportadoras, mas a diminuição da produção industrial neste curto período acarretou demissões de operários e fechamento de algumas fábricas.

Essa situação afetou diretamente o operariado que amargou além do desemprego a diminuição de seus salários. De acordo com Edgard Carone, muitas empresas começaram a diminuir o valor pago aos seus empregados utilizando como argumento a consequência direta da crise, mas, conforme salienta o historiador, não era só por motivos econômicos que empregados eram dispensados: a perseguição política era regra, pois fazia com que as dispensas onde ficavam operários considerados subversivos fossem cada vez mais frequentes²⁵³. O expressivo exército de reserva²⁵⁴ em um contexto de depressão financeira fomentou a estruturação de uma política de diminuição salarial e perseguição política estreitando o cerco sobre as reivindicações operárias.

²⁵⁰ CANO, Wilson. Crise de 1929, Soberania na política econômica e industrialização In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

²⁵¹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, pp. 263

²⁵² CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: DIFEL, 1977(c), pp.85.

²⁵³ CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo, DIFEL, 1978, pp. 102.

²⁵⁴ BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo, Editora Alameda, 2008. Pp 206

A diminuição das importações também afetou as camadas médias. No ano do crash da bolsa, as importações baixaram de 14% para 8% de acordo com Celso Furtado. Tal medida, para o economista, impulsionou o mercado interno, mas a diminuição abrupta das inversões provocou descontentamento nas camadas médias e no proletariado devido ao desabastecimento dos gêneros importados que gerou aumento dos preços²⁵⁵.

Os desdobramentos políticos da crise não tardaram a aparecer, mas, antes mesmo da conspiração da Aliança Liberal ganhar contornos mais substanciais militarmente, as consequências da recessão, principalmente do desemprego, preocupavam os dirigentes das frações da classe dominante e das classes populares. No Congresso, o deputado Maurício de Lacerda tentava através da Comissão de Legislação Social, Constituição, Justiça e Finanças propor a criação de uma lei emergencial de amparo aos desempregados²⁵⁶. A imprensa operária também denunciava as consequências da crise e o desemprego a que ficavam expostos os trabalhadores rurais e urbanos. No periódico do dia dezessete de abril de 1930, o jornal *A Classe Operária* fez uma triste constatação do saldo do próximo primeiro de maio na vida dos trabalhadores brasileiros: a miséria causada pelo desemprego e pelos baixos salários que afetavam os trabalhadores do campo e das cidades. Denunciavam a ofensiva dos patrões nas fábricas que aumentavam a jornada de trabalho e diminuía os salários quando não demitiam seus empregados, o jornal acusava que nas oficinas da Lloyd Nacional foram dispensados mais de duzentos funcionários²⁵⁷.

Em outra edição, do início do ano, mais uma vez os resultados da recessão para os trabalhadores eram ressaltados:

Os donos da Manufactura Fluminense, em Nictheroy, querem resolver essa crise pela diminuição de 40 por cento nos salários e pelo aumento das horas de trabalho! As fazendas de café resolvem-na pondo na rua milhares de famílias proletárias e diminuindo 40 a 50 por cento os salários! Toda a indústria têxtil, para resolver suas crises, já põe na rua cerca de 9 mil operários e operárias! As usinas de

²⁵⁵ Sobre o desabastecimento e eucaristia do proletariado durante a crise ver: SILVA, Nauber Gavski. Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 a 1932. Dissertação. 201f. 2010. (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²⁵⁶ LEI DE PROTEÇÃO aos sem trabalho. *Folha da Manhã*. São Paulo, 15 de Junho de 1930, p. 3.

²⁵⁷ O PROXIMO 1º DE MAIO e a sua significação de luta contra a miséria e contra a reação. *A Classe Operária*. 17 de Abril de 1930, p. 1.

assucar do nordeste dispensam centenas de trabalhadores!O exército de desempregados, famintos e rôtos, crescem cada dia mais!²⁵⁸

O desemprego também apareceu no horizonte de preocupação do empresariado industrial paulista naquele ano. Documentos enviados pelo CIESP avisavam os sócios interessados em dispensar seus funcionários que o Governo Federal buscava realocar os desempregados na capital mandando-lhes para o interior do Estado através da Agencia Official de Collocação na cidade de São Paulo ²⁵⁹. De acordo com a agência, se o desempregado apresentasse carta de seus antigos patrões, teria a sua passagem, assim como de toda a sua família, custeada pelo governo.²⁶⁰

É difícil prever a efetividade de tal medida, ainda mais, porque, poucos meses depois, o governo federal seria destituído. Contudo, a atenção dada pelo empresariado e a solução proposta pelo governo indiciavam a preocupação das frações de classe dirigentes com a situação. Se, como colocado por Leoncio Basbaun, São Paulo e Rio de Janeiro transformaram-se em verdadeiros “campos de concentração de desempregados” ²⁶¹ com a crise, era coerente que industriais e políticos estivessem preocupados frente à pressão explosiva que operários sem empregos e furiosos pudessem exercer organizados nas grandes capitais.

²⁵⁸ A TODOS OS OPERARIOS Desempregados e a Toda Classe Trabalhadora. *A Classe Operaria*, 22 de fevereiro de 1930, p. 2.

²⁵⁹ CIESP. Circular nº 98, 15/07/1930.

²⁶⁰ CIESP. Circular nº 98, 15/07/1930.

²⁶¹ BASBAUN. Leoncio. *História Sincera da República de 1889 a 1930*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1991, p. 263.

Capítulo III – Revolução e Contra Revolução: O posicionamento político do CIESP de 1930 a 1932

1. As disputas pelo poder: conflitos no cenário político brasileiro, as eleições para o CIESP e o posicionamento do Centro diante da revolução de 1930

No ano anterior a 1930, o impasse diante das candidaturas para a sucessão presidencial obrigou o CIESP a tomar uma posição explícita de apoio ao candidato Júlio Prestes. O próprio manifesto, assinado em conjunto com outras associações industriais, demonstrou o embaraço diante do apoio público a uma candidatura. A postura de aparente “neutralidade” do empresariado industrial precisava ser sacrificada diante do futuro da nação. No ano de 1930, nada foi dito acerca das eleições presidenciais, as circulares enviadas aos sócios só ganhavam tom exasperado quando o assunto era a legislação social. A maior parte das correspondências versavam sobre assuntos do cotidiano do empresariado: convites para conferências, lançamentos de livros, petição para instituição da lei contra o barulho excessivo de alto-falantes na capital.

No mês de maio foi decidido a nova composição do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo²⁶². Sem maiores surpresas, Conde Francisco Matarazzo, Roberto Simonsen, Horácio Lafer e José Ermínio de Moraes continuavam ocupando a diretoria do Centro. A inclusão do empresário libanês, Basílio Jafet, deu fim a falta de um nome que representasse uma das mais bem-sucedidas famílias de empreendedores na indústria de tecido na época. Fábio da Silva Prado e Francisco Salles Vicente de Azevedo foram deslocados da diretoria para o conselho consultivo do Centro para atuarem ao lado de nomes como de Francisco Matarazzo Júnior e de Carlos Von Bulow, presentes desde a fundação da associação. É incerto dizer até que ponto as “danças das cadeiras” representavam possíveis rugas entre os dirigentes da organização, mas ser da diretoria do CIESP representava, além do prestígio social, a capacidade política de dirigir certas pautas. A presença constante de Roberto Simonsen, Matarazzo e Ermínio de Moraes na diretoria indicava que o Centro procurava manter uma direção que fosse condizente com a sua fundação e que esboçasse o espírito da associação: os três industriais carregavam uma imagem pública condizente com a figura de industrial engajado e possuíam bom trânsito na esfera política. Mais uma vez, a presença significativa de empresários imigrantes na direção do CIESP era visível.

²⁶² CIESP. Circular n° 91, 17/05/1930.

A postura assumida nos documentos da associação reflete o distanciamento da conjuntura política até o começo do mês de outubro, quando o confronto envolvendo a Aliança Liberal assumiu contornos mais substanciais. No começo do mês, a cópia de uma correspondência enviada pelo CIESP para o Ministro da Agricultura revela a deliberação da associação para as indústrias diante do “delicado momento”²⁶³ que o país atravessava. O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em assembleia extraordinária, decidiu pela não paralisação das atividades industriais, mesmo diante do confronto. Em nome da garantia da ordem, a indústria apelava para os poderes públicos que tais medidas fossem garantidas:

1º Evitar-se a alta injustificada nos generos alimentícios, pelo menos de produção estadual.

2º Facilitações para a retirada na Alfandega, durante o período das férias, da parte importada de combustíveis e matérias primas de que as industrias necessitam para seu funcionamento

3º Para este fim, deve a Alfandega ser auctorizada e receber cheques visados em pagamentos dos direitos, sendo os bancos auctorizados a visar tais cheques, podendo ainda o numerário necessario ao pagamento de salário

4º Com o intuito de assegurar-se o proseguimento da vida fabril e a vida regular do operariado, nos transportes os generos alimentícios, os combustíveis e as matérias primas devem ter preferencia sobre quaesquer outras mercadorias.

A diretoria do CIESP termina a correspondência afirmando o compromisso do Secretário da Agricultura, Fernando Costa, ex-prefeito da cidade de Pirassununga e ex-deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista, de ser porta-voz e articulador destas demandas perante o governo do estado.

A decisão de manter as atividades fabris durante o confronto militar e o apelo ao governo do estado para garantir as condições necessárias para isso indicavam duas facetas da mesma preocupação: a produtividade. Deixar os portões das fábricas abertos e as máquinas aquecidas era a primeira condição para que isso ocorresse, mas, tão importante quanto, era a garantia de que os funcionários continuassem trabalhando. Conservar a mão de obra era um aspecto tão central quanto a garantia de reposição de matérias-primas e combustíveis.

²⁶³ CIESP. Cópia de Correspondência, 06/10/1930.

Diante da situação, a preocupação com o aumento dos preços dos gêneros alimentícios era plausível. A situação de carestia causada pela crise de vinte e nove foi agravada diante do confronto militar, que dificultava a dinâmica do circuito de mercadorias entre as fronteiras do estado. O aumento do preço de gêneros alimentícios era uma realidade em momentos que havia pouca oferta de produtos, o que para as classes populares significava estado de penúria, sofrimento e revolta.

Um dia após a data do ofício enviado ao Secretário da Agricultura, o CIESP mandou uma circular onde explicava o sentido de tal pedido. O objetivo era garantir o pleno funcionamento das fábricas e poupar o operariado dos custos advindos do conflito:

Queiram Vs. Ss. tomar nota dos temos do officio anexo por copia, que bem traduz o empenho, que anima esse Centro, de não serem interrompidos os trabalhos fabris e de não arcar o operariado com dificuldades que poderiam agravar a delicada situação que o paiz vem atravessando²⁶⁴.

Por mais que se possa relativizar possíveis atitudes de preocupação legítima por parte do empresariado com seus subordinados, concretamente, o aumento dos preços de gêneros alimentícios, a diminuição de salários e as demissões aliadas a um contexto de conflito militar, que desordenava o cotidiano das cidades com as paralisações de serviços, era um ambiente propício para o desencadeamento de greves e rebeliões de caráter popular, uma aposta que o empresariado não estava disposto a pagar. Nem o empresariado e muito menos o governo estadual que buscava resistir diante do avanço das tropas inimigas.

A garantia da ordem era um passo importante na manutenção do governo vigente, e qualquer desequilíbrio prejudicaria a delicada situação a qual estava exposto. Em outra circular, mandada no dia seguinte, a diretoria do Centro afirmou aos sócios que o governo estadual cumpriria as providências necessárias para as fábricas funcionarem normalmente, priorizando o controle dos preços de gêneros alimentícios; facilidade na alfândega de Santos para a retirada de combustíveis e matérias primas; fornecimento de fundos aos correntistas para pagamento de salários dos operários e preferência nas

²⁶⁴ CIESP. Circular nº 106, 07/10/1930.

estradas de ferro para o transporte de combustíveis, matérias primas e gêneros alimentícios.²⁶⁵

O governo estadual buscava manter a estabilidade a qualquer custo, ignorando o avanço das forças opositoras e apostando na resistência das forças legalistas. O CIESP reiterava aos seus sócios que os compromissos firmados e os objetivos da associação não seriam interrompidos diante da delicada situação.²⁶⁶

Durante o mês de outubro, as circulares buscavam orientar seus associados sobre as questões práticas do conflito. Assim, avisava aos associados que, de acordo com a diretriz do governo estadual, nenhum veículo de transporte de mercadorias poderia sair da capital sem possuir uma licença especial para evitar que os estoques de gêneros alimentícios fossem para o interior do estado para fins de especulação.²⁶⁷ No dia dez de outubro, foram enviadas duas circulares: uma versando sobre a taxa cambial, que deveria seguir o câmbio fixado pela Agência do Banco do Brasil, e outra informando sobre a questão dos salvos condutos para viagens. Durante o conflito, foi proibido o livre trânsito de menores de trinta anos, mas o CIESP conseguiu através do Chefe de Polícia exceções aos seus associados e para as indústrias em geral, bastando que os interessados se dirigissem à secretaria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo para obter o documento de autorização.²⁶⁸ A última circular enviada antes do fim do conflito data do dia quatorze de outubro e avisava sobre a apreensão de veículos pela polícia. Após essa data, abriu-se um hiato nas correspondências da entidade.

Na semana seguinte da última circular enviada pela CIESP, os relatos da imprensa paulista faziam duvidar de uma possível vitória das forças revoltosas. O jornal *Correio Paulistano* execrava a campanha da Aliança Liberal chamando a revolta de “Movimento contra o credito e a honra do Brasil”²⁶⁹ enquanto anunciava vitórias das forças legalistas nas batalhas travadas em torno do estado paulista e publicava relatos de que o movimento armado começava a provocar desânimo no Rio Grande do Sul. Em outra manchete, o jornal comemorava “as forças nacionaes victoriosas em todos os sectores”, enquanto São Paulo reafirmava seu civilismo mantendo as tropas legalistas na

²⁶⁵ CIESP. Circular nº 107, 08/10/1930.

²⁶⁶ CIESP. Circular nº 108, 09/10/1930.

²⁶⁷ CIESP. Circular nº 108-A., 09/10/1930.

²⁶⁸ CIESP. Circular nº 110, 10/10/1930.

²⁶⁹ MOVIMENTO CONTRA O CREDITO e a honra do Brasil. *Correio Paulistano*. São Paulo, 18 de outubro de 1930.

fronteira entre São Paulo e Paraná. Boatos das péssimas condições das tropas rebeldes e da morte de Miguel Costa buscavam evidenciar que a derrota do movimento revolucionário aconteceria em algumas semanas²⁷⁰. As notícias do *Folha da Manhã* também assumiam a posição de descrédito frente a uma possível vitória da Aliança Liberal. Em manchete do dia vinte e três de outubro, o jornal ressaltou que a tentativa dos rebeldes de quebrar a linha legalista formada por Ribeirão Preto, Itararé e Ourinhos redundou em um “formidável fracasso”²⁷¹.

Mesmo com a tentativa de desqualificação das forças oposicionistas por parte da imprensa paulista, os fatos sobrepuseram-se aos desejos. No dia vinte e quatro de outubro, Washington Luís foi detido e levado ao Forte de Copacabana, recusando-se até o fim renunciar ao mandato de presidente, uma “atitude viril embora vazia de senso histórico”²⁷², como bem sintetizou Edgard Carone. A queda do presidente foi comemorada pelo proletariado e pelas frações das camadas médias. As ruas foram contaminadas pelo clima de euforia, e jornais ligados ao Partido Republicano Paulista foram saqueados, fato que evidencia mais a falta de simpatia com o governo do que apoio às forças insurrectas. Na região portuária de Santos, houve manifestação dos estivadores, que promoveram uma passeata até o Largo do Rosário²⁷³, e em algumas cidades do interior paulista as camadas populares saudaram os militares da Aliança Liberal. No Rio de Janeiro, populares, antes mesmo da prisão de Washington Luís, incendiaram as redações de jornais, invadiram a Polícia Central e a Casa de Correções soltando os presos que lá estavam. Octávio Brandão era um desses presos e relatou que a fúria da população foi tamanha que o chefe da polícia Pedro de Oliveira Sobrinho, o “surrador de operários”, fugiu covardemente.²⁷⁴ Em Recife, o caráter popular foi sentido de forma orgânica. Após o insucesso da adesão do quartel 21 B.C, a vitória só se

²⁷⁰ CONTINÚA VICTORIOSA EM TODOS os setores a acção das tropas leaes. *Correio Paulistano*. São Paulo, 19 de outubro de 1930.

²⁷¹ O MOMENTO POLÍTICO DO BRASIL. *Folha da Manhã*. São Paulo, 23 de Outubro de 1930.

²⁷² CARONE. Edgard. *Ibidem*. 1977(c), p.83.

²⁷³ GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e Sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos 1945-1960*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Santos, SP, Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p.74.

²⁷⁴ BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas: memórias* [por] Octávio Brandão. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 395.

concretizou com a adesão do operariado que aderiu à causa da revolução durante à ida ao trabalho nas primeiras horas do dia.²⁷⁵

Os relatos indiciam o clima de euforia generalizada após a tomada de poder da Aliança Liberal. Casos como o de Recife foram exceções, mas a tomada das ruas pelos populares demonstrou que o levante armado não foi assistido com passividade pelos civis. Influenciados pelas passeatas das forças revolucionárias, pela provisória omissão das forças repressivas, pelo ódio à figura impopular do presidente perrepista ou mesmo pelo espírito anárquico que tomou conta das cidades, o fato foi que o grito entalado devido às frustrações advindas da nova-velha-república pode, enfim, ser extravasado.

Mais resguardadas diante do acontecimento foram as organizações sindicais, as confederações operárias e os partidos de orientação marxistas. O PCB, por exemplo, assistiu com certa indiferença o desenrolar dos acontecimentos. Poucos meses antes do desfecho do conflito, o jornal *A Classe Operária*, veículo de imprensa central do Partido, alertava os trabalhadores:

A Aliança Liberal também outra coisa não faz senão enganar as massas com a sua demagogia revolucionária, lubrindo o povo, explorando o descontentamento do povo em benefício dos seus amos em benefício dos yankees. Está bem claro agora para todos os trabalhadores que a Aliança Liberal é reaccionária, porque ella faz um pacto com os governistas contra as massas para vender o paiz a Nova York, porque ella prende e espanca os operarios revolucionarios, porque ella explora as massas da mesma forma que os governistas.²⁷⁶

Após a vitória da Aliança Liberal, o PCB continuou sustentando a posição de rechaço aos supostos “revolucionários”. A posição adotada era coerente com o abandono da frente única e a adoção da tática de “classe contra classe”²⁷⁷, no entanto, relatos demonstram que houve dissidências no interior do Partido, já que alguns militantes participaram do levante militar, principalmente no Nordeste.

Os militantes anarquistas também seguiram uma linha crítica ao levante de outubro. Apresentavam postura cética em relação às promessas alardeadas pelos

²⁷⁵ LIMA, Sobrinho Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro -1930*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 142.

²⁷⁶ AOS TRABALHADORES DAS cidades e dos campos, a todos os explorados do Brazil. *A Classe Operária*. 19 de Julho de 1930, p. 1.

²⁷⁷ DEL ROIO Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa: A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990, pp 140- 162.

dirigentes da Aliança Liberal e não acreditavam que a troca de políticos mudaria estruturalmente a condição do operariado²⁷⁸. Independente das análises pessimistas em relação ao levante militar de outubro, boa parte do movimento operário aproveitou o momento de caos político e transição de poder para reorganizar as suas pautas e intensificar seu calendário de lutas. Em depoimento, Edgard Leunroth afirmou que os anarquistas aproveitaram o clima de insurreição para realizar panfletagens de jornais e manifestos com o objetivo de dialogar com o povo²⁷⁹. O comunista Octávio Brandão, solto durante o conflito, subsequentemente participou e organizou comícios de trabalhadores.

O momento era propício para a disputa das camadas populares, já que a euforia generalizada da população indicava também a grave situação econômica. O desemprego e o alto custo de vida continuavam esmagando a vida dos trabalhadores e das camadas médias. Em São Paulo, um mês depois da deposição do governo estadual, eram servidas cerca de três mil e quinhentas refeições aos desempregados diariamente e até o final do ano o número de inscritos no Ministério do Trabalho em busca de emprego chegou a dezesseis mil.²⁸⁰

Com essa situação desoladora, as greves operárias continuaram sendo um dos principais meios de movimentação da classe nas grandes cidades industriais. Após a vitória da Aliança Liberal, foram as indústrias de tecidos as primeiras a parar a produção, seguidas por outras categorias que exigiam reposição salarial²⁸¹. O Comitê de Reorganização Sindical também fez reuniões abarrotadas de operários para discutir aspectos da sindicalização e medidas de organização dos trabalhadores.

2. A vitória da Aliança Liberal: aproximações do empresariado industrial paulista com o novo governo

Diante dos acontecimentos, o silêncio do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo foi quebrado com uma circular enviada no dia vinte e oito de outubro, quatro dias após a destituição do governo. O conciso documento informava aos sócios que o

²⁷⁸ AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 58.

²⁷⁹ LEUNROTH, Edgard. *Anarquismo: Roteiro da Libertação Social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963, p. 120.

²⁸⁰ CARONE, Edgar. *Ibidem*. 1978, p. 107.

²⁸¹ AZEVEDO, Raquel de. *Ibidem*. 2002, p. 59.

governo provisório possuía elementos necessários para debelar qualquer alteração nas ordens das fábricas e que, em caso de agitação operária, os sócios deviam entrar em contato com o CIESP²⁸².

O diálogo prometido pela Aliança Liberal ao movimento operário, que podia inaugurar um novo e auspicioso momento para as reivindicações da classe trabalhadora, foi frustrado precocemente. Prisões, repressão às greves nas fábricas, proibição de comícios, suspensão de organizações sindicais foram as primeiras providências tomadas pelo novo regime, para alívio da fração da burguesia industrial. A atitude intransigente salientava o receio com qualquer fermentação social que pudesse colocar em risco a garantia da ordem para o Governo Provisório. Nas memórias de Everardo Dias, o medo do novo governo de qualquer elemento que representasse a perturbação da ordem conquistada foi tamanho que “um simples trapo vermelho pendendo de um fio telefônico, na rua, movimentava a polícia e patrulhas do Corpo de Bombeiros.”²⁸³

O Governo Provisório, sob liderança de Getúlio Vargas, buscava ressaltar o caráter pacífico e ordeiro do novo regime. Portanto, não seria surpresa que em entrevista ao *Morning Post* de Londres, divulgado pela imprensa brasileira, o chefe do governo provisório denominava o movimento de outubro de “uma contra-revolução, orientada no sentido de fazer observadas as leis e respeitada a vontade popular”²⁸⁴. No discurso de posse, o tom conciliador também foi salientado através da natureza pluriclassista e nacional do movimento²⁸⁵.

Passada as primeiras semanas de turbulência, o governo começou a delinear a diretriz política. Em São Paulo, a falta de consenso na nomeação de chefe do estado fez com que a administração ficasse a cargo de um secretariado composto exclusivamente por civis paulistas, entre um dos nomeados estava o nome de Plínio Barreto, renomado advogado e jornalista que já tinha prestado diversos serviços como advogado para o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Foi com o recém secretário do governo estadual de São Paulo que o CIESP trocou a primeira correspondência oficial com o

²⁸² CIESP. Circular nº 114, 07/11/1930.

²⁸³ DIAS, Everardo. História das Lutas Sociais no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1977, p. 179.

²⁸⁴ DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE Getúlio Vargas à imprensa londrina. A *Platéia*. São Paulo, 6 de novembro de 1930.

²⁸⁵ VARGAS, Getúlio. A Nova Política no Brasil, I, pp.69-74 *apud* CARONE, Edgar. *Ibidem*. 1978, p. 17.

Governo Provisório. A associação apresentou um relatório²⁸⁶ das condições da indústria paulista diante dos acontecimentos, a pedido do próprio advogado.

No documento, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo informou ao secretário das principais dificuldades encontrada pela indústria nacional ao longo dos trinta anos: a concorrência estrangeira, as oscilações cambiais, a insuficiente revisão tarifária, as leis de proteção ao trabalho e as agitações políticas das últimas décadas prejudicaram o desenvolvimento industrial. As fábricas operavam com uma capacidade produtiva inferior ao almejado: na indústria de algodão a produção, no ano de 1930, era de apenas 30% em relação à produção normal; Lã e Juta operavam com 20%; Papel 40%; Indústrias Metalúrgicas 40%; Borracha 40%; Móveis 50%; a produção de chapéus e calçados também sentia sua produção decair devido ao alto índice de paralisações das fábricas durante o período.

O desemprego também foi outro fator de preocupação dos empresários esboçado no relatório. De acordo com o CIESP, só na capital paulista, o número de pessoas sem trabalho chegava a cifra de cem mil. Somada a essa situação, os dirigentes da associação concordavam com os operários: o salário pago nas fábricas não era suficiente para o sustento de uma família, visto a incapacidade produtiva das fábricas, que estavam operando apenas três vezes por semana. A solução da grave situação passava pelo atendimento das seguintes reivindicações elaboradas pelo Centro: facilidade de crédito para as atividades industriais e agrícolas; proibição ou restrição da imigração; medidas contra os “dumpings” realizados por concorrentes estrangeiros; e aproveitamento dos desempregados em serviços públicos do Governo bem como aproveitamento das indústrias para a realização das obras.

No final do mês de novembro, as mudanças do novo governo eram publicamente visíveis. O Congresso Nacional foi dissolvido e foi criado um Tribunal Especial para julgar possíveis crimes e atos de corrupção de personalidades ligadas ao antigo regime. Washigton Luís, Júlio Prestes e Antonio Prado Júnior foram mandados para o exílio, assim como Roberto Simonsen sob acusação que suas firmas contribuíram para o estado de crise do Brasil.²⁸⁷ . Atos como esses dão prova de que o Governo Provisório demonstrou a ruptura com o governo anterior bem como a força e a capacidade de

²⁸⁶ CIESP. Circular nº 114, 07/11/1930.

²⁸⁷ MARCOVITCH, Jacques. *Ibidem*. 2006, p. 203.

sustentar um regime ancorado na supressão de liberdades democráticas, para criação de um terreno seguro em que as reformas políticas pudessem ser aplicadas.

A criação do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria estava no bojo dessas reformas. Chefiado por Lindolfo Collor, o novo ministério tomava para si assuntos como a questão social e buscava o apaziguamento do conflito entre capital e trabalho, assunto tão necessário diante de uma conjuntura de crise e mobilização operária. Em uma das suas primeiras entrevistas concedidas como ministro, o político enfatizava a necessidade de consolidar o novo órgão como agente fiscalizador e executor das leis do trabalho:

O Ministério do Trabalho é a organização social do trabalho. Ele vae ser o órgão regulador das relações entre o patrão e o operário, entre os que dão e os que recebem trabalho. As nossas leis de previdência social existentes são, como ninguém ignora, precárias. A legislação sobre a matéria obedece aos principios de um grosseiro empirismo. Ahí temos, por exemplo, a lei sobre accidentes, muito lacunosa; a lei reguladora das caixas de pensoes aos ferroviários; à lei sobre férias, sob cuja vigência só concede férias quem quer, pois falta um órgão executor.²⁸⁸

A criação do Ministério de Trabalho criou um parâmetro diferenciado da atuação do Estado diante dos conflitos da relação capital-trabalho, transformando-se em uma via de mão dupla que, se por um lado vigiava a atividade operária, por outro impunha limites ao patronato²⁸⁹. A primeira aproximação do CIESP com Lindolfo Collor se deu alguns dias após a criação do ministério. Na primeira semana de dezembro, o Centro publicizou as correspondências trocadas entre o Ministro e o presidente da associação, Francisco Matarazzo. Na troca de telegramas, Lindolfo referiu-se a uma reunião em que participou com presidentes e diretores das fábricas de tecidos em São Paulo. Explicava ao Conde que o encontro fora apenas “uma simples reunião preparatória, para troca de idéas entre o governo e os industriaes”²⁹⁰ e que, antes de tomar medidas definitivas sobre questões de trabalho, o ministério entraria em contato com representantes

²⁸⁸ CONVERSANDO COM O SR. LINDOLFO COLLOR. *Jornal Correio da Manhã*. São Paulo, 18 de Novembro de 1930, p.1

²⁸⁹ GOMES, Angela (coord.) *Historia Geral da Civilização Brasileira*, t3 o Brasil Republicano, v.10: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, p. 511.

autorizados da indústria paulista “cuja idéas, sugestões e aspirações terá o maior desejo de ouvir”²⁹¹.

A função de arbítrio do Estado das questões trabalhistas foi um salto importante nas diretrizes políticas assumidas pelo Governo Provisório, função que não foi exercida exclusivamente pelo Ministério do Trabalho. O pernambucano João Alberto Lins de Barros assumiu a interventoria do estado de São Paulo, desagradando profundamente as alas mais conservadoras por suas conhecidas aproximações com o operariado. Havia diversos condicionantes que competiam para o desagrado do nome de João Alberto, que foi escolhido em detrimento de nomes ligados ao Partido Democrático de São Paulo.

O fato de não ser um paulista, em um estado onde o regionalismo era um aspecto prioritário da política, tornava a nomeação altamente questionável. O pernambucano também tinha um extenso currículo de agitações políticas contra a ordem: participara do levante tenentista de 1924, foi comandante da Coluna Prestes e era membro do Clube 3 de Outubro, agremiação política dos tenentes. Suas aproximações com as ideias radicais era um fator de risco, inclusive dentro da própria Aliança Liberal. Era público que seu irmão pertencia ao Partido Comunista, fato curioso que rendeu boatos sobre uma possível conspiração bolchevique planejada no interior do próprio palácio do Campos Elísios²⁹².

A desconfortável nomeação assumiu contornos mais alarmantes com as primeiras medidas do interventor: autorização para realização de um comício do PCB em São Paulo e interferência nas negociações de greves operárias no final do ano, na qual entendeu como justa algumas reivindicações dos operários, concedendo aumento de 5% dos salários com horário mínimo de quarenta horas semanais nas indústrias, medidas que foram logo descumpridas por parte do empresariado²⁹³. Estava posto que o Governo Provisório teria uma difícil missão pela frente: não apenas pacificar as movimentações do proletariado, mas também domesticar a burguesia industrial que se comportava de forma intransigente com as negociações.

²⁹⁰ CIESP. Circular nº 116, 06/12/1930.

²⁹¹ CIESP. Circular nº 116, 06/12/1930.

²⁹² SILVA, Hélio. 1931 *Os Tenentes no Poder* (O Ciclo de Vargas: Volume IV). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 105-107.

²⁹³ LEME, Marisa Saaenz. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros 1919-1945*. Petrópolis: Vozes, 1978.

O ano de 1930 foi encerrado de maneira amena de acordo com os documentos do CIESP. A última correspondência do ano²⁹⁴ era um convite aos sócios para prestigiar a visita do embaixador italiano do governo fascista, Vittorio Cerruti, à entidade. A visita, provavelmente articulada por Francisco Matarazzo, ferrenho admirador do fascismo, expunha as boas relações estabelecidas entre os dirigentes do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e indicava a normalização da situação diplomática do novo governo.

Entretanto, o saldo de conquistas para o CIESP continuava nulo. As negociações anteriores articuladas com o velho governo não tinham valor algum. O Tribunal Especial Revolucionário trabalhava para prender ou mandar para o exílio os antigos nomes ligados ao governo anterior, o Congresso Nacional continuava fechado, e qualquer movimentação com elementos suspeitos poderia ser considerada um ato de conspiração para com o Governo Provisório. As movimentações dúbias promovidas pelo Ministério do Trabalho, por meio das declarações de Lindolfo Collor e a atuação do controverso João Alberto na interventoria do estado deixaram a burguesia industrial paulista em estado de alerta. De mãos atadas, ainda atordoada pelos acontecimentos, restava-lhe esperar e refazer sua tática de atuação perante o Estado.

3. Uma adaptação inconveniente: o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e as novas diretrizes do Governo Provisório

As expectativas para o ano de 1931 eram altas para o Governo Provisório. Passada as turbulências de ordem militar, os dispêndios com a nomeação das interventorias e de outros cargos burocráticos, era necessário iniciar a implementação de uma nova diretriz político-econômica que expusesse as diferenças do programa da Aliança Liberal com a política anterior dos governos carcomidos. Essa fase foi marcada pela aproximação de Vargas com os tenentes, fato que descontentou os antigos políticos que apoiaram a revolução²⁹⁵.

Getúlio Vargas estava disposto a se aproximar dos trabalhadores, pois via potencialidade nas camadas populares na construção de um canal de apoio ao governo

²⁹⁴ CIESP. Convite. 05/12/1930.

²⁹⁵ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: Capitalismo em Construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 165.

ao mesmo tempo que rompia com a tradição anti-povo dos governos anteriores. No dia quatro de janeiro, o jornal *Diário Nacional* afirmou em suas manchetes que o Governo Provisório “não desinteressará do bem estar dos operários; ao contrário, amparal-os-á nos seus interesses”²⁹⁶. A manchete se referia à extensão do benefício das caixas de pensão para as diversas categorias de trabalhadores. O Ministro Lindolfo Collor disse ser necessário uma nova organização das caixas com o intuito de estender e fazer funcionar o benefício. Para isso, informou que iria adotar uma comissão com o intuito de estudar os aspectos jurídicos e administrativos do modelo de caixas de pensão para apresentar à sociedade os resultados.

O projeto das Caixas de Pensões não provocou as reações negativas no empresariado como a questão do trabalho dos menores e da Lei de Férias. A fração da burguesia industrial entendia que alguns avanços na legislação social eram um mal menor diante da expansão das reivindicações operárias. A Caixa de Pensões, apesar de não denotar tantas reações negativas, indicava que o Ministério do Trabalho estava disposto a passar um “pente fino” nos projetos de legislação do governo anterior.

O Ministro também aproveitou a entrevista para responder as críticas daqueles que afirmavam que o governo não deveria interferir no “problema”, devendo ser questão tratada na esfera privada. Era um recado cristalino de que o governo provisório não estava disposto a retroceder no projeto de intervenção do Estado nas questões sociais. O recado dado não servia apenas para seus críticos, mas também para o proletariado. No ano de 1931, a situação econômica ainda era fator de mobilização das camadas populares. Um exemplo da situação foi a organização pelo PCB da Marcha da Fome, com o objetivo de protestar contra a carestia e a miséria que continuava afetando a vida dos trabalhadores.

Neste ano, o número de greves apresentou uma ligeira queda em relação ao ano anterior, mas isso não significava que a situação estava sob controle. Logo no primeiro mês do ano, os operários do Moinho Santista de São Paulo pararam assim como os choferes de táxi da capital²⁹⁷. Embora o Governo Provisório buscasse aproximação com o operariado, prometendo a resolução do conflito entre capital e o trabalho através da mediação do Estado, convencer a burguesia industrial também era uma etapa importante

²⁹⁶ O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO NÃO se desinteressará do bem estar dos operários. *Diário Nacional*, São Paulo, 4 de Janeiro de 1931.

²⁹⁷ CARONE, Edgar. *Ibidem*. 1978, p. 109.

na construção de um projeto de sociedade sem conflito entre as classes. Nessa importante missão, o Ministério do Trabalho, seus conselhos e departamentos atrelado ao órgão assumiram um papel central na escuta e nos possíveis cumprimentos das demandas do empresariado industrial. Uma das primeiras medidas foi a realização de uma reunião com o diretor do departamento estadual do trabalho, Major Heitor Lobato Valle, com os representantes da indústria do estado de São Paulo para tratar sobre a Lei de Férias²⁹⁸, um dos assuntos mais polêmicos no que se referia à legislação trabalhista.

Com o fim dos canais de mediação usados pela burguesia industrial, a nova conjuntura exigiu a adaptação aos novos mecanismos de discussão e mediação da questão social no país, que atravessava uma crise dos pressupostos liberais da República e um agravamento das tensões entre as classes. Foi em resposta a essa conjuntura que o Governo Provisório começou a articular o projeto de lei dos dois terços que restringia o trabalho de imigrantes nas indústrias. No final do ano de 1930, Vargas barrou a entrada de imigrantes no Brasil em resposta à grave crise econômica, e, no ano seguinte, buscou estabelecer sanções à superioridade de números de estrangeiros nos trabalhos das indústrias.

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo se pronunciou a respeito do decreto instituído pelo Governo Provisório no dia treze de janeiro. O decreto, segundo o Centro, era mal redigido, o que causava dificuldades na sua implantação, todavia, o CIESP afirmou aos sócios que, diante de tal reclamação, o Ministro do Trabalho nomeou uma comissão para discutir a lei não sendo necessária a implementação dela até aquele momento²⁹⁹. Foi mais uma sinalização da propensão ao diálogo e ao atendimento das demandas do empresariado por parte do Governo Provisório. A restrição da imigração visava diminuir a demanda de trabalhadores em um momento de alta do desemprego, mas também ganhou uma conotação política ao buscar diminuir as influências das ideias e de elementos subversivos no proletariado brasileiro. A lei, de fato, demorou alguns meses para ser instituída devido aos protestos dos industriais com o preenchimento da mão de obra: havia pouca oferta de trabalhadores brasileiros, principalmente em serviços que demandavam instrução prévia. Contudo, a burguesia

²⁹⁸ CIESP. Circular nº 181, 04/02/1931.

²⁹⁹ CIESP. Circular nº 123, 23/02/1931.

industrial paulista endossou as medidas de restrição ao imigrante³⁰⁰ num momento em que a presença da mão de obra estrangeira começou a representar barreiras econômicas e políticas para os interesses empresariais.

Outro projeto de lei que acabou afetando a indústria brasileira foi o Decreto nº19.739, de sete de março de 1931, que proibia a importação de máquinas e equipamentos destinado às manufaturas existentes no país por um período de no mínimo de três anos. A crise de superprodução foi um dos motivos, de acordo com o governo, para que tal medida fosse tomada, abrindo exceções só em casos que houvesse comprovação da necessidade de importar o maquinário estrangeiro. Além dessas restrições, a lei exigia que as firmas industriais enviassem, dentro de um período de noventa dias, o inventário com a relação das maquinarias e suas respectivas condições para uma avaliação da situação produtiva das firmas nacionais.

Por mais que tais medidas visassem controlar uma possível crise de superprodução e impedir a abertura de indústrias ociosas, não podemos afirmar como a medida de controle foi recebida, especificamente, pelo empresariado organizado no CIESP, pois a exposição do decreto oficial na circular da entidade³⁰¹ não veio acompanhado de comentários sobre os impactos da medida. De acordo com Pedro César Dutra Fonseca,³⁰² o decreto foi encarado de maneira positiva pelo empresariado nacional, que também manifestava preocupação com as consequências de uma crise de superprodução. O economista afirma que a medida não interferiu nos índices de produção nos anos seguintes, pelo contrário, houve a partir de 1933 um aumento expressivo da capacidade do setor industrial. Por outro lado, Warren Dean questionou se a medida foi bem aceita pelo empresariado industrial, já que Getúlio Vargas, ao invés de atender os pedidos de diminuição da taxa de lã e de linho, simplesmente proibiu a importação, gerando protestos no meio industrial.³⁰³

No relatório enviado a Plínio Barreto, logo nos primeiros dias do Governo Provisório, o CIESP esboçou preocupação com o aumento dos estoques das indústrias e

³⁰⁰ A restrição ou proibição de imigrantes era uma das reivindicações do CIESP em correspondência trocada com Plínio Barreto. CIESP. Circular nº 114, 07/11/ 1930.

³⁰¹ CIESP. Circular nº126, 13/03/1931.

³⁰² FONSECA, Pedro César Dutra. *Do Progresso ao Desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In: A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade.* Pedro Paulo Zahluth Bastos, Pedro César Dutra Fonseca (orgs.) São Paulo, Editora Unesp, 2012, p. 169.

³⁰³ DEAN, Warren. *Ibidem.* 1971, p. 198.

a falta de uma política de escoamento compensador para a produção. Entretanto, de acordo com a entidade, o problema poderia ser resolvido através de políticas que proporcionassem oferta de crédito e estimulasse a mercado consumidor.³⁰⁴ Malgrado o decreto de restrição de maquinarias não ter passado pelo crivo da burguesia industrial, é incorreto afirmar que tal medida, assim como a agenda econômica adotada pelo governo provisório, foi guiada por interesses anti-industrialistas. Getúlio Vargas estava propenso a assumir uma política de investimentos que beneficiaria a indústria nacional, através de uma rígida intervenção e controle da atividade:

Temos, certamente, numerosas indústrias nacionais, que merecem amparo, mas temos, também, numerosas indústrias artificiais, sem condição de resistencia própria. O protecionismo, tal como se praticava, favorecia a todas, indistintamente. O aproveitamento industrial de matérias-primas do país é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso economico. É justo, por isso, que estimule, mediante política tarifária, conduzida sem excessos. As tabelas das alfândegas devem refletir esse critério. Sem prejuízo da nossa economia, cumpre torná-las mais flexíveis, suprir-lhes as deficiencias, expurgá-las das velharias, enfim, atualiza-las.³⁰⁵

Embora compartilhando das velhas críticas ao protecionismo e às indústrias artificiais, o discurso de Getúlio Vargas fez jus à política de controle racional da produção associada à adoção de uma política monetária e fiscal pouco ortodoxa e à criação de órgãos estatais voltados para setores específicos da economia³⁰⁶. No ano de 1931, foram pelo menos dois os decretos que modificaram as tarifas alfandegárias, o Decreto nº19.868 e o Decreto nº19.689³⁰⁷, e, já no começo do mesmo ano, o CIESP reproduziu outro decreto que instituiu mudanças nos impostos federais, o Decreto nº19.550 – instituído em dezembro do ano anterior³⁰⁸. A postura adotada pelo governo revelou uma tendência gradual de abandono da primazia econômica fundamentada no modelo primário-exportador através de uma série de medidas que ampliaram a integração regional e estimularam o mercado interno – como a redução drástica do mercado importador; o rígido controle dos estoques e a sustentação de preços internos; a

³⁰⁴ CIESP. Circular nº 114, 07/11/1930.

³⁰⁵ VARGAS. Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, [1938-1941], p. 341

³⁰⁶ FONSECA, Pedro César Dutra. *Ibidem*. 2012, p. 173.

³⁰⁷ A íntegra dos decretos encontra-se em anexo da circular nº 131, de 22/04/1931, do CIESP.

³⁰⁸ CIESP. Circular nº 120, 27/01/1931.

política de déficits públicos; o aumento do meio circulante; entre outras medidas que estimularam a atividade industrial brasileira³⁰⁹.

Esse estímulo era desejado e necessário pela burguesia industrial, visto a situação de crise da economia. A intervenção do Estado era necessária desde que o processo de tomada de decisões fosse controlado pela burguesia industrial e com limites bem definidos que garantissem a liberdade de atuação da iniciativa privada³¹⁰. Ou seja, os industriais aceitavam a intervenção através de uma perspectiva que garantisse os benefícios que o Estado poderia oferecer, mas eram refratários ao controle de suas atividades.

4. O ensaio corporativista de Vargas: Estado, trabalhadores, empresários e a legislação social

As expectativas de um intervencionismo brando foram rapidamente frustradas. Embora fossem criados canais de diálogo com os empresários que participavam através de conselhos consultivos, o Governo Provisório encarou de maneira oposta os termos de uma política de intervenção em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico do país. Essa “nova arquitetura institucional”³¹¹, designação de Angela de Castro Gomes, apareceu de maneira mais explícita na Lei de Sindicalização apresentada através do Decreto 19.770, daquele mesmo ano. Até a promulgação do decreto, as associações de classe eram desvinculadas do controle oficial, assumindo a forma de associações de foro privado sem número limite de entidades e de membros.³¹²

A implantação da Lei de Sindicalização apresentou modificações na relação das frações de classes com o Estado. Com o Decreto 19.770, todos os sindicatos ficariam sob fiscalização direta do Ministério do Trabalho, sendo necessário providenciar uma série de exigências para que esses pudessem operar oficialmente. Uma dessas exigências versava a respeito da presença do elemento nacional na composição dos sindicatos, que deveriam apresentar no mínimo dois terços de brasileiros natos ou

³⁰⁹ CANO, Wilson. *Crise de 1929, Soberania na Política Econômica e Industrialização II A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. Pedro Paulo Zahluth Bastos, Pedro César Dutra Fonseca (orgs.) São Paulo, Editora Unesp, 2012. pp. 153

³¹⁰ DINIZ, Eli. *Ibidem*. 1978, p. 161.

³¹¹ GOMES, Angela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: O Legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 81.

³¹² GOMES, Angela de Castro. *Ibidem*. 2014, p. 279.

naturalizados. A medida estava em consonância com a Lei da Nacionalização do Trabalho, sancionada poucos meses antes, e dificultava o funcionamento tanto de sindicatos operários quanto os patronais, ambos compostos por um número expressivo de estrangeiros.

Também eram proibidas qualquer manifestação de cunho político-ideológico ou religioso, a candidatura de cargos eletivos estranhos à natureza e à finalidade das associações, bem como a participação em sindicatos ou outro tipo de organizações internacionais. As assembleias poderiam ser assistidas por delegados do Ministério do Trabalho, e apenas um sindicato por categoria profissional poderia ser reconhecido oficialmente.³¹³

A Lei da Sindicalização apresentou impactos diferentes para a classe patronal e para a classe operária. Era evidente que o controle dos sindicatos foi um duro golpe em uma das principais formas de organização e resistência dos trabalhadores durante décadas. O fim da autonomia dos sindicatos era uma ofensiva de tutela e apaziguamento dos conflitos por parte do Estado. Em relação às frações da burguesia, a lei de sindicalização foi recebida de maneira difusa, sendo bastante criticada por algumas entidades ligadas ao ramo de comércio como a Associação Comercial de São Paulo, que se posicionou contrária a legislação³¹⁴. Para o empresariado industrial, houve reações críticas diante do controle estatal, mas também algumas reações positivas. De maneira geral, os dirigentes do empresariado industrial aceitaram sem maiores problemas a legislação, apresentando críticas pontuais a alguns aspectos do decreto.

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo procurou adequar-se o mais rápido possível à nova lei e buscou orientar seus associados sobre as mudanças estabelecidas no cotidiano das empresas e na organização da classe patronal. Em uma circular enviada alguns meses depois do decreto, o Centro, que passou a congregiar outras associações, passou a responder pelo nome de Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e buscou orientar seus sócios das mudanças introduzidas com a nova legislação.

³¹³ BRASIL. Decreto n. 19.770, de 19 de Março de 1931. Regula a syndicalização das classes patronais e operarias e dá outras providencias. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/3/1931, p. 4801.

³¹⁴ ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil nos anos 30. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, p. 133.

No documento, avisava-se que, com a nova lei, “todos os ramos devem reunir-se quer em forma de syndical quer em forma de comités. Os que não estiverem reunidos, não poderão apresentar as reivindicações perante os poderes públicos.”³¹⁵ A sindicalização do proletariado também foi mencionada como um dos argumentos em prol da sindicalização, já que “syndicalizando o patronato, o Governo syndicalizou também o operariado. Os patrões não syndicalizados, tendo no seu serviço operarios syndicalizados, estarão em posição de manifesta inferioridade.”³¹⁶ A Federação buscava argumentar que não havia desvantagens no processo de sindicalização na medida que a estrutura corporativa criava um eficiente canal de comunicação entre as demandas do empresariado industrial com o Governo Provisório:

O Governo vai tratar de assumptos importantissimos para as industriais. Mencionamos a reforma da tarifa aduaneira, do regulamento do imposto de consumo, a elaboração de leis sociais avançadas, etc., etc. Serão chamados para tomar parte nestes trabalhos as industriais syndicalizadas ou reunidas em comités³¹⁷.

Portanto, as vantagens adquiridas com a lei de sindicalização eram consideradas maiores do que as possíveis desvantagens para o patronato, visto que a desmobilização promovida pela estrutura corporativa agia de maneira diferenciada para os trabalhadores e para os empresários. Segundo Werneck Vianna, a estrutura corporativa apresentava-se como modernizante para as classes patronais³¹⁸, pois se dizia capaz de solucionar o problema da questão social no Brasil por meio da cooptação e do controle do elemento radical, o operariado.

Em outra correspondência, enviada alguns dias depois, a FIESP novamente reforçou a importância da Lei da Sindicalização e o próprio significado do estatuto de Federação:

Além dos sindicatos, a lei previu a formação de Federações: uma Federação é a reunião dos sindicatos – quer sejam sindicatos operários quer seja sindicatos patronaes. Em São Paulo, foi formado esta Federação. Os diferentes ramos industriaes reuniram os seus

³¹⁵ CIESP. Circular nº147-A, 12/06/1931.

³¹⁶ CIESP. Circular nº147-A, 12/06/1931.

³¹⁷ CIESP. Circular nº147-A, 12/06/1931.

³¹⁸ VIANNA, Werneck. *Ibidem*. 1999, p. 184.

membros (patrões) formaram comités syndicaos o ligaram-se à Federação dos Industries do Estado de São Paulo³¹⁹.

O didatismo e a repetição da Lei de Sindicalização, exposta na circular da Federação, indicam algumas hipóteses sobre como o empresariado paulista reagiu ao decreto: havia uma real dificuldade de acesso a informação e entendimento da lei ou existia uma grande parcela do empresariado paulista que continuava refratário às mudanças? Não dispomos de mais informações acerca do impacto da sindicalização para a maioria dos empresários paulistas, mas o reforço, inclusive das benesses, continuava sendo citado:

VV.SS. compreenderão o que está destinada a ser esta Federação: ella será toda a industria paulista reunida num corpo único e, portanto, uma verdadeira potencia. A Federação será um traço de união entre as industriais e os poderes públicos³²⁰.

Os avanços da sindicalização também foram enumerados na mesma correspondência da FIESP que afirmou que a maioria das indústrias paulistas já tinham formado comitês dentro da Federação. O ramo de tecidos, chapéus, vidros, calçados, perfumes, produtos químicos e farmacêuticos, cerâmica, entre outros, foram listados entre os que aderiram a nova lei.

Após a contagem, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo dirigiu um apelo à indústria de alimentação, que ainda não tinha formado comitê. Conhecendo o tamanho e a diversidade da indústria alimentícia no estado, a Federação tomou a iniciativa de fundar um comitê provisório, mas pediu que fosse providenciado, o mais rápido possível, um comitê onde houvesse ampla participação dos representantes desse ramo industrial. Caso não houvesse a colaboração e a organização, os resultados seriam desastrosos:

Vao ágora ser reformada a tarifa alfandegaria. Si esta reforma for feita com o criterio do proteccionismo classico OS PRODUTOS DE ALIMENTAÇÃO PODERÃO ENTRAR NO BRASIL SEM PAGAMENTO DOS DIREITOS ALFANDEGARIOS. Seria a morte da nossa indústria.³²¹

³¹⁹ CIESP. Circular nº 149-A; 16/06/1931.

³²⁰ CIESP. Circular nº 149-A; 16/06/1931.

³²¹ CIESP. Circular nº 149-A. 16/06/1931.

A organização por ramos industriais foi uma questão reiterada pela Federação durante todo o ano de 1931. Foram dezessete as circulares que trataram exclusivamente dos comitês durante o período, contado a partir do mês de julho.³²² Diversas vezes, a FIESP teve que reforçar os argumentos a favor da organização dos comitês, ressaltando as possibilidades de intervenção nas decisões no que concebia a assuntos de interesses das indústrias.

A insistência dos dirigentes do FIESP para aplicação da Lei de Sindicalização sinalizava também uma preocupação que envolvia o outro lado da moeda da aplicação da legislação nos sindicatos operários. Apesar da natureza desmobilizadora, os trabalhadores sindicalizados estavam oficialmente incluídos no escopo da estrutura corporativista do Estado, tornando-se um elemento capaz de disputar certas pautas trabalhistas para si. E, se havia interesse em tornar os trabalhadores uma base de apoio do novo governo, isso só seria possível se a sindicalização apresentasse alguns ganhos reais para a classe.³²³

Podemos, assim, compreender de forma mais consistente a insistência com que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo buscou conscientizar o empresariado da necessidade de adequação à sindicalização. Com a hipotrofia do Executivo, o desprezo por um canal de comunicação como esse não era uma opção viável e estratégica para a burguesia industrial paulista. A regularização da sindicalização da classes patronais e operárias foi decretada no começo do mês de março pelo Governo Provisório. Curiosamente, as eleições para a diretoria da entidade – que ainda respondia por CIESP – foi realizada na mesma data do decreto, dia dezenove de março de 1931³²⁴.

O organograma da composição da diretoria da entidade sofreria mudanças substanciais: na presidência, substituindo o Conde Matarazzo, assumiu Luiz T. Alves Pereira, gaúcho de Bajé e diretor da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, Raul de Rezende Carvalho ficou com a vice-presidência, natural do Rio de Janeiro e ligado ao capital

³²² Foram organizados os seguintes comitês durante o período de acordo com os documentos da entidade: Comitê de Artefatos de Borracha (07/1931); Comitê das Indústrias de Chapéu (07/1931); Calçados (07/1931); Fabricantes de Artefatos de Borrachas (08/1931); Indústria de Borracha (08/1931); Indústrias em Perfume (08/1931); Chocolate, Balas e Bombons (10/1931); Fabricantes de Caixa de Papelão (10/1931); Indústria de Bebidas (11/1931); Massas Alimentícias (11/1931). Circulares do ano de 1931

³²³ GOMES. Angela de Castro. *Ibidem*. 2014, p. 282.

³²⁴ Na circular do dia vinte de março o CIESP afirmava que a decisão da nova diretoria foi realizada em assembleia do dia anterior, ou seja, no dia dezenove de março de 1931. CIESP. Circular nº 128, 20/03/1931.

cafeeiro, mudou-se para São Paulo e entrou no ramo das indústrias têxtil. Outros novos nomes apareceram na composição do primeiro escalão do Centro no ano de 1931: Waldomiro Pinto Alves, da Companhia Industrial de Juta e Armando de Arruda Pereira, neto do Visconde de Inhaúma. Apenas Horácio Lafer continuava na diretoria com o cargo de primeiro secretário além de Roberto Simonsen, que mudou de função assumindo a “direção sem cargo” ao lado de Alexandre Siciliano, Luiz J. da Silva e Manoel de Mattos Ayres. Simonsen e o Conde Siciliano também estavam no Conselho Consultivo da Federação, como presidente e secretário, respectivamente. Os outros cargos eram referentes a funções do Conselho Consultivo e da Comissão Fiscal.

Em comparação ao organograma do ano anterior, a diretoria da associação mudou consideravelmente não só na composição dos nomes, mas na estrutura organizacional e na disposição dos cargos. Empresários ligados à fundação da associação não estavam mais presentes, como Conde Matarazzo, José Erminio de Moraes (presente na diretoria desde 1929), Antonio Devisate e Carl Adolph von Bülow, por exemplo. Mais curioso ainda era a soberania de nomes nacionais, fato inédito até então. Outra mudança perceptível foi a respeito da apresentação dos empresários. Ao lado do nome havia, entre parênteses, a designação do setor que ele representava. O padrão de apresentação era: nome-setor ficando representado desta forma no organograma: “Dr, Luiz T. Alvares Pereira (Estradas de Ferro); Dr. Raul Rezende Carvalho (Tecidos); Dr. Horácio Lafer (Papel e Artes Graphics); Dr Waldomiro Pinto Alves (Tecidos).”³²⁵ Esse padrão foi imposto para todos os nomes que compunham o organograma, indicando a representação por ramo industrial.

Levantamos a hipótese de que a nacionalização da diretoria e a representação por setores indicava a readequação da entidade à nova estrutura sindical; hipótese reforçada com a sincronicidade do decreto e das eleições da diretoria. Em suma, as evidências expostas permitem entendermos que a lei de sindicalização não foi recebida de forma desprevenida pelos diretores do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

No escopo do novo modelo corporativista compartilhado pela recém-estruturada FIESP, as discussões de novas leis referentes ao trabalho continuaram marcando a agenda do Ministério do Trabalho. Em relação à Lei de Férias, algumas modificações foram feitas. O decreto anterior foi suspenso desde o começo de janeiro a pedidos dos

³²⁵ CIESP. Circular nº 128, 20/03/1928.

industriais para o Ministro Lindolfo Collor³²⁶, reforçando as esperanças da burguesia industrial de que o decreto finalmente seria anulado. Porém, uma nova modalidade da lei passou a vigorar a partir de março, decretando o direito aos empregados que não gozaram das férias no ano anterior, podendo a folga ser de sete a quinze dias. Aos patrões que não concedessem a “regalia”³²⁷ a seus empregados, a multa chegaria a 2:000\$000 até 50:000\$000³²⁸.

Como foi visto, a Lei de Férias era um dos pontos mais polêmicos da legislação do trabalho para o empresariado industrial, que se posicionou de maneira totalmente reativa ao benefício desde a sua implantação na República Velha. Diante da insistência do Ministério de Trabalho com a nova legislação, houve um mal-estar dos setores empresariais com o Governo Provisório, que sofreu a acusação de não ouvir o setor para aplicação da nova medida. Havia uma expectativa do setor patronal em relação ao canal de diálogo imposto com o modelo corporativo, já que, como afirmado por Angela de Castro Gomes, a lei de sindicalização simbolizava não só a interferência do Estado na sociedade, mas “por outra parte, tal estruturação implicava na ‘abertura’ de certas áreas institucionais do Estado à representação dos interesses privados”³²⁹.

A estrutura do Ministério do Trabalho serviu para a criação de conselhos de caráter consultivo como o Conselho Nacional do Trabalho, e órgãos como o Departamento Nacional do Trabalho e o Departamento Nacional da Indústria, onde era recorrente a construção de grupos de trabalho para discutir assuntos com a participação de setores do patronato. Ou seja, a participação nos canais de decisão era uma das principais vantagens que a burguesia industrial conquistou no novo governo, já que era a partir dessa via que as propostas de lei poderiam passar pelo crivo do empresariado, podendo sofrer sanções ou mesmo ser postergadas, tática recorrente no governo anterior.

Portanto, era compreensível que a fração da burguesia industrial paulista continuava buscando garantir um espaço amigável de diálogo, principalmente com o Ministro do Trabalho. Em abril, Roberto Simonsen, Luiz Pereira e Horácio Lafer foram ao Rio de Janeiro para discutir com Lindolfo Collor assuntos referentes à indústria. No encontro, ficou acordado a constituição de uma comissão de impostos e tarifas e

³²⁶ CIESP. Circular nº 117, 03/01/1931.

³²⁷ CIESP. Circular nº 130, 18/04/1931.

³²⁸ CIESP. Circular nº 130, 18/04/1931, p. 3.

³²⁹ GOMES, Angela de Castro. *Ibidem*. 2014, p. 256.

impostos de consumo³³⁰. Após a visita, a FIESP avisou aos sócios que a o ministro atendeu às reivindicações da comissão enviada e prometeu revisar a lei em vigor sobre imposto de consumo. A reivindicação de revisão do Decreto 17.464 de 1926 datava do primeiro ano da fundação da entidade e nunca foi cumprida. A Federação ficou encarregada de elaborar um projeto de reforma condizente com as aspirações do empresariado nacional para apresentar posteriormente ao Ministro da Fazenda, José Maria Whitaker. Os sócios poderiam mandar sugestões e propostas para a revisão do decreto, seguindo as seguintes orientações:

o decrescimo de renda pública tem trazido as mais justas preocupações aos poderes publicos, e, por isso, na reforma do Regulamento não deve haver o empenho de diminuir taxas. Revendo e suggerindo ao Centro a reforma da parte do regulamento que atinge a sua industria, VV.SS. deverão ter a preocupação de ver se a incidencia das taxas é justa e equitativa; si não existem erros technicos que tornam a incidencia de impostos inaceitavel; si o texto do Regulamento é claro e não se presta a differentes interpretações; si há a possibilidade de reduzir certas taxas e augmentar outras, estabelecendo-se porem o equilibrio tal que as rendas publicas não sejam afecctadas; si a marcha proccesual estabelecida pelo Regulamento não embaraça ou sacrifica os direitos de contribuinte; si o processo de fiscalização é supcetivel de modificações.³³¹

O pragmatismo imperava na estratégia de revisão tarifária que seria proposta pela burguesia industrial paulista e que deveria estar em conformidade com a política-econômica do novo governo. Para isso, era necessário adequar-se aos padrões solicitados e não aos desejados, orientando-se pelos problemas econômicos derivados do contexto de crise.

Alguns meses depois, seria a vez de novas modificações na tarifa alfandegária. A entidade alarmou aos associados que o comércio importador e setores da lavoura também apresentariam seus projetos de modificações alfandegárias de caráter livre-cambista, conseqüentemente, por isso enfatizava que a indústria estava bem representada por três dirigentes da FIESP, que defenderia de maneira integral o protecionismo para a indústria brasileira³³². Em meio a esse processo, a Federação foi consultada sobre uma proposta de Código do Trabalho do Governo Provisório. O

³³⁰ CIESP. Circular nº 135, 24/04/1931.

³³¹ CIESP. Circular nº 140, 06/05/1931.

³³² CIESP. Circular s/n, 25/06/1931.

projeto foi compartilhado com os sócios da associação que deveriam ler atentamente a íntegra do documento para ser discutido posteriormente com os representantes do governo.³³³

5. Pela lei e pela ordem: São Paulo e os conflitos com o Governo Provisório

Mesmo com a participação dos representantes da burguesia industrial na formulação e consultoria das leis, algumas tensões continuaram rondando a relação entre essa fração de classe e o novo governo. No caso de São Paulo, o imbróglio da Lei de Férias foi apenas mais uma das questões que indicava que a relação amistosa entre o governo e o empresariado era algo frágil e passível de ruir a qualquer momento. A interventoria do forasteiro João Alberto simbolizava a afronta do Governo Provisório com São Paulo, mas esse não era o único ponto de inflexão do estado com o novo governo. O Partido Democrático de São Paulo estava insatisfeito com o pouco espaço no novo governo e assumiu progressivamente a campanha por uma nova constituição para o país, por outro lado, os tenentes afirmavam que a ditadura do Governo Provisório era uma necessidade imperiosa para a consolidação completa da revolução.

Desde abril de 1931, as frustrações do PD com o novo governo assumiram formas mais robustas com o rompimento do partido com João Alberto, situação exposta publicamente através de um manifesto ³³⁴. A partir daí as tensões aumentaram de maneira rápida, fazendo com que o interventor abdicasse do cargo em meados do ano e sugerisse o nome do antigo secretário Plínio Barreto à interventoria, para abrandar os paulistas.³³⁵ O nome não foi aceito por Miguel Costa, que comandava a Força Pública Paulista, sendo nomeado o Coronel Manuel Rabello, que logo entrou em conflito com os políticos paulistas. A necessidade de uma nova nomeação não tardou a acontecer: o paulista Pedro de Toledo foi escolhido para o posto de interventor de São Paulo. Entretanto, nem mesmo a escolha de um interventor paulista surtiu efeitos na indisposição do estado com o Governo Provisório. Desde o rompimento com João Alberto, o PD começou a alimentar a campanha em prol de uma nova constituinte com

³³³ CIESP. Circular nº 146, 02/06/1931.

³³⁴ CARONE, Edgar. *Ibdem*. 1978, p. 21.

³³⁵ SECCO, Lincoln Ferreira. *O ovo da serpente: a intentona paulista de 1932*. [s.d]. Disponível em: <http://gmarx.fflch.usp.br/node/68>

o PRP, seu antigo inimigo, criando a Liga de Defesa Paulista ainda sob a administração de João Alberto.

A campanha pela Constitucionalização foi o mote da oposição encabeçado pelas oligarquias paulistas, que viram nas eleições a possibilidade de reconquistar a autonomia perdida, grande pauta defendida pela Liga. Apesar da adoção de outros estados, foi São Paulo que carregou a primazia da defesa de uma nova constituinte através da realização de novas eleições. O Jornal *Diário Nacional* passou de ferrenho defensor da Revolução, ao ataque a João Alberto, até assumir posição aberta em prol da constituinte e pela liberdade de São Paulo. Na edição de abril, publicou o manifesto dos médicos paulistas em prol da constituinte e noticiou a uma moção de apoio do Partido Libertador do Rio Grande do Sul ao PD³³⁶. A ideia da Constitucionalização alastrou-se rapidamente: foram diversos os manifestos, editoriais de jornais, entrevistas de políticos, discursos que repetiam como mote a necessidade de uma nova constituição para o país. Enquanto isso, os tenentes insistiam que uma constituição a contrapelo prejudicaria o processo revolucionário, podendo trazer riscos de volta ao regime anterior.³³⁷

6. A tática de neutralidade da FIESP e os avanços na construção de uma via de comunicação entre os empresários paulistas e o governo

A FIESP procurou distanciar-se da celeuma entre as oligarquias e o tenentismo, mesmo compartilhando das más impressões que orbitavam sobre os tenentes, em especial sobre João Alberto e suas aproximações com os comunistas. Possivelmente, o custo político de ter apoiado em público Júlio Prestes para as eleições de 1930 fez com que a entidade tivesse mais parcimônia em suas declarações, visto que um dos seus principais dirigentes acabou preso após a vitória do movimento revolucionário. Nas circulares do ano de 1931, não há menção a nenhum conflito ou registro nos documentos do Partido Democrático de São Paulo do recebimento de apoio dos dirigentes do FIESP com a criação da Liga de Defesa Paulista.³³⁸ Em suma, não foi

³³⁶ *Diário Nacional*. São Paulo, Terça-Feira, 21 de Abril de 1931.

³³⁷ CARONE. Edgard. *A República Nova* (1930-1937). São Paulo: Editora DIFEL, 1976, p. 303.

³³⁸ As correspondências de apoio à formação da Liga de Defesa Paulista presentes no fundo do Partido Democrático de São Paulo que esta sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo. Foi consultado o Dossiê “Manifesto de 24 de Março de 1931, contra o Interventor João Alberto” e Correspondências recebida da Capital de Solidariedade/apoio ao Manifesto.

encontrado registro algum sob o posicionamento dos dirigentes da burguesia industrial paulista diante deste incidente.

Nos documentos do meio do ano, a FIESP continuou atendo-se a assuntos de ordem cotidiana. No final de maio, a Federação informou aos associados sobre a realização de um festival promovido pela Liga das Senhoras Católicas em prol dos desempregados. Uma comissão da Liga iria percorrer os estabelecimentos industriais e comerciais em busca de apoio para a realização de evento, a FIESP recomendava a seus sócios que atendessem aos pedidos da Liga com a “solicitude de quem sempre apoia as obras de caridade”³³⁹. No mês seguinte, a Federação mandou uma circular sobre o Código Sanitário instituído para fiscalizar o trabalho noturno de menores e mulheres nas fábricas. Segundo o informe, houve queixas de alguns industriais sobre a desorganização da rotina de trabalho com as exigências das recomendações, principalmente referente à necessidade de fichamento dos operários das fábricas. A Federação afirmou que entrou em contato com a Inspetoria de Hygiene do Trabalho, que prometeu que a aplicação da lei pouparia possíveis prejuízos para a indústria paulista.³⁴⁰

Em julho, novamente as agitações operárias voltaram a ser tema das correspondências. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo informou em circular que em virtude de um comício realizado no dia anterior, algumas fábricas fecharam suas portas. Buscando acalmar o ânimo dos associados, a Federação salientou que “não se tratava de uma greve geral mas sim uma agitação de momento”.³⁴¹ Alguns dias depois, foi a vez de João Alberto se pronunciar a respeito da movimentação operária. Oficialmente, o polêmico interventor ainda respondia pelo cargo, já que tentava articular um nome para a Interventoria desde sua demissão ³⁴². Em boletim endereçado “Aos Trabalhadores de São Paulo”, o interventor condenava os grupos perturbadores da ordem que se aproveitavam das agitações políticas para induzir os trabalhadores ao movimento grevista, ponderando que as reivindicações justas e razoáveis seriam reguladas pelo Código do Trabalho e, com o intuito de garantir a tranquilidade, proibia qualquer “ajuntamento ou manifestações tendentes a arrastal-os à greve”.³⁴³ As agitações políticas, referidas por João Alberto, eram a expressão das

³³⁹ CIESP. Circular nº 143, 30/05/1931.

³⁴⁰ CIESP. Circular nº 149, 15/06/1931.

³⁴¹ CIESP. Circular nº 161, 18/07/1931.

³⁴² SILVA. Hélio. *Ibidem*. 1966, p. 174-201.

³⁴³ AOS TRABALHADORES DE SÃO PAULO. Boletim In: CIESP, circular nº 163, 21/07/1931.

tensões entre a oligarquia paulista e o tenentismo. A Federação Operária de São Paulo aproveitou o momento para provocar greves em prol de melhores condições para os trabalhadores, principalmente nas indústrias têxteis³⁴⁴. No mês anterior, os funcionários da Fábrica Brasileira de Seda pararam a produção, exigindo aumento do salário, condições mais dignas de trabalho e fim dos maus-tratos.³⁴⁵

No final do mês de julho, as agitações continuavam intensas mesmo com a proibição das manifestações. Frente à situação agravante, os dirigentes da FIESP reuniram-se com Oswaldo Aranha, Secretário da Justiça, e com o Chefe da Polícia do Estado para discutirem medidas que garantissem o pleno funcionamento das indústrias paulistas³⁴⁶. O único consenso construído durante a luta fratricida entre a oligarquia paulista e o tenentismo era a necessidade de barrar a agitação operária a qualquer custo. A FIESP continuou mantendo aparente neutralidade diante dos acontecimentos políticos. Acerca de uma suposta Liga Anticomunista, que estava procurando o patronato em busca de adesões, a Federação fez questão de esclarecer que “nada temos a ver com aquela ou outras ligas de qualquer natureza”³⁴⁷.

No mês de agosto, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo organizou uma homenagem ao diretor do Departamento Industrial, Comercial e Doméstico, Major Heitor Lobato do Valle, por serviços prestados às indústrias paulistas. Não foram especificados quais seriam os serviços prestados pelo Major que justificassem a homenagem, mas aos sócios a FIESP escreveu que os “serviços culminaram diante da ultima agitação verificada no seio das indústrias”³⁴⁸. Provavelmente a FIESP estava se referindo à perseguição de militantes e infiltrações no seio dos movimentos grevistas, tática bastante utilizada pelo Ministério do Trabalho naquele período.³⁴⁹

Neste mesmo mês, a Federação enviou aos sócios a cópia de um telegrama endereçado a Lindolfo Collor criticando a nova proposta de lei que estabelecia a jornada máxima de oito horas de trabalho nas indústrias³⁵⁰. De acordo com a entidade, o projeto de lei assumiu um movimento contrário à tendência mundial de crescimento e aumento

³⁴⁴ CARONE. Edgrad. *Ibidem*. 1976, p. 111.

³⁴⁵ CARONE. Edgrad. *Ibidem*. 1976, p. 111.

³⁴⁶ CIESP. Circular nº 166, 30/07/1931.

³⁴⁷ CIESP. Circular nº 175, 19/08/1931.

³⁴⁸ CIESP. Correspondência, 21/08/1931

³⁴⁹ DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 204.

³⁵⁰ CIESP. Cópia de Correspondência Circular nº 173, 18/08/1931.

da produtividade, sendo pouco vantajoso estabelecer critérios rigorosos que pudessem colocar em risco o desenvolvimento industrial. Antes de tomar qualquer medida de caráter imediatista, cabia ao governo promover um estudo acerca dos diversos ramos industriais para assim estabelecer, caso a caso, um regime de trabalho adequado às exigências de cada setor. A FIESP também sugeriu ao Ministro do Trabalho que realizasse uma consulta entre o empresariado e o próprio operariado, para saber se a lei seria bem aceita por ambos os setores.

Nos últimos meses do ano, começou a ser discutido pelo governo federal as Comissões Mistas de Conciliação, que tinham o intuito de elaborar uma lei de complementação e reforço à legislação trabalhista, garantindo a resolução de conflitos entre patrões e operários. A necessidade da lei, exposta por Lindolfo Collor a Getúlio Vargas em carta publicada na imprensa³⁵¹, seguia uma diretriz mundial de minimizar os conflitos de classe do mundo do trabalho. Alguns dias depois da publicação da exposição de motivos, o projeto do decreto foi transcrito do jornal do Comércio pela FIESP ³⁵². Logo em sequência, a Federação convocou os sócios para uma grande assembleia na sede da entidade com o objetivo de definir uma comissão que representasse a indústria paulista na construção do projeto de tarifas alfandegárias do Governo Provisório. Os dirigentes da FIESP insistiam na presença de todos os sócios na reunião devido à importância que a pauta alfandegária assumiu, sendo esta uma das mais importantes campanhas promovida pelos industriais³⁵³. A proposta era que na reunião fossem nomeadas comissões que representassem cada ramo industrial, para serem posteriormente “amarradas” pelos membros da diretoria da Federação e apresentadas ao Ministério da Fazenda.

Por fim, uma boa notícia encerrou a agenda do ano de 1931 para os empresários industriais: o Código dos Menores foi revisto e sofreu algumas modificações que muito agradaram o empresariado industrial. As mudanças estabeleciam que o tempo de trabalho do menor entre quatorze a dezoito anos seria congênere ao do trabalhador adulto, também flexibilizavam o emprego de menores de doze anos – desde que

³⁵¹ AS COMISSÕES DE ARBITRAMENTO E CONCILIAÇÃO: A exposição de motivos apresentada pelo ministro do Trabalho ao chefe do governo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de Janeiro de 1931.

³⁵² CIESP. Transcrição do Jornal do Comércio. Publicação original: 19/09/1931.

³⁵³ CIESP. Circular nº 198, 12/10/1931.

acompanhados por membros de sua família – e ampliavam a permanência das crianças no trabalho noturno das fábricas³⁵⁴

Na circular enviada aos sócios para informar a novidade, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo fez questão de destacar o envolvimento da entidade na mudança: “Temos a maior satisfação em comunicar a Vs. SS que um representante desta Federação tomou parte na elaboração do ante-projecto sendo acceitos os seus pontos de vista.”³⁵⁵ Mesmo com o anonimato do nome do representante, é possível que a proposta de mudança da lei fosse induzida pelas pressões da fração da burguesia industrial, que sempre se manifestou contra a aplicação do código. Impossibilitado de assumir uma posição intransigente diante de uma questão que ganhava espaço no debate público da época, a estratégia adotada pelo empresariado era ajustar (sempre para baixo) os limites de idade estabelecidos, assim como as horas necessárias para o trabalho.

Conclui-se que o empresariado industrial obteve uma grande vitória com a revisão de um dos pontos mais combatidos da legislação social e conseguiu pressionar o Ministério do Trabalho, para que fossem flexibilizadas as sanções estabelecidas para a utilização da mão de obra infantil nos estabelecimentos fabris. O saldo do Governo Provisório para a fração da burguesia industrial nos primeiros dois anos de governo mostrou-se, enfim, positivo pelo menos em relação aos incentivos fiscais e à abertura de um canal de diálogo entre o empresariado industrial e o Ministério do Trabalho. Houve, claro, algumas derrotas significativas: por mais que fosse pressionado, o governo não recuou no projeto de instituição de Lei de Férias e projetou novas propostas de legislação social, como a regularização do trabalho feminino nas fábricas³⁵⁶ e a lei dos dois terços, que, se por um lado estava em consonância com alguns interesses econômicos e políticos dos industriais, por outro criou alguns entraves práticos na organização da mão de obra nas fábricas.

A Lei de Sindicalização é um ponto nebuloso nessa equação de perdas e ganhos da fração da burguesia industrial. A rápida adesão, antecipada aliás, desta lei não pode ser interpretada como apoio total ao modelo corporativo, mas como uma adaptação estratégica para compor o único canal de negociação com o governo. A contrapartida da aproximação do novo governo com a burguesia industrial estava na desejosa

³⁵⁴ CIESP. Circular nº 198, 26/10/1931.

³⁵⁵ CIESP. Circular nº 206, 26/10/1931.

³⁵⁶ CIESP. Circular nº 212, 05/11/1931.

aproximação daquele com os trabalhadores. Situação que pode ter sido um dos pontos decisivos na rápida adesão da FIESP ao scopo corporativista visto que o operariado também estava integrado no modelo sindical.

Como a burguesia industrial interpretava essa aproximação, cheia de contradições? As declarações de Getúlio Vargas e Lindolfo Collor endossavam que o novo governo seria um governo do povo em que os trabalhadores seriam finalmente ouvidos. Por outro lado, a repressão e a cooptação do movimento operário foram estratégias sistematicamente praticadas, inclusive com sofisticadas práticas de infiltração de agentes da polícia nas organizações sindicais. O jornal *A Gazeta* expressou um ácido retrato da relação entre o empresariado e o governo provisório em suas páginas em novembro de 1931. Criticando de forma genérica as concessões do governo provisório ao empresariado industrial, a coluna afirmava:

O senhor Getúlio Vargas não ignora a verdade sobre a nossa situação. Basta ver a sua plataforma de candidato da Aliança Liberal a sucessão do sr. Washington Luis, basta ler seu discurso de posse, para que se verifique a exacta visão que dos nossos problemas economicos tem o chefe do actual governo provisorio. Não se comprehende, portanto, que a exa abra mãos de suas idéas e, suggestionando por outros, consinta na continuação dessa pilhagem authentica, que outro nome não têm as investidas dos industriaes contra a nacao brasileira. Não deixa, realmente, de ser triste, doloroso e lamentavel que os magnatas tripudiem, dessa forma, sobre a miseria do povo (...) Foi para assistirmos a espetaculos como esses que se fez uma revolução que se derramou sangue? O Sr. Getúlio Vargas e o Sr. Oswaldo Aranha são homens do bem, patriotas como os que mais o forem. Que nos respondam, portanto, a essa inocente e simples pergunta.³⁵⁷

Cabe questionar se o empresariado industrial se sentia contemplado pelo retrato de favorecimento e concessão oferecido pelo Governo Provisório, ou entendia que a sua relação era baseada em uma situação de submissão consentida frente a uma situação de impotência. Os acontecimentos de 1932 revelarão (como desenvolvido no próximo tópico) o resultado da equação dessa difícil relação da burguesia industrial paulista e do governo provisório nestes primeiros anos.

³⁵⁷ EMQUANTO o povo sofre os magnatas do “parque industrial” se banqueteam!. *A Gazeta*. São Paulo, 24 de Novembro de 1931.

7. 1932: A Guerra Paulista: a Formação da Frente Única e as tensões políticas entre a oligarquia e o tenentismo

O ano de 1932 se iniciou para o governo provisório sob o signo da tensão. O Partido Democrático de São Paulo, logo na segunda semana de janeiro, rompeu de vez a difícil relação mantida com Getúlio Vargas. O pretexto do rompimento foi posto em carta assinada pelo diretório do partido, onde se expressou o descontentamento com o governo, que insistia em postergar uma nova constituinte, e com outra série de erros cometidos contra a soberania do estado paulista, começando pela nomeação de João Alberto e a nítida tentativa de afastar elementos ligados ao PD da interventoria do estado. Na carta assinada por Francisco Morato, Marrey Júnior, Francisco Mesquita, entre outros importantes nomes ligado ao partido conclamavam os seus “conterrâneos e patrícios para uma ação conjunta, em defesa da causa comum. Tudo pelo Brasil; tudo pela Constituinte; tudo por São Paulo redimido”³⁵⁸. A ação conjunta foi consolidada com a união entre o PD e o renascido PRP na Frente Única de São Paulo, em prol da constituinte e da libertação de São Paulo dos tenentes e de Getúlio Vargas.

Na sede da FIESP o clima era de normalidade. A entidade, fugindo das polêmicas políticas, recebeu em janeiro a entidade recebeu a visita de Jorge Street, antigo diretor da associação e agora membro do Departamento Nacional da Indústria do Ministério do Trabalho. A visita tinha o intuito de esclarecer aos empresários alguns dispositivos legais da lei de marcação de tecidos e da lei de marcação de envólucros para exportação, que, segundo a Federação, causavam grandes dificuldades de execução para os produtores.³⁵⁹

O projeto de revisão das tarifas alfandegárias sucedeu-se naturalmente: a FIESP enviou aos associados uma circular informando que as sugestões elaboradas nos diversos comitês foram enviadas ao Rio de Janeiro com destino à Comissão Revisora de Tarifa Aduaneira. Assegurava que a entidade fez o possível para acautelar “de modo tão perfeito quanto possível os interesses de todas as indústrias paulistas”³⁶⁰.

As condições de diálogo entre o Ministério do Trabalho e o empresariado industrial paulista também continuavam nos mesmos termos. A Federação das Indústrias

³⁵⁸ — MANIFESTO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO ROMPENDO COM O GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA. In SILVA, Hélio. *Ibidem*. 1966.

³⁵⁹ CIESP. Circular nº 233, 02/01/1932.

³⁶⁰ CIESP. Circular nº 234, 04/01/1932.

do Estado de São Paulo enviou a Lindolfo Collor dois memoriais³⁶¹ que continham sugestões ao Ministro sobre o projeto de lei de estatísticas industriais e sobre a lei de identificação operária através da implementação de carteiras profissionais. Os dois memoriais tinham teor amistoso e sugeriam apenas algumas mudanças no conteúdo dos parágrafos, para evitar problemas práticos de interpretação da lei. No memorial sobre a lei de carteiras profissionais, por exemplo, a entidade modificou alguns parágrafos que estavam confusos e que poderiam causar interpretações ambíguas³⁶². Dada a nítida tentativa de inserção na elaboração de leis que interessava o empresariado, as duas iniciativas foram recebidas com entusiasmo pela fração de classe da burguesia industrial. No caso da lei de carteiras profissionais, a iniciativa possibilitou o monitoramento do proletariado, principalmente de elementos perturbadores da ordem, por meio de uma ficha semelhante à ficha policial contendo dados e fotos do empregado. Tal lei foi duramente criticada pelo movimento operário³⁶³ enquanto era saudada com entusiasmo pelos empregadores.

A mútua colaboração entre o empresariado industrial e o governo na busca e apreensão de elementos insubordinados no seio do operariado tornou-se prática corrente. Em documento da FIESP, carimbado como “muito confidencial”, a entidade avisava que a Delegacia de Ordem Social destacou novamente agentes infiltrados para as fábricas³⁶⁴. Era mais uma medida de controle e apaziguamento de possíveis focos de greves que apresentou um movimento ascensional no ano de 1932, depois de um período de aparente estagnação no ano anterior. De janeiro a março foram registradas em São Paulo pelo menos doze greves em diferentes estabelecimentos industriais do estado³⁶⁵ com pautas de reivindicações diversas. A companhia São Paulo Railway protagonizou uma das maiores: mil e duzentos operários pararam de trabalhar contra o aumento da contribuição das Caixas de Pensões e Aposentadoria instituída de acordo com o novo decreto do Governo Provisório e contra a volta de duzentas horas de trabalho por mês³⁶⁶; em solidariedade a Railway, funcionários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro também cruzaram os braços.

³⁶¹ CIESP. Circular nº 236, 16/01/1932.

³⁶² CIESP. Telegrama enviado a Lindolfo Collor pela diretoria da FIESP acerca da Carteira Profissional. Anexo da Circular nº 236.

³⁶³ AZEVEDO, Raquel de. *Ibidem*. 2002, p. 301.

³⁶⁴ CIESP. Circular nº 237, 19/01/1932.

³⁶⁵ Tabela de greves (1927-1937) In: AZEVEDO, Raquel de. *Ibidem*. 2002, p. 383.

³⁶⁶ CARONE. Edgrad. *Ibidem*. 1976, p. 110.

Para além da movimentação operária, a campanha pela constituinte também agitou o estado paulista, provocando acirramento das tensões entre a oligarquia e os tenentes. Em fevereiro, a Frente Única Paulista formalizou de vez a união tática entre os dois antigos inimigos, PD e PRP, provocando uma onda de manifestações violentas entre defensores da oligarquia e os tenentes. Neste mesmo mês, a FIESP reclamou em correspondência aos sócios de uma suposta ingerência do Departamento do Trabalho Industrial, Comercial e Doméstico com o propósito de aplicar a Lei de Férias nos estabelecimentos industriais. De acordo com os diretores da Fundação, o departamento, que andava pressionando o patronato paulista, era de competência estadual e não podia aplicar nenhum tipo de sanção ou penalidade referente à lei, sendo tarefa exclusiva do Ministério do Trabalho, do Conselho Nacional do Trabalho e dos agentes fiscais dos impostos de consumo, de competência federal, aplicar a fiscalização³⁶⁷.

A suposta ingerência na aplicação da Lei de Férias não se mostra como um caso isolado ou mero descuido quando aprofundamos a análise das disputas de poder que envolviam Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho. O ministro, que era vinculado à oligarquia gaúcha, não agradava aos tenentes, desagrado que podia ser explicado através de duas questões.

A primeira diz respeito às disparidades entre os projetos de governo: os tenentes possuíam sua própria leitura de como a questão social deveria ser encaminhada e apostavam em uma via autoritária para imposição das leis, enquanto a oligarquia gaúcha buscava soluções mediadoras e amparadas na legalidade³⁶⁸. O segundo ponto refere-se à disputa do poder no interior do Governo Provisório e à busca por maior influência nas decisões políticas. A ala do tenentismo aceitava com muito desagrado que a questão social, considerada estratégica, fosse centralizada por um representante de uma ala rival a sua.

O mal-estar na relação entre Lindolfo Collor e João Alberto refletiu essa disputa no centro do governo, o interventor desafiou a política do governo federal conduzida pelo ministro buscando uma via alternativa para a implantação das leis trabalhistas³⁶⁹.

³⁶⁷ FIESP. Circular nº 246, 17/02/1932.

³⁶⁸ ARAÚJO, Rosa Maria de. *O Batismo do Trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, pp. 68-80.

³⁶⁹ Em nossa leitura, isso não significou uma tomada de posição de João Alberto ao lado dos trabalhadores ou dos industriais. Não encontramos nas ingerências de João Alberto definição política e ideológica consistente mas sim uma tentativa de desestabilizar a ala dos gaúchos no Governo Provisório.

Na circular da FIESP em que se reclamava da intervenção estadual para a aplicação da Lei de Férias, nota-se que não era a primeira vez que tal situação acontecia³⁷⁰, sendo repetida desta vez durante a interventoria do coronel Manoel Rabelo, nome ligado ao tenentismo.

Na primeira semana do mês de março, outra circular da Federação expunha a tentativa de implementação de decreto de oito horas de trabalho sem passar pelo crivo do Ministério do Trabalho. Em carta direcionada ao interventor Coronel Rabelo, Horácio Lafer pedia que não fosse assinado o decreto que estabeleceria a lei de oito horas no estado. Segundo o empresário, assinar o decreto apenas em São Paulo prejudicaria a indústria paulista, que ficaria em desvantagem com as fábricas de outras regiões³⁷¹.

Algumas semanas depois, os gaúchos romperam com Getúlio Vargas. Maurício Cardoso e Lindolfo Collor pediram demissão de seus respectivos cargos, fazendo com que Getúlio indicasse o nome de Salgado Filho para assumir o posto de Ministro do Trabalho. Tentando amenizar a situação, o chefe do Governo Provisório nomeou Pedro de Toledo para a interventoria do estado de São Paulo e chamou uma comissão para o anteprojeto da Constituição.

Simultaneamente, os tenentes buscavam sair da posição defensiva diante dos avanços das oligarquias dissidentes, dando demonstrações de força com caravanas pelos estados e reuniões no Palácio do Catete, conseguindo a nomeação de João Alberto para chefia da Polícia, que, junto com Miguel Costa e Góes Monteiro, discutiam extinguir as Forças Públicas dos Estados³⁷². Oswaldo Aranha, representante do governo federal e chefe do Clube 3 de Outubro, arriscou uma viagem até São Paulo para organização do secretariado e foi recebido sob protestos não só dos grupos dirigentes, mas por alguns setores das camadas médias da capital³⁷³.

Warren Dean comenta que os poucos gestos em relação aos trabalhadores por parte do interventor foram “inconsequentes”, por exemplo. DEAN, Warren. *Ibidem*. [s.d.], p. 201.

³⁷⁰ “Já uma vez, pela nossa circular nº 183 de 3 de Setembro de 1931, avisamos os nossos associados de que o Departamento do Trabalho Industrial, Comercial e Domestico nada tem a ver com a Lei de Férias.” CIESP. Circular nº 246, 17/02/1932.

³⁷¹ CIESP. Telegrama enviado por Horácio Lafer ao interventor federal Coronel Manoel Rabelo em anexo ao circular nº 253, 07/03/1932.

³⁷² CARONE. Edgrad. *Ibidem*. 1976, p. 308.

³⁷³ CARONE. Edgrad. *Ibidem*. 1976, p. 309.

Aproveitando as manifestações, a Frente Única Paulista pressionou Pedro de Toledo para remanejamento no secretariado com políticos do PD e do PRP, retomando o domínio sobre São Paulo. Enquanto isso, Getúlio Vargas tentava novamente remediar a situação, aproximando-se de Flores da Cunha e aceitando a interventoria de Pedro de Toledo sem maiores indisposições.³⁷⁴

O perfil do novo ministro do trabalho se assemelhava, em alguns aspectos, com o do seu antecessor. Salgado Filho apoiou incondicionalmente a Aliança Liberal, mas não era próximo aos tenentes, assumindo no Governo Provisório o posto de Chefe da Polícia Federal. Em uma de suas primeiras entrevistas, o novo ministro demonstrava suas impressões sobre o desemprego e as indústrias artificiais. Sobre esse último tópico chegou a afirmar à *Folha da Noite*:

Sou contra as industriais artificiais aceitando o justo proteccionismo que é natural em todo o mundo economico. A materia se liga diretamente ao Ministério da Fazenda. Mas como insiste em desejar uma opinião aludindo a comissão de reforma tarifária e ao criterio que presidiu a nossa organização, direi, apenas, que este Ministerio não será só do Trabalho e da Industria, mas também do comercio e da lavoura.³⁷⁵

Comentando sobre a questão social, o Ministro não mudou o tom do seu antecessor e defendeu uma posição conciliatória, mas prometeu rever algumas leis:

Não prometto o que não poderei dar. Procurarei rever as novas comissões de arbitragem antes de todas, as caixas de pensões e outras que sofrem debates. Nomearei comissões para dar pareceres e sem intuitos de innovar nem transformar mas, apenas de adaptal-a as realidades nacionaes, das nossas possibilidades harmonizando o direito do operario com o do patrão jamais em um conflito, mas sim em uma cooperação em complemento.³⁷⁶

Salgado Filho assumiu o Ministério do Trabalho em um momento de complexa agitação operária. As greves e paralisações de fábricas eram intensas, o que eclodiu no mês de maio em uma greve geral na capital paulista, começando pelos funcionários da

³⁷⁴ CARONE. Edgrad. *Ibidem*. 1976, p. 309.

³⁷⁵ O NOVO Ministro do Trabalho Manifesta-se Contra as Industrias Artificaes. *Folha da Noite*. São Paulo, 15 de Abril de 1932.

³⁷⁶ O NOVO Ministro do Trabalho Manifesta-se Contra as Industrias Artificaes. *Folha da Noite*. São Paulo, 15 de Abril de 1932.

Estrada de Ferro São Paulo Railway, que exigiam aumento salarial, readmissão de operários, higiene no ambiente de trabalho, respeito às leis trabalhistas e reconhecimento do sindicato.³⁷⁷ Em seguida, são os sapateiros que pararam de trabalhar, assim como os vidreiros, tecelões, garçons, operários da construção civil, padeiros, motoristas entre outras categorias³⁷⁸.

Com os acontecimentos, a diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo enviou uma circular pedindo aos sócios mais informações a respeito das agitações operárias. Os industriais deveriam responder um questionário com o número de empregados paralisados, quais eram suas reivindicações, se tinham abandonado o trabalho por influências externas, além de indagar se a volta ao trabalho estava sendo “garantido pela polícia”³⁷⁹.

Alguns dias depois, em meio à greve, foi publicado o Decreto nº 21.364, que estabelecia o trabalho de oito horas, instituído pelo novo ministro do Trabalho. A lei entraria em vigor no dia seis de junho do mesmo ano, e possuía brechas que flexibilizavam a possibilidade de trabalho para além das oito horas estabelecidas mediante acordo entre o empregador e o empregado³⁸⁰.

O trabalho feminino também foi alvo de regularização por parte do Ministério do Trabalho através do Decreto nº 21.417, de 17 de Março de 1932. De acordo com a nova lei, a mulher receberia o mesmo que o homem; era proibido o trabalho noturno; a trabalhadora poderia se afastar do trabalho durante a gravidez e era permitido folgas para a amamentação dos recém-nascidos duas vezes por dia³⁸¹. A lei também permitia algumas brechas com a possibilidade de trabalho noturno, caso algum familiar trabalhasse no local ou se o trabalho da operária fosse considerado indispensável ao funcionamento do estabelecimento.

Independente das aberturas das novas leis, o empresariado paulista protestou contra o encaminhamento das questões, principalmente diante de tumultos grevistas. Um telegrama foi enviado a Salgado Filho pelos diretores da FIESP apelando para que o ministro sustasse a execução de todas as leis do trabalho diante dos conflitos grevistas, a

³⁷⁷ AZEVEDO, Raquel de. *Ibidem*. 2002.

³⁷⁸ AZEVEDO, Raquel de. *Ibidem*. 2002.

³⁷⁹ FIESP. Circular nº 268, 14/05/1932.

³⁸⁰ FIESP. Circular nº 270, 16/05/1932.

³⁸¹ FIESP. Circular nº 277, 30/05/1932.

resposta do Ministro foi peremptória em assegurar que as leis não seriam sustadas e que não havia nexo causal entre a execução das leis e as agitações operárias³⁸². No final do mês de maio, foi instituído mais um decreto que assegurava a criação de comissões mistas de conciliação e arbitramento entre operários e patrões.³⁸³

Enquanto se tentava conter a greve, a situação do Governo Provisório continuava frágil e instável em São Paulo. De nada adiantou o manifesto de Getúlio Vargas, publicado em diversos jornais, fixando as eleições para a Assembleia Constituinte para maio de 1933³⁸⁴. O movimento conspiratório já caminhava em ritmo avançado, envolvendo acordos entre a Frente Única Paulista, Minas Gerais e com a plena disposição do Rio Grande do Sul. O Partido Democrático criou um Comitê Executivo da Revolução, núcleos secretos, e a Força Pública formou batalhões patrióticos.³⁸⁵

A partir de maio, a FIESP começou a enviar aos sócios convites para misteriosas reuniões sem assunto indicado. Neste mês, foram chamadas treze reuniões, algumas direcionadas a comitês específicos e outras destinadas a todos os associados. No mês de junho foi chamada apenas uma reunião, embora o número de circulares tenha decaído para um total de onze no mês todo. Foi chamada uma assembleia pela Federação no dia quatro de julho para discutir o relatório das atividades e a eleição da nova diretoria do ano de 1932-1933.³⁸⁶ A reunião foi marcada para o dia nove de julho, o mesmo dia que irrompeu o conflito militar sob o comando do General Berthold Klinger.³⁸⁷

8. Pelos Soldados de São Paulo: a mobilização industrial dirigida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

A FIESP demorou alguns dias para se posicionar. No dia doze de julho enviou uma circular com cópia do decreto do interventor Pedro de Toledo, que agora respondia pelo título de Governador do Estado, instituindo feriado no estado no dia doze, treze e quatorze do mês corrente. Com o decreto, estavam suspensos os serviços bancários e de repartição pública, mas os estabelecimentos comerciais e industriais funcionariam

³⁸² FIESP. Telegrama trocado entre o Ministro Salgado Filho e a FIESP [s/d].

³⁸³ FIESP. Circular nº276, 25/05/1932.

³⁸⁴ O MANIFESTO DO SR. GETÚLIO Vargas à Nação. *Folha da Noite*. São Paulo, Folha da Noite, 14 de Maio de 1932, p.1.

³⁸⁵ CARONE. Edgard. *Ibidem*. 1977(c), p. 99.

³⁸⁶ FIESP. Circular nº 288.; 04/06/1932.

³⁸⁷ CARONE. Edgard. *Ibidem*. 1977(c), p. 100.

normalmente. O governador afirmava no documento que as classes conservadoras teriam novas reuniões coletivas para tratar da continuidade do trabalho paulista. A FIESP fez apenas um breve comentário após publicar a íntegra do decreto:

O papel das indústrias no momento presente é trabalhar, trabalhar com calma e com confiança e neste sentido fazemos um caloroso apelo aos nossos associados em particular às indústrias em geral.³⁸⁸

O apoio da Federação à causa paulista ficou mais nítido com o envio, no dia seguinte, de uma circular intitulada “Pelos Soldados de São Paulo”. No documento a diretoria apelou aos fabricantes de calçados donativos para os combatentes. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo ficou responsável pela organização e pela entrega das doações e apelou para o genuíno e “sadio paulistanismo”³⁸⁹ do empresariado:

Cada paulista – e paulistas são todos os que trabalham neste Estado – tem que colaborar na grande causa que levou São Paulo a quebrar a sua tradição de paz e trabalho fecundo em benefício da nacionalidade.³⁹⁰

A exaltação da paulistanidade foi o ponto chave da campanha militar paulista. Em *São Paulo 1932: Memória, Mito e Identidade*, Marcos Cabral e André Mota exploraram a construção do *destino manifesto* da causa paulista, ainda durante o conflito. A invocação de uma superioridade social e racial e o ideal da salvação nacional da ditadura através da condução do estado eram motes sucessivamente repetidos na imprensa por intelectuais e figuras públicas que aderiram à chamada revolução de trinta e dois³⁹¹.

Um dia depois, como prometido pelo governador Pedro de Toledo, as chamadas “classes conservadoras” se reuniram na Associação Comercial de São Paulo para discutir a organização dos rumos da revolução constitucionalista. Noticiado pelo jornal *Diário Nacional*, no encontro ficou decidido, por unanimidade, o apoio à causa paulista e ao governo do Estado. Igualmente, foram discutidas medidas para normalização das

³⁸⁸ FIESP. Circular nº 292, 12/07/1932.

³⁸⁹ FIESP. Circular nº 293, 13/07/1932.

³⁹⁰ FIESP. Circular nº 293, 13/07/1932.

³⁹¹ SANTOS, Marco Cabral dos. *São Paulo 1932: memória, mito e identidade*/Marco Cabral dos Santos, André Mota. São Paulo: Alameda, 2010.

atividades do comércio e da indústria com a presença da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, do Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis e da Sociedade Rural Brasileira.³⁹²

A campanha positiva dos veículos de comunicação foi parte estratégica para o controle de opinião e persuasão da população paulista, escamoteando a superioridade militar das forças legalistas. Por mais que os jornais de São Paulo estampassem em suas manchetes que os paulistas estavam “mais do que fortes, titanicamente fortes”³⁹³, a realidade era bastante diferente. A maioria dos dirigentes do movimento, inclusive o General Bertoldo Klinger, conheciam a inferioridade paulistana, comprometida com a falta de apoio das forças prometidas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que colocaram o estado em um profundo isolamento militar, facilitando a ação das forças legalistas.³⁹⁴

Mesmo com um cenário militar catastrófico para as forças paulistas, que se viam cada vez mais recuadas dentro do estado, o engajamento industrial para sustento das tropas foi notável e descrito com detalhes na obra de Clóvis de Oliveira³⁹⁵. Durante os três meses de combate, a maioria das circulares enviadas pediam aos associados o engajamento para o abastecimento das tropas. Na primeira circular sobre o assunto, a Federação buscou mapear as condições das fábricas do estado através de um questionário para ser respondido imediatamente pelos associados:

1º Qual o seu stock de materias primas usadas nessa industria?

2º – Quanto tempo poderão trabalhar sem novos stocks de taes materias primas?

3º – As materias primas que usam podem ser encontradas no Estado de São Paulo?

4º – No caso affirmativo, onde podem ser encontradas? ³⁹⁶

³⁹² AS CLASSES CONSERVADORAS DÃO SEU APOIO a causa constitucionalista. *Diário Nacional*. São Paulo, 13 de Julho de 1932.

³⁹³ ESTAMOS MAIS DO QUE FORTES, titanicamente fortes para levar a bom termo a nossa jornada. *Diário Nacional*. São Paulo, 13 de Julho de 1932.

³⁹⁴ SECCO, Lincoln. *Ibidem*. [s.d.].

³⁹⁵ OLIVEIRA, Clóvis de. *A Indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Serviço de Publicações, Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1956.

³⁹⁶ FIESP. Circular nº 301, 20/07/1932.

Com o título de “Mobilização Industrial”, nas circulares³⁹⁷ eram requeridas informações sobre a situação das indústrias, seu funcionamento e, principalmente, eram feitos pedidos de matérias-primas para os esforços de guerra, como equipamentos de couro, lona, material de alumínio, caxemira para a confecção de cachecóis e até mesmo revólveres e veículos usados.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo teve papel fundamental na estratégia de guerra montada pelas forças constitucionalistas. Responsável pela mobilização industrial do estado, a Federação, que contava com uma secretaria operacional e com conselhos consultivos das comissões, foi responsável pelo contato permanente com as autoridades públicas, com a II Região Militar, com a Força Pública, com a Comissão de Abastecimento, com a Associação Comercial do Estado de São Paulo, com a Escola Politécnica e com o Instituto de Engenharia.

Uma mudança estrutural foi feita no interior da entidade, que passou a contar com uma estrutura militar com as seguintes comissões: Defesa Social, Combustíveis, Metais, Explosivos, Armamento, Alimentação, Diversos e Emergência, Viaturas e Transportes e Sugestões, cabendo à secretaria operativa, comandada pelo industrial Pupo de Nogueira, a coordenação dos serviços de acordo com as necessidades do embate.³⁹⁸ Entretanto, a mobilização da entidade não ficou circunscrita à transformação da Federação em um organismo militarizado. Os próprios dirigentes da FIESP apareciam de forma recorrente nos jornais como doadores de quantia em dinheiro e como membros de comissões voluntárias: Waldomiro Pinto Alves doou uma oferta de dinheiro à Cruz Vermelha; Raul Carvalho doou 100\$ a uma comissão encarregada de angariar fundos de Mineiros estabelecidos em São Paulo; Armando Arruda Pereira, engenheiro de formação, assumiu a função de delegado técnico atuando no front da frente norte ³⁹⁹ e posteriormente escreveu um livro sobre o papel dos engenheiros paulistas no conflito.⁴⁰⁰

Roberto Simonsen foi com certeza o industrial que mais se destacou durante a revolta constitucionalista. Doou uma quantia de dinheiro ao Hospital Mackenzie para a

³⁹⁷ FIESP. Circulares nº 301-321. 1932.

³⁹⁸ A MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL de São Paulo, quando conhecida, assombrará o mundo. *Diário Nacional*. São Paulo, 30 de Julho de 1932.

³⁹⁹ As informações foram coletadas das seguintes edições do periódico *Diário Nacional*: 31 de Julho de 1932; 14 de Setembro de 1932; 21 de Julho de 1932

⁴⁰⁰ MORGAN, Arthur. *Os engenheiros de S. Paulo em 1932*: pela lei e pela ordem. São Paulo, [s.n], 1934.

compra de medicamentos e foi membro de diversas comissões, como a Comissão de Assistência aos Órfãos, a Comissão Técnica Civil de Material Bélico e o Conselho Consultivo Econômico e Financeiro do Estado ⁴⁰¹. O industrial era o porta-voz da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo durante o confronto, respondendo por ela em diversas ocasiões durante o levante, já que o presidente eleito da associação, Luiz Tavares Pereira, estava no Rio de Janeiro.

A permanência da produção industrial durante o conflito passou a ser encarada como uma necessidade que correspondia não só ao abastecimento dos civis nas cidades, mas também à sustentação das tropas militares. Em razão disto, o governador Pedro de Toledo, através do Decreto nº 5.591, isentou as mercadorias do imposto de consumo.⁴⁰² Os dirigentes da FIESP insistiam na continuidade do trabalho fabril. Na circular do dia vinte e quatro de julho, a entidade advertiu os associados que “AS FABRICAS NAO DEVERÃO SER FECHADAS SOB QUALQUER PRETEXTO, SEM AVISO PRÉVIO A ESSA FEDERAÇÃO”⁴⁰³. Outra decisão encabeçada pela Federação visava garantir o trabalho aos operários que estavam prestando serviços de guerra. Em circular enviada no dia três de agosto, a diretoria da entidade insistia para que os empregados mobilizados continuassem recebendo os ordenados e também pudessem voltar a seus postos. A decisão pareceu não ter agradado a todos os empresários e a entidade teve que se manifestar de forma um pouco mais incisiva: “Não cremos que possa haver excepção que, alem de injusta, é dissonante e antiphatica. Alguns industriaes, no entanto, não se manifestaram até hoje sobre quaes as garantias que podem offerecer aos seus empregados”⁴⁰⁴.

O conflito favoreceu a produção industrial, que viu sua demanda crescer com os pedidos do governo estadual, conseqüentemente, a oferta de emprego também aumentou, fazendo com que as fábricas funcionassem inclusive de domingo ⁴⁰⁵. Pensando na garantia da produção, a FIESP criou uma seção de financiamento⁴⁰⁶ para socorro dos seus associados, e o governo estadual estabeleceu, no começo do mês de

⁴⁰¹ Informações coletadas nos seguintes periódicos do *Diário Nacional*.

⁴⁰² FIESP. Circular nº 300, 19/07/1932

⁴⁰³ FIESP. Circular nº 309, 24/07/1932

⁴⁰⁴ FIESP. Circular. [s/n] 03/08/1932

⁴⁰⁵ SECCO, Lincoln. *Ibidem*. [s.d.].

⁴⁰⁶ FIESP. Circular nº 320, 05/08/1932.

agosto, a moratória geral de todos os títulos, obrigações, responsabilidades, tanto de natureza comercial como civil contraídas depois do decreto.⁴⁰⁷

Malgrado a mobilização industrial e o empenho da elite paulista na causa constitucionalista, o desinteresse das camadas populares no evento foi notório. Houve manifestações de simpatia por parte da população urbana, principalmente das camadas médias, mas o operariado e a camada média baixa nutriu um sentimento de apatia pelo acontecimento. O movimento operário organizado sofreu com perseguições com a tônica anticomunista e de defesa da ordem presentes no movimento constitucionalista. O resultado foi uma série de perseguições e prisões de militantes e a desestruturação do Comitê Central do PCB em São Paulo.⁴⁰⁸

A desmobilização popular não foi apenas um problema de adesão ideológica, mas também uma questão de ordem militar, na medida em que a maioria da tropa era composta por voluntários. A oligarquia paulista buscou formas alternativas de recrutamento: além da agressiva propaganda, das falsas notícias de jornais e das campanhas de arrecadação de donativos que apelavam para valores sentimentais como a “Campanha do Ouro”, a burguesia industrial paulista criou um sistema de incentivo ao recrutamento dos operários através da criação de serviços de assistência médica e farmacêutica aos trabalhadores e a suas famílias⁴⁰⁹. Foram enviadas ao menos três circulares que tratavam da iniciativa com a livre contribuição financeira dos associados⁴¹⁰ para a sustentação de clínicas médicas, drogarias, atendimento dentário e laboratórios de análises clínicas que se concentravam na região central da cidade de São Paulo, Brás e Mooca.

Apesar do engajamento, a mobilização de São Paulo contra o governo provisório foi descrita como heroica, porém vã⁴¹¹. Com um número de soldados inferior em relação às forças legalistas, a falta de oficiais no comando das tropas, de engajamento popular, de planejamento estratégico e o constante isolamento do estado, foram esses entraves fatais para a derrota do movimento de trinta e dois. Mesmo as aclamadas

⁴⁰⁷ FIESP. Circular nº 323, 07/08/1932.

⁴⁰⁸ MORAES, Francisco Quartim. *O Levante de 1932: Fatores Econômicos e Políticos*. São Paulo, 2016. 130f. Dissertação (Mestrado em História Econômica.) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

⁴⁰⁹ WEINSTEIN, Barbara. *The Color of Modernity: São Paulo and the making of race and Nation in Brazil*. Duke University Press. New York, 2015, p. 126.

⁴¹⁰ CIESP. Circular nº 327, 05/09/1932; Circular nº328, 14/09/1932; Circular nº333, 07/10/1932.

⁴¹¹ CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1977(c), p. 100.

doações não modificaram a situação de penúria dos soldados constitucionalistas, inclusive do setor industrial: A FIESP conseguiu arrecadar cerca de 38:418\$700, valor considerado abaixo do esperado⁴¹². O desfecho do conflito foi dado na primeira semana de outubro, com um pedido de paz do Coronel Herculano C. E Silva, que entrou em contato com o General Góes Monteiro. O ato ficou cravado na memória como traição da Força Pública do Estado à causa paulista, escamoteando o despreparo militar e político e a incapacidade de adesão popular ao movimento.

9. A derrota militar e a vitória política: consequências do levante de 32

Quais foram os resultados da intentona paulista? Os custos da batalha são inegáveis: foram 2.100 mortos e 7.600 feridos ⁴¹³, um número considerado alto em comparação com o histórico de combates do país. Porém, se militarmente o levante foi um fracasso retumbante, politicamente a situação foi mais complexa: os tenentes perderam espaço no Governo Provisório, sofrendo um processo de contínuo ostracismo, enquanto a oligarquia paulista foi rapidamente perdoada. Não que as tensões estivessem de todo desfeitas: líderes do movimento foram deportados para Portugal, inclusive Pedro de Toledo, que, em meio a um ímpeto de paulistanidade, escreveu “São Paulo” na hora de informar a nacionalidade⁴¹⁴. Roberto Simonsen não foi deportado, mas exilou-se de maneira voluntária em Buenos Aires voltando um mês depois para o Brasil.

Com a ocupação do estado pelas forças legalistas, quem assumiu o governo de São Paulo foi o General Waldomiro Castilho de Lima, gaúcho e tio da esposa de Getúlio Vargas. O desagrado com o nome foi imediato, mas o governador militar tentou apaziguar os ânimos tomando medidas favoráveis ao café.

Enquanto a indústria paulista retomava a normalidade, a FIESP buscou promover suas velhas pautas. Na primeira circular pós-conflito, a Federação reproduziu um telegrama enviado ao Ministro do Trabalho pedindo adiamento da fiscalização da Lei de Férias:

⁴¹² SECCO, Lincoln. *Ibdem.* [s.d.].

⁴¹³ SECCO, Lincoln. *Ibdem.* [s.d.].

⁴¹⁴ WEINSTEIN, Barbara. *Ibdem.* 2015, p. 106 *apud* MORAES, Francisco Quartim. *Ibdem.* 2016, p. 69.

Sabendo por telegramma do Rio que Vossenscia a contar do dia oito do corrente ia tomar providencias no sentido de rigorosa applicação da lei de férias pedimos venia para declarar que as industrias paulistas por motivos que seria ocioso assignalar não podem agora e não poderão tão cedo arcar com onus Moraes e materiais decorrente da applicação da lei em apreço (ponto) Nosso actual empenho é levar ás indústrias a retomar seu ritmo normal de trabalho e isto não será possível si em phase tão delicada da vida industrial paulista applicarmos rigidamente uma lei que importa na desorganização do trabalho e no desembolso de grandes sommas em dinheiro.⁴¹⁵

Após cinco dias sem resposta, a FIESP mandou outra correspondência aos sócios, copiando uma troca de telegramas entre o Ministro e a Associação Comercial do Rio de Janeiro em que a última reclamava da fiscalização da Lei de Férias. De acordo com a associação, o problema não era a lei em si, que teve apoio do comércio, mas sim a notícia de que os estabelecimentos começariam a ser fiscalizados e multados caso houvesse ilegalidade na aplicação.

O esdrúxulo protesto foi recebido com estranheza por Salgado Filho, que respondeu não entender como uma lei aplaudida pelo comércio podia causar desolação quando fosse aplicada. O Ministro do Trabalho também ressaltou que não se tratava da execução em si, mas “de cobrança de férias que deveriam ser pagas em 1930, que o ex-Ministro adiou por quase dois annos a effectivação do pagamento”⁴¹⁶, e que o ministério, em ato de benevolência, não iria cobrar as multas decorrente do prazo, mas que o cumprimento da legislação seria inexorável.

A dureza da resposta de Salgado Filho com a Associação Comercial do Rio de Janeiro só não foi pior que o silêncio frente às indagações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Alguns dias depois, os diretores da FIESP recorreram a Waldomiro Lima para discutir a questão, e o governador militar prometeu colaborar “pela substituição daquella lei, que não apresenta a mínima vantagem para o operario e enormes desvantagens para a organização do trabalho em geral”⁴¹⁷. Ainda em meio à elogiosa postura do governador, a FIESP confidenciou aos associados que o general buscava novas e inteligentes medidas de assistência ao proletariado que pudessem substituir a odiosa lei.

⁴¹⁵ FIESP. Circular nº 335, 10/10/1932.

⁴¹⁶ FIESP. Circular nº 335, 10/10/1932.

⁴¹⁷ FIESP. Circular nº 341, 28/10/1932.

As promessas refletiam a atitude benevolente e temerosa do governador intruso, que ficou pouco mais de um ano no poder. Independente do real grau de engajamento do General, a Federação não demorou para aconselhar para os industriais paulistas a suspensão da lei, explicando aos funcionários que o governador estudava medidas alternativas de assistência ao operariado.⁴¹⁸ Entretanto, a estratégia de postergar a aplicação da lei não durou muito tempo. Na primeira semana de novembro, uma nova circular informou aos sócios que a lei deveria ser cumprida pelos estabelecimentos industriais até o dia trinta do mês corrente, além disso, os patrões deveriam pagar indenizações aos operários pelas férias não gozadas entre abril de 1931 e outubro de 1932⁴¹⁹. Os documentos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo não explicaram o motivo da mudança de orientação, mas alguns indícios foram encontrados em um novo telegrama enviado a Waldomiro Lima, na primeira semana de novembro.

A diretoria da Federação avisou ao governador militar que após uma reunião entre os líderes ficara deliberado que a FIESP aconselharia aos seus associados a concessão dos dias de férias, estabelecida pelo Decreto nº19.808, mesmo aos operários que ainda não tinham providenciado a caderneta para que não ficasse imputado ao empresariado industrial “a mínima parcela de responsabilidade em eventuais perturbações da actividade industrial dada a situação delicada como a que atravessamos”⁴²⁰. A FIESP aproveitou o telegrama para demandar ao governador que enviasse ao Ministério do Trabalho a formação de uma comissão que teria por fim “dirimir contendas entre patrões e operarios, suscitadas pela execução da Lei de Férias”⁴²¹. No telegrama, uma possível indisposição entre patrões e empregados foi novamente citada em outro trecho:

O operariado na sua maioria bem conhece estas disposições da lei. Mas existe uma minoria que não as conhece e d’ahi faltamente uma serie de dissidios que poderão por em cheque a continuidade da ordem no meio industrial.⁴²²

Os possíveis conflitos entre patrões e empregados revelavam uma preocupação legítima da burguesia industrial paulista com a retomada de greves após um breve

⁴¹⁸ FIESP. Circular nº 341, 28/10/1932.

⁴¹⁹ FIESP. Circular nº 344, 07/11/1932.

⁴²⁰ FIESP. Telegrama enviado ao Governador Militar General Waldomiro Castilho Lima. 01/11/1932

⁴²¹ FIESP. Telegrama enviado ao Governador Militar General Waldomiro Castilho Lima. 01/11/1932, p. 2.

⁴²² FIESP. Telegrama enviado ao Governador Militar General Waldomiro Castilho Lima. 01/11/1932.

momento de refluxo devido ao conflito militar de trinta e dois. Em novembro, metalúrgicos da Metalgráfica Aliberti paralisaram suas atividades em São Paulo e uma de suas demandas era o direito às férias. No mês de dezembro, metalúrgicos e ceramistas da Metalúrgica Matarazzo exigiam jornada de oito horas e o direito às férias, assim como os funcionários da Companhia Brasileira de Mineração e de Metalurgia⁴²³. Nas últimas semanas do ano, os operários da construção civil da Fábrica de Pianos Nardelli também pararam suas atividades e tinham como exigência central o pagamento de suas férias. Ou seja, ao contrário do discurso do empresariado industrial, o direito às férias era uma demanda legítima compartilhada pela maioria dos trabalhadores das fábricas

Finalizando a correspondência com o governador, os dirigentes da FIESP insistiram na substituição da Lei de Férias por uma taxa para a assistência social paga pelos patrões, pelos operários e através de contribuição dos municípios, dos estados e do Governo Federal. O sistema funcionaria através da criação de um selo especial, vendido pelos Correios, que seria convertido em um fundo central engajado na construção de vilas operárias; creches; armazéns cooperativos; serviços de saúde e aposentadoria para os trabalhadores das cidades.⁴²⁴ Ironicamente, dois dias após o envio do telegrama propondo formas de assistência ao operariado, a FIESP enviou uma circular para os sócios avisando que os serviços assistenciais criados pela Federação durante o levante de trinta e dois foram suspensos devido ao diminuto engajamento do empresariado⁴²⁵.

No final do mês de novembro, foi chamada uma assembleia eleitoral para a Federação. Com o resultado divulgado no dia vinte e oito do mesmo mês, foram reeleitos a diretoria, o conselho consultivo e o conselho fiscal. Provavelmente, em virtude do conflito militar, não houve eleições para a nova diretoria até aquele momento. O último mês de 1932 transcorreu normalmente para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Informes sobre as carteiras de identidade profissional aos operários⁴²⁶, a cobrança de uma taxa de educação e saúde instituída pelo Governo Federal através de selos fiscais⁴²⁷ e a visita de Walter Gosling, da Federação Industrial

⁴²³ Tabela de greves (1927-1937) In: AZEVEDO, Raquel de. *Ibidem*. 2002.

⁴²⁴ FIESP. Telegrama enviado ao Governador Militar General Waldomiro Castilho Lima. 01/11/1932

⁴²⁵ FIESP. Circular nº 343, 03/11/1932.

⁴²⁶ FIESP. Circular nº 355, 02/12/1932.

⁴²⁷ FIESP. Circular nº 337, 12/12/1932.

do Rio de Janeiro⁴²⁸, foram os assuntos das últimas correspondências enviadas aos associados.

Após participar ativamente do confronto militar golpista, quais seriam as consequências para a FIESP? Passadas as ondas de prisões e deportações das lideranças, Getúlio Vargas continuou sustentando sua conhecida posição contemporizadora, favorecendo de forma indireta as oligarquias regionais e o fortalecimento da constituinte. No ano seguinte, o país experimentaria uma proliferação de partidos criados para disputar as futuras eleições. As frações da classe dirigente de São Paulo optariam pela permanência da tática de união, dessa vez pela via democrática e legal, com a criação de uma Frente Única Eleitoral, demonstrando o fortalecimento da oligarquia paulista. Enquanto isso, o empresariado paulista organizado enxergaria na via parlamentar um novo espaço para a disputa de suas pautas. Seria mais uma etapa de uma conturbada relação com o governo federal marcada por recuos e uniões táticas diante de um grande inimigo comum: os trabalhadores.

⁴²⁸ FIESP. Circular nº 358, 22/12/1932.

CONCLUSÃO

Em nossa pesquisa, buscamos compreender a atuação da burguesia industrial paulista organizada desde sua constituição, com a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928, passando por seu processo de atuação política no novo governo instaurado com a revolução de 1930, até sua atuação no levante paulista de 1932.

Para alcançarmos esse objetivo, foi necessária a investigação de certas premissas. Inicialmente, procuramos entender a hegemonia do complexo agroexportador cafeeiro na região paulista e sua intrínseca relação com o desenvolvimento industrial por meio de uma natureza contraditória, como apontado por Sérgio Silva.

Essa natureza contraditória assumiu contornos substanciosos na investigação de uma burguesia industrial atrelada a outras frações de classe que a impediu de assumir uma agenda econômica e ideológica compromissado com o desenvolvimento industrial. Outro fator relevante em nossa investigação foi a composição estrangeira de boa parte do empresariado industrial, a qual buscou formas de integração através de um cálculo pragmático e racional que permitisse ascensão econômica, reconhecimento social e aceitação por parte da elite aristocrática.

Esse ponto demonstrou-se central de ser desenvolvido em nossa pesquisa. Isso porque a racionalidade adaptativa do empresário imigrante, juntamente com o apego do empresariado autóctone ao seu passado escravocrata e latifundiário, produziu uma burguesia industrial ideologicamente reacionária e hostil a qualquer ameaça da ordem. Consequentemente, qualquer processo que buscasse promover contornos democráticos e de inserção das camadas populares nos processos decisórios era repellido violentamente.

Isso explicava seu comportamento de aversão ao movimento desencadeado pela Aliança Liberal e a defesa do Partido Republicano Paulista, mesmo este apresentando claros limites para assumir uma agenda pró-industrial, visto que o partido era um mero aparelho de hegemonia da oligarquia agroexportadora cafeeira. Apesar dessa aparente idiosincrasia, não se pode classificar o cálculo político da fração da burguesia industrial paulista, organizada no CIESP, como inconsequente ou ingênuo.

É necessário reiteirar que o empresariado industrial paulista, impossibilitado de assumir a hegemonia por sua própria característica fragmentária, buscava se agarrar às brechas possíveis na garantia de seus interesses fundados principalmente na proteção de seus produtos da concorrência externa, nas facilidades fiscais e na máxima extração da mais valia. Este último ponto era defendido através da posição refratária diante das discussões de leis de proteção ao trabalho que começavam a ganhar fôlego, fruto da movimentação operária.

Conseguimos, enfim, construir um nexo causal entre a postura reacionária e o rechaço a movimentações políticas que pudessem por em cena esses grupos sociais alijados. A Revolução de Trinta travestiu-se de ameaça contra à ordem apesar das sinalizações claras de Getúlio Vargas à pacificação, apresentando-se como um conciliador entre o capital e o trabalho.

Com o Governo Provisório, a burguesia industrial buscou garantir espaço na nova configuração política através dos novos canais de diálogo circuncritos em um escopo corporativista. A Lei de Sindicalização, por exemplo, foi entendida como um mal menor a ser aceito pelo empresariado paulista, que passara a responder através da FIESP, mas o embate à legislação trabalhista continuava sendo pauta principal da entidade que agora precisava negociar diretamente com o Ministério do Trabalho.

Apesar dos ensaios de conciliação, a relação do empresariado industrial paulista com o Governo Provisório rompeu-se em 1932, quando estes não só apoiam, mas também assumem papel de liderança no levante paulista, movimento de caráter conservador e de defesa da ordem. Esse evento demonstrou o compromisso da burguesia industrial paulista, representada pela FIESP, com os setores mais reacionários da política brasileira, comprometidos com a exclusão dos setores populares e dos canais de mediação que buscavam, apesar dos limites, colocar na mesa das negociações os interesses dos de baixo.

Isso não significa dar sentidos idílicos ao governo de Vargas. Não havia, ainda mais durante os primeiros anos do Governo Provisório, uma agenda popular e democrática, mas sim uma busca pela mediação e por novos mecanismos que pudessem apaziguar conflitos promovidos pelas camadas populares. A estrutura corporativista, por exemplo, revestiu-se como um duro golpe para a organização autônoma do operariado.

Mesmo o novo governo assumindo compromissos que estavam atrelados a uma nova dinâmica de acumulação do capital, a burguesia industrial paulista mostrou-se ferozmente contrária a qualquer concessão à classe trabalhadora, seja através de leis que regulamentavam o trabalho, seja na abertura de canais de participação política.

O empresariado industrial, ao invés de assumir a dianteira em um projeto de desenvolvimento industrial por meio da defesa de inovações tecnológicas e novas táticas de cooptação do movimento operário, assumiu uma postura completamente contrária, calçada na posição de vanguarda do atraso propagando uma posição conservadora e autocrática, postura típica do processo de modernização conservadora que o Brasil experimentou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil nos anos 30. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP.

ARAÚJO, Rosa Maria de. *O Batismo do Trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*/estudo de Antonio Francisco Bandeira Júnior. São Paulo: Typ do Diario Official, 1901, xxix.

BARRETO, Patrícia Regina Côrrea. *Sociedade Auxiliadora Nacional: Oficina de Homens*. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGOREVISADO.pdf

BASBAUN. Leoncio. *História Sincera da República de 1889 a 1930*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1991.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e a Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil.-1924*. São Paulo: A. Garibaldi, 2006.

_____. *Combates e Batalhas: memórias* [por] Octávio Brandão. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BRASIL. Decreto n. 19.770, de 19 de Março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operarias e dá outras providencias. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/3/1931, p. 4801.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Origens étnicas e sociais do empresariado paulista. *Revista de Administração de Empresas*, 4 (11) junho, 1964, pp. 83-103.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*. São Paulo, Editora UNESP, 2007.

CARELLI, Mario. *Carcamano e Comendadores: os italianos de São Paulo: da realidade à ficção*. São Paulo: Ática, 1985.

CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL, 1978.

_____. *A evolução industrial de São Paulo (1880-1930)*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

_____. *A República Velha II: Evolução Política (1889-1930)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

_____. *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: DIFEL, 1972.

_____. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1977(b).

_____. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: DIFEL, 1977(c).

_____. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Editora DIFEL, 1976.

CAVALCANTI, C. A de Vasconcellos. *As Lutas e o Sonhos: Um estudo sobre os trabalhadores de São Paulo nos anos 30*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1996.

CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e Mobilização Popular/Marilena: Chauí e Maria Sylvia de Carvalho Franco – Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea*, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Gramsci no Brasil: recepção e usos In: MORAES, João Quartim (Org). *História do marxismo no Brasil: teorias interpretações*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2007.

_____. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo, Ciencias Humanas, 1980.

DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: DIFEL, [s/d].

_____. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEL ROIO Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa: A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

_____. “Octávio Brandão nas Origens do Marxismo no Brasil”. *Crítica Marxista*, nº 18. 2004.

DINIZ, Eli. Empresário. *Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 229.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: História e Historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

_____. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: DIFEL, 1977.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2011.

FONSECA, Pedro César Dutra. Do Progresso ao Desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In: *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. Pedro Paulo Zabluth Bastos, Pedro César Dutra Fonseca (orgs.) São Paulo, Editora Unesp, 2012.

_____. *Vargas: Capitalismo em Construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GOMES, Angela (coord.) *História Geral da Civilização Brasileira*, t3 o Brasil Republicano, v.10: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

_____. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

_____. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

_____. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: O Legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e Sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos 1945-1960*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Santos, SP, Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

LACERDA, C. Felipe. Octávio Brandão e as Matrizes Intelectuais do Comunismo no Brasil. 2017. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.148 *mimeo*.

LEÃO, Antonio Carneiro. *São Paulo em 1920*. Rio de Janeiro, Anuario Americano, 1920.

LEME, Marisa Saaenz. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros 1919-1945*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: Roteiro da Libertação Social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.

LEVI, Darrell. E. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LIMA, Sobrinho Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro -1930*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.

LOVE, Joseph. Autonomia e Independência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris. *História da Civilização Brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1977.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros & Empreendedores: A saga do desenvolvimento no Brasil*, v.1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MARTINS, José de Sousa. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo da sociologia do desenvolvimento*. 2 ed. São Paulo, HUCITEC, 1973.

_____. *Empresário e Empresa na biografia do Conde Matarazzo*. Rio de Janeiro, Monografias do I.C.S., 1967.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil* (Origens da Autocracia Burguesa). São Paulo: Cortez, 1997.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MELLO, Zelia Maria Cardoso. *Metaformoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895* (Contribuição ao Estudo da Passagem da Economia Mercantil-Escravista à Economia Exportadora Capitalista). São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MORAES, Francisco Quartim. *O Levante de 1932: Fatores Econômicos e Políticos*. São Paulo, 2016. 130f. Dissertação (Mestrado em História Econômica.) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

MORAES, João Quartim (Org). *História do marxismo no Brasil: teorias interpretações*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2007.

_____. A Evolução da Consciência. In: *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

MORGAN, Arthur. *Os engenheiros de S. Paulo em 1932: pela lei e pela ordem*. São Paulo, [s.n], 1934.

MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo* (de comunidade à metrópole). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Infância, Trabalho e legislação brasileira: o trabalho infantil entre esboços legislativos, medidas dispersas e codificações* (São Paulo, 1891-1934.). 4tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia, Buenos Aires. 2015. Disponível em: <https://www.aacademica.org/4jornadasinfancia/50.pdf>

NETO, Delfim. O Problema do Café no Brasil. In: PELÁEZ, Carlos Manuel (Coord). *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

OLIVEIRA, Clóvis de. *A Indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Serviço de Publicações, Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1956.

OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*[S.l: s.n.], 1997.

PANSARDI, Marcos V. Da Revolução Burguesa à Modernização Conservadora: A Revolução de 1930 vista pelos historiadores. 2002. 224p. Tese (doutorado) –

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

PATARRA, Neide, L. Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil: O Período Pós-30. In: FAUSTO, Boris. *História da Civilização Brasileira: o Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1984.

PEREIRA, Astrogildo. *Campo de Batalha (Novembro de 1933 - Maio 1934)*. Ensaios históricos e políticos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: SP, Editora da Unicamp, 1994.

PRADO, Caio Jr. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A Democracia Ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo 1926-1934)*. São Paulo, Editora Ática, 1986.

PUPO NOGUEIRA. *Em torno da tarifa aduaneira*. São Paulo, 1931 *apud* CARONE, Edgard. *Ibidem*. 1977.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil – (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro), *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17, Rio de Janeiro, 1989, pp. 29-41.

SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.

SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*: prefácio de Nelson Werneck Sodré. 3ªed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SANTOS, Carlos J. Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: são paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

SANTOS, Marco Cabral dos. *São Paulo 1932: memória, mito e identidade*/Marco Cabral dos Santos, André Mota. São Paulo: Alameda, 2010.

SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Jr: o sentido da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O ovo da serpente: a intentona paulista de 1932*. [s.d].
Disponível em: <http://gmarx.fflch.usp.br/node/68>

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Literatura como Missão*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Hélio. *1931 Os Tenentes no Poder (O Ciclo de Vargas: Volume IV)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, Nauber Gavski. *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 a 1932*. Dissertação. 201f. 2010. (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Sergio. *A Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1971.

SILVEIRA, Joel. *Grã-Finos em São Paulo e outras notícias do Brasil*. São Paulo: Ind Grafica Cruzeiro, 1945.

SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial no Brasil e outros estudos*: seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Economico e Evolução Urbana: análise da evolução economica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*: análises e depoimentos. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d].

_____. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TOLEDO, C.N. Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. In: MORAES, João Quartim (Org). *História do marxismo no Brasil*: teorias interpretações. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, [1938-1941].

VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEINSTEIN, Barbara. *The Color of Modernity: São Paulo and the making of race and Nation in Brazil*. Duke University Press. New York, 2015.

FONTES JORNAIS

CORREIO DA MANHÃ

CORREIO PAULISTANO

DIÁRIO NACIONAL

A CLASSE OPERARIA

FOLHA DA MANHÃ

A PLATÉA

A GAZETA

FOLHA DA NOITE

A ABERTURA DOS TRABALHOS NA ACTUAL LEGISLATURA DO CONGRESSO NACIONAL. *Correio da Manhã*, São Paulo, 04 maio. 1930, p. 07.

A LEI de férias. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2 abril. 1930, p. 1.

A MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL de São Paulo, quando conhecida, assombrará o mundo. *Diário Nacional*. São Paulo, 30 de Julho de 1932.

A TODOS OS OPERARIOS Desempregados e a Toda Classe Trabalhadora. *A Classe Operaria*, 22 de fevereiro de 1930, p. 2.

AOS TRABALHADORES DAS cidades e dos campos, a todos os explorados do Brazil. *A Classe Operária*. 19 de Julho de 1930, p. 1.

AS CLASSES CONSERVADORAS DÃO SEU APOIO a causa constitucionalista. *Diário Nacional*. São Paulo, 13 de Julho de 1932.

AS COMISSÕES DE ARBITRAMENTO E CONCILIAÇÃO: A exposição de motivos apresentada pelo ministro do Trabalho ao chefe do governo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de Janeiro de 1931.

CENTRO DAS INDUSTRIAS DE SÃO PAULO. *Folha da Manhã*. São Paulo, 29 mar. 1928.

CONTINÚA VICTORIOSA EM TODOS os setores a acção das tropas legais. *Correio Paulistano*. São Paulo, 19 de outubro de 1930.

CONVERSANDO COM O SR. LINDOLFO COLLOR. *Jornal Correio da Manhã*. São Paulo, 18 de Novembro de 1930, p.1

DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE Getúlio Vargas à imprensa londrina. *A Platéia*. São Paulo, 6 de novembro de 1930.

Diario Nacional. São Paulo, Terça-Feira, 21 de Abril de 1931.

EMQUANTO o povo sofre os magnatas do “parque industrial” se banqueteiam!.
A Gazeta. São Paulo, 24 de Novembro de 1931.

ESTAMOS MAIS DO QUE FORTES, titanicamente fortes para levar a bom termo a nossa jornada. *Diário Nacional*. São Paulo, 13 de Julho de 1932.

LEI DE PROTECÇÃO aos sem trabalho. *Folha da Manhã*. São Paulo, 15 de Junho de 1930, p. 3.

MOVIMENTO CONTRA O CREDITO e a honra do Brasil. *Correio Paulistano*. São Paulo, 18 de outubro de 1930.

O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO NÃO se desinteressará do bem estar dos operários. *Diário Nacional*, São Paulo, 4 de Janeiro de 1931.

O MOMENTO POLÍTICO DO BRASIL. *Folha da Manhã*. São Paulo, 23 de Outubro de 1930.

O NOVO Ministro do Trabalho Manifesta-se Contra as Industrias Artificaes. *Folha da Noite*. São Paulo, 15 de Abril de 1932. O MANIFESTO DO SR. GETÚLIO Vargas à Nação. *Folha da Noite*. São Paulo, Folha da Noite, 14 de Maio de 1932, p.1.

O PROXIMO 1º DE MAIO e a sua significação de luta contra a miseria e contra a reacção. *A Classe Operaria*. 17 de Abril de 1930, p. 1.

FONTES NÃO IMPRESSAS

Circulares do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo de 1929-1932 .

ANEXOS:

Anexo I - Relação de temas/ocorrências presentes nas circulares em 1930

TEMA	OCORRÊNCIAS
Agitações dos operários	1
Apelo para denunciar casos de aumento dos preços	1
Assembleia	3
Aumento dos preços dos produtos	1
Balanços e Relatórios de exercício	2
Código de menores	4
Colocação de Desempregados	2
Comunicados	1
Convenção Pan-americana de Marcas e Patentes	2
Convites	4
Correspondências enviadas à autoridades	3
Direito industrial	1
Eleição de diretoria	1
Estrada de Ferro	2
Falsos fiscais	2
Impostos	1
Inspeção Plinio Barreto	1
Lei de Férias	12
Moratória	3
Pagamento de mensalidade	1
Petição para aplicação de lei do alto-falante	1
Projeto de combate ao alcoolismo	1
Recomendações revolução	4
TÍTULOS VENCIDOS	1

ANEXO II - Relação de temas/ocorrências presentes nas circulares em 1931

TEMA	OCORRÊNCIAS
Abertura de Estabelecimentos	1
Agitações dos operários	1
Alerta Agitadores	1
Alterações no Regime Tarifário do Estado	1
Alvarás	1
Anexos	4
Assembleia	5
Atas de reuniões	1
Cobrança de Salários	1
Código de menores	4
Código do Trabalho	2
Código sanitário	5
Comissão de Conciliação entre Empregados e Empregadores	1
Conselho dos Contribuintes	1
Conselhos Oficiais de Conciliação e Julgamento	1
Convites	6
Convocatória	3
Correspondências enviadas à autoridades	1
Dados do orçamento da União 1931	1
Decretos	9
Eleição de diretoria	1
Envio do trabalho de Roberto Simonsen	1
Estatística Industrial	1
Faturas a receber do Governo Federal	1
Ficha de Proposta de Admissão	1
Filiação Industria de Chapéu	1
Formação de Comitês por atividades	1
Fornecimentos a Prefeitura	1
Homenagem ao Major Heitor Leite do Valle	1
Importação de Máquinas	3
Impostos	11
Informes	2
Intervenção armada para a continuidade do trabalho nas fábricas	1
Jornada de trabalho	3
Legislação social	1
Lei aos operários fabris	1
Lei da sindicalização	11
Lei de Férias	9

lei dos dois terços	6
Liga Anticomunista	1
Marcas de Produtos	4
Mensagem do Interventor João Alberto para os trabalhadores de SP (copia)	1
Modificações na Legislação Fiscal	1
Nacionalização do trabalho	3
Novos Sócios	1
Ofícios ao Governo	2
Organização da Defesa Nacional	1
Pagamento de Matérias Primas Importadas	1
Proibição comícios operários	1
Proposta para modificação de do anteprojeto governamental	1
Publicação do FIESP na Imprensa	1
Questionário de Inscrição na federação	1
Recebedoria Federal	1
Relação com o Departamento do Trabalho, Comercial e Domestico	1
Reunião dos industriais do ramo do óleo	1
Reunião para tratar da indústria de massas alimentícias	1
Reuniões de comitês	15
Revista de Trabalho	1
Selo em Consumo de Produto Cerâmico	1
Tarifa alfandegária/aduaneira	14
Texto Anteprojeto	1
trabalho feminino	2
Trabalho na Penitenciária	1
Transferência de data de reunião	1
Visita ao Ministro do Trabalho	1

ANEXO III - Relação de temas/ocorrências presentes nas circulares em 1932

TEMA	OCORRÊNCIAS
Alvarás	1
Assembleia	2
Carteiras Profissionais	1
Código de menores	2
Convenções Coletivas do Trabalho	1
Correspondências enviadas à autoridades	1
Decretos	5
Eleição de diretoria	1
Exposição de Motivos Joaquim Pedro Salgado	1
Feriados	1
Impostos	4
Jornada de trabalho	2
Lei de Férias	3
Novo Regulamento das Vendas Mercantis	1
Prorrogação do prazo para o depósitos de marcas de volumes para exportação	1
Taxa de educação e saúde	1
Visita Walter Gosling	1

Anexo IV – Consulta sobre o Código de Menores para os advogados do Centro das Industrias do Estado de São Paulo – 16 de Janeiro de 1929 (Anexo da Circular nº19)

153

Centro das Industrias do Estado de São Paulo

SÃO PAULO

PLINIO BARRETO
ANTONIO MENPONÇA
ADVOGADOS

(C O P I A)

P E R G U N T A

É constitucional a lei de concessão de ferias aos empregados e operarios de estabelecimentos commerciaes, industriaes, bancarios e outros ?

R E S P O S T A

O artigo 1º do decreto que regulamenta a lei a que se refere a consulta é assim redigido: "Fica assegurado aos empregados e operarios de estabelecimentos commerciaes, industriaes e bancarios e de instituições de caridade e beneficencia, bem como aos empregados de qualquer secção de empresas jornalisticas, no Districto Federal e nos Estados, o direito ao gozo de quinze dias de ferias annualmente, sem perda dos respectivos ordenados, diarias, vencimentos e gratificações".

A Constituição federal, por seu turno, estabelece no art. 72, paragrapho 24: "É garantido o livre exercicio de qualquer profissão moral, intellectual ou industrial".

Em face do paragrapho 24, observa Carlos Maximiliano, commentando esse lance constitucional, "não se admittem limitações ao exercicio de qualquer profissão moral, intellectual e industrial senão em character amplo, sem distinguir entre individuos nem entre as classes; ressalva-se, apenas, o interesse colectivo, isto é, a segurança individual, a ordem, a moral e a hygiene. "Não se conhece liberdade absoluta. Qualquer franquia tem por limite o interesse superior da collectividade".

A lei sobre ferias põe, indiscutivelmente, um limite á liberdade de industria. Estando esse limite entre os que são permittidos, isto é, entre os que se inscriem no interesse colectivo, em necessidades de moral e de hygiene ?

Anexo V – Manifesto dos Industriais Paulistas a proposito das eleições para o ano de 1930 – 08 de Agosto de 1929.

Aos Industriaes Paulistas

As associações de classe que deram o seu apoio aos drs. Julio Prestes de Albuquerque e Vital Soares — candidatos nacionaes á presidencia da Republica no futuro quadriennio — desejam esclarecer cabalmente aos industriaes paulistas, que não lhes são filia-dos, a sua interferencia nos factos que se prendem á successão presidencial.

Estas associações nunca fizeram politica: a sua finalidade é e continuará a ser outra.

Mas ha uma expectativa de lucta renhida em torno das duas chapas que se defron-tarão em março e as industrias não poderiam ficar indifferentes ao embate que se prenun-cia, envolvendo todas as forças vivas da Nação.

Nenhum pleito eleitoral logrou até hoje despertar o interesse das classes produ-toras deste Estado, avessas, como são ellas, a competições politicas. Mas na actual emer-gencia, as industrias devem tomar parte no grande movimento de civismo que se inicia, le-vando o seu incondicional apoio aos candidatos que á testa do governo central, continuarão a demonstrar aquelle notabilissimo tino administrativo e amor ao bem publico, que impu-zeram os actuaes presidentes de São Paulo e da Bahia á admiração e ao respeito do povo brasileiro em geral e das classes productoras em particular.

Para as industrias, a victoria da chapa nacional Julio Prestes-Vital Soares repre-senta a integral execução do programma financeiro do actual Governo da Republica; a observancia da rigida moralidade administrativa que tem notabilizado aquelle Governo; o amparo a todos quantos, pelo seu trabalho, collaboram na grandeza do nosso paiz; a so-lução de importantissimos problemas attinentes á vida industrial.

Além disto, á frente do Governo da Republica estará um paulista illustre, que já-mais se esquecerá de que a prosperidade de São Paulo, como aliás a de qualquer outra uni-dade da Federação, tem reflexo directo sobre toda a vida nacional, continuando assim a fo-mentar esta mesma prosperidade por meio de sabias e opportunas medidas, como aquellas que vem pondo em pratica durante os dois annos da sua modelar administração.

As nossas grandes associações de classe vão proceder ao alistamento de todos os cidadãos que, trabalhando nas industrias, tenham os requisitos exigidos pela lei, ficando bem entendido que nenhum membro da collectividade industrial será compellido a figurar contra as suas convicções, no numero dos alistandos.

As industrias passarão a ser uma forte potencia eleitoral, sem que, no entretanto, as suas associações representativas se transformem em centros eleitoraes ou passem a ter absorventes preocupações politicas.

A organização eleitoral das industrias paulistas terá caracter permanente e será o producto da iniciativa e dos esforços das suas grandes associações de classe, que acalentam ideaes communs e que, nesta, como em outras conjunturas, sempre estiveram estreitamen-te unidas.

Explicada assim a sua conducta, as associações de classe paulistas esperam que to-dos os industriaes deste Estado lhes prestem o seu apoio, promovendo e facilitando o ali-stamento eleitoral daquelles que, com o seu voto, quizerem prestigiar os candidatos aponta-dos á consciencia nacional por 17 Estados da Federação.

São Paulo, 8 de agosto de 1929.

Centro das Industrias do Estado de S. Paulo, Centro dos Industriaes de Fiação e Tecelagem, Centro do Commercio e Industria de Madeiras, Centro dos Industriaes de Pape-lão, Centro dos Industriaes de Papel do Estado de São Paulo, União dos Fabricantes Na-cionaes de Papel, Associação dos Industriaes e Comerciantes Graphicos, Centro dos Indus-triaes de Calçados de S. Paulo.

(Dos jornaes de 8/8/29).

Anexo VI – Circular enviada aos associados sobre falso agentes fiscais da lei de férias – 05 de Fevereiro de 1930 (Circular nº 83)

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo ³⁶⁵

São Paulo, 5 de Fevereiro de 1930

CIRCULAR Nº 81

C O N F I D E N C I A L

LEI DAS FÉRIAS

Angs. e Srs.,

Como VV.SS. sabem, um grupo de vulgares exploradores, alegando qualidades que não tinha e títulos que não possuía, causou os maiores incommodos ás indústrias no anno passado, promovendo entre ellas a organização de ficharios e cadernetas, mediante pagamento.

Este Centro, depois de apurar que aquelles exploradores não tinham mandato algum do Conselho Nacional do Trabalho, conseguiu annullar a sua delictuosa acção.

Agora, porem, um outro grupo tem levado operarios ignorantes a pedir ao Conselho Nacional do Trabalho a sua intervenção junto ás indústrias, para que ellas lhes paguem indemnisações a titulo de férias não concedidas.

Temos feito numerosas defezas dos nossos associados e, no caso de serem VV.SS. importunados como muitos dos seus collegas, queiram se communicar connosco, para que possamos acautelar os seus interesses.

Em todos os casos de reclamação ao Conselho, as indemnisações não eram devidas e isto o Centro provou de forma irretorquível.

Aguardamos as suas ordens e nos assignamos, com estima e apreço

Angs, Crds. Obs.-

[Handwritten Signature]
Secretario-Geral

OPN/ASB.-

Anexo VII – Convite aos associados para receber o embaixador da Itália no
Brasil Vittorio Cerruti – 05 de Dezembro de 1930

Centro das Industrias do Estado de São Paulo ⁴⁸¹

- Convite -

Amanhã, sabbado, as 5,45 horas da tarde, o Centro das Industrias será visitado pelo Exm^o. Sr. Vittorio Cerruti, embaixador italiano junto ao governo brasileiro, actualmente em São Paulo.

Vimos convidar Vs. Ss. para assistir e receber esta visita, fazendo grande empenho em sua indispensavel presença para colaborar nas atenções que desejamos proporcionar ao illustre visitante.-

São Paulo, 5 de Dezembro de 1930

A DIRECTORIA

Anexo VIII – Composição da Diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo seguindo o modelo de sindicalização do Governo Provisório – 20 de Março de 1931.

<p><i>Federação das Indústrias do Estado de São Paulo</i> <i>Rua São Bento, 47</i> <i>S. Paulo.</i></p>	
<u>DIRECTORIA</u>	
Presidente.....	: Dr. Luiz T. Alves Pereira (Estradas de Ferro)
Vice-Presidente.....	: Dr. Raul de Rezende Carvalho (Tecidos)
1º - Secretario.....	: Dr. Horacio Lafer (Papel e Artes Graphicas).
2º - Secretario.....	: Dr. Waldomiro Pinto Alves (Tecidos)
1º - Thesoureiro.....	: Dr. Armando de Arruda Pereira (Ceramica)
2º - Thesoureiro.....	: João Gonçalves (Artes Graphicas)
<u>DIRECTORES SEM CARGO</u>	
Dr. Roberto Simonsen (Bancos)	
Luiz J. da Silva (Calçados)	
Conde Alexandre Siciliano Junior (Metallurgia)	
→ Dr. Waldomiro de Carvalho (Bebidas)	
Dr. Manoel de Mattos Ayres (Industria Extractiva)	
<u>CONSELHO CONSULTIVO</u>	
Presidente - Dr. Roberto Simonsen (Bancos)	
Secretario - Conde Alexandre Siciliano Junior (Metallurgia)	
José Soares de Almeida)	— Egidio Bianchi)
Francisco Santisi)	Ernesto Diederichsen)
José de Campos Mello) (Madeiras)	Dr. Geraldo Tosta) ✓ (Tecidos)
Francisco Lameirão)	Samuel A. Toledo)
	Dr. Paulo Assumpção)
Mariano Costa) ✓	Heins Weisztzflug) ✓
Alfredo Duprat) ✓ (Graphics)	Olegario Pinto) ✓ (Papel)
Nelson Travassos)	de Almeida Filho)
José Rubino de Oliveira) ✓	Armando Bordallo) ✓
Dr. Hyppolito Pinto Ri-) ✓ (Papelão)	João Scatamacchia) (Calçados)
beiro)	Stanley H. Smith)
Enrico Manograsso	(Bebidas)
Candido Fontoura Silveira	(Productos Chimicos)
✓ Dr. Edgard de Souza	(Transportes)
Jorge Griesbach	(Artigos de Borracha)
Theodoro Putz	" " "
Nicola Serrichio	(Chapéos)
E. Haydn-Morris	(Oleos e Sabões)
Octavio de Sá Moreira	(Vidros)
Pedro Giorgi	(Productos Alimenticios)
<u>CONSELHO FISCAL</u>	
✓ T. J. Mc. Combie	(Carnes)
Nicolau Schiesser	(Tecidos)
Pierre Soulas	(Couros)
<u>SUPPLENTES:</u>	
✓ Numa de Oliveira	(Bancos)
Dr. Francisco de Salles Vi-	(Ceramica)
cente de Azevedo	(Estradas de Ferro)
Dr. Heitor Freire de Carvalho	

Anexo IX – Circular informando aos associados sobre a suspensão da Lei de Férias do governo anterior e a aplicação do novo decreto sob o Governo Provisório – 18 de Abril de 1931 (Circular nº130).

Anexo X – Circular com a íntegra do boletim do interventor João Alberto distribuido em São Paulo acerca das agitações operárias – 21 de Julho de 1931 (Circular nº163).

Anexo XI – Circular acerca da Lei dos Dois Terços instituído pelo Governo Provisório – 19 de Agosto de 1932 (Circular nº 174).

Anexo XII – Circular pedindo as associados informações de possíveis agitações operárias nos estabelecimentos industriais – 14 de Maio de 1932.

Anexo XIII – Mobilização Industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo no levante de 1932 – 13 de Julho de 1932 (Circular nº 294).

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

São Paulo, 13 de Julho de 1932.-

C I R C U L A R N.º 294

PELOS SOLDADOS DE SÃO PAULO

Presados Senhores,

Cada paulista - e paulistas são todos os que trabalham neste Estado - tem que collaborar na grande causa que levou São Paulo a quebrar a sua tradição de paz e trabalho fecundo em benefício da nacionalidade.

A industria de massas alimenticias póde trazer o seu concurso para a obra commum fornecendo aos soldados do exercito constitucionalista productos de sua fabricação.

Os donativos podem ser communicados a esta Federação, a qual se encarregará de mandar procura-los nas fabricas, procedendo á respectiva entrega aos poderes militares.

As communicações de donativos devem ser feitas á Federação com a maior urgencia possivel.

Esperamos que NENHUMA FABRICA DE MASSAS ALIMENTICIAS deixará de attender ao presente appello dando assim eloquente demonstração de sadio paulistanismo.

Com alta estima e apreço

Attos. Crds. Obds.

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A DIRECTORIA.-

OHV/JV.